



**El Rol del Vil Metal:
A Importância dos Minerais no Comércio entre China e América
do Sul**

Rodrigo Pacheco Nunes

Orientador: Prof. Ernani Teixeira Torres Filho

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Economia Política Internacional.

Rio de Janeiro
Novembro de 2012

El Rol del Vil Metal:
A Importância dos Minerais no Comércio entre China e América
do Sul

Rodrigo Pacheco Nunes

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Economia Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ernani Teixeira Torres Filho (orientador)

Prof. Carlos Aguiar de Medeiros

Prof. Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos

Rio de Janeiro
Novembro de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

N972 Nunes, Rodrigo Pacheco.
El Rol del Vil Metal : a importância dos minerais no comércio entre China e América do Sul / Rodrigo Pacheco Nunes. -- Rio de Janeiro, 2012.
176 f. : 30 cm.

Orientador: Ernani Teixeira Torres Filho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2012.

Bibliografia: f. 170-176.

1. Comércio internacional - China. 2. Comércio internacional - América do Sul. 3. Minerais. 4. Desenvolvimento econômico.
I. Torres Filho, Ernani Teixeira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia.

Resumo

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Economia Política Internacional.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a importância das exportações minerais na recente retomada do crescimento econômico dos países sul-americanos. Esse processo está profundamente relacionado ao ciclo de crescimento econômico acelerado e as profundas mudanças que ocorrem na China, nas últimas três décadas. Essa economia concentra uma parcela cada vez maior da produção industrial mundial, principalmente na indústria de bens básicos, como aço, vidro e cimento. Como resultado, sua demanda por produtos minerais vem crescendo de maneira explosiva, influenciando fortemente a economia mundial. Esse contexto econômico de alta demanda por produtos minerais vem favorecendo os países sul-americanos, que possuem abundantes recursos minerais. Esses países implementaram, nos anos 90, reformas drásticas em suas economias, visando à atração de recursos externos e maior abertura econômica, incluindo o setor mineral. Essas reformas contribuíram para a formação de um padrão de crescimento baseado na crescente exportação de produtos primários na década seguinte. Esse crescimento, no entanto, tem como efeitos negativos a reprimarização da pauta de exportação e acentuado risco de desindustrialização, além de não questionar a dependência em relação aonexo externo, representado agora pelas crescentes exportações de produtos primários à China. Esse contexto faz do trabalho de Celso Furtado uma boa base teórica para a análise do atual contexto econômico. Esse quadro é agravado pelas grandes assimetrias envolvidas nesse comércio, principalmente a diferença na importância desse comércio para as partes.

Palavras-chave: América do Sul, China, minerais, exportação, recursos naturais, inserção internacional.

Abstract

Abstract da Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Economia Política Internacional.

This research aims to analyze the importance of mineral exports in recent resumption of economic growth of South American countries. It's strongly related to the cycle of accelerated economic growth and the intense changes that have been taking place in China over the past three decades. This economy concentrates a growing share of world industrial output, especially in basics good's industry, such as steel, glass and cement. As a result, its demand for mineral products is growing explosively, strongly influencing the global economy. This economic context of high demand for mineral products has favored the South American countries, which have large mineral resource. These countries implemented, in the 90s, drastic reforms in its economies, aimed to attracting foreign funds and increase their economic openness, including mineral reserves. These reforms contributed to the establishment of a pattern of growth based on strong demand for mineral products in the next decade. This growth, however, bring together the negative effects of the export reprimarization and pronounced risk of decrease on industrial output's share in the economy, furthermore it don't face the dependency of external nexus, now represented by rising primary exports to China. This context makes the work of Celso Furtado a good theoretical basis for the analysis of the current economic context. This situation is worsened by the large asymmetries involved in this trade, especially the difference in the importance of trade to the partners.

Key worlds: South America, China, minerals, export, natural resource, international positioning.

*E se lembrou de quando era uma criança e de tudo o que vivera até ali.
E decidiu entrar de vez naquela dança. "Se a via-crúcis virou circo, estou aqui."*

Faroeste Caboclo – Legião Urbana (Composição de Renato Russo).

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 – O Cenário Econômico do Século XXI e o Comércio Mineral	10
1.1 – A Evolução Recente da Economia Mundial.....	10
1.2 – A Indústria Mineral.....	17
- Evolução do Mercado Mineral.....	20
- O Atual Ciclo de Valorização de Preços.....	28
- Análise dos Mercados Internacionais de Minerais.....	33
1.3 – A Importância da China e da América do Sul para os Mercados Internacionais de Minerais.....	41
Capítulo 2 – O Crescimento da China nos Anos Recentes	47
2.1 – A Emergência da China.....	47
- A Dimensão Externa.....	48
- Os anos 80 – Início do Crescimento Acelerado.....	51
- A China nos Anos 90.....	56
- O Crescimento do IED Chinês no fim da década de 2000.....	59
2.2 – Os Determinantes Internos da Demanda por Minerais.....	62
2.3 – A Produção Industrial Chinesa.....	69
2.4 – Autossuficiência Mineral e Comércio na China.....	77
Capítulo 3 – O Crescimento da América do Sul nos Anos Recentes	87
3.1 – Cenário Macroeconômico dos Países Sul-Americanos.....	88
3.2 – Crise, Estagnação e Retomada do Crescimento nos Países Sul-americanos.....	95
3.3 – Reforma Mineral na América do Sul.....	98
- Os Casos Nacionais.....	102
- Resultados e Desempenhos Econômicos.....	105
3.4 – Comércio Externo e Acumulação de Reservas dos Países Sul-americanos.....	106
3.5 – Comércio, Recursos Naturais e Setor Mineral nos Países Sul-americanos.....	110
- As Exportações Minerais.....	114
3.6 – Classificação dos Países Sul-Americanos quanto as Exportações Minerais.....	118

<u>Capítulo 4 – Os Minerais no Comércio China-América do Sul</u>	<u>124</u>
4.1 – Padrão de Comércio entre China e América do Sul	125
4.2 – Os Minérios no Comércio Sino-Sul-americano	137
- As Exportações de Minérios e o Impulso Diferenciado ao Crescimento das Exportações	140
4.3 – As Relações de Complementariedade entre IED e Exportação Mineral	147
<u>Conclusões</u>	<u>155</u>
<u>Anexos</u>	<u>161</u>
<u>Referência Bibliográfica</u>	<u>170</u>

Introdução

O crescimento acelerado da economia chinesa tem provocado uma reestruturação do sistema econômico internacional nesta primeira década do século XXI, gerando um novo período de crescimento na economia mundial, aproveitado principalmente pelos países em desenvolvimento. Nesse processo, as importações chinesas de produtos primários constituem um dos principais canais de transmissão do crescimento econômico da China para os demais países, principalmente aqueles com abundância de recursos naturais. Para vários organismos internacionais, como a UNCTAD, o atual momento de valorização dos produtos primários deve perdurar por mais um longo tempo, devido a essa relação com o processo de crescimento econômico acelerado e mudança estrutural na China.

Nesse sentido, o grande potencial dos países sul-americanos na oferta de produtos minerais tem representado um fator determinante para a recente retomada do crescimento econômico nesses países. A região sul-americana ocupa lugar de grande importância na oferta mundial de minerais metálicos, aparecendo entre os principais produtores de vários tipos de minérios. Nos minerais energéticos, as grandes reservas de petróleo da Venezuela e do recém-descoberto Pré-Sal brasileiro, conferem à região papel relevante como uma das mais importantes fronteiras de expansão internacional.¹

O atual modelo de crescimento dos países sul-americanos tem fortes efeitos negativos, que podem representar um risco ao desenvolvimento econômico a longo prazo, ao provocar uma acentuada dependência das exportações de produtos primários, especialmente à China. Dessa forma, o presente trabalho pretende apresentar a importância das exportações de produtos minerais, na atual retomada do crescimento econômico nos países sul-americanos, e sua relação com o ciclo de crescimento acelerado chinês. Esse trabalho se desenvolverá por mais quatro capítulos, além das conclusões.

No primeiro capítulo será apresentado um panorama dos principais objetos abordados na pesquisa, começando por uma análise da economia mundial durante a década de 2000; seguida de uma análise da Indústria Mineral, incluindo o atual ciclo de valorização dos preços

¹ Pelo lado da oferta, tanto o petróleo extrapesado da Faixa do Orinoco na Venezuela como os campos da região do Pré-Sal brasileiro representam projetos que apenas são viáveis técnica-economicamente em um cenário de altos preços do petróleo, devido aos altos custos de aproveitamento e de extração do óleo, respectivamente. Esses dois projetos exemplificam tendências futuras do mercado de energia, principalmente, em um cenário de altos preços: a viabilização da exploração econômica de grandes reservas petrolíferas formadas por óleos menos rentáveis, ou materiais conhecidos como ‘quase-petróleo’, por exemplo, as areias betuminosas e o *tar*. Pelo lado da demanda, o grande crescimento do consumo de petróleo no Brasil, simboliza a maior participação dos países em desenvolvimento no consumo energético mundial, principalmente petróleo, em contraste com a estagnação do consumo energético, sobretudo petrolífero, nos países desenvolvidos.

internacionais dos produtos primários; e a importância da América do Sul e da China para o mercado mundial dos principais produtos minerais.

O segundo capítulo aprofundará o estudo sobre o ciclo de crescimento acelerado chinês. Esse capítulo tem como objetivo explicitar a relação entre o ciclo de crescimento econômico na China e o crescimento explosivo de sua demanda por produtos minerais (metálicos e energéticos). Para tanto, se enfatizará os fatores internos da economia chinesa que estão diretamente ligados ao crescimento de sua demanda por minerais, tais como infraestrutura, construção, produção industrial e abastecimento energético.

O terceiro capítulo abordará o crescimento econômico recente dos países sul-americanos e a importância das exportações primárias. Esse capítulo procura conjugar uma abordagem mais conjuntural e aspectos estruturais do desenvolvimento recente desses países, incluindo as reformas das legislações minerais nos países sul-americanos, com abertura aos investidores externos, e sua importância na constituição do padrão de crescimento econômico da década de 2000.

O quarto capítulo apresentará a importância crescente do comércio com a China para os países sul-americanos. Nesse comércio têm bastante destaque os produtos minerais, que vêm assumindo participação crescente nas exportações sul-americanas à China, e são complementados pelos crescentes investimentos externos chineses na América do Sul.

Por último, serão apresentadas as considerações finais, fazendo uma breve referência à teoria de Celso Furtado.

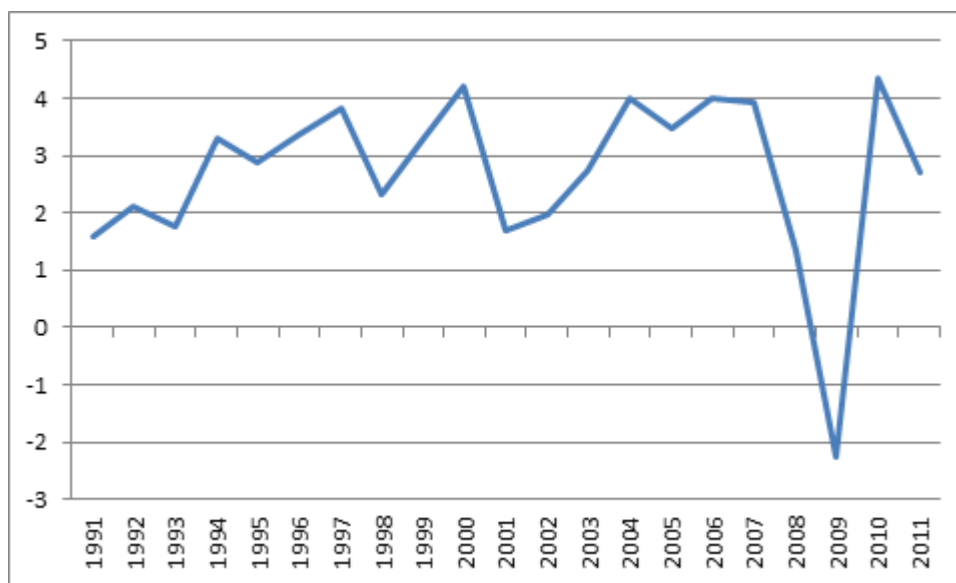
Capítulo 1

O Cenário Econômico do Século XXI e o Comércio Mineral

1.1 – Evolução Recente da Economia Mundial

A partir do ano de 2002 a economia mundial atravessou um período de crescimento acelerado que só foi parcialmente abalado pela emergência da crise financeira mundial em 2008-09. Durante esse período, as altas taxas de crescimento do PIB se deram de forma crescente e continuada, em contraste com os anos 90, quando a economia mundial apresentou grande volatilidade e baixas taxas de crescimento do PIB. O gráfico 1 apresenta a evolução do PIB mundial no período.

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento Real do PIB mundial, em % a.a.

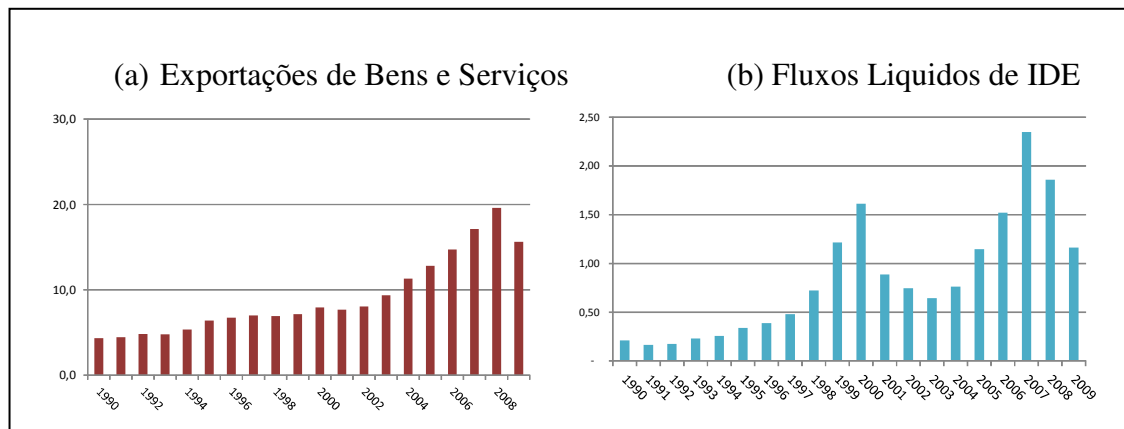


Fonte: Elaboração própria com dados de WDI Worldbank.

Esse mesmo desempenho pode ser observado em vários outros fluxos econômicos. No mesmo período, o comércio mundial de bens e serviços converte o volátil crescimento típico dos anos 90 em altas taxas de incremento anual, mais que dobrando de 2002 a 2008. Os fluxos de Investimentos Externos Diretos (IED) seguem uma tendência um pouco distinta, mas se destacam pela rápida recuperação após 2004, alcançando em 2007 US\$ 2,3 trilhões (Gráfico 2). No entanto, o maior sinal de ruptura na economia mundial na virada do século XXI não se

encontra em sua evolução, e sim, nos países e regiões que estão assumindo o protagonismo nesse processo de crescimento acelerado.

Gráfico 2 – Exportações Globais de Bens e Serviços e IDE, em trilhões de US\$.



Fonte: Elaboração própria com dados de WDI Worldbank.

A economia mundial a partir de 2002 é marcada pela emergência de alguns países e regiões subdesenvolvidas, que tiveram menor expressão durante a primeira fase da era da globalização (anos 90). Esses países voltaram a apresentar taxas significativas de crescimento, aumentando sua participação no PIB, comércio e recepção de IED mundiais. Esse quadro contrasta fortemente com a década de 90, onde o crescimento desses fluxos se concentrou nos países desenvolvidos. Essa inflexão foi particularmente sentida por regiões como África, América Latina e Europa Oriental, que tiveram grande perda de participação na economia mundial durante os anos 80 e 90.

Esses resultados são apresentados na tabela 1. Nela é possível verificar o aumento crescente da participação dos países em desenvolvimento na economia global, com destaque para o grande avanço das economias em desenvolvimento do continente asiático. Também é possível ver como a década de 80 e 90 foi especialmente desastrosa para as economias da África, América Latina e Europa centro-oriental em termos de participação no PIB mundial, que vem sendo recuperada com esse novo período de crescimento econômico. Já os países da ‘Ásia em desenvolvimento’ apresentaram movimento diferenciado durante esse período, com crescimento contínuo e acima da média mundial desde os anos 80.²

² Neste trabalho a expressão ‘Ásia em Desenvolvimento’ é utilizada conforme aparece em Macedo e Silva, 2010. O autor emprega a classificação do FMI para economias avançadas (ou desenvolvidas) e em desenvolvimento, e também segue a mesma divisão das economias em subgrupos. Nessa divisão o subgrupo Ásia em

Tabela 1 – Participação no PIB global (medido a dólares constantes de 2000), países e regiões (%).

	1980	1985	1990	1995	2000	2008
Economias avançadas	66,9	71,9	80,1	76,9	72,6	63,0
G7	45,6	48,9	53,4	48,8	45,7	36,5
Estados Unidos	11,2	11,3	11,7	11,3	12,1	8,2
Japão	6,5	9,1	8,5	8,6	7,4	5,1
Alemanha	9,5	9,5	12,5	10,2	8,6	9,5
União Européia	38,2	37,3	42,6	38,8	38,1	38,2
Eurolândia	30,4	29,6	36,4	33,6	29,7	29,9
Outras economias avançadas	9,3	11,5	14,5	16,5	15,9	14,8
NIC asiáticos	2,9	4,7	6,4	8,2	8,3	7,3
Economias em desenvolvimento	33,1	28,1	19,9	23,1	27,4	37,0
Ásia em Desenvolvimento	4,2	4,8	5,4	7,7	9,4	14,1
China	0,9	1,4	1,8	2,9	3,9	8,7
Índia	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7	1,1
Asean5	2,3	2,4	2,6	3,9	4,5	3,9
América Latina e Caribe	4,3	4,2	3,4	3,5	4,8	4,3
Brasil	1,0	1,3	0,9	0,9	0,9	1,2
México	0,9	1,4	1,2	1,5	2,6	1,9
CEI	3,8	4,5	nd	2,2	2,3	3,7
Rússia	nd	nd	nd	1,6	1,6	2,5
Europa central e oriental	2,9	3,2	1,8	1,6	1,9	3,4
África	4,8	3,5	2,7	2,0	2,0	2,7
África sub-saariana	3,9	2,6	2,1	1,5	1,5	2,0
África do Sul	1,3	0,8	0,7	0,5	0,5	0,5
Oriente Médio	11,5	5,8	4,2	2,8	4,0	5,6

Fonte: Macedo e Silva, 2010.

Essas constatações levaram Macedo e Silva (2010) a dividir a ‘era da globalização’ em dois períodos distintos: os anos de ‘recessão global’ (1992-2000), em que o crescimento econômico se concentrou nas *economias avançadas* – juntamente com as economias do Leste Asiático – com aumento da divergência entre o PIB das economias desenvolvidas e em desenvolvimento; e o período da ‘retomada do crescimento’ (2002-2008), onde o crescimento econômico foi impulsionado pelos países em desenvolvimento, com perda de participação dos países desenvolvidos, aumento da convergência econômica entre os países e desconcentração da renda global. Esse movimento pode ser observado tanto no crescimento econômico, na produção e no comércio global.

As economias asiáticas têm mostrado um comportamento à parte na tipologia apresentada pelo autor. Essas vêm alcançando expressivo crescimento do PIB, da produção e do comércio exterior durante todo o período identificado como ‘era da globalização’. Essas

Desenvolvimento é formado por 26 países, dos quais cinco integram o ASEAN 5. São elas Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã.

economias foram responsáveis pela maior parte dos ganhos obtidos pelos países em desenvolvimento. Da mesma forma, o autor aponta que a perda das *economias avançadas* só não foi maior devido à performance dos NIC asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong).³

Nesse processo a China se destaca inclusive entre as economias emergentes do leste asiático. A tabela 1 mostra o crescimento da participação chinesa no PIB global e da região asiática, no período de 1990 a 2008. Esse destaque se deve, principalmente, ao seu ritmo diferenciado de crescimento econômico e sua relativa estabilidade frente aos choques e crises econômicas que marcaram o período.

Tabela 2 – Crescimento médio anual do PIB a preços constantes.

	1995-1997	1998-2000	2001-2003	2004-2007	2008	2009
Leste da Ásia e Pacífico (em desenvolvimento)	8,75	5,38	7,79	10,51	8,47	7,38
União Europeia	2,49	3,33	1,53	2,65	0,62	-4,25
Estados Unidos	3,61	4,48	1,81	2,82	0,00	-2,63
China	10,07	7,93	9,13	12,08	9,60	9,10
América do Sul	3,68	0,80	0,49	6,39	5,45	-0,14
Meio Oeste e Norte da África	3,95	4,00	3,00	5,76	5,27	1,97
África Subsaariana	4,16	2,86	3,78	6,18	5,05	2,08
Europa Oriental	5,28	2,87	3,11	6,26	3,14	-3,64
Mundo	3,33	3,32	2,08	3,90	1,54	-1,93

Fonte: Elaboração própria com dados de WDI World Bank, CEPAL e FMI.

Devido à instabilidade dos fluxos econômicos típica do padrão monetário atual⁴, esse período também é marcado pela ocorrência de crises econômicas nas mais diferentes regiões⁵.

³ Macedo e Silva, seguindo a classificação adotada pela FMI, inclui essas economias no grupo das avançadas, apesar de se mostrar um pouco reticente com essa classificação.

⁴ O padrão monetário atual, 'padrão dólar flexível', se formou através de um gesto unilateral das autoridades monetárias americanas e resultou na reafirmação da hegemonia desse país nos fins dos anos 70. Nesse sistema, o dólar flutua livremente, sem referência à nenhuma outra unidade de valor, situação inédita na história. Isto dá aos EUA o poder inigualável de administrar sua economia livre de qualquer restrição externa. Devido à grande importância do dólar, a economia global agora flutua conforme as decisões das autoridades americanas relativa à sua economia interna. Esse padrão se caracteriza pela livre flutuação das taxas de câmbio e pela liberalização financeira. Com isso, aumenta sem precedente os fluxos de ativos financeiros e sua participação na composição da riqueza das famílias e empresas. Isso põe importantes constrangimentos à ação das autoridades econômicas dos diversos países, que têm agora de acomodar as variações dos fluxos financeiros entre residentes e não

No entanto, a economia chinesa conseguiu manter uma relativa estabilidade em sua trajetória de crescimento. Mesmo durante a crise de 1997, quando várias economias asiáticas apresentaram grande contração econômica e desvalorização cambial, a economia chinesa, com o seu câmbio já desvalorizado, teve um menor impacto negativo em seu ritmo de crescimento econômico através da intensificação de seus investimentos públicos. A tabela 2 sintetiza esse argumento, apresentando as taxas médias anuais de crescimento econômico para alguns países e regiões.

Também no comércio de bens o ressurgimento dos países em desenvolvimento fica bem definido. Nesse aspecto, o crescimento das economias em desenvolvimento se apresenta mais concentrado nas economias asiáticas – com menor participação das demais regiões em desenvolvimento – e a importância da China para o atual cenário econômico mundial se mostra de forma mais proeminente. O gráfico 3 apresenta o ganho da participação da China no comércio mundial e compara com duas outras economias de interesse para a pesquisa, Estados Unidos e América do Sul. Nesse gráfico é possível ver como a participação da China no comércio global já caminha para superar a americana – que sofreu uma grande queda entre 1999 e 2009.⁶ Esse gráfico também aponta para uma reestruturação global das relações de comércio, com crescimento da participação dos países subdesenvolvidos (onde se insere a América do Sul) e a diminuição dos países desenvolvidos – que foi acentuada pelo maior impacto da crise financeira mundial de 2008-09 nos países desenvolvidos.

Grande parte desse incremento no comércio dos países em desenvolvimento se deve às relações comerciais com os países asiáticos, com destaque para a China.⁷ Várias dessas regiões subdesenvolvidas tem na China um dos seus principais parceiros comerciais na

residentes. Como resultado as bolhas especulativas são partes integrantes desse sistema. (Tavares e Belluzzo, 2004). Ver também Serrano (2004).

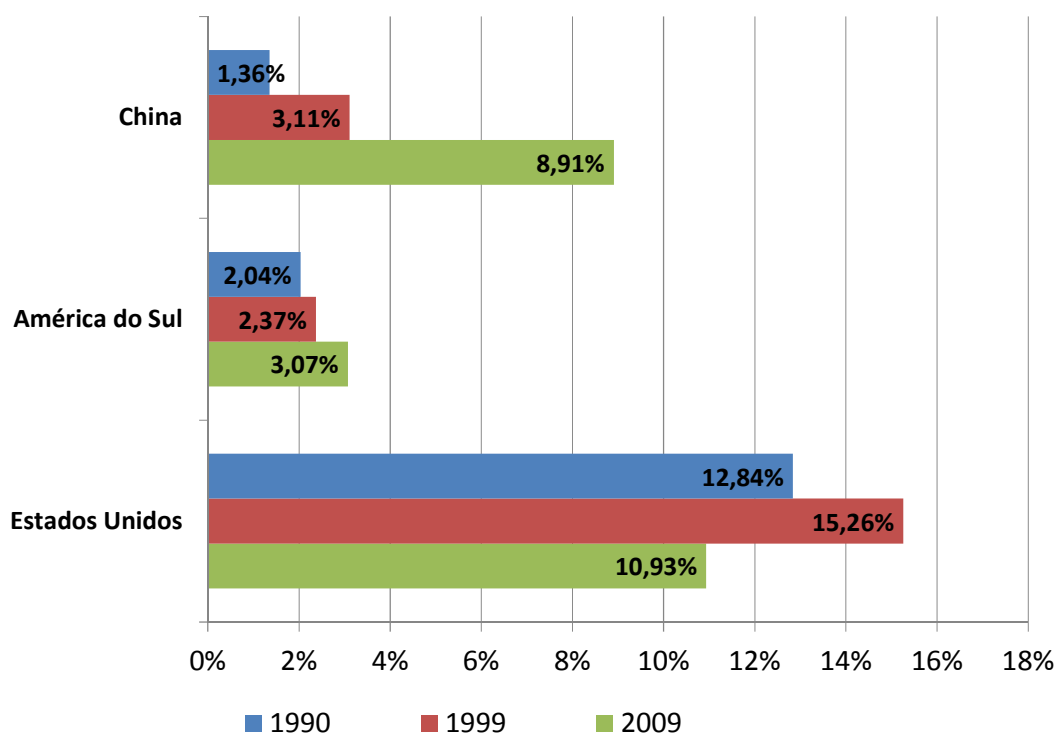
⁵ Nos anos 90, variados países e regiões sofreram crises externas, resultante de déficits no Balanço de Pagamento. De uma forma geral, essas resultaram em abrupta desvalorização cambial e fuga de capitais. As principais crises econômicas desse período foram: México em 1994; Países Asiáticos em 1997; e Rússia em 1998.

⁶ O extraordinário crescimento das exportações chinesas leva muitos pesquisadores a considerar o modelo recente de crescimento chinês como um caso de crescimento liderado pelas exportações. Os adeptos desta interpretação destacam o crescimento das exportações, a taxas bem superiores aos demais componentes do PIB. Nessa corrente ganham importância a política de abertura comercial, os investimentos das multinacionais visando à exportação, o deslocamento produtivo e os investimentos das empresas americanas, europeias e japonesas buscando aproveitar as vantagens comparativas chinesas nos baixos custos de mão-de-obra (Medeiros, 2010). No entanto, Medeiros relativiza a participação real das exportações para o crescimento chinês, ao destacar que o componente importado nas exportações é muito elevado. Desta forma, independente da sua dimensão absoluta, essas exportações têm um menor efeitos sobre o crescimento do PIB. Em adição, o autor observa que existe uma relativa autonomia do PIB em relação às exportações, que apresenta uma maior volatilidade.

⁷ A UNCTAD (2007a) identifica um movimento de intensificação do comércio entre os países subdesenvolvidos, em detrimento das relações exclusivas com países desenvolvidos. Esse fato independe, em certa medida, do crescimento acelerado chinês.

atualidade. Isto inclui a América do Sul. A China também se destaca por ser o destino de grande parte das exportações de produtos primários. Regiões como África, América do Sul e Europa Oriental, ricos em recursos metálicos e energéticos, têm se beneficiado do grande ciclo de crescimento do mercado dos produtos primários. Um dos seus efeitos mais visíveis é a grande valorização nominal nos preços desses bens, especialmente sentida no caso dos minerais metálicos (tais como minério de ferro, cobre, zinco) e energéticos (principalmente petróleo).

Gráfico 3 – Participação no comércio mundial de bens (%).



Fonte: Elaboração própria com dados de WDI World Bank e CEPAL.

Esse *boom* dos preços das *commodities* primárias se processou a partir de 2002, se acentuando em 2004. Esse processo parece ser um dos principais fatores para a retomada do crescimento econômico entre os países subdesenvolvidos. Neste novo cenário, as exportações de produtos primários passaram a gerar vultosas rendas para os países com grande capacidade de exportações primárias e abundantes em recursos naturais. Segundo a UNCTAD, um efeito adicional desse aumento dos preços é o fato dos recursos advindos das exportações primárias aumentarem a possibilidade de realização de investimentos em infraestrutura e capacidade

produtiva, que se mostram extremamente necessários ao processo de diversificação econômica (UNCTAD, 2008).

Desta forma, os elementos de ruptura do cenário econômico recente estão, em grande parte, relacionados ao extraordinário crescimento econômico chinês. Devido sua intensidade, esse fenômeno vem assumindo um protagonismo cada vez maior na economia mundial, promovendo uma reestruturação do sistema econômico internacional, principalmente sobre as estruturas produtivas nacionais e sobre a distribuição internacional de riqueza.⁸ No entanto, a importância atual da China não se resume às suas taxas de crescimento econômico. Esse ciclo está fortemente relacionado às particularidades do crescimento econômico chinês. Segundo a UNCTAD (no *TDR 2005*), os recentes processos de ascensão de economias asiáticas (China e Índia) tendem a ter um impacto bem maior que os casos anteriores (Japão e Coreia). Isso se deve principalmente: ao fato de China e Índia possuírem grandes populações, ao contrário dos casos precedentes; pelo crescimento desses países se dar com maior integração à economia mundial, enquanto Japão e Coreia se industrializaram contando apenas com o espaço de suas economias nacionais; e pelo fato de nos casos atuais o diferencial de PIB per capita com as economias desenvolvidas ser bem maior.

Mesmo entre China e Índia existem grandes diferenças quanto ao impacto na economia mundial.⁹ A ascensão da Índia se caracteriza pelas exportações de serviços para os Estados Unidos. Com isso, seu impacto na exportação de manufaturas intensivas em mão-de-obra e consumo de materiais primários é bem inferior em relação à China (UNCTAD, 2005). Por outro lado, a China promoveu sua integração na economia mundial através da exportação de manufaturas intensivas em mão-de-obra aproveitando seu baixo custo de trabalho.

A China vem promovendo um processo de crescimento com grande presença dos investimentos estatais, da indústria pesada e infraestrutura para comportar o extraordinário processo de urbanização que esse país atravessa, com reflexos em sua demanda por insumos e matérias-primas, onde se destacam os produtos de origem mineral. Apesar de a China ser hoje um dos principais produtores em vários tipos de minerais, a demanda excedente por esses bem é um dos principais canais de transmissão do crescimento chinês para o resto da economia

⁸ Em Medeiros (2006b), este autor descreve como a China vem se afirmando como centro cíclico regional, provocando um reordenamento da economia global. Já em Medeiros (2010), o autor discute algumas interpretações sobre o recente crescimento chinês, e procura descrever esse crescimento como um padrão de crescimento induzido pelos investimentos estatais na indústria pesada. Ambos os textos ressaltam a inflexão da economia chinesa provocada pelos investimentos estatais, com o incremento de sua capacidade exportadora a partir de 2001.

⁹ O documento analisa conjuntamente os casos de China e Índia. Porém, a influência atual da Índia na economia mundial é bem inferior à exercida pela China. A inserção da Índia no estudo se deve mais ao potencial que ela representa para um futuro próximo.

mundial, principalmente os países com significativo potencial mineral – conjunto que abarca várias das regiões menos desenvolvidas do planeta.

Analisando os efeitos do crescimento chinês sobre a economia mundial, Medeiros (2006b) identifica que a partir de 2000 a China vem se afirmando enquanto ‘Duplo Polo na Economia Mundial’. O país se tornou o principal produtor de manufaturas de baixo custo unitário e um grande mercado consumidor para matérias-primas, máquinas, equipamentos e indústrias de alta tecnologia. A forma como o crescimento chinês irá impactar cada economia será determinada pelo efeito estrutura, que considera as relações de complementaridade e rivalidade com as exportações chinesas, e o efeito escala decorrente do tamanho do mercado interno chinês. Um de seus principais efeitos é a redução do preço dos produtos manufaturados, devido aos baixos custos salariais apresentados pela China; e a valorização do preço do petróleo e demais matérias-primas, devido à grande demanda chinesa, causada pela sua rápida urbanização e industrialização. Esse processo tem beneficiado os países produtores de matéria-prima, dentre os quais se encontra o Brasil. No entanto, a continuidade dessa tendência fez com que os efeitos da expansão chinesa se espalhassem pelos demais países sul-americanos, assim como, países da África Subsaariana e Leste Europeu, todas regiões ricas em recursos minerais (metálicos, não metálicos e energéticos). Esses países seriam duplamente beneficiados pela acelerada expansão chinesa, “tanto pelo aumento no volume físico exportado quanto pela elevação dos preços das *commodities* no mercado mundial.”¹⁰

1.2 - A Indústria Mineral

Os minerais estão extremamente relacionados à evolução da sociedade humana. Como é bastante citada, a relação entre a evolução da espécie humana e o uso e domínio dos minerais é tão forte que a História tomou de empréstimo os nomes de metais ou seus produtos para designar as várias etapas do processo evolutivo do homem.

No entanto, essa relação não se dá apenas nos estágios primitivos da sociedade. Também nos tempos atuais as grandes descobertas e avanços na manipulação dos metais são determinantes para os rumos da história humana.¹¹ Em relação a isto, o DNPM (2009) traz:

¹⁰ Medeiros (2006b, p. 394).

¹¹ Damasceno *et alli* (2005) traz um pequeno resumo com alguns exemplos da utilização dos metais durante a história humana.

Importa enfatizar que o uso dos bens minerais não ocorre por mero e caprichoso desejo humano e sim porque ele desempenha uma função socialmente ampla e necessária. A evolução das civilizações evidencia a forte dependência do homem, na proporção em que usufrui dos recursos ambientais, utilizando-se de seus serviços e das propriedades dos bens minerais para o atendimento de suas necessidades primárias.¹²

Dessa forma, o consumo de bens minerais sintetiza várias características do estágio atual da sociedade, principalmente relacionadas às técnicas de produção e aos hábitos de consumo. Essa dependência se tornou mais forte com o desenvolvimento da indústria petrolífera ao longo do século XX e a transformação do petróleo no principal energético mundial. Além de permitir grande salto no consumo energético, essa indústria foi pioneira em uma série de fatores que se tornaram as bases da moderna organização industrial: como a formação de grandes empresas conglomeradas, aproveitamento das economias de escala e integração vertical, e concorrência oligopolista. Como diz Pinto Jr.(2007):

Desde a descoberta pioneira realizada por Edwin L. Drake, em Titusville (Pensilvânia – EUA), em 1859, o petróleo originou a mais competitiva indústria energética e fundou a base tecno-energética do desenvolvimento do século XX.¹³

A estrita relação entre a exploração mineral e a evolução social também se mostra no sentido inverso, pelo fato de grande parte dos conceitos relativos ao setor mineral incorporar em sua definição a dimensão técnica-econômica.¹⁴ Essa dimensão é importante até mesmo na medição das reservas minerais disponíveis ao homem.¹⁵

¹² DNPM (2009, p.7).

¹³ Pinto Jr.(2007, p. 59).

¹⁴ Damasceno *et alli* (2005, p. 38) afirma que os minérios são definidos “pelas suas características intrínsecas e extrínsecas. As primeiras são herdadas do processo genético [dadas pelo processo de formação geológica] e as últimas são dependentes da tecnologia disponível para o seu aproveitamento, do cenário econômico que condiciona o mercado, determinando a demanda, e dos constrangimentos ambientais, que limitam o seu aproveitamento ou uso. O conceito de minério é variável no tempo...”.

¹⁵ Para a medição da quantidade dos minerais toma-se como parâmetro o conceito de **reserva mineral**, que é usado para designar os minerais que se têm informações suficientes para o seu aproveitamento, principalmente em termos de teor e quantidade, e que seja possível de extrair de forma lucrativa, com a tecnologia vigente nos dias atuais ou em um futuro próximo. As reservas se diferenciam dos **recursos minerais**, que são os minerais conhecidos sobre o qual não se tem tantos conhecimentos, e sua exploração não possui viabilidade econômica aos preços e técnicas atuais. Também temos o conceito de **recursos hipotéticos**, que engloba os minerais ainda não conhecidos mais cuja existência seja presumida. Os critérios para avaliação dos minérios é sintetizada na Caixa de MacKelvey. “A caixa de MacKelvey possibilita que se visualize a delimitação entre reserva, recursos e recursos hipotéticos, a partir de critérios tecnológicos e econômicos” (Silva, 2003, p. 36). A caixa de MacKelvey é apresentada no Anexo I. Conforme apresentado em USGS (2011): “known resource should be classified from two standpoints: (1) purely geologic or physical/chemical characteristics – such as grade, quality, tonnage, thickness, and depth – of material in place; and (2) profitability analyses based on cost of extracting and marketing in a given economy at given time”.

Por outro lado, os recursos minerais (assim como os demais tipos de recursos naturais) sempre tiveram grande peso para o desenvolvimento das economias nacionais e se apresentam como uma temática de extrema importância para o debate econômico desde o nascimento desse campo de conhecimento. O debate malthusiano sobre os limites ao crescimento populacional - dado pela capacidade da Terra em comportar tal crescimento – talvez seja um dos exemplos mais citados. O *World Trade Report 2010* da OMC traz um pequeno resumo de vários teóricos do campo econômico que ao longo do tempo desenvolveram ideias acerca da importância dos recursos naturais para a economia.

Em relação aos países subdesenvolvidos, duas teses têm bastante importância: a constatação realizada por Raúl Prebisch de ‘Deterioração dos Termos de Troca’ dos países subdesenvolvidos (pela tendência secular de menor valorização dos produtos primários – exportados pelos países periféricos – em relação aos produtos manufaturados – exportados pelos países centrais); e o fenômeno chamado ‘Doença Holandesa’ (situação em que a valorização cambial resultante dos grandes saldos comerciais obtidos com a exportação de bens primários deprime a formação ou retrai a indústria nacional). O debate acerca dessas teses ganharam novos elementos diante da emergência do ciclo de valorização prolongada dos preços dos produtos primários.

Existem algumas particularidades nos setores de exploração de recursos naturais que os distinguem dos demais bens transacionados mundialmente (OMC, 2010): 1) São bens exauríveis, bens que não podem ser produzidos pela ação humana. Dessa forma, se considera que exista um estoque finito de bens minerais que pode chegar à exaustão conforme seja a taxa de exploração do recurso. 2) Apresentam uma distribuição desigual ao longo do globo terrestre. Dessa forma, para algumas nações a única forma de suprir sua demanda por bens minerais é através da importação, enquanto outros países possuem capacidade abundante de produção desses bens. 3) Essas atividades geram grandes externalidades negativas, principalmente relacionadas ao impacto ambiental das explorações de recursos naturais. 4) Têm uma grande importância para as economias nacionais, principalmente para as pequenas e pouco diversificadas (a tabela 3 ajuda a exemplificar este ponto). 5) Por último, os preços internacionais desses produtos são marcados por grandes volatilidades – ondas de valorização são seguidas por intensas desvalorizações.

Tabela 3 – Exportação de Recursos Naturais por região e participação dos recursos naturais no total exportado de cada região em 2008.

Regiões	Bilhões de US\$	% nas exportações totais
Mundo	3.855,4	25
Oriente Médio	758,7	74
África	406,0	73
CEI	489,7	70
América do Sul e Central	281,3	47
América do Norte	397,8	20
Ásia	630,4	14
Europa	891,5	14

Fonte: OMC, 2010.

A combinação desses fatores (principalmente os dois últimos) torna a dependência da exportação de recursos naturais uma situação de grande fragilidade para o desenvolvimento econômico. Sinnot, Nash e de la Torre (2010) acrescenta que: a exploração de recursos naturais, em especial minerais e hidrocarbonetos, pode ser uma grande fonte de receitas, mesmo em países com alto custo de extração; a exploração de minerais e hidrocarbonetos requer grandes investimentos iniciais, com uma grande quantidade de ativos fixos e de longo prazo de retorno; e é comum a formação de economias de enclaves entorno da exploração desses recursos. Em contrapartida, essas características fazem da exploração mineral uma atividade sujeita a grandes riscos, principalmente aquela realizada em grandes empreendimentos. Esses riscos podem ser: tecnológicos, de mercado e políticos. O risco político é bastante agravado pela consideração estratégica dos bens minerais.

Evolução do Mercado Mineral

Com o advento da Revolução Industrial, e o conseqüente aumento na intensidade no uso de metais e energéticos, a questão da garantia de fontes de abastecimento desses recursos passou a ser central no posicionamento geopolítico das grandes potências. Nesse cenário os recursos naturais se tornaram de grande relevância para as economias nacionais, não apenas pelos recursos gerados em sua exploração, mas também pela necessidade de se fazer frente a

uma demanda cada vez maior por esses bens. Nesse momento, também se assiste o aumento do comércio internacional desses minerais, na tentativa das grandes potências em suprir suas necessidades através da importação desses minerais.

Essa relevância estratégica passou a ser fortemente questionada nos anos 90. Os minerais, assim como os demais produtos primários, apresentaram preços baixos e tendência à depreciação real – à exceção de picos isolados, como em meados da década. Isso se refletiu também em baixos investimentos no aumento da produção. Ao mesmo tempo, o aprofundamento dos mercados financeiros e o desenvolvimento de produtos relacionados aos mercados minerais, mercados futuros e derivativos, também contribuíram para esse processo.

Esse questionamento da importância estratégica, no entanto, se manifestou com menor intensidade no mercado internacional de petróleo. Apesar das similaridades com os minerais metálicos, o mercado de petróleo possui configurações bem distintas. Destacam-se (UNCTAD, 2007b, Pinto Jr., 2007): sua maior dimensão, que representa também maiores lucros aos envolvidos; sua maior exposição ao fator geopolítico, principalmente pela concentração de mais da metade das reservas provadas de petróleo na península árabe (região historicamente conflituosa) e pela atuação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo); sua indústria é formada por empresas maiores e mais lucrativas; apresenta um maior grau de concentração empresarial; menor participação de grandes empresas estrangeiras nas produções nacionais; e, por último, grande presença das empresas estatais, que lideravam o setor em 2005 (tabela 4). Essa presença das empresas estatais é ainda maior quando se considera a posse das reservas provadas – segundo a UNCTAD (2007b) o percentual detido pelas empresas estatais atingia mais de 80%, em 2005.

Essa maior solidez das empresas petrolíferas e maior participação das estatais fizeram com que a abertura dos mercados nacionais de petróleo nos anos 90 seguisse, em geral, caminhos menos radicais dos que os trilhados pelos demais setores minerais. No caso do petróleo, as reformas se pautaram em geral pela atração de investimentos externos, sem incluir a privatização desses recursos, com poucos casos de privatização total do setor. Os investimentos estrangeiros foram direcionados, principalmente, a parcerias ou joint-ventures com empresas estatais, ou a produções marginais.

Tabela 4 – Principais Empresas de Extração de Óleo e Gás, por produção total em 2005, em milhões de barril equivalente de petróleo.

Ranking na Produção Mundial	Companhia	País de Origem	Participação Estatal (%)	Produção Total
1	Saudi Aramco	Arábia Saudita	100	4.148,8
2	Gazprom	Rússia	51	3.608,5
3	NIOC	Irã	100	1.810,7
4	ExxonMobil	EUA	-	1.725,7
5	Pemex	México	100	166,2
6	BP	Reino Unido	-	1.572,6
7	Royal Dutch Shell	reino Unido/Países Baixos	-	1.482,7
8	CNPC/PetroChina	China	100	1.119,6
9	Total	França	-	997,6
10	Sonatrach	Argélia	100	911,8
11	Petróleos de Venezuela	Venezuela	100	902,6
12	Kuwait Petroleum Corp	Kuwait	100	897,3
13	Chevron	EUA	-	816,9
14	Abu Dhabi National Oil Co (ADNOC)	Emirados Árabes	100	794,9
15	Lukoil	Rússia	-	781,1
16	ConocoPhillips	EUA	-	755,4
17	Petrobras	Brasil	56	749,6
18	Abu Dhabi Co Onshore Operator	Emirados Árabes	40	710,9
19	Nigerian National Petroleum Co	Nigéria	100	697,7
20	TNK-BP	Rússia	-	691,8

Fonte: UNCTAD, 2007b.

Na verdade, a crise dos produtos minerais durante os anos 90 representou uma intensificação da tendência à depreciação dos produtos naturais que se iniciou com força nos anos 70. Esse período despertou a consciência quanto à perenidade de um modelo de crescimento econômico baseado no petróleo barato. Hobsbawm (1997) cita que o crescimento acelerado do pós Segunda Guerra Mundial até os anos 70 se fez com base na intensificação da exploração dos recursos naturais, motivados ainda pelas concepções vinda desde a Revolução Industrial. Nesse período o avanço da humanidade era medido pela sua capacidade de dominar a natureza, sem nenhuma preocupação com as consequências ambientais e a depredação do patrimônio natural. Esse paradigma foi quebrado com a primeira elevação significativa dos preços do petróleo, em 1973-74. A partir desse momento a questão ambiental passou a ser um tema de primeira importância na agenda de discussões dos vários segmentos da sociedade. Esses passaram a pressionar fortemente para o estabelecimento de legislações sobre o meio ambiente que impunham restrições ambientais cada vez mais exigentes às

atividades econômicas.¹⁶ A resposta imediata a este movimento foi a maior preocupação com a conservação dos recursos naturais e a crescente busca por produtos substitutos aos bens naturais.

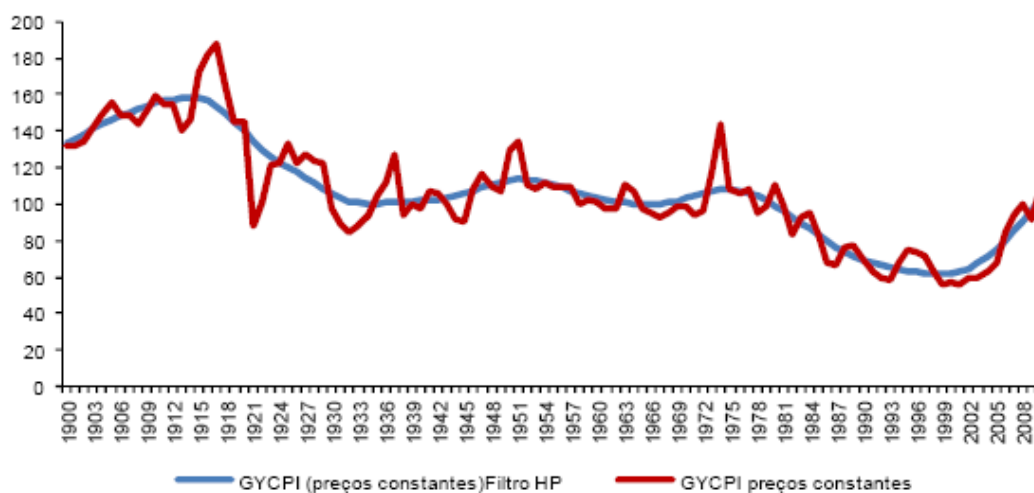
A isso se somou uma importante mudança nos padrões de gasto. Os investimentos na reconstrução industrial, em modernização da infraestrutura e na urbanização, que tiveram grande importância nas décadas que se seguiram à 2ª Guerra, perderam importância relativa, em particular nas economias mais desenvolvidas, para os gastos crescentes com serviços, tecnologias de informação e outras áreas que apresentam baixa elasticidade por recursos naturais. Em decorrência dessa nova forma de encarar os recursos naturais, a partir dos anos 70 se iniciou uma forte tendência à depreciação real nos preços desses bens, que predominou até a emergência da China no século XXI. No gráfico 4 fica visível a quebra da série no início dos anos 70 em direção a uma queda acentuada de preços. Movimento semelhante, durante o século passado, somente pode ser observado durante a Primeira Guerra Mundial e no período que se segue a este evento.

Para os minerais metálicos, a deflação nos preços refletiu, portanto, não apenas uma oferta excedente em relação à demanda, mas também a influência de uma série de transformações no contexto internacional, muitas delas totalmente exógenas à indústria mineral ou a esfera econômica. Esses fatores externos colaboraram para que nos anos 90 muitos analistas acreditassem que esses bens haviam deixado de ser estrategicamente importantes para os Estados. A emergência de uma economia globalizada e a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica única no sistema internacional, nos anos 80 e 90, abalaram fortemente as estruturas do mercado internacional de minerais metálicos.¹⁷

¹⁶ Essa emergência das preocupações ambientais apareceu primeiramente e de forma mais acentuada nos países desenvolvidos, onde os movimentos sociais passaram a pressionar fortemente pelo estabelecimento de legislações ambientais cada vez mais restritivas às atividades poluentes. Em função dessas restrições ambientais, as atividades 'suja' se transferiram dos países industrializados para os países em desenvolvimento com legislações menos exigentes, motivadas também pela tendência geral de *outsourcing* da produção por vários países. Estes produtos continuavam tendo os seus centros de produção ligados aos países desenvolvidos, que detinham as atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e lançamento de novos produtos. Os países em desenvolvimento passaram a se concentrar na produção e exportação de produtos manufaturados de baixo valor agregado e intensivos em recursos naturais - algumas vezes etapas intensivas em mão-de-obra e recursos naturais de uma cadeia internacional de produção. O corolário desse processo foi a diminuição da emissão de poluentes nos países desenvolvidos, à custa do aumento dos danos ambientais nos países em desenvolvimento (Young e Lustosa, 2003).

¹⁷ O prognóstico realizado pelo prof. Iran Machado no fim dos anos 90, portanto antes do ciclo de valorização dos preços desses bens, aponta para a possível transformação dos minérios em *utilities* (bens considerados essenciais a qualquer ser humano, e, portanto, seu acesso passa a ser um direito para toda a população, tal como a água, energia elétrica e ambiente limpo). Esse autor também aponta para a passagem da indústria de mineração do terreno da geopolítica para a geoeconomia, onde a aquisição de bens minerais passa a ser solucionada através de uma simples operação comercial (Machado, 1998). Esse processo de perda da importância estratégica dos minérios é simbolizado pela extinção do Bureau of Mines Americano (USBM).

Gráfico 4 – Evolução dos preços reais de *Commodities* (1977/79=100).



Fonte: Carneiro, 2012.

Para Iran Machado (1998) dois eventos tiveram especial significado nesse processo: o fim do mundo bipolar e da Guerra-Fria; e a mudança no paradigma do desenvolvimento econômico, que passa da industrialização para a informação. O conflito mundial conferia grande importância estratégica à disponibilidade e estocagem de produtos primários, além de impor grandes gastos com a indústria bélica, intensiva no uso de metais. Desta forma, “o fim da Guerra-Fria tornou desnecessária a autossuficiência ou a formação de estoques estratégicos de bens minerais e de outras *commodities*”¹⁸ e retirou um dos pilares que conferiam importância estratégica aos bens minerais – fundamentada na escassez e na possibilidade de confronto militar.

As principais implicações dessas mudanças para o setor mineral, segundo esse autor, foram o menor ritmo de crescimento no consumo de bens minerais, principalmente metálicos (que sempre crescem bastante em tempos de guerra); os preços declinantes das *commodities* não energéticas; aumento do poder de barganha de grandes consumidores, que passaram a estruturar o mercado; e o aparecimento de legislações ambientais, que passam a ser uma variável importante para a competitividade das indústrias nacionais do setor mineral. Também contribuíram fortemente a maior abertura comercial predominante na maior parte das economias e o barateamento dos custos de transportes.

Fatores específicos à indústria mineral também exerceram grande influência para que a década de noventa seja considerada uma época de crise nessa indústria. Um dos principais

¹⁸ Machado (1998, p. 52)

fatores foi a oferta excessiva criada pelo retorno das grandes empresas mineradoras transnacionais aos países subdesenvolvidos durante os anos 80. Esses países possuem grande potencial mineral, no entanto, também apresentam significativos riscos políticos, o que pode comprometer os investimentos em uma indústria tão intensiva em capital, com investimentos em larga escala e operações de longo prazo, como é a exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos.

Esse risco político havia se elevado muito nos anos 50 e 60 quando vários países subdesenvolvidos iniciaram uma onda de nacionalizações. Essa indústria foi um dos principais focos desse processo naqueles países com recursos minerais relevantes, incluindo a indústria de petróleo. A resposta das empresas transnacionais do setor mineral a esse desafio foi sua retirada desses países e a tentativa de trabalhar jazidas mais pobres ou mais profundas em seus territórios de origem ou em países com maior alinhamento político, nos quais as grandes empresas mineradoras estariam menos sujeitas a esse risco.

No entanto, à semelhança da indústria de petróleo, na exploração de minérios o principal fator de competitividade é a existência de jazidas de classe internacional que assegurem uma exploração em grande volume e baixo custo. As empresas transnacionais tentaram superar essa desvantagem em relação às grandes jazidas dos países do Terceiro Mundo com maciços investimentos em tecnologia. A esse fator se somou à melhor qualidade da infraestrutura de transporte e de mão-de-obra nos países desenvolvidos. Esse cenário se intensificou após o primeiro choque do petróleo, diante do temor da formação de um cartel dos países produtores de minérios. Entretanto, o grande avanço nas técnicas de mineração e os pesados investimentos em P&D nos países desenvolvidos, não se mostraram suficientes para vencer as vantagens de custos das grandes jazidas dos países do Terceiro Mundo.

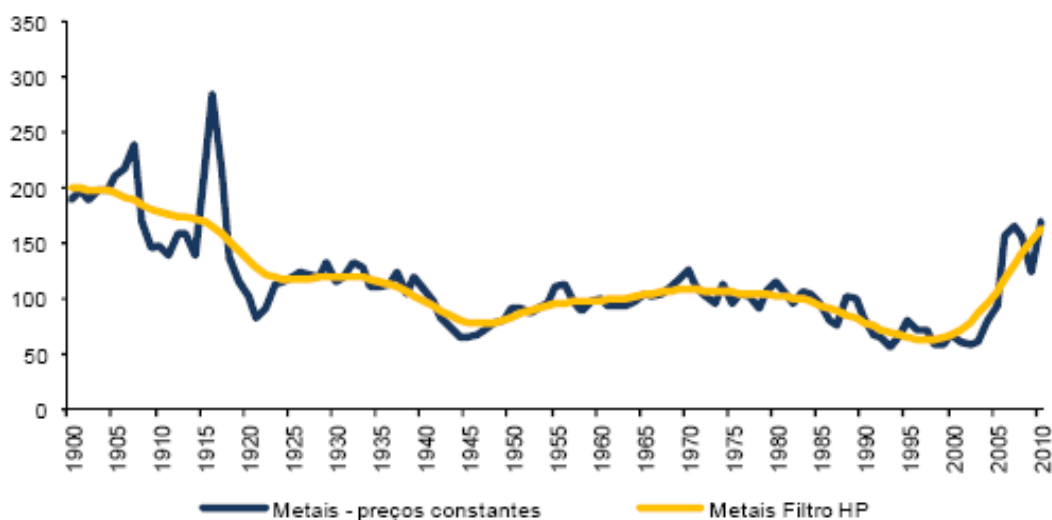
Esse quadro se inverteu drasticamente nos anos 80, quando vários países em desenvolvimento iniciaram políticas de abertura econômica e flexibilização da legislação mineral, visando à atração de investimentos externos.¹⁹ Essa situação foi precipitada pela crescente dificuldade de financiamento externo e do setor público nos países subdesenvolvidos. Na América Latina, essa situação se transformou em crise aberta após a moratória mexicana de 82. Desde então, a atração de recursos externos passou a ser o imperativo básico da política econômica de vários países em desenvolvimento, e a atração de investimentos externos, via flexibilização da legislação mineral, passou a ser vista como uma

¹⁹ Segundo a UNCTAD (2007b), até aquele momento, a participação das grandes empresas transnacionais de mineração na explosão mineral dos países subdesenvolvidos se limitava a participações minoritárias em holdings e outras parcerias com empresas estatais.

das formas prioritárias de garantir a reinserção externa desses países e a continuidade do crescimento no setor mineral. Além de leis favoráveis ao investimento estrangeiro, o receituário incluía legislações ambientais brandas como forma de promover a competitividade dessas indústrias. Nos anos 90, esse processo foi reforçado pela supremacia do ideário neoliberal, onde os programas de privatização e desnacionalização se generalizaram por vários países e setores da economia, tais como serviços públicos e transportes, além dos recursos minerais.

Com o retorno das mineradoras transnacionais às economias em desenvolvimento, as novas técnicas puderam ser aplicadas às jazidas minerais desses países, multiplicando a capacidade de produção dessa indústria. Isso resultou em um grande crescimento na oferta de bens minerais, que se confrontou com uma baixa demanda por esses produtos, em função do baixo crescimento da economia mundial e dos efeitos das crises do petróleo. Como consequência, houve uma grande depreciação dos preços dos bens minerais. A conjunção desses fatores explica o quadro descrito por Compónico e Ortiz (2002), até com certo espanto, onde o início da recuperação da demanda mundial por minerais e metais nos anos 90 não resultou no aumento generalizado nos preços desses produtos, mas ao contrário, em sua queda acentuada.

Gráfico 5 – Evolução dos preços reais dos minérios (1977/79=100).



Fonte: Carneiro, 2012.

Conforme se observa no gráfico 5, a trajetória de preços dos minérios é marcada por um longo declínio ao longo da primeira metade do século XX. Essa trajetória de queda é

interrompida no período entre guerras – quando houve grande crescimento da demanda por minérios – e após a 2ª Guerra Mundial – que deu início a um longo período de estabilidade dos preços do minério. Esses períodos contrastam com a queda acentuada após os anos 80. O início do século XXI foi o único período de elevação significativa dos preços dos minérios em quase 100 anos. Por isso, o atual contexto de valorização dos preços dos produtos minerais metálicos constitui uma total novidade histórica.

A conjuntura adversa nos mercados minerais nos anos 90 também levou ao enfraquecimento das grandes empresas mineradoras e à piora em suas condições de financiamento. Segundo Compónico e Ortiz (2002), esse fraco desempenho da indústria mineral diminuiu a rentabilidade e atratividade das empresas do setor. Isso se expressou no pouco interesse dos investidores privados por ações dessas empresas, na perda de espaço entre os grandes grupos multinacionais e na menor participação dentro principais bolsas de valores. Esse quadro foi agravado pelo grande destaque dado para as empresas de novos setores – como tecnologia da informação, informática, comunicação – e demais setores manufatureiros. Essa pouca atratividade resultou no barateamento de suas ações e no encarecimento do financiamento para novos investimentos, levando a uma grande onda de fusões e aquisições, que mudou profundamente a configuração da indústria mineral no mundo. Segundo esses mesmos autores, entre 1995 e 2001 foram realizadas 569 operações de fusão e aquisição no setor mineral, totalizando gastos de US\$ 151,9 bilhões. Somente em 2001, ano recorde dessas operações, foram gastos US\$ 40 bilhões.

Tabela 5 – Participação das Principais Empresas na Produção da Indústria Mineral não-Energética, em 2001, em %.

			2001
1	Anglo American	Reino Unido	6.1
2	Rio Tinto	Reino Unido	4.3
3	BHP Billiton	Australia / RU	3.4
4	CVRD	Brasil	2.9
5	Norilsk Nickel	Rusia	2.1
6	Codelco	Chile	1.9
7	Newmont	Estados Unidos	1.9
8	Phelps Dodge	Estados Unidos	1.4
9	Barrick	Canadá	1.4
10	Grupo México	México	1.3
	Las 10 más grandes		26.7

Fonte: Raw Materials Data, Estocolmo, 2002. Citado em: Compodónico e Ortiz, 2002.

Como resultado, aumentou muito o nível de concentração na indústria de minerais metálicos a nível mundial. Os autores apontam que em 2001, as três maiores empresas do setor concentravam 13,8% da produção total de minerais não combustíveis no mundo ocidental. Para as dez maiores empresas esse índice foi de 26,2%, no mesmo ano. Dessa forma, a indústria de minerais metálicos no início do século XXI passou a ser formada por grandes grupos, com grande participação de mercado, produção em grande escala e operações a nível global, operando diferentes cadeias produtivas de forma integrada. A posição favorável das empresas mineradoras transnacionais se consolidou com o ciclo prolongado de valorização dos minérios, que, inversamente ao que havia acontecido no passado, tornou essas empresas extremamente rentáveis frente às grandes empresas de outras indústrias.

O Atual Ciclo de Valorização de Preços

A partir de 2002 o preço das *commodities* primárias cresceu de forma contínua e a crescente, marcando uma recuperação dos preços reais desses produtos em relação às décadas precedentes.²⁰ No início de 2008 esse crescimento se tornou explosivo para um grande conjunto de produtos. Este ano marcou o novo recorde histórico de preços para vários grupos de produtos primários. No último trimestre daquele ano, a emergência de uma grave crise financeira internacional resultou em uma grande queda nos preços desses bens, seguido de uma rápida recuperação no primeiro semestre de 2009. Esse retorno foi tão espetacular, que organismos internacionais como a UNCTAD e FMI passaram a prever que em 2010 os preços desses produtos ultrapassariam o seu pico histórico, alcançado em 2008 (UNCTAD, 2009 e 2011). De 2002 a 2008 o índice de preços de *commodities* do FMI alcançou um crescimento de quase 200%, passando de US\$ 58 para US\$ 172. Em relação a 2010, esse crescimento ficou em 161%. O gráfico 6 apresenta a dinâmica dos preços para os principais grupos de produtos primários.

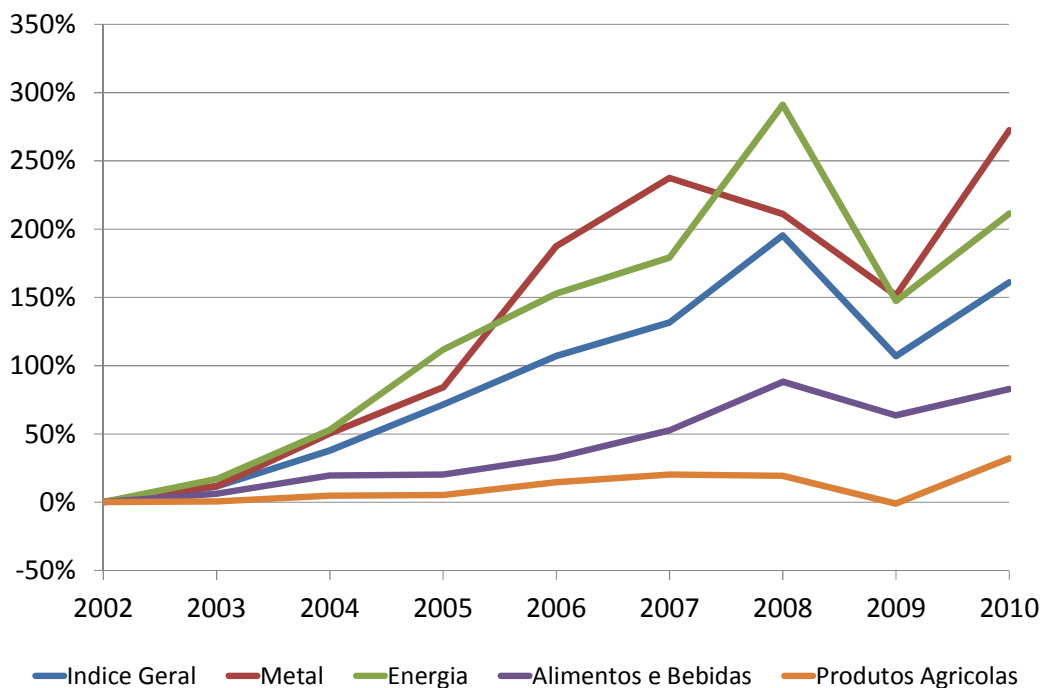
Como se pode ver no gráfico 6, apesar da valorização generalizada, os vários grupos de produtos apresentaram comportamento diferenciado, principalmente após 2004. O atual ciclo de preços tem como grande destaque a revalorização dos produtos minerais (metálicos e energéticos) no mercado internacional.²¹ Esses foram os produtos que mais se valorizaram e

²⁰ No fim da década de 2000, os preços reais desses produtos se encontram ao nível vigente no grande período que vai dos anos 30 até o primeiro choque do petróleo 1973-74.

²¹ Nessa pesquisa os termos minérios e minerais metálicos serão usados com o mesmo significado. Para entender esta aproximação cabe explicitar algumas definições do setor mineral. Os **minerais** são “elementos ou

os principais responsáveis pelo comportamento atual do índice geral de preços. O gráfico (7) a seguir apresenta a trajetória dos preços desses bens.

Gráfico 6 – Crescimento acumulado dos índices de preços para todos os produtos e categorias de produtos primários, em %.



Fonte: elaboração própria com dados do IMF Primary Commodity Prices.

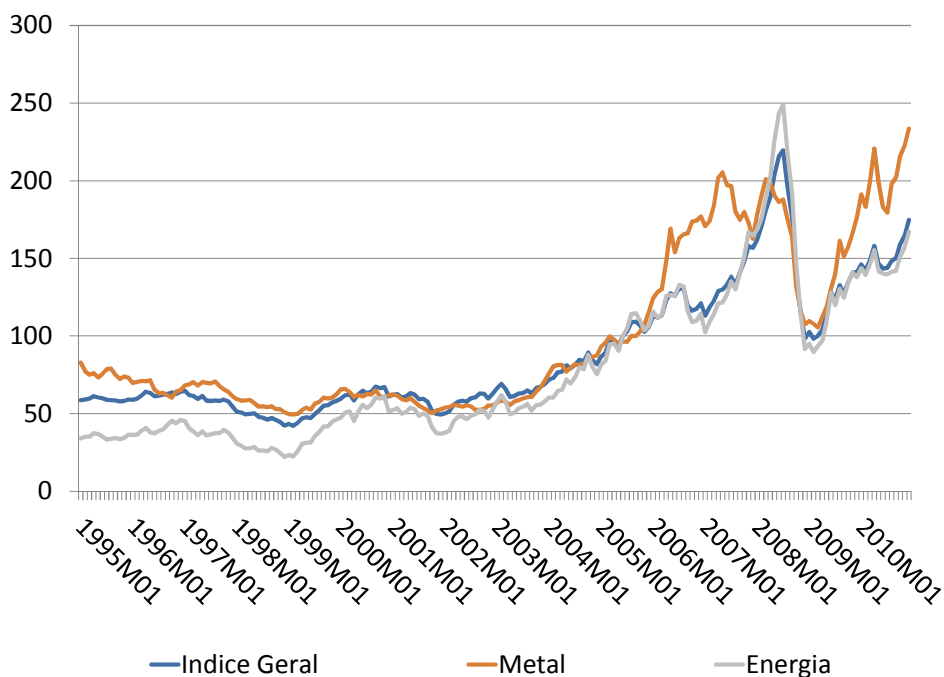
A emergência do atual ciclo de valorização dos preços dos produtos primários é resultado do confronto entre uma demanda em crescimento explosivo e uma indústria mineral fragilizada, com baixa condição de expandir sua oferta e prover uma rápida resposta ao aumento repentino da demanda, ressaltada pela baixa elasticidade-preço da oferta desses produtos, principalmente no curto prazo. Em função da grande escala de investimentos necessários à exploração de minérios e hidrocarbonetos, existem alguns anos entre a decisão

compostos químicos (...) formados naturalmente por meio de processos geológicos inorgânicos, na Terra ou em corpos extraterrestres” (Madureira, Atencio e McReath, 2008, p. 28). Já o termo **minério** designa o agregado natural donde os minerais podem ser extraídos para o uso, com lucro econômico e sob a tecnologia vigente. O minério é a forma mais comum como os minerais se apresentam. Os minerais, em geral, estão presentes em varias partes da superfície terrestre, porém, poucas concentrações permitem seu aproveitamento de forma economicamente vantajosa. Quanto isto é possível, se denomina depósitos ou jazidas minerais. Os minerais também podem se apresentar na formar de **rochas**, que são associações heterogêneas de vários minerais. Apesar de nem sempre ser explicitado, grande parte dos textos tratam como minério os agregados que permitem obter os minerais metálicos, que são os minerais puros. Os demais produtos (energéticos e não metálicos) se adequam mais a classificação de rochas, que são utilizados em sua forma heterogênea. Essa classificação se adequa aos objetivos da pesquisa, que tem como foco os minerais metálicos.

de investimento, o início da exploração e retorno econômico. Assim, a menos que o setor se encontre com bastante capacidade ociosa, dificilmente uma elevação repentina de preços poderá ser respondida com um aumento da quantidade produzida suficiente para reduzir novamente os preços.

Desta forma, a emergência da China como grande demandante de matérias-primas não pôde ser respondida com o aumento imediato da produção, resultando em elevação continuada dos preços. Como se pode ver no Gráfico 8, a China respondeu por uma parcela expressiva do aumento da demanda dos principais minérios.

Gráfico 7 – Evolução dos índices mensais de preços, em US\$.

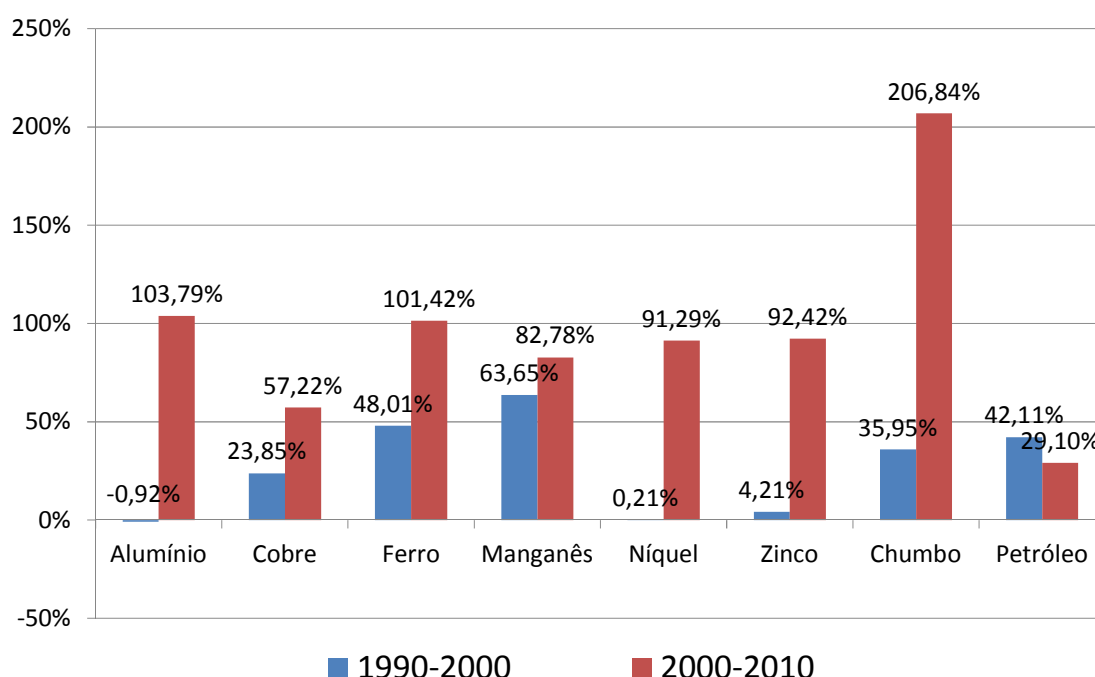


Fonte: Elaboração própria com dados do IMF Primary Commodity Prices.

A partir de 2002, os investimentos em capacidade adicional de produção começaram a crescer significativamente na indústria de minérios e hidrocarbonetos. No entanto, os custos geológicos crescentes destas novas explorações mantiveram o cenário de fragilidade da oferta e colaboraram para a manutenção dos preços altos. Em adição, a exemplo do que se viu nos anos imediatamente anteriores ao 1ª Choque do Petróleo, o atual ciclo de valorização dos preços dos produtos primários foi acompanhado de desvalorização progressiva do dólar frente às demais moedas. Segundo a UNCTAD (2008), essa queda constante do valor do dólar frente às demais moedas nacionais tem grande efeito sobre a manutenção dos altos preços dos

produtos primários, devido ao fato da maioria desses produtos serem cotados internacionalmente em dólar. A subida desses preços é parcialmente compensada pela depreciação da moeda americana frente às moedas nacionais, que determinam os custos e a receita dos produtores. Com isso, a desvalorização do dólar faz com que a elevação dos preços seja menor em moeda nacional do que em dólar, provocando uma resposta mais fraca dos produtores nacionais, em relação ao que seria esperado na ausência dessa desvalorização. Esse mesmo efeito se apresenta sobre a demanda mineral.

Gráfico 8 – Contribuição da China ao Crescimento das Importações de Minérios.



Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

Outro elemento de grande importância no atual cenário dos produtos primários é a especulação financeira, que tem levado a grandes debates sobre o seu papel na formação dos preços das *commodities* na atual conjuntura. A elevação dos preços das *commodities*, bem como sua constante valorização, tem ressaltado o papel desses produtos como ativos financeiros, atraindo uma quantidade crescente de recursos visando ganhos especulativos. Esses investidores têm como alvo, principalmente, os derivativos denominados em *commodities*, assumindo posições elevadas nos mercados futuros (ativos que tem seu retorno derivado do preço futuro das *commodities*). O investimento em *commodities* ou em ativos cujo valor é derivado desses produtos (derivativos) é um instrumento antigo, ligado

primordialmente à necessidade dos participantes deste mercado (produtores e consumidores) em obter proteção contra as variações de preços dos produtos, agindo como um instrumento de *hedge*. Mesmo o investimento especulativo no mercado de *commodities* não é algo novo, já que estes produtos normalmente apresentam uma curva de retornos contrária aos ativos financeiros. Uma das grandes novidades desta nova onda de investimentos em *commodities* é a elevada posição assumida nos últimos anos pelos investidores institucionais, como fundo de pensões e fundos de investimentos, que movem grande volume de dinheiro buscando grandes ganhos de curto prazo na variação de preço dos ativos (Wray, 2009). Com isso, se acentuaram os investimentos em *commodities* visando ganhos especulativos e aumentou o descolamento entre os lados financeiro e real do mercado de *commodities*.

Alguns autores chegam a apontar o processo de financeirização do mercado de *commodities* como o principal fator para a emergência do atual ciclo de valorização dos produtos primários. Esses autores enfatizam o grande crescimento dos preços futuros desses produtos em função dos elevados investimentos especulativos. A inflação dos preços futuros age para elevar os preços presentes, através de mecanismos de arbitragem.

Segundo a UNCTAD (2008), o processo de especulação financeira é um elemento importante da atual conjuntura de elevação dos preços dos produtos primários. No entanto, a emergência do atual quadro de valorização desses produtos tem como fator preponderante os fundamentos reais do mercado, que se assenta sobre o crescimento acelerado da demanda chinesa. Apesar disto, o processo de financeirização age como importante fator de aceleração e amplificação das flutuações, podendo, até mesmo, ser um prolongador do ciclo. Os ciclos de valorização são comuns na evolução de preço desses produtos e se devem a sua própria natureza – com baixa elasticidade preço pelo lado da oferta e da demanda.²²

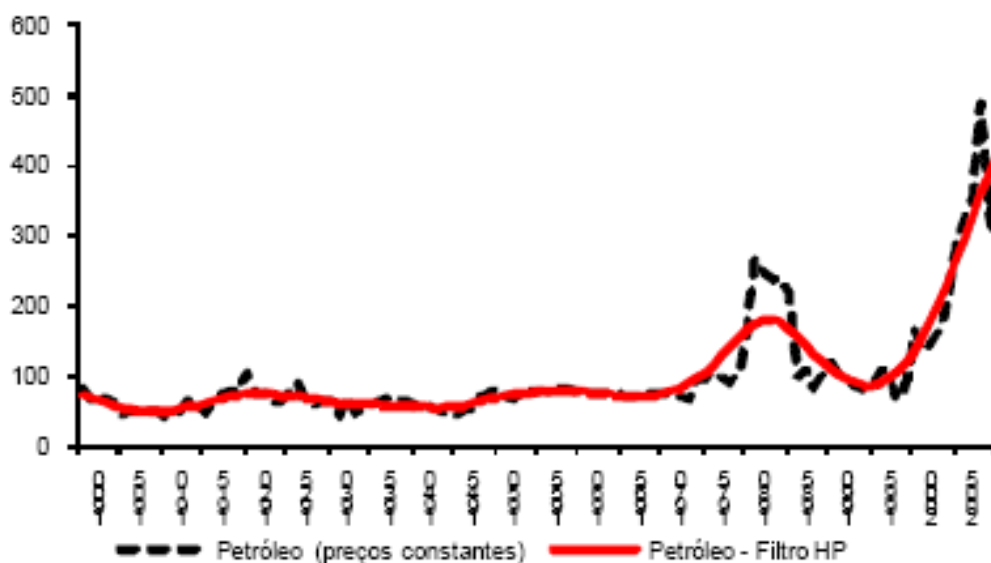
Segundo Carneiro (2012), o diferencial do atual ciclo está em sua duração e abrangência. Por outro lado, os ciclos de valorização de *commodities* se caracterizam por altas curtas e acentuadas; e prolongados períodos de depressão. Esses fatores não permitem, na visão desse autor, classificar o atual ciclo como um choque típico das *commodities*. Essa questão é de grande importância principalmente para os países subdesenvolvidos que têm na exportação de minérios uma importante fonte de receitas e divisas.

Também no mercado de petróleo o atual ciclo de valorização representa um grande diferencial em relação aos anteriores. Conforme o gráfico 9, esse mercado se caracterizou pela estabilidade dos preços reais ao longo do século XX, brevemente abalada pelos choques

²² Assim, os movimentos bruscos de preços dificilmente serão compensados por grande elevação ou queda na quantidade produzida ou consumida, amplificando o movimento de variação de preço.

do petróleo. Na década de 90 os preços reais aparentemente já estavam se estabilizando em seu nível histórico quando foi interrompida pelo novo contexto econômico internacional, marcado pelo crescimento econômico acelerado da China. Esse mercado nunca presenciou um momento de elevação real de seus preços tão acentuada, sendo o ciclo atual uma completa novidade histórica.

Gráfico 9 – Evolução dos preços reais do petróleo (1977/79=100).



Fonte: Carneiro, 2012.

Análise dos Mercados Internacional de Minerais

Esta última seção apresentará um breve panorama dos mercados internacionais dos produtos minerais (metálicos e petróleo) ao final da década de 2000.²³ Este quadro é esboçado

²³ Apesar da grande utilização destes termos, existem diferentes classificações para os minérios, minerais e recursos minerais, utilizando diferentes critérios. Ao longo dos anos, geólogos, engenheiros de minas e outros interessados em mineração têm usados esses termos de forma convergente. Porém, esses nunca são definidos precisamente. Neste trabalho utilizaremos uma classificação utilizada pela maioria dos textos consultados, inclusive nas publicações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2009 e 2001). De uma forma geral, podemos subdividir os bens minerais com base em seu uso final. Os **Minerais metálicos** se destinam a metalurgia e siderurgia (no caso do ferro) para a produção de metais (exemplo: manganês e níquel); se dividem em *ferrosos*, que são utilizados junto com ferro, e *não-ferrosos*, que são utilizados sem a presença de ferro. São exemplos: estanho, zinco, cobre alumínio. Dentre os metais, os **Minerais de metais e pedras preciosas** também constituem uma classificação a parte, já que seu uso não está restrito às suas aplicações industriais, mas também possuem valor intrínseco, como objeto de adorno e reserva de valor. São exemplos: o ouro, a prata, a platina e os diamantes. Os **Minerais energéticos** têm como função principal a obtenção de energia, apesar de também terem outros usos tais como a petroquímicas. São exemplos: o petróleo, o carvão, o gás natural e o urânio. Esses serão os principais grupos de bem minerais citados nesta pesquisa. Além destes, existem uma série de **Minerais não metálicos industriais** que são utilizados em vários setores tais como indústria, agroindústria e construção civil.

na tabela 6, que apresenta as exportações mundiais desses minerais em dólar e sua participação nas exportações totais. Nessa tabela fica evidente a grande assimetria entre a dimensão dos mercados internacionais de petróleo e minerais metálicos. Nesta última década, o valor total do comércio de minérios (incluindo restos e sucatas) correspondeu, em média, a 20% do mercado total de petróleo.

Essa diferença também se reflete na contribuição de cada produto para o comércio mundial. Mesmo que esses produtos apresentem grandes semelhanças, principalmente em relação ao processo de produção, em termos econômicos eles constituem mercados distintos, incluindo dinâmicas até certo ponto bem diferentes. Para os minerais metálicos, o atual ciclo de valorização tem gerado um gradual e contínuo aumento em sua participação nas exportações totais. Enquanto, a contribuição do petróleo para o comércio total se caracteriza pela instabilidade e picos súbitos (gráfico 10). Esse processo se acentuou após 2004, com a rápida elevação dos preços internacionais do petróleo, levando sua participação no comércio mundial a permanecer acima dos 6%.

Tabela 6 – Exportações Mundiais de Minerais, em milhões de US\$.^{a)b)}

	1995	2000	2005	2010	% Com. Total (2010)
Minérios Totais	41.438,50	44.975,98	119.051,18	271.624,17	1,90
Minérios e Concentrados de Alumínio	4.902,38	6.048,67	9.916,92	12.538,18	0,09
Minérios e Concentrados de Cobre	5.875,34	6.513,02	18.200,93	41.954,15	0,29
Minérios e Concentrados de Chumbo	495,33	517,31	1.395,89	4.615,77	0,03
Minério de Ferro e Concentrados	7.888,50	9.196,57	27.983,66	103.233,10	0,72
Minério de Manganês e Concentrados	259,64	397,62	1.111,62	3.973,74	0,03
Minérios de Níquel e Concentrados	1.651,50	2.415,38	5.356,90	8.240,69	0,06
Minérios de Zinco e Concentrados	1.869,88	2.371,02	3.430,15	7.248,14	0,05
Demais Minérios	2.885,02	1.889,32	11.352,85	9.739,07	0,07
Ferros e Sucatas de Metais Não-Ferrosos	8.388,70	8.188,87	16.648,65	36.622,23	0,26
Ferros e Sucatas de Ferro e Aço	7.222,22	7.438,21	23.653,61	43.459,09	0,30
Petróleo	134.032,77	354.972,28	624.016,54	901.064,03	6,31
Total	175.471,26	399.948,26	743.067,72	1.172.688,19	8,21

Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

a) Inclui subprodutos diretos, tais como alumina, piritas de ferro e ligas primárias de cobre.

b) De forma coerente com a classificação dos minerais apresentadas, não estão incluídos os metais preciosos, minerais de urânio e tório.

Este grupo abrange uma grande quantidade de materiais, tais como: argila, areias, pedras ornamentais, gesso, cal, fosfatos, nitratos, cimento, amianto, entre outros. Por último, as publicações do DNPM destacam a produção de **Água Mineral**, como um grupo diferenciado de bem mineral.

A elevação dos preços internacionais de petróleo a partir de 2004 foi um dos principais efeitos da nova conjuntura econômica da década de 2000. Esse chegou a um pico de US\$ 130 o barril em março de 2008. No entanto, em dezembro do mesmo ano os preços internacionais do petróleo já haviam regressado a US\$ 41, por força do impacto da crise mundial gerada pela falência do banco americano, Lehman Brothers.²⁴ Por outro lado, a produção mundial de petróleo não sofreu grandes mudanças durante o período. Segundo BP (2011), desde 2004 a produção mundial de petróleo vem se mantendo próxima de 82 milhões de barris diários. Em 2010, esse mercado teve a Rússia como seu maior produtor (correspondendo a 12,9% da produção total), seguida da Arábia Saudita, EUA, Irã e China.

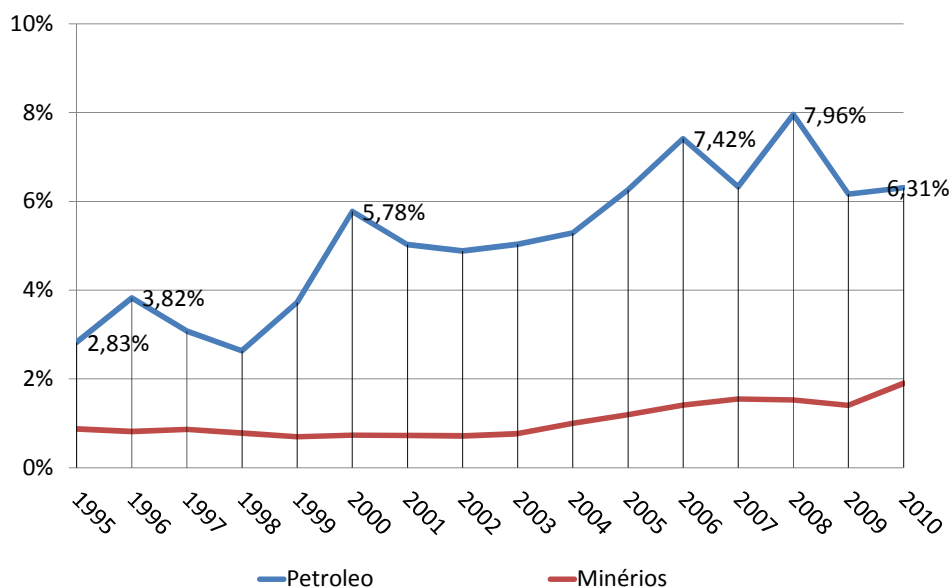
Mesmo entre os vários tipos de minérios metálicos existe uma enorme disparidade. Essa diversidade está relacionada com a disponibilidade, uso e processo produtivo de cada minério.²⁵ Nesse mercado, o minério de ferro se destaca largamente, tanto em valor, quanto pela quantidade produzida e comercializada. Essa preponderância do minério de ferro vem se ampliando fortemente no decorrer das últimas décadas e, em 2010 esse produto representou mais da metade das exportações totais de minérios, com exportações mundiais de 1,08 bilhão de toneladas. O baixo preço de exportação do minério de ferro é compensado pela volumosa quantidade exportada. O minério de cobre se destaca em função de seu alto valor de exportação. Apesar da baixa quantidade comercializada (19 milhões de toneladas), esse produto foi o segundo minério mais comercializado, em 2010 representou aproximadamente 15% desse mercado. Assim, como o minério de cobre, o zinco se caracteriza pelo preço relativamente alto e baixa quantidade exportada (10 milhões de toneladas). No outro extremo estão o minério de alumínio (79 milhões de toneladas) e manganês (17 milhões de toneladas), que possuem preços relativamente baixos de comercialização e alta quantidade vendida. Considerando a produção secundária (restos e sucatas de metais), o mercado total de minérios

²⁴ Os preços internacionais do petróleo são altamente sensíveis aos momentos de crise e instabilidade político-econômica nas regiões-chaves para a estruturação do mercado internacional. Em geral, fatos de grande repercussão internacional, principalmente relacionado aos grandes produtores, levam a grandes oscilações nos preços internacionais do produto – se assemelhando muito ao caso do ouro. Para maiores referências sobre a formação do mercado de petróleo ver: Torres (2004) e Yergin (2010).

²⁵ A indústria de minerais metálicos envolve basicamente 5 estágios: exploração, desenvolvimento, mineração, processamento (fundição e refino) e fechamento da mina. Existem grandes diferenças entre os vários tipos de minérios em relação à participação de cada estágio no valor adicionado da indústria. Este reflete as características específicas de cada material e as condições de seu aproveitamento, como dificuldade na exploração, acesso às reservas, custo de transportes, complexidade das etapas beneficiamento. Esta diversidade vai desde o alumínio, material cujo processamento é de grande complexidade e extremamente intensivo em energia, fazendo deste o minério com mais baixa participação da etapa de mineração no valor agregado total da indústria (menos de 10%). No outro extremo, nos metais preciosos, como prata e ouro, o processamento do material minerado é pouco complexo e sem grandes tratamentos especializados. Com isso, nestes últimos a etapa de mineração corresponde a quase 100% do valor adicionado na cadeia de produção. Esse fator também influencia diretamente o preço internacional do minério (UNCTAD, 2007a).

e concentrados (incluindo também subprodutos, como alumina e catodos de cobre) alcançou US\$ 271,6 bilhões.

Gráfico 10 – Evolução das participações de minérios e petróleo no comércio total mundial.



Fonte: elaboração própria com dados do CONTRADE/UN.

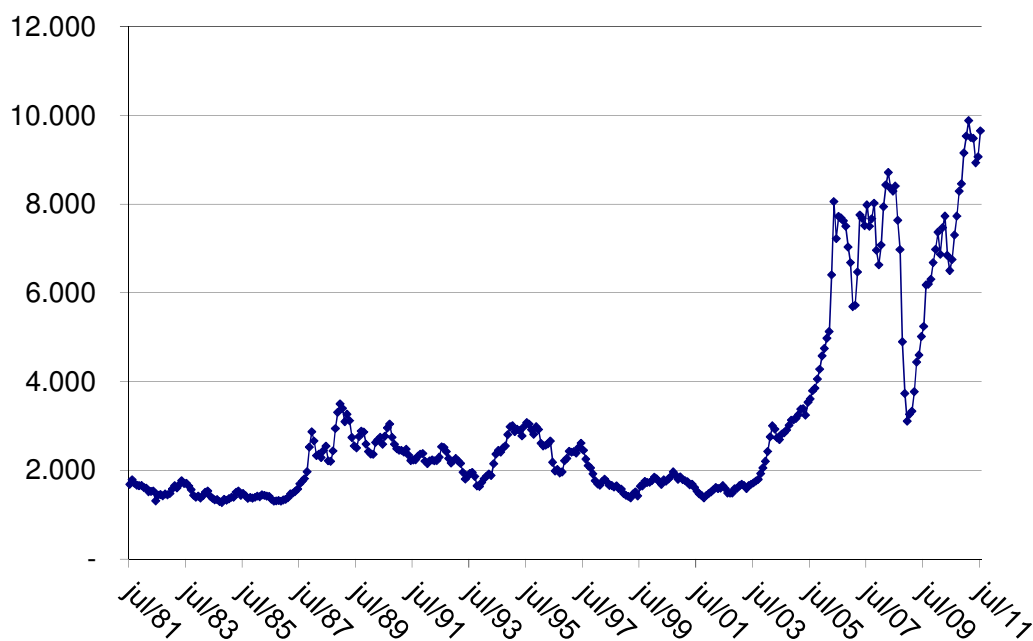
Esse mercado foi fortemente impactado pelo atual ciclo de valorização. Porém, nem todos os minérios sofreram grandes modificações na quantidade produzida. Para os minérios de alumínio, cobre níquel e zinco, se observa apenas a continuidade de um crescimento que já vinha das décadas anteriores.

O alumínio é o segundo elemento metálico mais produzido no mundo, atrás apenas do ferro. Por ser um metal leve e facilmente manipulável, ele tem grande aplicação nos ramos mais modernos da indústria, tal como aviação, telecomunicações, sendo substituído do cobre em muitas aplicações (DNPM, 2009). O alumínio tornou-se o metal não-ferroso mais consumido e produzido no mundo. A conjunção de grande disponibilidade e crescente aplicação em novas indústrias tem feito sua demanda crescer continuamente, com reflexos na produção de bauxita – principal minério de alumínio. Com isso, sua produção segue em crescimento contínuo desde o início dos anos 80, a exceção de algumas quebras passageiras.

O período de crescimento mais expressivo da produção de minério de cobre foi durante os anos 90, quando a produção cresceu de 9 milhões de toneladas, em 1994, para 13,7 milhões de toneladas, em 2001. A contínua expansão da produção, associada ao menor

crescimento da demanda, levou a uma situação de sobre-oferta, com a formação de grandes estoques e baixa dos preços. Como resposta, os grandes produtores impuseram cortes voluntários de produção para conter a baixa dos preços. Esses cortes resultaram na queda da produção em 2001. A partir de 2004, o crescimento da demanda por metais estimulou novamente o crescimento da produção de minério de cobre. No entanto, os altos custos relativos desse tipo de minério impõem sempre uma resposta menos intensa, em termos de aumento da demanda e da produção. O cobre é um minério relativamente raro, encontrado em poucas áreas, de grande concentração e baixo teor. Devido às suas características térmicas e eletromagnéticas, esse metal é essencial para a indústria eletroeletrônica. Nesse sentido, o grande crescimento na produção de minério de cobre durante os anos 90 pode indicar o grande uso desse metal em função do desenvolvimento experimentado por essas indústrias, principalmente na área de telecomunicações e informática. No entanto, em função de seu alto custo, esse metal vem progressivamente sofrendo a concorrência de outros metais mais baratos, como o alumínio.

Gráfico 11 – Preços Internacionais do Minério de Cobre, em US\$ por tonelada métrica.*



Fonte: Elaboração própria com dados do IMF Primary Commodity Prices.

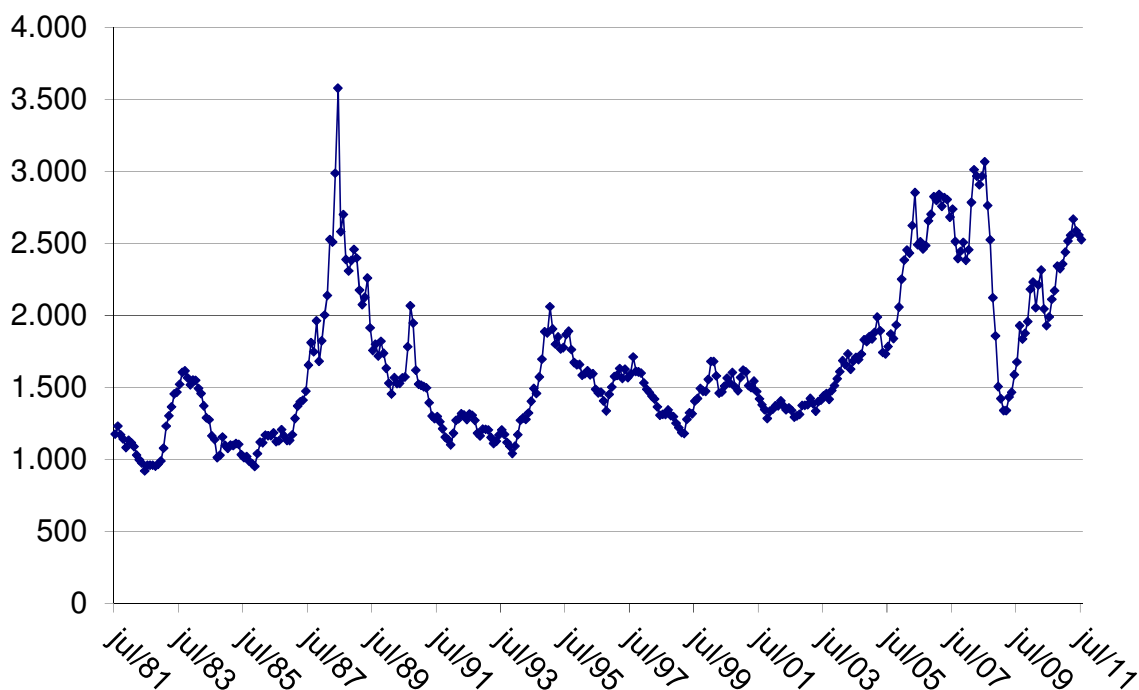
*catodo grau A, preço spot LME, CIF portos Europeus.

Também em relação aos preços, existem grandes diferenças na forma como cada tipo de minério foi afetado pelo ciclo de valorização. No entanto, um elemento comum entre os

vários metais não-ferrosos é o crescimento progressivo dos preços a partir de 2003, que se torna explosivo e instável após 2006. Para a maioria desses minérios, esta configuração de mercado, preços altos e voláteis, representa uma total novidade histórica, e um total desmonte das estruturas anteriores de negociação. Essa diferenciação pode ser observado no gráfico 11, que apresenta a evolução dos preços do minério de cobre.

No mercado de minério de cobre, o período de maior oscilação nos preços é a década que vai de 87 a 97, quando se verificou um rápido crescimento da produção. Afora esta década, o preço do minério de cobre girou próximo de US\$ 1,6 mil por tonelada. Após a rápida baixa nos mercados internacionais de cobre na virada do século, assistiu-se a uma trajetória de alta moderada, a partir de 2003. Ao longo de 2004 o crescimento contínuo dos preços já diferenciava esse ciclo dos anteriores, e em 2006 há uma explosão dos preços, com variações sem precedentes. De março a dezembro de 2008 os preços do minério de cobre caíram de US\$ 8,3 mil para US\$ 3,1 mil por toneladas. No entanto, no mês seguinte os preços já iniciavam uma das mais rápidas recuperações entre os minérios, até alcançar seu recorde no início de 2011, US\$ 9,8 mil por tonelada.

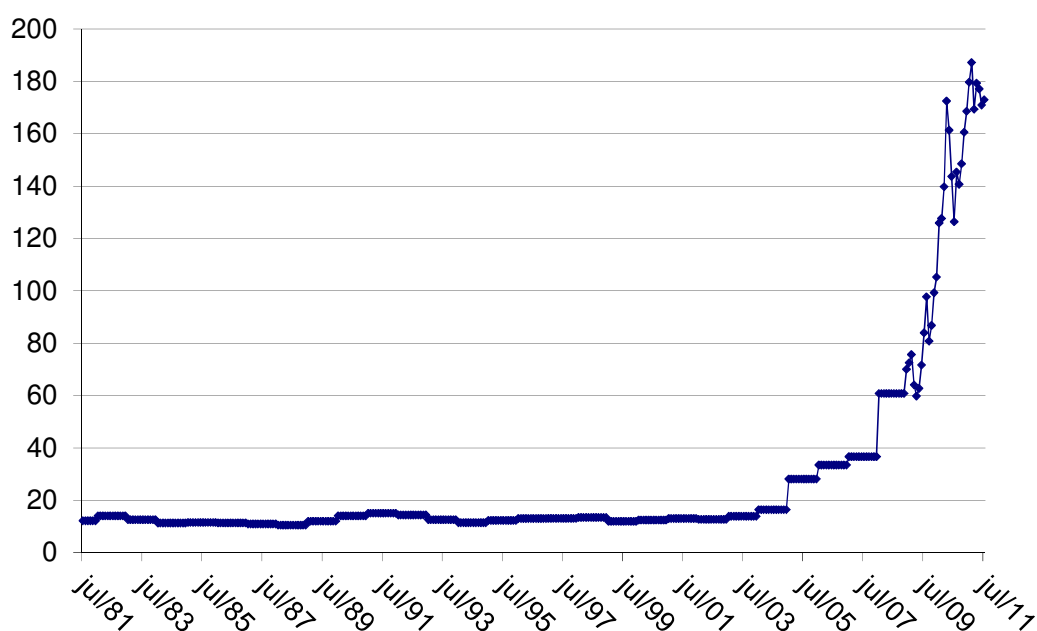
Gráfico 12 – Preços Internacionais da Bauxita, em US\$ por tonelada métrica.*



Fonte: Elaboração própria com dados do IMF Primary Commodity Prices.
 *99,5% de pureza mínima, preço spot LME, CIF portos Britânicos,

O mercado de minério de alumínio se caracteriza pela grande volatilidade, com inúmeros ciclos de altas, seguidos de depressões. Nesse minério, o atual ciclo representou uma intensificação das tendências prévias do mercado. Até meados de 2005, a evolução dos preços do minério de alumínio apontava para um novo ciclo moderado de alta, semelhante aos existentes durante os anos 90. Somente em 2006 os preços do minério de alumínio sofreram uma elevação explosiva, configurando um diferencial em relação aos ciclos anteriores. De 2006 a 2008, os preços da tonelada métrica desse minério ficaram próximos dos US\$ 2,5 mil, caindo profundamente ao final de 2008, em função da crise internacional, chegando ao piso de US\$ 1,3 mil por tonelada métrica.²⁶

Gráfico 13 – Evolução dos Preços Internacionais do Minério de Ferro, em US\$ tonelada métrica*.



Fonte: Elaboração própria com dados do IMF Primary Commodity Prices.

*Preço spot de Importação do Minério de Ferro, com conteúdo de 62% de Ferro (CFR Porto de Tianjin).

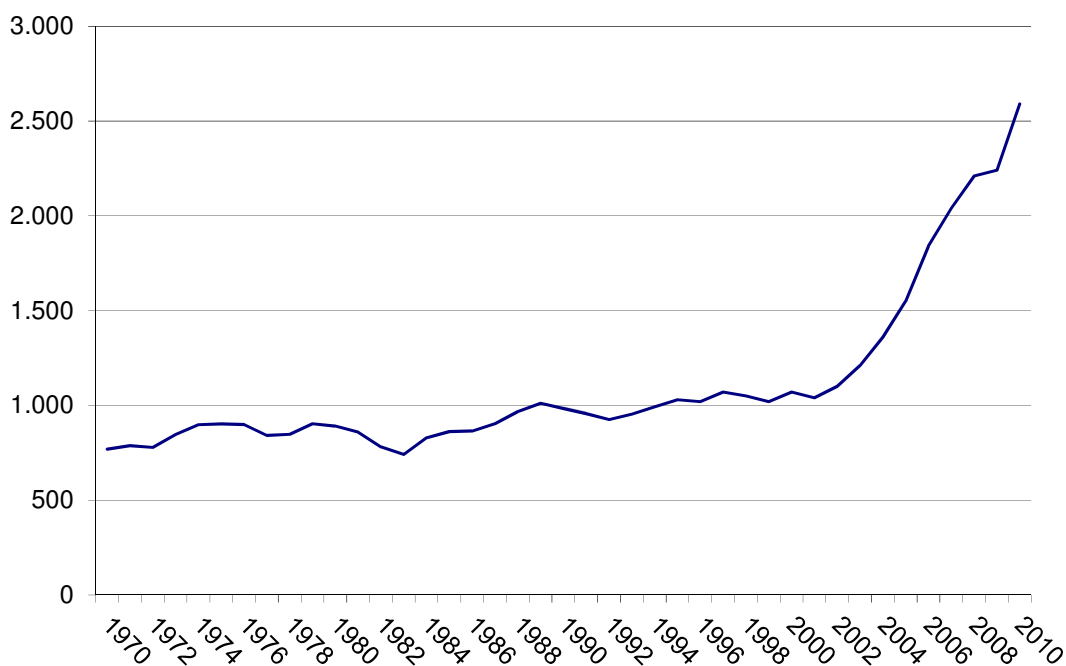
No gráfico 13 é possível ver como os preços do minério de ferro apresentavam uma grande estabilidade até a emergência do atual ciclo de valorização. Este fato denota a forma estruturada como o minério de ferro era comercializado no mercado internacional, através de reuniões periódicas entre produtores e consumidores onde se decidiam as bases de preços que

²⁶ Vale notar que durante o atual ciclo de valorização, o preço do alumínio ainda não ultrapassou o seu pico, alcançado ainda no fim dos anos 80.

seriam praticadas durante o ano, levando em consideração fatores como custos de produção, de transporte, teor mineral, e perspectivas do mercado. Durante o período de vigência desse acordo, os preços variam em função desses fatores, como os diferentes conteúdos de metal em cada minério, tendo sempre essa base como referência.

O mercado internacional de minério de ferro é certamente um dos mais afetados pelo recente ciclo de valorização dos preços dos produtos primários, tanto na produção quanto em preços. Em nenhum outro mercado a emergência do atual ciclo representou uma inversão tão clara das feições anteriores do mercado. Enquanto de 2000 a 2005 o crescimento dessas exportações foi de apenas 13%, no quinquênio seguinte este valor cresceu aproximadamente 2,7 vezes, quase triplicando no mesmo espaço de tempo, movimento ressaltado pela grande alta dos preços.

Gráfico 14 – Produção Mundial de Minério de Ferro, em milhões de toneladas.*



Fonte: Elaboração própria com dados do USGS.

* Produção bruta, sem descontar o conteúdo mineral das diferentes produções.

Em 2005 o preço desse minério sofreu uma expansão anormal para esse mercado, mostrando que as constantes valorizações que vinham desde 2000, na verdade, estavam dando início a um período novo para o mercado de minério de ferro. Em 2008, os preços internacionais do minério de ferro quase dobram em relação ao ano anterior, e ao fim do ano

os preços explodiram, mostrando um crescimento sem precedentes, acompanhado de grande volatilidade. Neste período há uma total desestruturação das tradicionais formas de comercialização do minério de ferro, com a prevalência dos preços *spot* sobre os preços contratuais.

Em termos de quantidade, o período após 2001 marca uma profunda ruptura em relação ao crescimento lento e gradual que caracterizava a produção do minério de ferro. Do início dos anos 70 até o fim da década de 80 a produção mundial de ferro variou de aproximadamente 770 milhões para 1 bilhão de toneladas, patamar que permaneceu até 2001. Nos anos seguintes, a produção se expandiu continuamente, ultrapassando 2 bilhões de toneladas em 2008.

1.3 – A Importância da China e da América do Sul para os Mercados Internacionais de Minerais

A China representa uma das grandes novidades do mercado internacional de produtos minerais na década de 2000. Esse país vem se destacando como grande produtora de vários tipos de minérios, com quantidade produzida superior a tradicionais ofertantes, como Austrália e Brasil. Porém, ao contrário desses países, a China também é uma das principais importadoras em vários desses mercados.

No mercado de petróleo, a China foi em 2010 a segunda maior importadora e a quinta maior produtora, com uma produção ainda bem distante dos principais produtores (Rússia e Arábia Saudita). No comércio externo de petróleo, a China segue aumentando seu déficit ao longo dos anos 90, apesar de ter sido um exportador relevante até os anos 1980. Em 2010, a China importou 239 milhões de toneladas de petróleo (US\$ 135, 3 bilhões).

No caso do minério de ferro, a China é a maior produtora mundial (desde 2007), ultrapassando 1 bilhão de toneladas em 2010.²⁷ Ao mesmo tempo, também aparece como a grande importadora desse mercado desde 2003, chegando em 2009 a 60% das importações mundiais desse minério. Para o minério de alumínio, a China multiplicou sua produção em quase 5 vezes no período de 2000 a 2010, passando de 9 milhões de toneladas para 44 milhões, e ultrapassando vários grandes produtores, como Brasil, Jamaica e Guiné. A China

²⁷ O grande crescimento da produção chinesa de minério de ferro deve ser ponderado pelo baixo teor mineral de suas reservas. Dessa forma, quando consideramos a quantidade real de minérios obtida dessa produção, a China ainda se mantém ainda como a maior produtora, porém o diferencial em relação aos demais grandes produtores diminuiu bastante. Segundo, o USGS a produção de minério de ferro chinesa ponderada pelo teor mineral foi de 280 milhões de toneladas em 2009.

também se destaca pela grande quantidade importada, 34 milhões de toneladas em 2010, sendo desde 2006 a maior importadora desse minério, com aproximadamente 40% das importações mundiais e importações quatro vezes maiores que os EUA e Canadá – respectivamente segundo e terceiro maior importador. No minério de cobre, a China detém menor participação na produção, mas se destaca pelo grande crescimento na última década. Em 2009, a China se tornou a quinta maior produtora, com 996 mil toneladas, produção pouco abaixo da Indonésia, e suas importações foram de 6,6 milhões de toneladas em 2010.

A China também lidera a produção de minério de chumbo, manganês e zinco, com participação na produção mundial superior a 1 terço em todos os produtos, chegando a 42% da produção mundial no minério de chumbo. Nesses metais, a China também é a maior importadora, atualmente. No minério de chumbo, a China responde por mais de 40% das importações mundiais em 2010. No mercado de minério de zinco, o percentual da China nas importações mundiais chegou a 30% no mesmo ano, quantidade importada semelhante aos outros três grandes importadores somados (Coreia do Sul, Bélgica e Espanha). No minério de manganês, as importações da China representaram mais de 50% do total mundial em 2010, e foram mais de 10 vezes maiores que do segundo maior importador. Em adição, a China foi apenas a sétima produtora de minério de níquel em 2010, com 77 mil toneladas. Em compensação, nesse minério a China absorve mais de 75% da produção mundial.

A grande ascensão da China nos mercados minerais é favorecida pelo fraco ritmo de crescimento, e mesmo retração, na produção de vários países de grande relevância para os mercados minerais. Esse é o caso dos EUA, Japão e economias europeias. Esses países têm experimentado declínio acentuado em sua participação (produção e importação) nos principais tipos de minérios, como minério de ferro, alumínio e cobre. Em paralelo, vários outros países menores vêm imprimindo forte crescimento em sua participação nesses mercados, à semelhança da China. Nesse processo se destacam principalmente as economias do sudeste asiático (Índia, Coreia do Sul e Indonésia) e do Oriente Médio (como Irã e Cazaquistão).

Enquanto a demanda de produtos minerais é marcada pela grande presença da China, ao se analisar a oferta os países sul-americanos ganham enorme destaque, principalmente nos minerais não-energéticos. Este cenário faz do Brasil um dos principais países na oferta mundial de minérios, devido à combinação de diversidade de produção mineral e grande

participação em alguns mercados de grande valorização.²⁸

O Brasil aparece como grande *player* mundial de minério de ferro, de alumínio e, em menor dimensão, de manganês. No primeiro caso, é o terceiro maior produtor e segundo exportador em 2010. Sua produção de minério de ferro nesse ano foi de 372,3 milhões de toneladas, e exportações de 310,9 milhões de toneladas (US\$ 28,9 bilhões). O minério de ferro é o principal produto das exportações brasileiras desde 2005 e o grande responsável pelo crescimento de suas exportações minerais. O Brasil concentrou mais de 90% da exportação e produção de minério de ferro da América do Sul. Em adição, o Brasil também tem as maiores reservas de minério de ferro – considerando o teor de minério contido (16 bilhões de toneladas), segundo estimativas do USGS (2011).

No minério de alumínio, o Brasil aparece como o terceiro maior produtor e exportador mundial, com uma produção de 28,1 milhões de toneladas em 2010, e exportações de 13,2 milhões de toneladas (US\$ 1,98 bilhão). Esse país também detém a terceira maior de reserva de bauxita (3,4 bilhões de toneladas). O Brasil corresponde a 77% da produção total de minério de alumínio na América do Sul, com participação ainda maior nas exportações. No mercado de minério de manganês, o Brasil aparece como 6º maior produtor, com 2,2 milhões de toneladas e terceiro maior exportador, com 1,6 milhões de toneladas.²⁹ O Brasil também é o terceiro maior detentor de reservas minério de manganês, com 110 milhões de toneladas (atrás da Ucrânia e África do Sul).

O Brasil também produz uma grande diversidade de outros minérios, mas sua importância mundial é bem mais limitada. No caso do cobre foi o quinto maior exportador em 2010, com 631,6 mil toneladas (US\$ 1,23 bilhão) – em minério bruto. No níquel, foi o décimo produtor, mantendo uma produção próxima de 67 mil de toneladas nos últimos anos. Porém, foi o único país sul-americano a apresentar exportações relevantes, em 2010, 29 mil toneladas – quantidade absolutamente marginal em relação ao mercado mundial que atingiu 38 milhões. O Brasil também detém as maiores reservas de minério de níquel da América do Sul,

²⁸ Os dados de produção foram coletados através dos BGS (vários anos) e USGS (2011). Para as exportação foram usados os dados do COMTRADE/UN.

²⁹ É comum se verificar nas publicações do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), em institutos brasileiros ligados à mineração ou mesmo na imprensa que o Brasil estaria no topo da lista dos produtores de minério de manganês, sendo o primeiro ou o segundo, dependendo do ano. No entanto, as publicações onde essa informação é divulgada, utilizam dados do USGS para a produção mundial, referentes à produção deduzida pelo teor mineral das reservas, que em 2010 gira em torno de 14 milhões de toneladas. Esses dados são comparados com a produção bruta do Brasil, sem deduzir o teor mineral das reservas, resultando em uma superestimação do papel brasileiro nesse mercado. Se utilizarmos os dados da produção bruta para todos os países, ou deduzirmos a produção brasileira pelo teor mineral, a produção brasileira de minério de manganês seria a sexta mundial.

estimadas pelo USGS em 8,7 bilhões de toneladas, enquanto a América do Sul possui 10,39 bilhões, e foi o 6º maior produtor mundial.

No Chile, a indústria mineral é construída quase exclusivamente sobre a exploração do cobre, minério no qual possui grande vantagem absoluta. Esse país concentra aproximadamente 1 terço de toda a produção mundial e quase 25% das reservas. A produção chilena em 2010 foi de 5,52 milhões de toneladas e suas reservas são estimadas em 150 milhões de toneladas. As exportações chilenas de minério de cobre e concentrados vêm se mantendo desde 2004 próximas de 6 milhões de toneladas, e em 2010 somaram US\$ 13,8 bilhões, quase 60% das exportações sul-americanas desse minérios. Além do cobre, o Chile produz uma série de outros minérios, todos em escala bem inferior, tanto no âmbito interno – na importância para a economia chilena - como no âmbito externo – no posicionamento desse país como ofertante mundial. É o caso do minério de ferro, cuja produção alcançou 9,1 milhões de toneladas em 2010, com exportações de aproximadamente 10 milhões. O Chile mantém também uma pequena produção e exportação de minério de zinco e chumbo.

O Peru tem uma inserção nos mercados de minérios bem próxima a brasileira, pela diversidade da produção mineral e pelo seu papel de destaque na oferta de vários tipos de minérios, como o chumbo, estanho, zinco e cobre. No entanto, o minério de cobre compõe a maior parte dessas exportações (US\$ 6,15 bilhões em 2010), 61% de toda exportação de minérios do Peru.³⁰ A produção de minério de cobre no Peru alcançou 1,28 mil toneladas em 2010, um crescimento de mais de 131% em relação a 2000. Isso fez o Peru se tornar o segundo maior produtor mundial de minério de cobre, ultrapassando vários grandes produtores como Estados Unidos, Indonésia, China, Austrália e Rússia. O Peru também foi o segundo maior exportador de minérios de cobre e concentrados, com 3,06 milhões de toneladas, e possui reservas estimadas em 80 milhões de toneladas.

O Peru foi o quarto maior produtor mundial de minério de chumbo em 2010, com 280 mil toneladas – sendo um dos poucos países que apresentaram crescimento na produção. Porém, esse país tem pouca participação nas exportações mundiais. O Peru também é o terceiro maior produtor de minérios de estanho, com 38,5 mil toneladas em 2010. Nesse minério, a expansão recente das exportações peruanas já fez desse país o maior exportador mundial, juntamente com a Austrália, com 524 mil toneladas em 2010.

Assim, como no caso do chumbo, o Peru alcançou grande expansão em sua produção de minério de zinco, chegando a 67% entre 2000 e 2010. Nesse último ano, a produção

³⁰ Além do cobre, as exportações de minério de zinco (US\$ 1,43 bilhão) e chumbo (US\$ 1,27) são as mais relevantes na pauta peruana.

peruana foi de 1,52 milhão de toneladas (em minério contido), se tornando o segundo maior produtor, atrás apenas da China com 3,5 milhões de toneladas, e o segundo maior exportador, com 2,53 milhões de toneladas (em minério bruto). Suas reservas desse minério foram estimadas em 23 milhões de toneladas, a terceira maior reserva mundial, apesar de bem inferior à reserva da China e da Austrália. Em complemento, o Peru tem uma pequena participação no mercado de minério ferro, com uma produção de 6,38 milhões de toneladas em 2010. Neste ano, suas exportações de minérios de ferro e concentrados foram de 8,15 milhões de toneladas, que o situa junto a uma série de ofertantes de menor participação no mercado, como África do Sul, Mauritânia, Venezuela e Suécia.

Os países da parte setentrional da América do Sul, Suriname e Guiana, têm uma indústria mineral baseada fortemente na exploração do minério de alumínio, e esses países possuem grande potencial na oferta desse minério.³¹ Somadas, as reservas de bauxita desses países chegam a 1,43 bilhão de toneladas – sendo que apenas 6 países detêm reservas de bauxita superior a 1 bilhão. Apesar desse potencial a exploração de minério de alumínio, vem em grande crise durante a década. Nesses países, a evolução da produção e exportação contraria a tendência geral de crescimento, estimulada pelos preços elevados dos minérios.

A Bolívia apresenta uma grande diversidade em sua produção mineral, sendo um importante ofertante para vários minérios. Nesse conjunto se destacam em 2010, a produção de minério de Chumbo (90 mil toneladas), Estanho (16 mil toneladas) e Zinco (432 mil toneladas). Em todos esses mercados a Bolívia se situa entre os dez maiores produtores, com grande crescimento durante a última década. A produção de chumbo se multiplicou por 10 em relação a 2000, zinco quase triplicou no mesmo período, e estanho saltou de 12 mil toneladas em 2000 para 19 mil em 2009. Também tem importância a produção de minério de cobre, que no mesmo período passou de 110 para 734 toneladas. Os minérios mais relevantes para as exportações bolivianas em 2010 foram o zinco (com US\$ 887 milhões) e o chumbo (US\$ 156 milhões), seguidos do estanho (US\$ 60 milhões) e tungstênio (US\$ 21 milhões).

No caso da Venezuela e Colômbia, o grande potencial mineiro e os estímulos de preços não têm gerado resultados concretos. Esses países têm registrado significativa queda na produção de vários minérios durante a última década. Talvez o exemplo mais fragante seja o fato da Colômbia ter sido o único país sul-americano onde a produção de minério de cobre apresentou forte queda durante a última década. Ao mesmo tempo, a Colômbia não conseguiu traduzir seu potencial na produção de níquel em benefícios econômicos. Na Venezuela, o

³¹ Nesta análise não está sendo considerado o ouro e outros metais preciosos, que nesses países tem importante peso nas exportações e na indústria mineral.

grande declínio na exploração mineral pode ser exemplificado pelo caso do minério de ferro. A Venezuela possui significativas reservas minerais, com destaque para o minério de ferro (4 bilhões de toneladas) e bauxita (320 milhões de toneladas). No entanto, vem experimentando uma forte queda em sua produção desde 2006. A produção da Venezuela em 2010 (2,5 milhões de toneladas) foi quase um terço da registrada em 2006 (5,9 milhões de toneladas), e 42% menor que a produção de 2000.

A produção de minérios na Argentina se assemelha à Colômbia e Venezuela. Porém, naquele país, o principal período de crescimento na produção e exportação de minérios foram os anos de 2001 e 2002. Nesse período, a exportação mineral (incluindo petróleo) foi impulsionada como forma de gerar saldos exportáveis e equilibrar as contas externas do país. Desde então, a produção mineral argentina cresceu de forma limitada, e somente para alguns minérios. Um exemplo é o minério de cobre, que tem sido um dos minerais de maior valorização nos últimos anos, e também o minério de maior peso nas exportações argentinas. Em 2000, a produção da Argentina de minério de cobre foi quase 5 vezes maior que a brasileira, com um total de 145 mil toneladas. Desde 2007 a produção argentina é inferior à brasileira.

Em relação ao mercado internacional de petróleo, a participação dos países sul-americanos é menos relevante se comparada aos minerais metálicos. Destacam-se: a Venezuela, segunda maior detentora de reservas de petróleo e nona maior produtora mundial em 2010; e o rápido incremento da produção brasileira. Ambos os países detêm uma participação na produção mundial próxima de 3%. Também Argentina, Colômbia, Equador e Peru, apresentam produção significativa de petróleo. Nas exportações, a importância desses países se limita a fluxos específicos, principalmente no abastecimento ao mercado norte-americano, na crescente venda à China e no comércio regional, com destaque para a Venezuela. Essa importância limitada dos países sul-americanos no mercado internacional do petróleo contrasta com a grande importância desses fluxos para as economias nacionais. No Equador, o petróleo cru representou 46% do total exportado em 2009. Na Venezuela, esse percentual se mantém acima dos 65% somente para óleo cru, chegando a 90% das exportações totais quando se inclui os demais produtos relacionados ao petróleo. Mesmo para o Brasil, maior economia e mais diversificada, o petróleo constitui o segundo maior produto de exportação.

Capítulo 2

O Crescimento da China nos Anos Recentes

Conforme abordado no capítulo anterior, o crescimento acelerado da economia chinesa vem sendo um dos fatores determinantes para o atual contexto econômico mundial. Esse papel foi amplamente ressaltado no fim dos anos 90, com a centralização em território chinês das exportações asiáticas, em grande parte, direcionadas ao mercado americano – papel antes exercido pelo Japão. A partir desse processo, a economia chinesa passou efetivamente a representar papel determinante na dinâmica da economia mundial, já que até então sua importância estava mais relacionada ao âmbito regional – na reconfiguração das relações entre as economias do Sudeste Asiático, e destas com os Estados Unidos.

Um das principais consequências dessas mudanças na economia chinesa foi o aumento explosivo de sua demanda por insumos e matérias-primas, onde se destacam os minerais metálicos e energéticos, levando a brutal valorização dos preços desses produtos nos mercados internacionais. Como diz Medeiros (2008b):

Se devido à pressão de seus baixos custos em dólares o impacto da China como produtor de manufaturas foi o da redução de seus preços nos mercados internacionais, o impacto global da rapidez de sua industrialização e urbanização foi o aumento do preço do petróleo e de matérias-primas.³²

Esta relação entre o padrão de crescimento chinês na última década e o forte crescimento de sua demanda por produtos minerais será o objeto deste capítulo. Esse segundo capítulo enfatizará os elementos internos do modelo de crescimento chinês, que estão diretamente relacionados ao crescimento de sua demanda por bens minerais, como os investimentos em infraestrutura, construção civil e abastecimento energético. Para tanto, esse capítulo terá mais quatro seções. A primeira apresentará brevemente o processo de crescimento chinês. A segunda seção abordará os determinantes internos da demanda por produtos minerais. A terceira seção apresentará um breve panorama da produção industrial chinesa. Por último, a quarta seção abordará a questão energética e comércio na China.

2.1 - Emergência da China

³² Medeiros (2008b, p. 260).

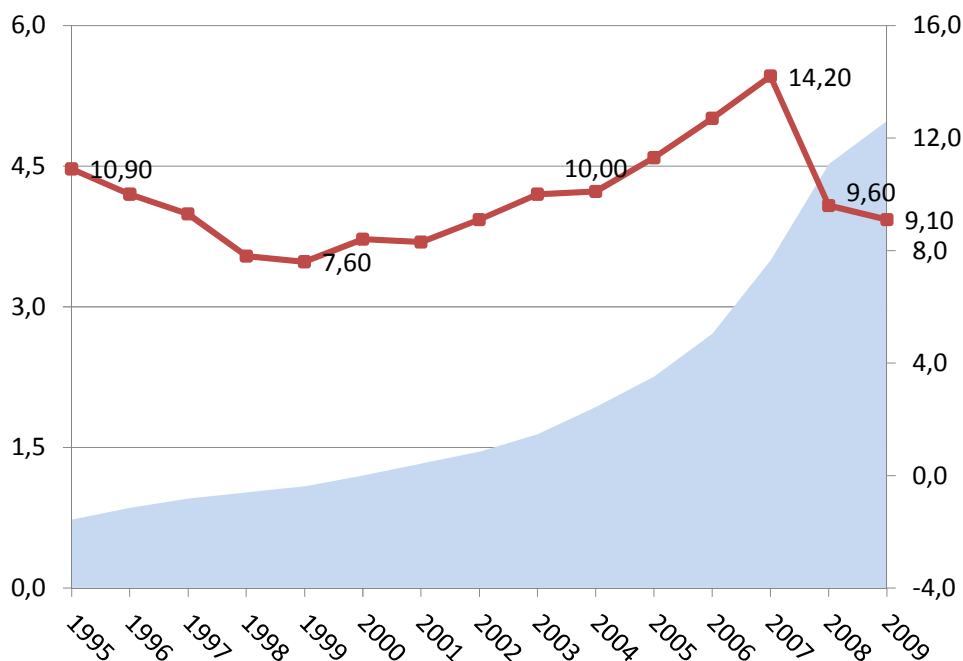
A emergência da China como motor do crescimento econômico mundial está relacionada à sua inserção na dinâmica regional do sudeste asiático, que proporcionou um alto ritmo de crescimento conjunto para as economias dessa região a partir de meados dos anos 80. Nesse processo está inclusa a formação do *cluster* regional de produção compartilhada estruturado entorno do IED japonês e voltados para a produção de bens industriais, visando principalmente o fornecimento ao mercado americano. Esse esquema regional se formou a partir da valorização da moeda japonesa frente ao dólar em 1985, dando início ao período conhecido como *endaka* (yen forte). Como as demais economias asiáticas mantiveram suas moedas atreladas ao dólar, a valorização do yen significou uma desvalorização real das demais moedas asiáticas frente à moeda japonesa, o que estimulou os investimentos japoneses e a transferência das etapas de produção de maior custo unitário para estas economias, formando uma configuração regional de produção compartilhada, denominada ‘Gansos Voadores’.³³ Esse esquema regional beneficiou vários países além da China, tais como Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia. Naquele momento, aquela região se tornou o principal centro de produção de bens manufaturados, principalmente bens eletrônicos de consumo, o que fez valer a denominação de ‘fábrica do mundo’.

Nesse sentindo o fim do período da *endaka* em 1995, com a desvalorização do yen frente ao dólar, marcou um momento essencial na definição do papel atual da China na economia atual. A desvalorização do yen levou a uma valorização real das demais moedas asiáticas, atreladas ao dólar. Em função dessa desvalorização, houve uma abrupta contração do IED japonês vinculado às exportações para terceiros mercados, principalmente o americano, levando a forte instabilidade na dinâmica regional (Medeiros, 2004). Nesse processo a China foi uma exceção. Impulsionada pela reforma cambial de 1994, quando promoveu a unificação das taxas de câmbio, acompanhada por uma desvalorização cambial, a China passou a deslocar as exportações dos demais países asiáticos em terceiros mercados e atuar como um polo de atração de IED, atraindo para o seu território os fluxos de investimentos externos europeus, americanos e asiáticos que antes eram dirigidos aos demais países asiáticos.³⁴ De 1995 a 2009 a China obteve um crescimento real de mais de 270%, com taxas médias anuais de pouco menos de 10%.

³³ Para maiores referências ver Medeiros, 1999.

³⁴ Desde 1984 a China estabeleceu um sistema dual de câmbio. O câmbio oficial, com valor flutuante, e o mercado de ‘swap’, estabelecido a 8,70 yuan por dólar americano. Este último estava restrito apenas as empresas

Gráfico 15 – PIB Nominal da China e taxa de crescimento real do PIB, em trilhões de US\$ e %.



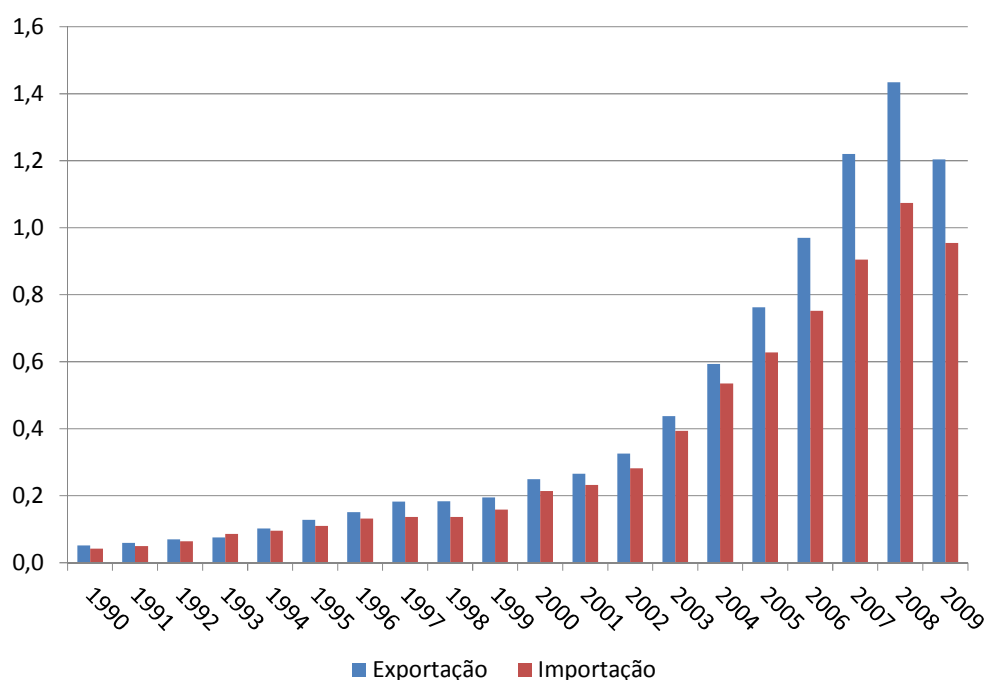
Fonte: Elaboração própria com dados de WDI World Bank.

A China se tornou o centro de processamento das exportações asiáticas de bens manufaturados. Como resultado, suas exportações saltaram e seu saldo comercial com terceiros mercados – Estados Unidos e União Europeia – cresceu enormemente. Por outro lado, aumentaram as importações chinesas dos países do sudeste asiático, principalmente de matérias-primas, insumos, máquinas e equipamentos e bens de capitais. Essas já vinham em ritmo crescente desde os anos 80, no entanto, ganharam novo impulso e perfil após 95. Dessa forma, a China passou a ser o motor do crescimento regional asiático ao se tornar o destino de grande parte das exportações desses países. Também nesse momento a posição exportadora chinesa ao nível mundial, que já vinha crescendo, se acelerou de forma espantosa. Sua ascensão comercial se iniciou com manufaturados de baixo custo agregado e intensivos em mão-de-obra. Devido aos baixos custos do trabalho na China, a concentração das exportações asiáticas no território chinês teve como efeito a depreciação dos preços dos bens industriais em nível global.

das ZEE e as *tradings*. Em 1994 a China unificou seu sistema cambial sobre a taxa de 8,70 yuan por dólar o que representou um desvalorização oficial. Porém, como a grande maioria das exportações eram processadas dentro das ZEE já sobre o câmbio de 8,70, os efeitos desta desvalorização para as exportações chinesas não foram tão expressivos. Posteriormente, em 1996, também foi estabelecida a plena conversibilidade do yuan para a balança corrente, mantendo-se as restrições para a balança de capitais.

A trajetória ascendente das exportações é mostrada no gráfico 16. De 1990 a 1997, as exportações chinesas cresceram a uma média anual de 20%. Principalmente no período entre 1994 e 1997, o crescimento das exportações foi bem acentuado, inserindo novos elementos no desenvolvimento chinês. Esse período é marcado pelo crescente superávit da balança comercial e o crescimento da participação das exportações no PIB, constituindo uma total inversão em relação aos anos 80, quando o crescimento econômico gerou grande incremento das importações e fortes tendências a déficits nas transações comerciais, em função das necessidades de abastecimento da grande população chinesa.

Gráfico 16 – Comércio Externo chinês, em trilhões de US\$.



Fonte: Elaboração própria com dados do WDI World Bank, 2011.

O papel da China na economia mundial ficou ainda mais ressaltado após a crise econômica em 2001 quando a redução do ritmo de crescimento da economia americana e europeia foi compensada pelo ciclo de crescimento econômico acelerado chinês. Nesse ano a China ingressou na OMC (Organização Mundial do Comércio), o que colaborou para seu maior acesso ao mercado internacional (UNCTAD, 2002). Desde então, a China assumiu uma importância sem precedentes na economia mundial, concentrando a produção e exportação mundial de vários produtos. No entanto, esse impulso está inserido dentro da estratégia

chinesa de inserção econômica a longo prazo, da qual a atração de IED e crescimento das exportações são apenas uma de suas bases.

Os anos 80 – Início do Crescimento Acelerado

A estratégia de inserção econômico internacional da China foi delineada ainda nos anos 70, com a consolidação de Deng Xiaoping no poder. O novo líder promoveu ao longo dos anos 80 uma série de reformas que visavam instaurar um processo gradual de transição econômica na China, com altas taxas de crescimento do PIB e introdução controlada de mecanismos de mercado (abertura econômica, liberalização de preços e promoção às exportações). Ainda nos dias atuais, a inserção chinesa na economia mundial segue as linhas gerais da estratégia traçada por Deng Xiaoping de “elevar o status internacional da China como potência capaz de influenciar, e não apenas responder, aos desafios impostos pelo sistema internacional”.³⁵ Essa estratégia tem seu centro no desenvolvimento econômico. A transformação da China em uma nação rica foi a forma de transformar o país em uma potência internacional, sem provocar grandes acirramentos nas tensões geopolíticas em que está inserida.

As reformas promovidas por Xiaoping tiveram como base:

*A conciliação de mecanismos de mercado com descentralização administrativa, a introdução gradual de mecanismos de mercado, a introdução do sistema de contrato de responsabilidade no campo, a criação de zonas econômicas especiais e a manutenção das empresas estatais na posição de ‘commanding heights’ da economia.*³⁶

O marco inicial dessas reformas foi a mudança no regime tradicional de propriedade no campo, como forma de aumentar a produtividade do setor agrícola. Além desse, os principais elementos dessa reforma foram: a) agressivo programa de promoção de exportações e de proteção do mercado interno, b) formação de grandes empresas estatais nas indústrias pesadas, c) reformas das empresas estatais e redefinição da relação entre o planejamento e o mercado, d) promoção das empresas coletivas, e) transição gradual de um sistema de preços controlados para um sistema misto de preços regulados, controlados e de mercado (Medeiros, 1999).

Segundo Medeiros (2008b), essa estratégia de abertura econômica visou também à manutenção do poder pelo Partido Comunista Chinês (PCC). Nesse processo Xiaoping se

³⁵ Medeiros (2008b, p. 255).

³⁶ Medeiros (2008b, p. 228).

baseou no apoio do Exército Libertação Popular (ELP). Esta instituição foi um dos alvos prioritários das reformas na China, além da economia (Agricultura, Indústria e Tecnologia) – retomando o programa das ‘Quatro Modernizações de 1975’. O Exército foi uma força ativa em todo o processo de abertura econômica na China, servindo como elemento central na manutenção da unidade e do poder pelo PCC. O papel do ELP foi ainda mais ressaltado em função de sua utilização na contenção aos crescentes protestos e distúrbios sociais ao final dos anos 80, onde se inclui o episódio da repressão militar às manifestações de estudantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen) em junho de 1989. Esses protestos se deram em função dos efeitos negativos gerados no processo inicial de crescimento econômico (principalmente o crescimento da inflação) e das reivindicações por maior liberalização política.

Em resposta as fortes pressões sociais, foi lançada em 1992 a política do ‘Grande Compromisso’. Nesse programa o Estado chinês, fortemente influenciado por Xiaoping, reafirmou o desenvolvimento econômico como centro da estratégia chinesa. Esse programa buscou também uma consolidação das várias forças políticas na China, principalmente as regiões mais ricas do sudeste chinês e do ELP, unidos pela aceleração do progresso econômico e modernização do Exército chinês (Medeiros 2008b). Como corolário dessa aliança, o PCC manteve o monopólio do poder e do processo de abertura econômica na China, tendo o Exército servido como grande avalista do Governo central.

Um dos destaques na estratégia de abertura chinesa foi a criação das Zonas Especiais Econômicas (ZEE), zonas costeiras voltadas para o processamento das importações por empresas locais ou empresas de propriedade de estrangeiros, podendo ser direcionadas à exportação.³⁷ A criação das ZEE teve grande importância na política de ‘portas abertas’ da China, marcando um grande impulso ao *drive* exportador chinês e na atração de investimentos externos. Em um segundo momento, com o pacote de 1984 foi autorizada a criação de mais catorze “cidades abertas” – incluindo Xangai. Essas foram constituídas em escala bem superior às anteriores e ampliaram o conceito das ZEE, passando a ser denominadas Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET). Ao longo do tempo, novos tipos de Zonas Especiais foram sendo estabelecidas, com focos diferentes: Zonas de Desenvolvimento Industrial de Alta Tecnologia (ZDIAT), Zonas de Livre Comércio (ZLC), Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), entre outros (Zeng, 2011). As empresas sediadas nessas

³⁷ Entre 1980 e 1984 a China instituiu as primeiras ZEE: Shantou, Shenzhen, e Zhuhai, na Província de Guangzhou, Xiamen, na Província de Fujian e a Província de Hainan. A localização destas zonas especiais foi profundamente influenciada pelo objetivo de atrair capitais de Hong Kong e Taiwan, fornecendo custos mais baixos e melhores condições de investimentos.

regiões especiais gozavam de liberdades para exportar e trazer investimentos, além de poder desfrutar de ótima infraestrutura, câmbio desvalorizado e baixo custo de mão-de-obra. Assim, com a instalação das primeiras ZEE passou a coexistir na China dois regimes quanto ao comércio exterior: um regime voltado para a promoção das exportações, formado pelas empresas estabelecidas na ZEE; e outro regime formado pelas empresas que não estavam na ZEE, submetidas ao forte controle protecionista da política chinesa, dirigidas para as exportações e mercado interno (Medeiros, 1999).

Mapa 1 – Zonas Econômicas Especiais em 2010



Fonte: Zeng, 2011.

Desde o início do processo de reformas na China nos anos 80, essas regiões tiveram grande destaque na produção, participação no PIB e nas exportações. Em 2010, somente a região do Delta do Rio das Perolas, onde se instalaram as primeiras ZEE, correspondeu a 4,2% da população da China, 9,4% do PIB, 10,3% da produção industrial e 27% das exportações. No entanto, além dos objetivos econômicos, as ZEE também continuam uma clara finalidade geopolítica. Elas se localizam na embocadura do Rio das Perolas, um dos principais rios que desaguam no mar do Sul da China e atravessa grande parte da região

sudeste da China, abarcando regiões de fronteira com vários países com o qual a China mantém relações conflituosas, como Índia e Vietnã. Desta forma, com as ZEE a China conseguiu: ocupar uma região fronteiriça de intensa disputa geopolítica; aumentar a interligação dessa região com o comércio marítimo, através das exportações; aumentar a interdependência das ilhas de Hong Kong, Macau e Taiwan em relação ao território continental; e induzir o crescimento econômico na foz de um rio que desagua em uma área de intensas reivindicações marítimas, como a disputa pelos substanciais recursos hidrocarboníferos dos arquipélagos de Spratlys e Paracel. Essa área envolve reivindicações territoriais de pelo menos seis Estados – Taiwan, Filipinas, Indonésia, Vietnã, Brunei e Malásia. Essa região também abarca a segunda linha de comunicação marítima mais utilizada no mundo e mais da metade do tráfico mundial de *supertankers* transitam nessa área (Nincic, 2009).

Outro importante aspecto da condição exportadora chinesa foi o grande esforço de incorporação tecnológica e transição em direção à exportação de produtos de maior conteúdo tecnológico. A transferência de tecnologia dos investidores estrangeiros para as firmas locais sempre foi um objetivo explícito da política comercial chinesa, primeiramente utilizando as empresas estatais e, posteriormente, forçando os investidores estrangeiros a formar *joint-ventures* com empresas locais, estimulando a transferência tecnológica e a compra em fornecedores locais (Rodrik, 2006). O investimento estrangeiro e as estratégias das empresas multinacionais americanas, europeias e asiáticas tem especial relevância no desempenho exportador e na industrialização chinesa. Essas empresas representaram os principais indutores da produtividade chinesa, fonte de tecnologia e os principais exportadores. Grande parte dos investimentos realizados na China está relacionada às redes internacionais de produção compartilhada formada pelas empresas multinacionais. Essas empresas têm como motivação principal a exportação de seus produtos, buscando se beneficiar dos baixos custos de mão-de-obra na China. No entanto, Rodrik adverte:

*But if China has welcome foreign companies, it has always done so with objective of fostering domestic capabilities. To that end, China has used a number of policies to ensure that transfer would place and strong domestic players would emerge.*³⁸

A atração de IED na China esteve subordinada ao fortalecimento da capacidade exportadora das firmas chinesas. Entretanto, as grandes dimensões do mercado interno chinês

³⁸ Rodrik (2006, p. 18).

e o ritmo de expansão que este alcançou durante os anos 90 fizeram aumentar o volume de IED destinado ao atendimento do mercado doméstico. Segundo Barbosa (2011), o diferencial do modelo chinês de crescimento se situa no nexo entre exportações e investimento, que permite uma constante ampliação da capacidade produtiva com fortes efeitos, também, sobre o mercado interno. O grande mercado interno chinês representa um diferencial em relação às demais economias asiáticas, com fortes efeitos sobre a atração de investimento externos. Isso ajuda a explicar a relativa estabilidade com a qual a China enfrentou a crise de 97. Como diz Medeiros (2004):

Ao contrário das demais economias asiáticas em que as elevadas correntes de comércio as tornam fortemente dependentes das flutuações cambiais e do comportamento dos mercados externos, a China com um amplo mercado interno e, a despeito de sua magnitude absoluta, uma corrente de comércio externo menor, pode afirmar uma dinâmica centrada em sua política interna.³⁹

Em complementação, a China iniciou nos 90 uma audaciosa Política Industrial visando aumentar a incorporação tecnológica pelas empresas chinesas, selecionando 120 grupos empresariais para formar um *national team* em setores de importância estratégica, com clara inspiração no *Cheabolts* coreanos.⁴⁰ Dois fatores foram de fundamental importância para o sucesso dessa política: a relativa autonomia regional e descentralização das decisões de investimentos e o tamanho da economia chinesa. Esses fatores permitiram que várias atividades fossem experimentadas ao mesmo tempo, para que as mais produtivas fossem estimuladas e sua produtividade transmitida ao conjunto da economia.

Conjunto a esses esforços, o governo chinês realizou maciços investimentos em infraestrutura. Novas ZEE foram abertas – essas foram os principais focos desses investimentos em infraestrutura – e foi estimulada a criação de parques industriais tecnológicos dentro dessas zonas. Como resultado Danni Rodrik (2006) identifica que a cesta de produtos exportados pela China apresenta um conteúdo tecnológico bem superior ao que seria esperado para um país com o nível de renda apresentado pela China. O gráfico 17 ilustra as transformações na composição das exportações chinesas de 1980 até 2009.

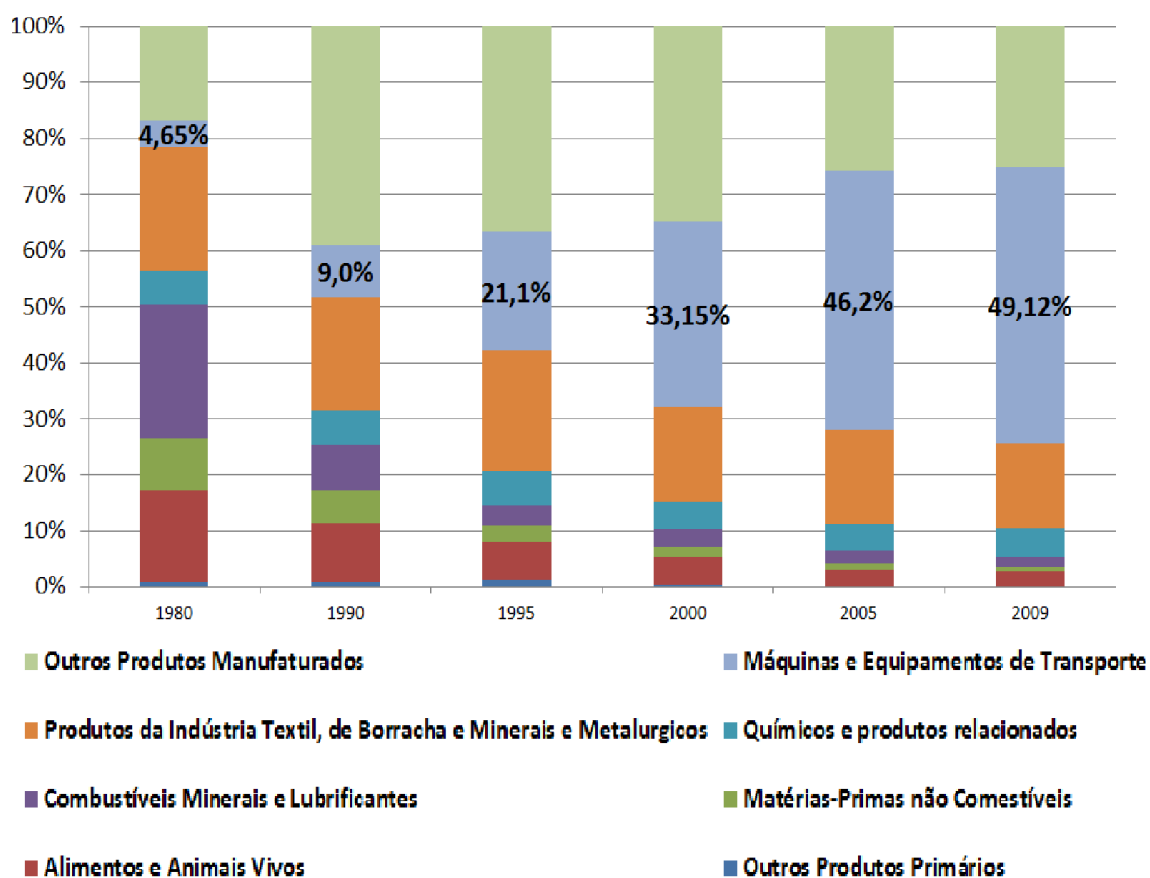
A China acentuou o processo de agregação de valor em suas exportações com o crescente peso dos bens manufaturados em substituição aos produtos primários e intensivos em mão-de-obra, predominantes nos anos 80. Esse processo de transição das exportações

³⁹ Medeiros (2004, p. 170)

⁴⁰ Segundo Nolan (2001) estes setores incluíam geração elétrica (8 grupos), carvão (3), automóveis (6), ferro e aço (8), máquinas (14), química (7), material de transporte (5), aeroespacial (6) e farmacêutica (5). Citado em Medeiros (2004).

chinesas em direção aos bens manufaturados vem se realizando com participação crescente das máquinas e equipamentos de transportes. Em 2009, os produtos dessa categoria representaram quase metade de todas as exportações chinesas. Essa categoria de produtos se caracteriza pela alta intensidade de capital e grande consumo energético e de matérias-primas em sua fabricação.

Gráfico 17 – Decomposição das exportações chinesas, em %.



Fonte: Elaboração própria com dados do China Statistical Yearbook, 2011.

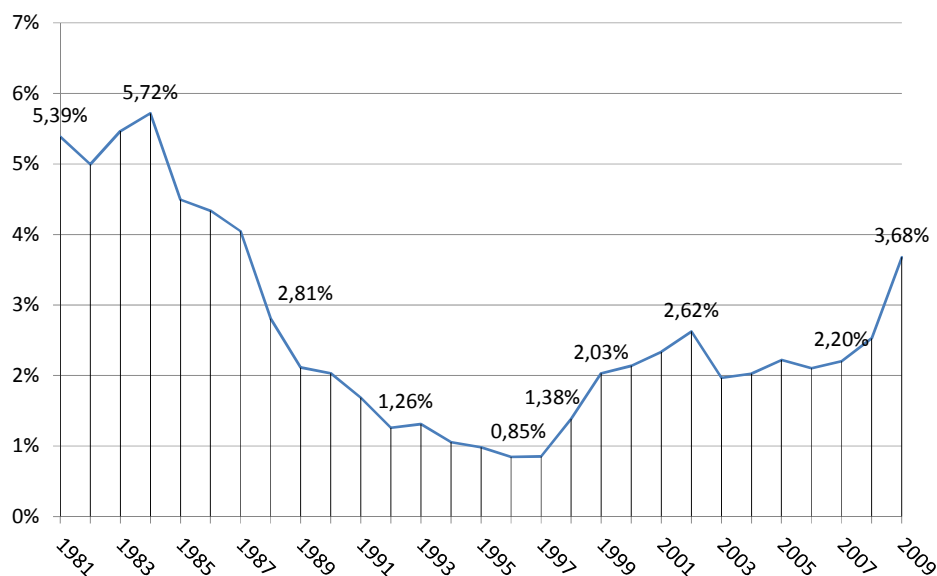
Assim, o caráter excepcional do crescimento chinês não se deve somente ao contexto regional asiático, mas também, a capacidade de planejamento do Estado chinês e sua autonomia na condução da política econômica. Vale lembrar que no momento da *endaka* a China já completava a sua primeira década de crescimento acelerado.

A China nos anos 90.

Os investimentos das empresas estatais desempenharam papel de grande relevância em toda a trajetória de crescimento acelerado da China, pela sua grande participação no PIB e,

principalmente, pela sua capacidade de estimular setores estratégicos para a industrialização desse país. Segundo Medeiros (2006b), mesmo com os novos determinantes introduzidos pela meteórica trajetória de crescimento das exportações nos anos 90, os investimentos públicos continuaram sendo uma das principais bases do crescimento econômico chinês.⁴¹

Gráfico 18 – Investimentos Públicos em Ativos Fixos, em % PIB.



Fonte: Elaboração própria com dados do China Statistical Yearbook, 2011.

Esses investimentos tiveram uma clara dimensão anticíclica durante a crise das economias asiáticas ao final de 1997. Essa crise foi seguida por grande contração econômica e desvalorização cambial pelos países asiáticos. A posição comercial alcançada pela China após a desvalorização de 1994 permitiu a esse país manter a estabilidade cambial – com a manutenção da paridade fixa junto ao dólar – e o foco em sua estratégia de crescimento econômico. Como resultado da contração de suas exportações, a China intensificou os gastos com obras públicas, aumentou os investimentos das empresas públicas e a participação dos bancos estatais na economia, de forma a compensar a queda das exportações com o maior crescimento de seu mercado interno.

A crise asiática teve dois efeitos principais sobre a inserção econômica chinesa: por um lado introduziu novos determinantes ao crescimento chinês, ressaltando a participação dos investimentos em infraestrutura no produto agregado; por outro lado, a manutenção da

⁴¹ Na mesma linha, Akyüs (2005) ressalta que a China se insere em um conjunto de países com grande crescimento em suas exportações de manufaturados em função de sua inserção nas redes internacionais de comércio, o que relativiza o papel dessas exportações no crescimento econômico.

estabilidade cambial ressaltou o papel do yuan para o comércio asiático, aumentando a importância da China na economia mundial.

Atualmente, os investimentos públicos em infraestrutura, principalmente em construção de autoestradas, vêm sendo um dos grandes impulsionadores do crescimento acelerado da economia chinesa (Medeiros, 2010). Esse processo se combina com o rápido processo de urbanização e elevação do nível de renda da população, demandando constantes gastos no provimento de serviços públicos e melhoria nas condições de vida nas cidades. Esses fatores caracterizam o modelo econômico chinês. Os investimentos em infraestrutura também geram fortes efeitos sobre o comércio externo chinês, ao proporcionar enormes ganhos de produtividades às exportações, que vêm permitindo saltos em direção a produtos de maior valor agregado e intensidade de capital.

Conforme Medeiros (2008b):

Este keynesianismo desenvolvimentista acarretou uma forte expansão dos investimentos, que assumiu extraordinária participação do PIB. Apesar de menor expansão do consumo, o aumento simultâneo dos investimentos e das exportações levou a uma redução relativa do excedente de mão-de-obra e aumento do salário real. Este processo se deu num contexto de provisão de novas e melhores residências urbanas e de redução da pobreza.⁴²

Como consequência desse modelo de crescimento, a economia chinesa gera enormes pressões sobre sua indústria de produtos como, aço, vidro, cimento, alumínio, o que impôs novas dimensões sobre a histórica restrição ao crescimento chinês. Toda a trajetória de crescimento acelerado da economia chinesa foi acompanhada de grande incremento nas importações, maciças transferências de população do campo para a cidade e a formação de novos padrões de consumo. Desde o início de sua expansão econômica, o tamanho e nível de renda de sua população representaram as principais restrições ao crescimento chinês: primeiramente, na capacidade de expansão da produção de bens de consumo, em especial alimentos; e, posteriormente, com a liberalização comercial nos anos 80, na sua capacidade de importação (Medeiros, 2006b).

A inflexão no modelo de crescimento chinês em direção à maior participação de sua indústria pesada e construção civil fez a expansão de suas importações se concentrarem em produtos primários, onde se destacam os minerais metálicos (como o minério de ferro, alumínio, cobre) e energéticos (petróleo). Como consequência, o crescimento econômico chinês recente está fortemente ancorado na crescente demanda por matérias-primas e uma

⁴² Medeiros (2008b, p. 256).

progressiva necessidade de garantir o abastecimento nesses bens. Apesar de a China ser um grande produtor de bens primários (energéticos, minerais, alimentos) o incremento das indústrias básicas transformou a China de exportadora líquida para importadora líquida em vários desses materiais. A dependência chinesa em relação ao abastecimento externo de produtos primários já representa uma das maiores contradições em seu modelo de crescimento (Medeiros, 2010).⁴³ A crescente demanda por produtos primários também influencia em seu desempenho exportador, já que muito se ressalta a qualidade da infraestrutura como fator determinante para os ganhos de produtividade e competitividade internacional das exportações chinesas – principalmente nas ZEE.

A tabela 7 mostra como a China passou a ocupar um espaço cada vez maior nas importações mundiais de *commodities*. Essa participação passou de 2%, em meados dos anos 90, para 6% na década seguinte, devido ao aumento expressivo de suas importações em todas as categorias de *commodities*, com destaque para os mercados de ‘Minérios e Metais’ e ‘Matérias-primas agrícolas’. Enquanto isso, nos mercados de alimentos, o crescimento da China nas importações mundiais foi bem menos significativo.

Tabela 7 – Participação da China nas Importações mundiais de *Commodities*, em %.

	Commodities Totais		Combustíveis		Minérios e Metais		Matérias-Primas Agrícolas		Produtos Florestais		Alimentos		Pesca	
	1996-1998	2004-2006	1996-1998	2004-2006	1996-1998	2004-2006	1996-1998	2004-2006	1996-1998	2004-2006	1996-1998	2004-2006	1996-1998	2004-2006
Países Desenvolvidos	69	66	68	67	70	60	68	62	77	69	69	69	83	79
Países em Desenvolvimento	28	32	28	31	28	38	30	37	22	30	27	27	15	19
Ásia	21	25	21	25	23	33	24	30	17	26	17	17	11	14
China	2	6	2	5	4	14	5	14	3	13	2	3	1	4
Índia	2	3	2	3	1	2	1	2	1	2	1	1	0	0
Países em Transição	3	2	3	2	2	2	1	2	1	1	4	4	1	2
Importações Mundiais ^a	1.293	2.844	428	1.424	178	407	132	177	62	87	478	704	53	78

Fonte: adaptado de UNCTAC, 2009.

a) importações em US\$ bilhões.

O Crescimento do IED Chinês no fim da década de 2000.

A partir de 2008 a China realizou uma nova inflexão em seu modelo de crescimento, e se tornou grande emissora de Investimentos Externos, chegando a ser origem de 4% dos IED's mundiais naquele ano (CEPAL, 2011a). Isto representou um grande contraste com seu padrão de crescimento dos anos anteriores, fortemente calcado na atração de investimentos

⁴³ A outra grande contradição apontada pelo autor seria o crescimento das tensões sociais em função da concentração de renda e desigualdade social e regional. Estes não serão tratadas neste trabalho pois fogem ao escopo do mesmo.

externos, e com pouca participação na emissão (Holland e Barbi, 2010). Essa expansão dos investimentos externos chineses aconteceu em um momento de grande baixa nos fluxos mundiais de IED, em decorrência da crise internacional. Isso transformou a China no quinto maior emissor de IED no mundo em 2009. No entanto, seu estoque de IED espalhado pelo mundo, em 2010, ainda foi bem menor do que países como a Rússia, Austrália, Suécia e Suíça.⁴⁴

Essa busca das empresas chinesas por maior internacionalização foi orientada por um conjunto de diretrizes estabelecidas no 16º Congresso do Partido Comunista em 1999, agrupadas no programa *Go Global* (Acioly, Pinto e Cintra, 2011 e OCDE, 2008). Essas orientações deram origem a uma série de medidas governamentais visando facilitar a realização de investimentos externos pelas empresas, além de reformas institucionais, incentivos e financiamentos.⁴⁵ Outro instrumento de grande importância foi o apoio dos principais bancos públicos da China, como o Banco de Desenvolvimento de China (CDB) e o Eximbank chinês (Banco de Exportação e Importação).

Além dos fatores relacionados à busca por maior competitividade e desenvolvimento tecnológico, esse processo visa também prover alternativas mais rentáveis às volumosas reservas internacionais em dólar geradas pelos grandes superávits comerciais da China com os EUA (Holland e Barbi, 2010). Esse último fator, representa uma das grandes especificidades da saída da China aos investimentos externos no fim da década de 2000.⁴⁶ No entanto, este novo aspecto do desenvolvimento econômico chinês envolve também objetivos políticos/diplomáticos, principalmente a tentativa de aumentar o *softpower* chinês e diminuir o número crescente de tensões políticas e comerciais no qual a China tem se envolvido nos últimos

⁴⁴ O estoque de IED da China espalhado pelo mundo chegou a US\$ 229,6 bilhões no final de 2009. Esse valor representa cerca de oito vezes o valor registrado em 2000, US\$ 27,8 bilhões. Isso representa uma participação de menos de 1,2% no estoque mundial de IDE. No entanto, este percentual tem aumentado fortemente, principalmente nos países em desenvolvimento.

⁴⁵ As principais ações governamentais de apoio à expansão internacional das empresas na China foram: “incentivos financeiros, incentivos fiscais, apoio informacional, assistência técnica e outros serviços, criação de *comfort zones*, e acordos internacionais”. Além destas, Holland e Barbi (2010) cita uma série de reformas institucionais para impulsionar o investimento externo chinês: “a aprovação de legislação de compras e aquisições em países vizinhos (*cross-border*), a definição de uma taxa única de imposto de renda corporativo para empresas domésticas e estrangeiras, a equiparação legal da proteção de bens públicos à propriedade privada e revisão das normativas para investimentos diretos no exterior”. Em adição, segundo CEPAL (2011a), em 2004 o governo chinês anunciou um plano para oferecer crédito subsidiado às empresas que invistam no exterior em áreas tidas como prioritárias: aquisição de recursos naturais, projetos em manufatura e infraestrutura que envolva a exportação de tecnologia desenvolvida na China e projetos na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos que fortaleçam a competitividade das empresas chinesas.

⁴⁶ Segundo CEPAL (2011a), estes grandes superávits comerciais, converteram a China na principal poupadora do mundo, principalmente em títulos de dívida pública, em sua maioria dos EUA. A manutenção desse nível de reservas tem grandes custos e vêm gerado intensos debates dentro e fora da economia chinesa.

anos.⁴⁷ No entanto, a garantia de acesso a fontes de recursos naturais para manter o seu ritmo de crescimento acelerado continua sendo o eixo central dessa expansão dos investimentos externos chineses, principalmente os investimentos direcionados à América Latina e África (Holland e Barbi, 2010).

Todo esse processo foi fortemente comandado pelo Estado, com o objetivo fortalecer a política industrial chinesa, e tendo por prioridade as atividades que forneçam suporte ao comércio e crescimento econômico acelerado chinês, como recursos naturais, energia e infraestrutura.⁴⁸ Essa estratégia se pauta pelo controle dos principais fornecedores de matérias-primas e energia, e pela expansão dos setores onde a indústria chinesa alcançou significativo grau de desenvolvimento (automóveis, informática, telecomunicações etc.) (Holland & Barbi, 2010).

Essa orientação dos investimentos externos chineses determinou sua distribuição setorial. As estatísticas oficiais chinesas sobre investimentos diretos mostram uma predominância de atividades de apoio ao comércio exterior de China, como finanças (19%), comércio (15%) e logística (7%) – com o setor terciário concentrando ¾ dos IED pelo mundo. Os investimentos no setor mineral vêm em seguida com 17%, com destaque para mineração e exploração de petróleo, que concentrou grande parte das aquisições externas da China (CEPAL, 2011a). O setor de manufaturas tem a menor participação no IED da China, 5,2%.

Esses investimentos são realizados, em sua maior parte, por grandes corporações estatais. Segundo Acioly, Pinto e Cintra (2011), estas ‘correspondem ao núcleo duro do processo de internacionalização chinês’, e o desempenho do IED chinês, em termos de volume, distribuição setorial e geográfica, refletiu os objetivos e as estratégias dessas empresas. Segundo as estimativas da OCDE (2008) citadas por estes autores:

“a participação das estatais chinesas sob a administração do Governo Central, no estoque total de IDE fora do país, foi de 84% em 2005 e, em termos de fluxos, de 83,7% no biênio 2004-2006. O restante desses investimentos foi realizado por empresas estatais sob a administração de governos locais ou não estatais de vários tipos de estruturas societárias (privadas nacionais, privadas estrangeiras, entre outras).”⁴⁹

⁴⁷ CEPAL (2010) cita que desde o início da crise internacional a China tem sido o alvo de quase 60% dos pedidos de investigação antidumping na região da América Latina.

⁴⁸ Segundo CEPAL (2011a), o processo de aprovação de realização do investimento externo pelos órgãos chineses competentes – Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), Conselho de Estado, Ministério de Comércio (MOFCOM) e Administração Estatal de Moeda Estrangeira de China (SAFE) – leva em consideração critérios como a participação de empresas estatais, se tem como objetivos a obtenção de recursos naturais estratégicos e se o país receptor tem boas relações diplomáticas com a China.

⁴⁹ Acioly, Pinto e Cintra (2011, p. 331).

Em adição, estes mesmo autores citam que os bancos chineses têm buscado aproveitar a ‘Diáspora’ das empresas chinesas para identificar novas oportunidades, expandir seus negócios, dominar as técnicas avançadas de administração financeira nos países desenvolvidos, assim como promover operações de apoio às empresas chinesas no exterior.

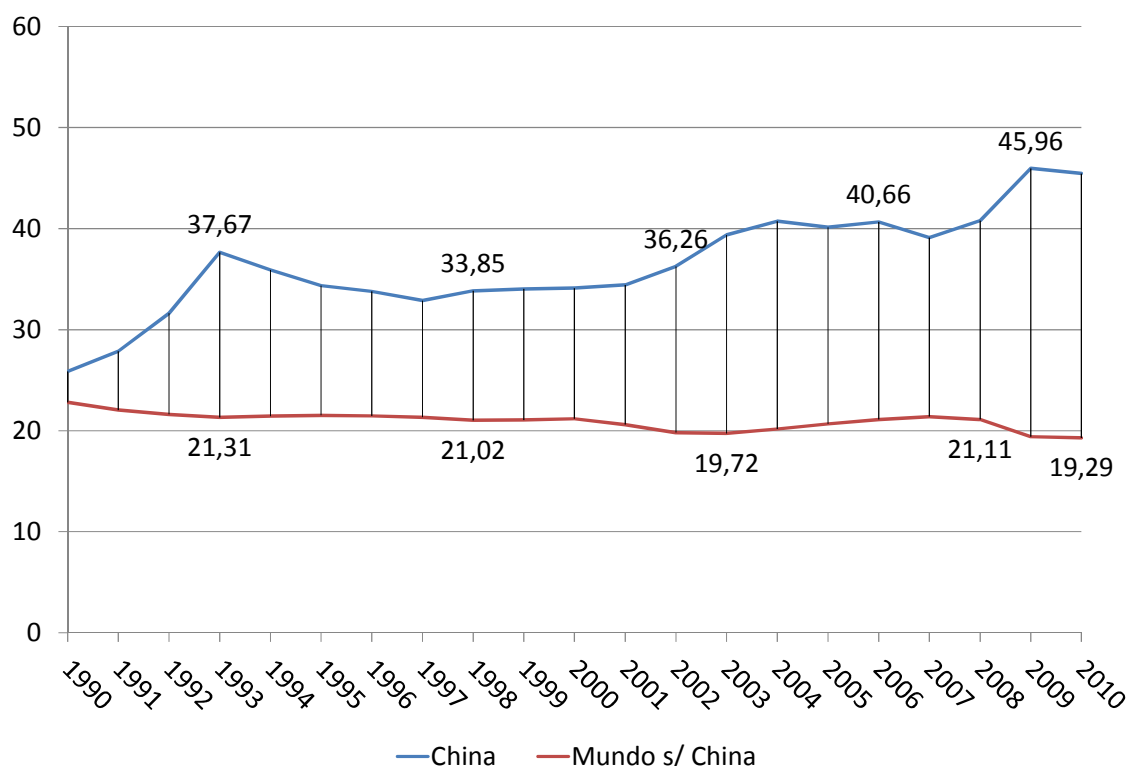
Além dos traços já citados, o IED na China também se caracteriza pelo uso extremo de paraísos fiscais, como Hong Kong, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas para remessas de IED. Estes dois últimos receberam, segundo a CEPAL, 95% do IED não financeiro dirigido a América Latina em 2009. Isso dificulta a análise de sua distribuição regional. Em adição, Acioly, Pinto e Cintra (2011) destacam que grande parte do volume de IED no setor terciário está relacionado a investimentos para constituição das companhias holdings, matrizes regionais, geralmente localizadas nos centros financeiros para posterior reinvestimento em terceiros países, em setores diversos. Isto subestima a participação do IED chinês no setor manufatureiro. Também se destaca que o investimento chinês tem se voltado predominantemente à compra de participações em operações já existentes (*M&A, Mergers e Aquisitions*), com menor participação de novos projetos (*greenfield investments*).

2.2 – Os Determinantes Internos da Demanda por Minerais

A grande participação dos investimentos no produto agregado é um dos principais diferenciais da economia chinesa nos últimos anos. O gráfico 19 apresenta as trajetórias do investimento/PIB na China e nos demais países. A partir de 2000 os investimentos tiveram uma participação cada vez maior no produto agregado chinês. De 2003 a 2009, essa participação ficou acima de 43%, sendo mais que o dobro da média dos demais países em 2009. Percentual comparável somente com algumas pequenas economias que atravessam grandes processos de transformação e reconstrução, na maior parte associado a guerras e batalhas, tal como Kosovo, Costa do Marfim e Turcomenistão.

Durante a crise econômica de 2009 os investimentos da China se intensificaram, crescendo 22% em relação ao ano anterior. O contraste é bem evidente com os demais países, onde os investimentos são fortemente impactados negativamente pela ocorrência de crises econômicas. Esse é um comportamento recorrente na trajetória recente da economia chinesa. Os momentos de crise internacional e contração da demanda externa são seguidos por grande expansão dos investimentos, com a utilização do seu grande mercado interno na manutenção do crescimento econômico, como pode ser observado em 2001 e 2009.

Gráfico 19 – Formação Bruta de Capital Fixo como percentual do PIB.



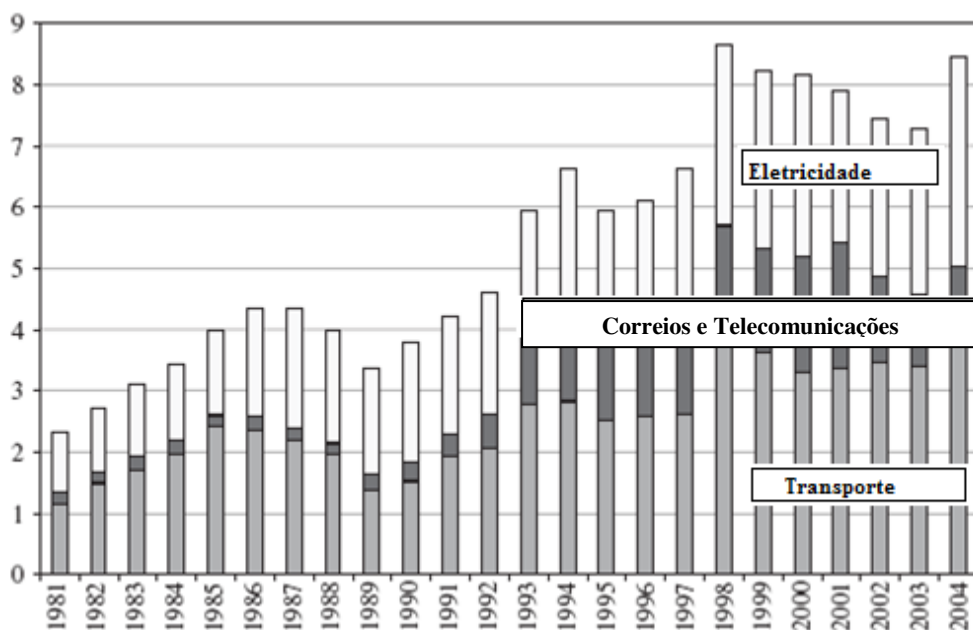
Fonte: Elaboração própria com dados do WDI World Bank.

Os principais componentes desses gastos são os investimentos públicos em infraestrutura e no processo de crescimento das cidades, em função da rápida urbanização da sociedade chinesa. Além de impactar a taxa de acumulação, os investimentos em Infraestrutura têm grandes efeitos sobre distribuição regional da riqueza, integração espacial do gigantesco território chinês e produtividade de sua economia. Segundo Robert *et alli* (2010), somente em rodovias a China investiu de 1990 a 2005 aproximadamente US\$600 bilhões, ou US\$40 bilhões anuais.

O desenvolvimento recente do transporte rodoviário constitui o resultado mais evidente dos investimentos chineses em infraestrutura, com destaque para a construção de um grande sistema de vias de alta velocidade conectando todas as cidades com mais de 200.000 habitantes. Em 1998 o sistema chinês de rodovias de alta velocidade contava com 8.700 km. Em 2000 essa rede já havia mais que dobrado, com a extensão de 19.400 km, e em 2009 a extensão total desse sistema era de 65.000 km, a segunda maior rede de vias de alta velocidade do mundo, atrás apenas da rede americana, que contava a época com 75.000km. Segundo estimativas de Robert *et alli* (2010), em 2007 o PIB chinês foi aproximadamente 6% maior do que esse seria caso as estradas não houvessem sido construídas. No entanto, esse

autor ressalta que suas estimativas estão centradas apenas nos efeitos diretos de curto prazo, sem considerar os efeitos indiretos.⁵⁰

Gráfico 20 – Investimentos da China em Infraestrutura em proporção ao PIB.



Fonte: Naughton, 2007.

Os resultados no setor de transporte rodoviário foram os de maior destaque. No entanto, vários outros segmentos também se expandiram fortemente em função dos investimentos chineses em infraestrutura. Dentre os setores de maior crescimento se encontram: telecomunicações, portos, e demais setores de transporte. O gráfico 20 apresenta a evolução recente dos investimentos chineses em infraestrutura.

Como consequência dos investimentos em transportes, o fluxo total de passageiros na China sofreu grande incremento para os vários modais de transporte. Mesmo o modal hidroviário, que detém pequena participação no transporte de passageiros, mantém grande importância no transporte de cargas, principalmente em longas distâncias, quando chega a responder por 47% das cargas movimentadas.

Esse crescimento dos transportes na China se acentuou bastante a partir de 2004. Desde esse ano, os fluxos de passageiros seguem em expansão acelerada para os vários

⁵⁰ Mesmo com a grande expansão das rodovias de alta velocidade, elas constituem apenas 1,7% do total das rodovias chinesas. Em 2001 a China tinha 1.698.000 km de rodovias, e em 2005, com a incorporação das estradas em área rural às estatísticas oficiais e os investimentos nestas vias, as rodovias chinesas alcançaram a extensão de 3.340.000 km (Robert et alii, 2010).

modais de transportes. Essa expansão é marcada pela forte concentração no modal rodoviário, ultrapassando 90% do tráfego de passageiros, nível dos anos 90. O modal rodoviário continua liderando o tráfego total de passageiros mesmo em longas distâncias (54%) ou no transporte de carga (75%). A grande participação do transporte rodoviário na matriz de transporte chinesa tem como consequência a continuidade dos investimentos em construção de estradas.

Tabela 8 – Condições de Transporte na China.

Rotas de Transportes (1.000 km)	2005	2006	2007	2008	2009
Ferrovias em Operações	75,4	77,1	78,0	79,7	85,5
Rodovias	3.345,2	3.457,0	3.583,7	3.730,2	3.860,8
de alta velocidade	41,0	45,3	53,9	60,3	65,1
Hidrovias Navegáveis Internas	123,3	123,4	123,5	122,8	123,7
Total de Rotas da Aéreas	1.998,5	2.113,5	2.343,0	2.461,8	2.345,1
Gasodutos e Petrodutos	44,0	48,1	54,5	58,3	69,1
Tráfego Total de Passageiro (1.000 pessoas)	18.470.180,0	20.241.576,4	22.277.612,1	28.678.919,6	29.768.978,3
Ferrovias	1.155.830,0	1.256.558,0	1.356.700,0	1.461.928,5	1.524.511,9
Rodovias	16.973.810,0	18.604.870,0	20.506.800,0	26.821.140,0	27.790.810,0
Hidrovias	202.270,0	220.470,0	228.350,0	203.340,0	223.140,0
Aviação Civil	138.270,0	159.678,4	185.762,1	192.511,2	230.516,4

Fonte: China Statistical Yearbook, 2011.

Outro reflexo do grande desenvolvimento do transporte rodoviário na China é o crescimento explosivo do mercado de automóveis. Segundo dados do Bureau Chinês de Estatística, de 2008 para 2009, a quantidade de novos veículos registrados na China teve um salto de quase 5.000 veículos, majoritariamente veículos de passageiros. No entanto, mesmo entre os veículos de carga, o crescimento foi de quase 90%. A tabela 9 traz os números de registros de novos veículos na China.

Em paralelo, durante a última década se acentuou o processo de mudança na estrutura social e econômica chinesa. Esse movimento tem sua maior expressão no grande processo de urbanização, com a brutal transferência da população do campo para áreas urbanas.⁵¹ A participação do consumo urbano na economia chinesa é bem superior ao rural desde o início dos anos 90, mesmo que somente ao final de 2011 a população urbana tenha ultrapassado a

⁵¹ Recentemente foi divulgado pelo Bureau Chinês de Estatística, com ampla repercussão em toda a mídia mundial, que ao fim de 2011 a população da China vivendo nas cidades superou pela primeira vez na história, segundo dados oficiais, a população rural. De sua população de 1,347 bilhão de habitantes, 51,27% vivem nas cidades. Esse percentual equivale a 690,79 milhões de habitantes. Enquanto a população no campo soma 656,56 milhões.

rural. Em 2009, o total consumido pela população urbana foi mais de 3 vezes o consumo das famílias no campo.

Tabela 9 – Registros de Novos Veículos na China, (unidades).

Ano	Total	Veículos de Passageiros	Caminhões	Outros
2006	5.730.432	4.678.667	925.294	126.471
2007	6.079.209	5.000.042	917.603	161.564
2008	7.631.839	6.226.814	1.168.226	236.799
2009	12.459.452	10.248.554	2.148.355	62.543

Fonte: China Statistical Yearbook, 2011.

Como reflexo desse processo de urbanização e dos investimentos em infraestrutura, os gastos com construção têm aumentando fortemente sua importância no produto agregado chinês. Esse setor teve grande importância na manutenção dos investimentos e do crescimento econômico em 2009, devido ao lançamento de um novo pacote de obras públicas pelo governo da China, como resposta à contração dos mercados externos. Com isso, o setor de Construção cresceu a taxa de 18%, fazendo sua contribuição ao crescimento saltar para 14% e compensando o menor crescimento dos demais setores econômicos na China. Mesmo antes da crise de 2009, o setor de construção já se destacava no produto chinês. Desde 2003, os gastos em construção na China crescem a mais de 20% ao ano.

Os dados do setor de construção na China são apresentados na tabela 10, onde se destacam principalmente as altas taxas de crescimento dos novos projetos – o que garante a continuidade de gastos no setor de construção durante os próximos anos. Também se observa que a área em construção cresceu a taxas menores que os gastos totais. Isto pode denotar um processo de *boom* imobiliário, resultante do rápido processo de urbanização e altas taxas de crescimento das construções, a exemplo do vivido em outros países, como o Japão nos anos 80. Outro destaque é a grande participação das construções residenciais. Esse tipo de imóvel continua a ser predominante nos projetos de construção na China. Apesar da queda recente, os de imóveis residenciais representaram 61% dos projetos concluídos em 2009 e 58% dos projetos ainda em construção.

Tabela 10 – Setor de Construção na China.

Item	2008	2009	Taxa de Crescimento
Área em Construção (milhões de m²)			
Área dos Projetos em Construção	6.322,61	7.541,89	19,28
Construção Residenciais	3.643,54	4.314,63	18,42
Área dos Projetos já Concluídos	2.603,07	3.021,17	16,06
Construção Residenciais	1.594,05	1.842,10	15,56
Valor Adicionado (% PIB)			
Setor de Construção	5,97	6,58	18,56

Fonte: China Statistical Yearbook, 2011.

As modificações estruturais da economia chinesa também levaram à maior participação do Setor de Serviços no PIB chinês, em decorrência do grande processo de diversificação e expansão das áreas urbanas. Esse processo levou o setor de serviços a ter uma participação no PIB chinês superior à Indústria, o que constitui uma grande novidade na história chinesa.⁵² Vários novos serviços estão se ampliando na China, tais como Serviços Empresariais, Serviços Domésticos, Seguridade Social e Serviços Públicos. No entanto, isso não vem causando uma grande modificação na composição do setor, cuja expansão ainda é causada, principalmente, pelo crescimento conjunto dos serviços mais tradicionais na China, como Serviços de Transportes, Vendas, Intermediação Financeiras e Imóveis. A tabela 10 demonstra como as grandes cifras dentro do setor de Serviços ainda são as que apresentam as maiores taxas de crescimento no período de 2005 a 2009 – em especial os Serviços de Intermediação Financeira e do Setor de Imóveis, que tiveram grande peso no crescimento do Setor Terciário no período.

O setor de Imóveis tem especial importância para essa pesquisa. Ele compreende as atividades como venda e aluguel de imóveis e está diretamente relacionado ao incremento dos investimentos no setor de construção – nos demais tipos de Serviços, essa ligação se dá de forma mais indireta. Em 2009, esse setor representou a segunda categoria de serviços com maior participação no PIB chinês, e teve uma das maiores taxas de crescimento nos últimos anos entre as grandes divisões do Setor Terciário.

⁵² Estamos comparando o Setor Terciário inteiro, com todas as atividades que o compõe, com a atividade industrial, e não o setor secundário, que compreende outros segmentos além da indústria.

Tabela 11 – Setor Terciário na China, em proporção ao PIB, e crescimento percentual de 2005 a 2009.

Setor	2005	2006	2007	2008	2009	2005/2009
Setor Terciário	40,51	40,94	41,89	41,82	43,36	97,07%
Transporte, Armazenamento e Vendas no Varejo e Atacado	5,77	5,63	5,49	5,21	5,01	59,92%
Serviços de Intermediação	7,55	7,64	7,88	8,34	8,51	107,53%
Imóveis	3,29	3,74	4,64	4,73	5,21	191,25%
Outros	4,61	4,79	5,20	4,69	5,48	119,04%
	19,30	19,13	18,68	18,85	19,15	84,51%

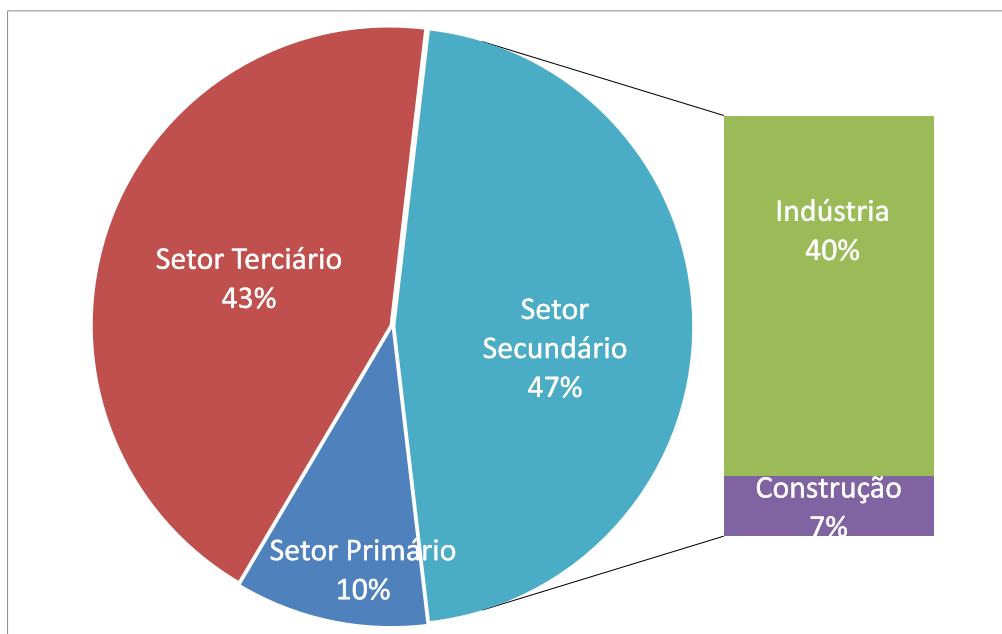
Fonte: China Statistical Yearbook, 2011.

Os determinantes da economia chinesa ressaltados nesta seção têm como contrapartida o incremento na demanda chinesa por produtos como cimento, vidro, aço e outros metais. Essa demanda é atendida pela produção interna da China, o que resulta em grandes pressões sobre sua indústria. Essa expansão conjunta de setores intensivos em capitais e insumos vem permitindo à indústria se manter como o principal setor econômico na China, e liderar o ciclo de crescimento acelerado. Durante todo o processo histórico de transformação da China em uma economia de mercado, a indústria foi o principal indutor do crescimento econômico, e em 2009, a Indústria correspondeu a aproximadamente 40% do PIB Chinês. Esse setor segue com altas taxas de expansão, apesar de sua grande dimensão. A composição setorial do PIB chinês em 2009 é apresentada no gráfico 21.

Esses números são coerentes com a média histórica da participação da indústria no PIB, que tem nessa enorme presença do setor industrial na economia uma de suas grandes excepcionalidades, em 2009 essa participação ficou em 25,4%.⁵³ Vários outros países ostentam taxas comparáveis e mesmo bem superiores à chinesa, quanto à participação da indústria no PIB. Em geral são pequenas economias, centradas na exploração de recursos naturais, principalmente o petróleo. Esse é o caso de Angola e outros países africanos, Colômbia, Equador e países árabes.

⁵³ Para a comparação com os demais países foi usada a base de dados do WDI World Bank. Esse apresenta diferença em relação ao serviço estatístico chinês quanto à estimação da participação da indústria no PIB. O WDI World Bank estima esse percentual em 46,24%.

Gráfico 21 – Divisão Setorial do PIB Chinês, em %.



Fonte: Elaboração própria com dados do China Statistical Yearbook, 2011.

2.3 – A Produção Industrial Chinesa

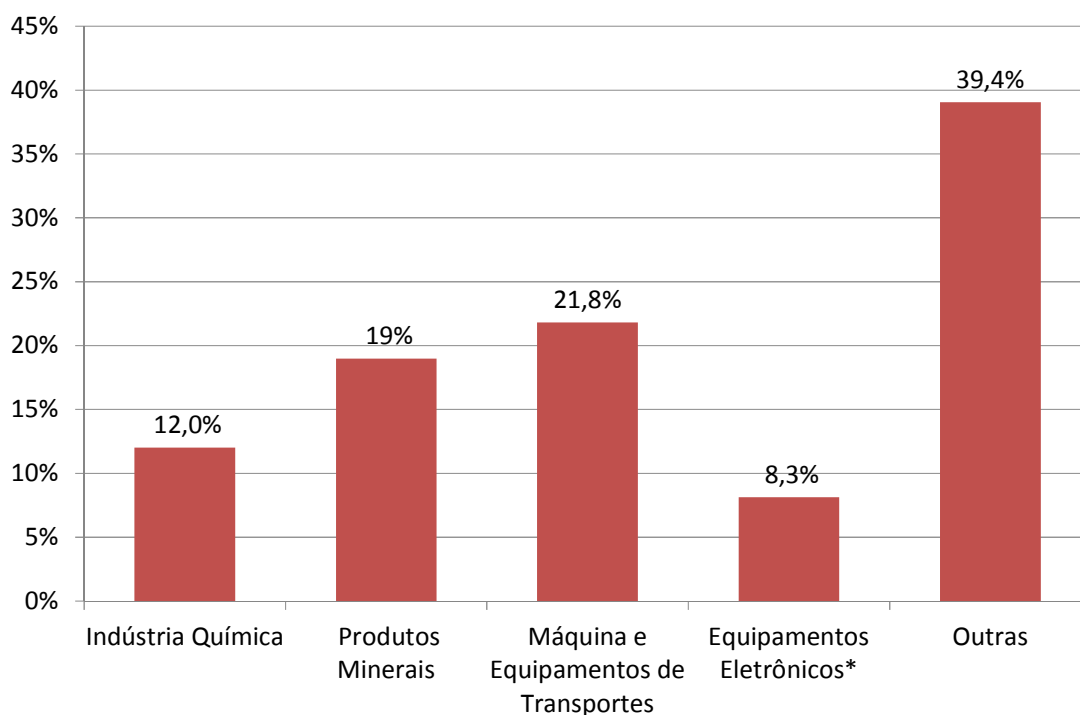
Na seção anterior foi visto como a expansão do mercado interno na China vem trazendo grande impulso sobre as indústrias básicas. Devido a sua natureza, esses fatores agem como os principais determinantes da demanda chinesa por bens minerais. Esta seção apresentará um panorama da produção industrial chinesa.

O gráfico 22 mostra a composição setorial dessa indústria em 2009. Essa se caracteriza pela predominância das atividades intensivas em capital e insumos minerais e energéticos, como o setor de ‘Máquinas e Equipamentos de Transportes’ e ‘Produção de Manufaturados Minerais’. Somente esses dois setores correspondem a mais de 40% de todo o valor da produção industrial chinesa em 2009.⁵⁴ Durante os últimos dez anos, a indústria chinesa vem aumentando esse padrão de especialização em atividades altamente consumidoras de bens minerais, em detrimento da indústria têxtil e química, apresentando um padrão de especialização semelhante às exportações, porém, ainda mais acentuado na produção de bens minerais (gráfico 17, p. 56). Atualmente a China vem se transformando também em grande

⁵⁴ Dentro da Categoria ‘Outras’ estão incluídas um escopo grande de atividades, como mineração, processamento de alimentos e vegetais, artigos de madeira e papel, móveis, produção de energia, entre outros tipos de produtos.

produtora de vários tipos de minerais, metálicos e energéticos. No entanto, essa produção está voltada diretamente ao atendimento de sua própria indústria.

Gráfico 22 – Principais Categorias da Produção Industrial Chinesa em 2009, em % PIB.



Fonte: Elaboração própria com dados do China Statistical Yearbook, 2011.

*Equipamentos de Comunicação, Computador e Equipamentos Eletrônicos.

A tabela 12 mostra a evolução recente das principais categorias intensivas no consumo de minerais metálicos e deixa claro o movimento de aprofundamento nas atividades intensivas em capitais e insumos minerais. No período de 2000 a 2009, a produção de bens como aço, cimento, alumínio e vidro cresceu 692% - representados na categoria ‘Produtos Minerais’. A produção de ‘Maquinas e Equipamentos de Transportes’, que inclui produtos como trilhos de trens, pneus e máquinas industriais em gerais, cresceu 674%. Mesmo a produção de ‘Equipamentos de Comunicação, Computadores e Eletrônicos’, que teve menor crescimento, aumentou quase 6 vezes neste período.

Também se destaca nessa tabela a importância das atividades de Fundição de Produtos Metálicos (principalmente Ferrosos) e Equipamentos de Transportes, que são duas das atividades principais da indústria chinesa.⁵⁵ Essas atividades estão em pontos opostos na

⁵⁵ A expressão Metais Ferrosos designa basicamente a produção de aço e suas ligas e combinações. Para maiores informações ver classificação completa dos bens minerais na nota 14.

cadeia de produção da indústria metálica. A Fundição representa o primeiro processamento do insumo mineral, para ser utilizado nas etapas seguintes, incluindo, o setor de Equipamentos de Transportes, grande consumidor de metais, e que tem se destacado como um dos principais ramos da indústria chinesa, ganhando espaço dentro da produção industrial e, principalmente, entre as exportações.

Tabela 12 – Principais Categorias da Produção das Indústrias Intensivas em minérios na China, em %.

	2009	2004	2000
Total da Produção Industrial	100	100	100
Produtos Mineraiis Não Metálicos	4,53	4,48	4,31
Fundição de Metais Ferrosos	7,78	7,79	5,52
Fundição de Metais Não-Ferrosos	3,75	2,81	2,54
Produtos Mineraiis Metálicos	2,93	2,86	2,96
Produtos Mineraiis	18,99	17,93	15,34
Máquinas para Fins Ordinários	4,99	4,62	3,56
Máquinas Especiais	3,06	2,62	2,56
Equipamentos de Transporte	7,61	6,54	6,26
Máquinas e Equipamentos Eléctricos	6,16	5,41	5,64
Máquinas e Equipamentos de Transportes	21,82	19,19	18,02
Equipamentos de Comunicação, Computadores e Equipamentos Eletrônicos	8,13	10,16	8,81

Fonte: Elaboração própria com dados do China Statistical Yearbook, 2011.

Um aspecto importante da presença dos produtos mineraiis dentro da economia chinesa é o fato da Fundição de Metais Ferrosos apresentar valor 29% superior a toda atividade de mineração e processamento de bens mineraiis. Isso significa que somente a produção de aço – junto com os vários tipos de ligas e combinações utilizadas diretamente com o ferro, como manganês, níquel e tungstênio – é maior que o valor de toda produção chinesa de mineraiis, sem considerar a produção de mineraiis energéticos, como Carvão e petróleo. Essa produção mineral (ferrosos, não ferrosos e mineraiis não metálicos) somou apenas 893 bilhões de yuan, enquanto a atividade de fundição de metais ferrosos e não ferrosos somou 6,32 trilhões de yuan. Esse descompasso entre o valor de produção na mineração chinesa e as atividades que

tem nos minerais seu insumo principal está na origem do crescimento das importações chinesas por bens minerais.

Tabela 13 – Participação Regional e Mundial da China no Valor Agregado das Manufaturas e Exportação de Manufaturados, em %.

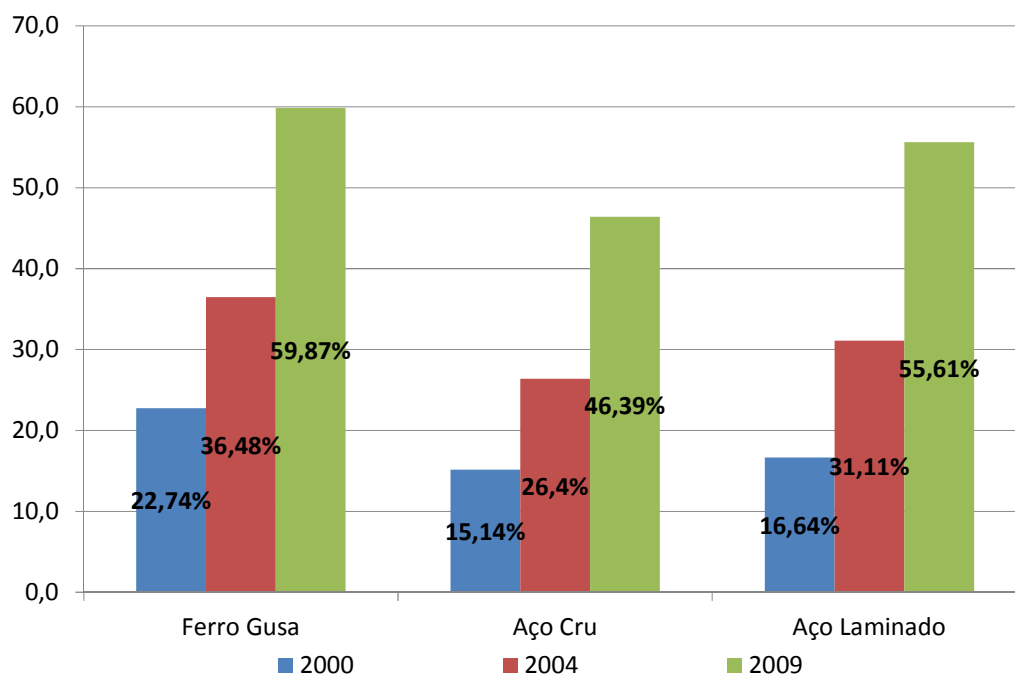
	Ano	Ásia	Países em Desenvolvidos	Mundo
Valor Agregado das Manufaturas	2000	51,12	31,98	6,68
	2005	56,93	39,33	9,82
	2009	62,88	46,84	14,45
Exportação de Manufaturados	2000	26,07	19,15	4,48
	2005	41,87	32,07	8,75
	2009	50,08	39,5	12,05

Fonte: UNIDO/UN.

Esse processo de intensificação no crescimento da produção industrial na China se deu sem paralelo nos demais países. Como resultado houve aumento a participação da China na produção industrial mundial. Esse processo é apresentado na tabela 13, que mostra como a China vem aumentando continuamente sua participação no setor de manufaturados, tanto na produção quanto na exportação. Para vários metais de grande uso em sua indústria pesada, a participação da China na produção mundial se transformou de liderança para uma situação de quase supremacia.

Nos produtos da cadeia de Ferro e Aço, a China já concentrava a maior parte dessa produção em 2000, com destaque para a produção de ferro-gusa. No período de 2000 a 2009, a participação da China na produção mundial cresceu em média 35%, se tornando um dos principais responsáveis pelo crescimento da produção mundial. Esse processo foi particularmente forte na produção de Ferro-Gusa e Aço Laminado, onde a China já responde por quase 60% da produção mundial, enquanto na produção de Aço Cru, a China corresponde a quase 46% do total mundial em 2009. Nesse período, o ritmo de crescimento da produção chinesa foi quase 5,5 vezes maior que a produção mundial em Ferro-Gusa, e quase 8 vezes na produção de Aço Cru e Aço Laminado.

Gráfico 23 – Participação Chinesa na produção mundial de bens da cadeia de Ferro e Aço, em %.

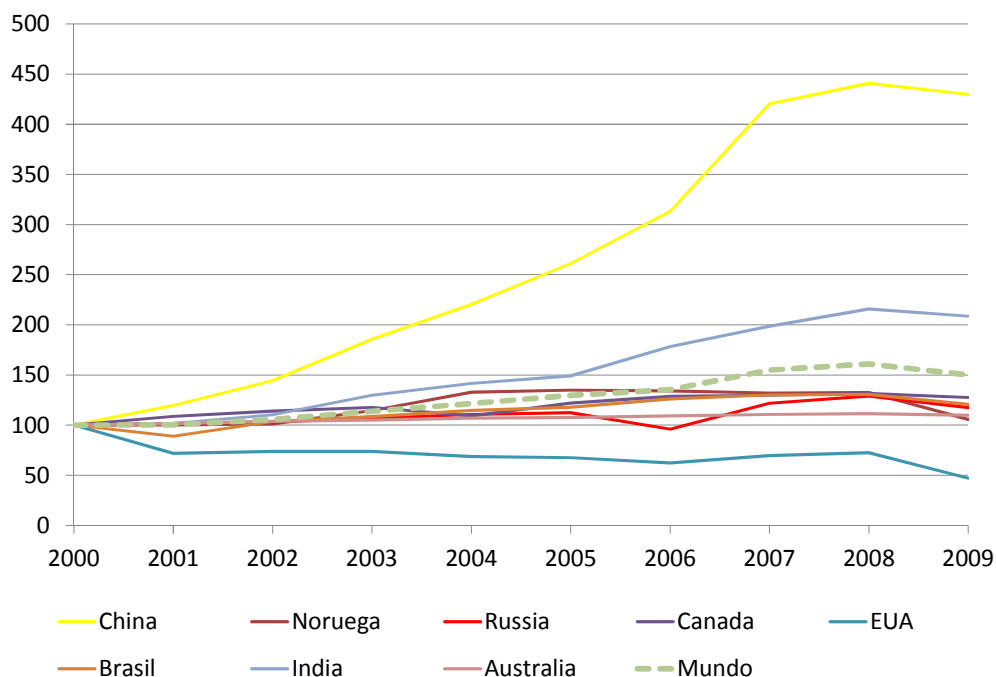


Fonte: Elaboração própria com dados do WSA, 2010.

Para Alumínio Primário, a produção da China se expandiu durante a última década em ritmo totalmente diferenciada em relação aos demais grandes produtores, conforme visto no gráfico 24. Durante esse período, a produção dos demais países – principalmente Rússia, Canadá, Austrália, Brasil e Noruega, que completam o grupo dos grandes produtores mundiais de alumínio – cresceram em ritmo bem semelhante, influenciando fortemente o crescimento da produção mundial. Esse fato aumentou o destaque do crescimento acelerado da produção chinesa de alumínio na última década. Nesse período, essa produção se tornou superior a dos principais produtores mundiais em 2000, chegando a concentrar quase 37% da produção mundial. Em 2009 produção chinesa foi quase 4 vezes maior que a do segundo maior produtor, a Rússia (com 3,8 milhões de toneladas).⁵⁶

⁵⁶ Ao contrário de vários dos materiais analisados, a China não inicia a década como a maior produtora de alumínio. Essa posição é dos Estados Unidos com uma produção de 3,66 milhões de toneladas, seguido pela Rússia com 3,2 milhões de toneladas. A China era apenas o terceiro produtor mundial deste metal, com 2,9 milhões de toneladas, produção pouco superior ao Canadá (2,3 milhões de toneladas). Austrália, Brasil e Noruega completavam o grupo de países com produção acima de 1 milhões de toneladas, em 2000. Somando-se vários outros países produtores com quantidade menores, a produção mundial de Alumínio Primário em 2000 era de 24,6 milhões de toneladas. Em 2009, a produção mundial foi de 36,9 milhões de toneladas e a China produziu 12,8 milhões de toneladas.

Gráfico 24 – Crescimento Acumulado da Produção de Alumínio Primário, em %.



Fonte: Elaboração própria com dados do BGS.

No caso do Cobre refinado, os fortes estímulos da demanda chinesa e sua orientação em internalizar a produção de metais foram decisivos para tornar a China a maior produtora mundial desse metal, com o equivalente a 22,4% da produção mundial.⁵⁷ Os estímulos vindos da grande demanda chinesa superaram as vantagens absolutas do Chile na exploração do metal de cobre, gerando um impulso diferenciado sobre essa produção e influenciando fortemente o crescimento da produção mundial, principalmente nos primeiros anos da década de 2000.⁵⁸

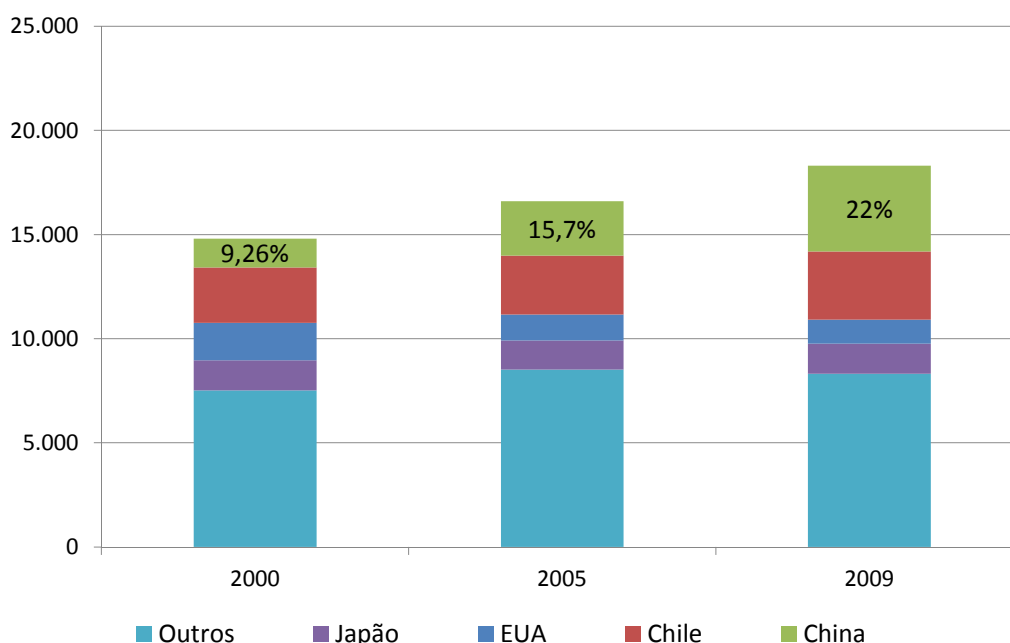
Nesse período, a queda na produção de seus maiores ofertantes, principalmente EUA e Japão, fez cair bruscamente a produção mundial de Cobre. No Chile, de 2002 a 2006 a produção cresceu menos de 2%. Nos Estados Unidos a produção de cobre refinado fechou em 2009 quase 35% abaixo de 2000. No Japão, a produção cresceu menos de 1% entre 2000 e 2009. Ao mesmo tempo, a crescente demanda interna chinesa garantia a expansão de sua produção de cobre refinado, e fez desse país o principal responsável pelo crescimento da

⁵⁷ Em 2009, a produção chinesa de Cobre refinado ficou em 4,1 milhões de toneladas. Somadas, a produção da China Chile, Estados Unidos e Japão concentram 54% da produção mundial em 2009 (18,3 milhões de toneladas).

⁵⁸ A produção chinesa de cobre era superada pelo Chile (2,6 milhões de toneladas), Estados Unidos (1,8 milhão de toneladas) e Japão (1,4 milhões de toneladas). Junto estes países concentravam quase 50% da produção de cobre refinado no mundo, que foi de 14,8 milhões de toneladas.

produção mundial, principalmente após 2004. A partir de 2006, a produção chinesa começa a crescer em ritmo mais lento, levando à redução no crescimento da produção mundial. No entanto, nesse mesmo ano, vários grandes produtores começam a expandir sua produção de cobre refinado, garantindo o crescimento da produção mundial com uma menor participação chinesa.

Gráfico 25 – Produção Mundial de Cobre Refinado, em milhões de toneladas.



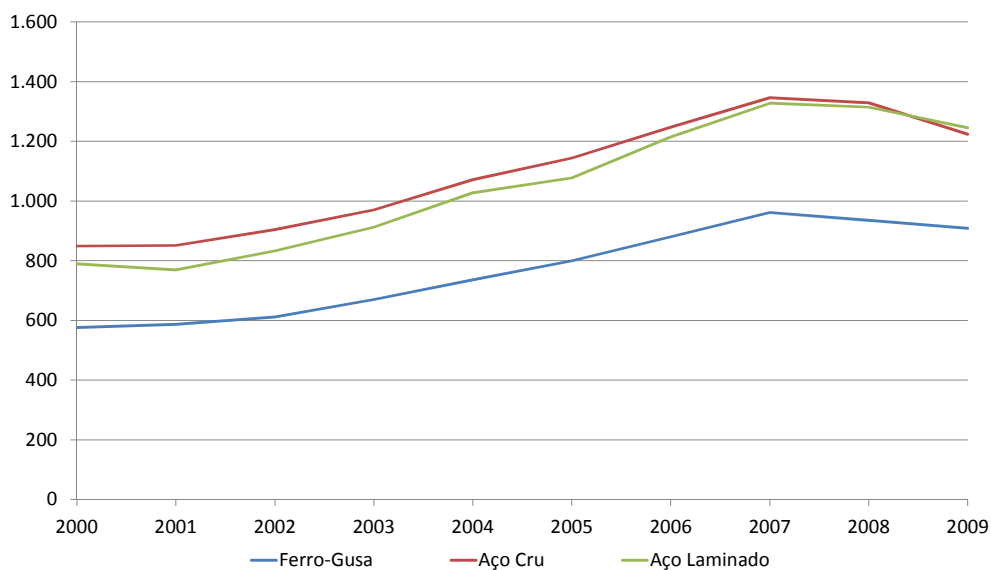
Fonte: Elaboração própria com dados do BGS.

O grande destaque da economia chinesa na produção mundial de metais foi, em grande parte, favorecido pelo fraco desempenho dessa produção em vários grandes produtores, com destaque para os EUA e Japão. No entanto, essa queda aconteceu de forma generalizada entre vários grandes produtores, como os países da União Europeia e Rússia. Por exemplo, em 2009 a produção americana de alumínio primário foi de 1,72 milhões de toneladas, apenas 47,1% da quantidade produzida em 2000. Esse processo foi acentuado pela emergência da crise econômica, já que a China foi um dos poucos países que continuou expandido fortemente sua produção de metal em 2008 e 2009.

Por outro lado, para vários tipos de metais, um conjunto de países vem apresentando grande expansão em suas produções nacionais e ganhando participação na produção mundial. Esse fato faz aumentar a redistribuição locacional da produção de metais. Este é o caso de

Brasil, Índia, Ucrânia, Coréia do Sul, Turquia e Taiwan para os produtos da cadeia de Ferro e Aço, e Índia, Islândia e Emirados Árabes Unidos na produção de Alumínio Primário.

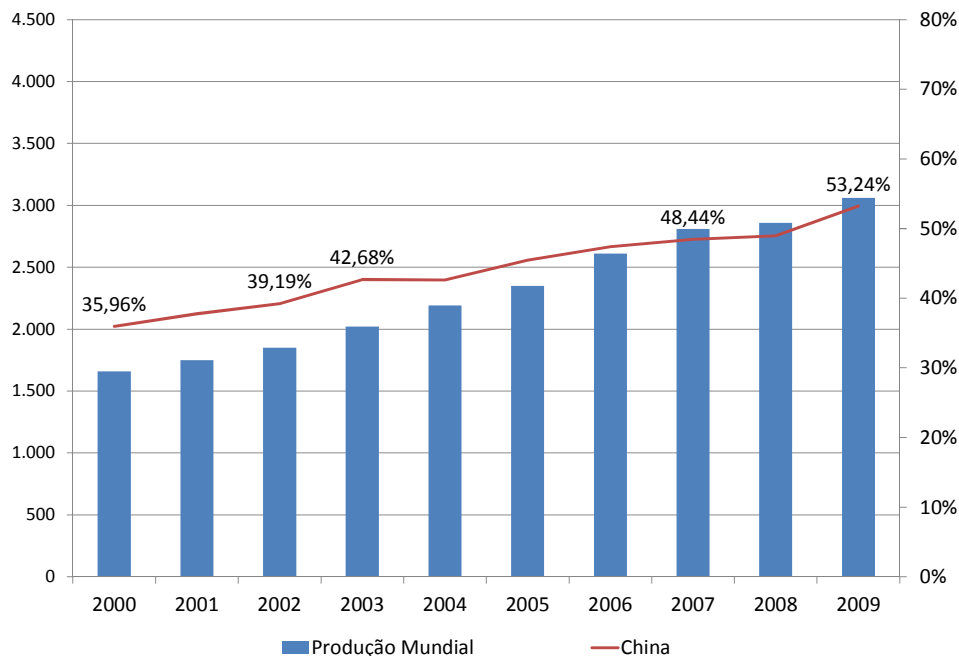
Gráfico 26 – Produção Mundial de Ferro-Gusa, Aço Cru e Aço Laminado, em milhões de toneladas.



Fonte: Elaboração própria com dados do WSA, 2010.

A China também vem concentrando um percentual cada vez maior da produção mundial de produtos minerais não metálicos, como o Cimento. Nesse produto, o crescimento diferenciado da produção chinesa é reflexo direto de seus grandiosos gastos em construção. Desde 2000, a China já era a maior produtora mundial de cimento, com 36% dessa produção. Em 2009, a produção chinesa de cimento representou 53% da produção mundial, com 1,63 bilhões de toneladas. Essa participação da China foi acentuada pela emergência da crise mundial a partir de 2008. A grande importância da China na produção mundial de cimento é aumentada pelo fato dessa produção ser bastante pulverizada entre os países. Segundo o USGS, praticamente todos os países registram alguma produção significativa de cimento, mesmo que pequena, sendo a China o único país a ter participação elevada nesse mercado mundial.

Gráfico 27 – Produção Mundial Cimento e participação da China, em milhões de toneladas e %.



Fonte: Elaboração própria com dados USGS.

2.4 – Autossuficiência Mineral e Comércio na China

O gráfico 20 ressalta a participação dos investimentos em energia elétrica nos gastos em infraestrutura da China. O fornecimento de energia elétrica é um dos setores prioritários desses investimentos na China, juntamente com o setor de transporte. Esses investimentos são uma resposta ao grande crescimento no consumo energético na China nos últimos anos e constitui um fator adicional de incremento de sua demanda por produtos minerais.

A evolução do balanço energético chinês é apresentada na tabela 14, onde se destaca o progressivo aumento na importância das importações como forma de atender o consumo interno de energia na China. Conforme mostrado na tabela, a indústria representa o principal indutor do crescimento da demanda energética. Esse setor corresponde a mais de 70% do consumo energético na China. Mesmo o setor residencial, que também detém parcela significativa do consumo de energia, representa menos de 15% do consumo da indústria.

Tabela 14 – Balanço Energético na China, em milhão de SCE (Standart Coal Equivalent).

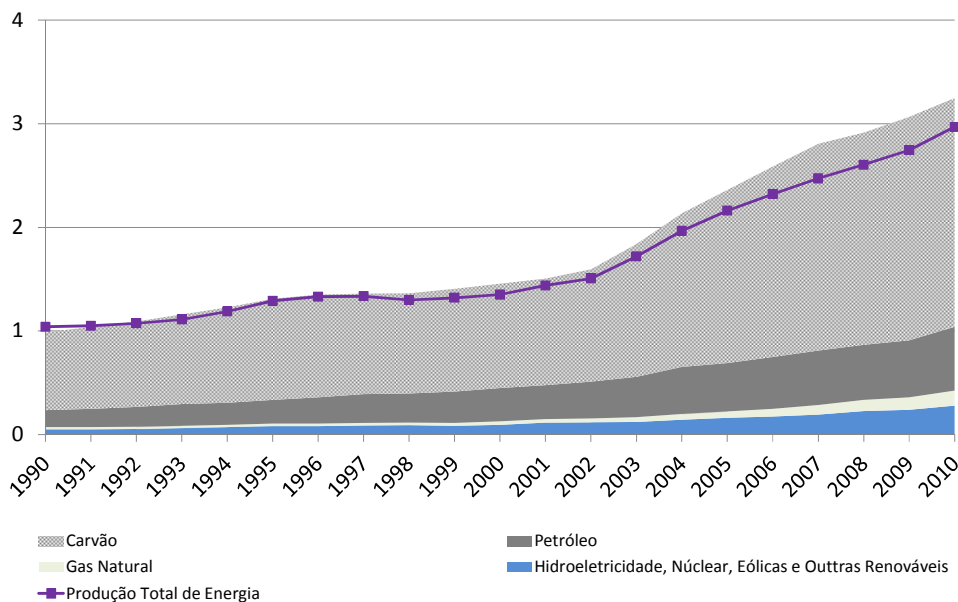
Item	1990	1995	2000	2005	2009
Oferta Disponível para o Consumo	961,38	1.295,35	1.426,05	2.322,25	3.112,77
Produção	1.039,22	1.290,34	1.350,48	2.162,19	2.746,19
Recuperação Energética (+)	-	23,12	17,60	29,39	76,27
Importação (+)	13,10	54,56	143,34	269,52	473,13
Exportação (-)	58,75	67,76	96,33	114,48	84,40
Variação nos Estoques (-)	-32,19	-4,91	10,97	-24,36	-98,41
Consumo Total	987,03	1.311,76	1.455,31	2.359,97	3.066,47
Consumo por Setor (%)					
Agricultura, Pecuária e Exploração Florestal, Pesca e Preservação de Água	4,92	4,20	2,69	2,57	2,04
Indústria	68,47	73,33	71,31	71,49	71,48
Construção	1,23	1,02	1,50	1,44	1,49
Transporte, Armazenagem e Comunicação	4,60	4,47	7,72	7,79	7,73
Comércio	-	-	-	-	-
Hospedagens e Serviços de Alimentação	1,26	1,54	2,09	2,05	2,09
Outros Setores	3,52	3,44	3,96	3,92	4,14
Consumo Doméstico	16,01	12,00	10,73	10,72	11,04

Fonte: Elaboração própria com dados do China Statistical Yearbook, 2011.

Em adição, o gráfico 28 apresenta o rápido crescimento da produção e consumo energético na China nas últimas décadas. Essa crescente demanda energética vem transformando a China no principal responsável pelo crescimento do consumo mundial de energia. Atualmente esse país corresponde a 20,3% de toda energia primária consumida no mundo, ultrapassando até mesmo os EUA (19%). Sua contribuição ao crescimento do consumo energético no período de 1985 a 2010 foi de quase 40%, o que colaborou para a transformação da região do sudeste asiático na principal fronteira de crescimento energético no mundo. Afora o sudeste asiático, somente os EUA (10,9%) e Oriente Médio (10,2%) tiveram contribuição de destaque no crescimento do consumo de energia no mundo nos últimos 25 anos.

Esse crescimento do consumo energético na China, no entanto, foi acompanhado de grande ampliação de seu déficit energético e do *gap* entre consumo e a produção. Desde o início da década de 90, a China se tornou deficitária em energia. Esse déficit no balanço energético total é compensado, em partes, pela grande participação do carvão na matriz energética chinesa (em média 70%) e o grande potencial chinês na exploração carbonífera, que permite uma produção superior ao consumo – o gás natural também contribui, em medida bem menor.

Gráfico 28 – Consumo de Energia na China por tipos de fontes primárias e produção total de energia, em bilhões de SCE (Standart Coal Equivalent).



Fonte: Elaboração própria com dados do China Statistical Yearbook, 2011.

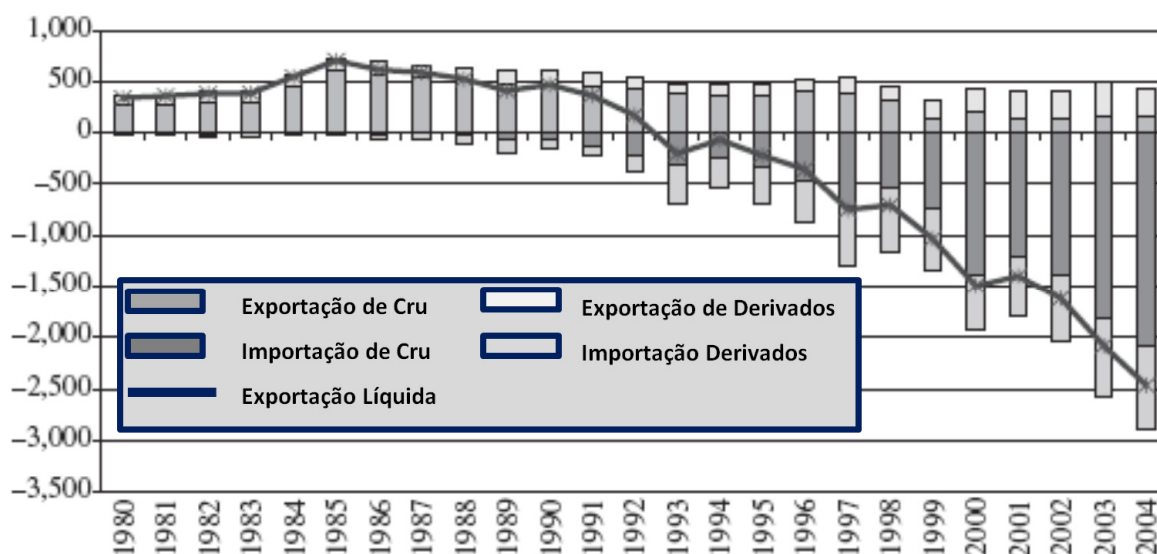
Esse déficit energético tem origem na crescente participação do petróleo no consumo de energia chinês, que vem desde o início dos anos 90. Esse crescimento no consumo energético chinês foi bem superior à expansão de sua produção interna, gerando déficits constantes e crescentes desde 93. A China vem desde os anos 80 diminuindo o peso da exploração de petróleo em sua produção de energia, privilegiando outras fontes primárias menos poluentes, como gás natural, hidro e renováveis, e aumentando a sua dependência do petróleo importado.

Em 2010, a participação do petróleo na produção de energia da China caiu para seu menor valor (9,8%). Apesar de representar menos de 20% do consumo energético chinês em 2010, o déficit em petróleo foi maior que o déficit energético total. O gráfico 29 mostra o aprofundamento do déficit petrolífero na China, revertendo à posição exportadora líquida de petróleo que a China mantinha até o início dos anos 90 e transformando em um gigantesco déficit, criado basicamente pelas importações de óleo cru.

Esse processo não foi exclusivo do comércio de petróleo, mas abrangeu também vários minerais de insumos para a indústria básica chinesa. Ao longo dos anos, a explosiva demanda da China por minerais (metálicos e energéticos) reverteu a posição excedentária que a China detinha em vários minerais, como petróleo, bauxita, chumbo e zinco, transformando

em grandes déficits nos comércios desses produtos e aumentando sua dependência em relação a essas importações. Apesar de a China liderar a produção mundial de vários tipos de minerais, suas necessidades de abastecimento vêm superando em muito a produção interna, configurando um quadro de enorme dependência das importações minerais.

Gráfico 29 – Balança Comercial de Petróleo na China, em barris diários.



Fonte: Naughton, 2007.

A tabela 15 apresenta essa situação para os principais tipos de minérios demandados pela China. Vários minérios no qual a China tinha produção excedente nos anos 90 se tornaram rapidamente deficitários ainda no início dos anos 2000, com exceção do minério de zinco. Mesmo em minérios onde a China já tinha posição deficitária, houve uma importante mudança na composição do balanço, com as importações ganhando maior destaque no atendimento à demanda durante a década de 2000. Esse fato levou ao completo descasamento entre os números de produção e consumo. Nesse período, as importações deixaram de apenas complementar a produção interna, sendo o caso do minério de níquel o mais emblemático.

Como consequência dessa maior dependência das importações de minerais, o petróleo e os minérios tiveram um aumento sem precedentes em seu peso na pauta de importação chinesa.⁵⁹ Em 2010 esses produtos corresponderam a aproximadamente 9,5% das importações chinesas cada. O gráfico 30 apresenta a participação desses minerais e dos metais acabados nas importações chinesas desde os anos 90.

⁵⁹ Dentro do contexto desta pesquisa no grupo minérios não estão incluídas o minério de Urânio e Tório.

Tabela 15 – Produção e Consumo Aparente dos Principais Minerais Metálicos na China, em mil toneladas.

	1990		2000		2005		2010	
	Produção	Consumo Aparente	Produção	Consumo Aparente	Produção	Consumo Aparente	Produção	Consumo Aparente
Minério de Ferro	179.334	193.676	223.947	293.918	420.492	695.719	1.071.555	1.690.013
Bauxita	3.655	2.975	9.000	9.404	22.000	24.166	44.000	73.953
Cobre	557	799	613	2.386	777	4.836	1.160	7.626
Níquel	27,3	27,3	50,3	51,5	72,7	556,5	77,0	25.057,6
Manganês	4.060	4.389	3.514	4.713	7.500	12.076	14.000	25.500
Zinco	619	543	1.780	1.719	2.550	3.118	3.500	6.738

Fonte: BGS, USGS e CONTRADE/UN.

Esse aumento contínuo das importações de minerais primários na pauta da China aconteceu ao mesmo tempo em que as importações de metais acabados e semiacabados sofreram forte redução, em participação nas importações totais.⁶⁰ A trajetória desses produtos na pauta de importação chinesa representa bem a inflexão dessa economia, em direção às importações do produto em estado primário. No início dos anos 90, as importações de metais acabados eram bem superiores as de petróleo e minérios. O crescimento recente fez com que esses produtos primários tivessem peso na pauta de importação chinesa superior aos metais acabados, em 2010. As importações chinesas desses três tipos de produtos somaram US\$ 336 bilhões, nesse ano.

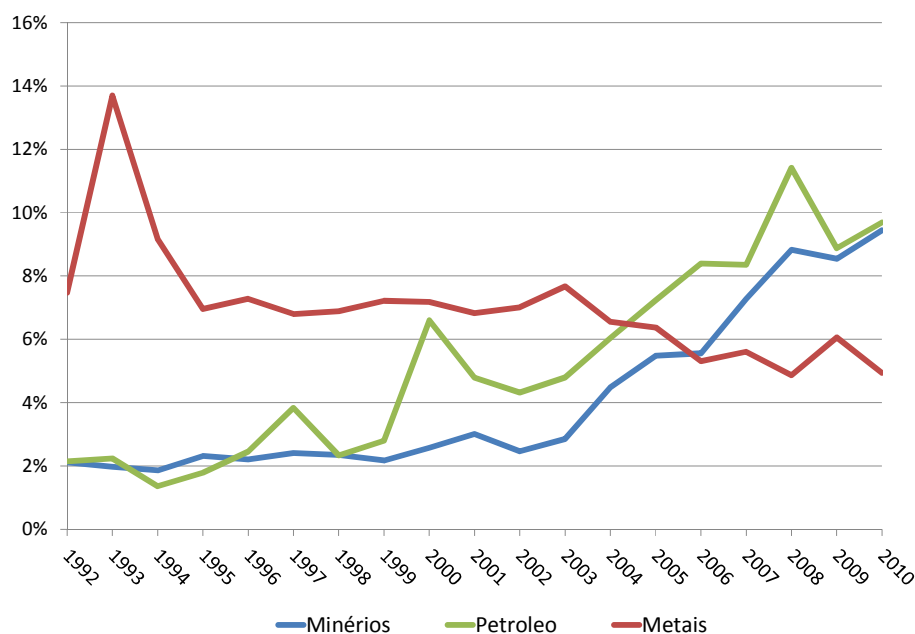
Nesse momento a China parece privilegiar a importação de minério bruto para fundição em sua indústria nacional como forma de abastecer sua crescente necessidade por minerais metálicos, em detrimento da importação dos metais já processados. A tabela 12 mostra como esse também é o momento de grande crescimento na participação do setor mineral na indústria chinesa. Essa passa de 15% em 2000 para 18,9% em 2009, puxados principalmente pelas Atividades de Fundição de Minerais Metálicos – os metais ferrosos no primeiro momento e os não-ferrosos no momento posterior.

De 1999 a 2003, as importações de minérios e metais cresceram praticamente na mesma proporção, resultando em aumento conjunto do déficit comercial em ambos os produtos. A partir de 2004, as importações de minérios continuam sua trajetória ascendente, enquanto as importações de metais caem progressivamente. Nesse período, a China chegou a

⁶⁰ De forma semelhante ao realizado nos minérios, não estão sendo contabilizados os produtos de urânio e tório no conjunto metais.

ser superavitária no comércio de metais acabados de 2006 a 2008, em função do crescimento das exportações. Esse é o momento assinalado no gráfico 30 em que os minérios vão crescendo em importância na pauta de importação, enquanto os metais caem rapidamente.⁶¹

Gráfico 30 – Participação do petróleo, metais e minérios na pauta de importação chinesa, em %.



Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

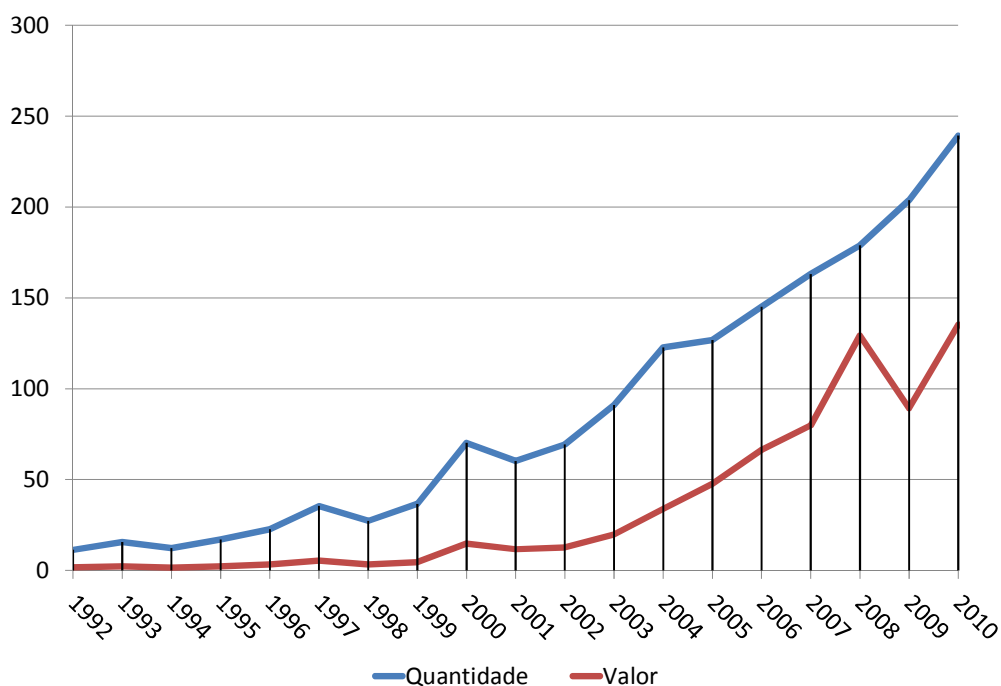
Essa maior participação dos produtos minerais é resultado do acentuado crescimento na quantidade importada, combinado com a elevação dos preços dos produtos, a partir de 2004. O gráfico 31 apresenta esse crescimento nas importações de petróleo. Até a década de 90, as variações na quantidade não resultavam em grandes variações no valor das importações, devido ao baixo preço internacional do produto. Somente a partir de 2002, com a grande valorização nos preços internacionais do petróleo, o valor dessas importações inicia uma trajetória contínua de crescimento acelerado.

No caso dos minérios, esse mesmo descasamento entre valor e quantidade importada existe de forma mais acentuada. Nessas importações, o crescimento contínuo da quantidade importada durante os anos 90 não gerou grandes impactos no valor das importações. Somente

⁶¹ Em 2004 o déficit da China em minérios já era maior do que o registrado no comércio de metais, mesmo que o comércio de metais tenha sido quase três vezes maior a época; e em 2010, o comércio total de minérios superou em valor o de metais acabados e semi, apesar do diferencial de preços. Esse fato é resultado do grande valor das importações de minérios, que ultrapassaram US\$ 131 bilhões.

em 1999 esse valor começa a crescer mais rapidamente. A partir de 2003, esse crescimento se combina com a forte valorização dos preços internacionais, elevando o valor dessas exportações. No entanto, o gráfico 32 mostra como mesmo neste momento de altos preços dos minérios, permanece uma grande desassociação entre o ritmo de expansão da quantidade importada e seu valor em dólar.

Gráfico 31 – Importações Chinesas de Petróleo, em milhões de toneladas e US\$ bilhões.



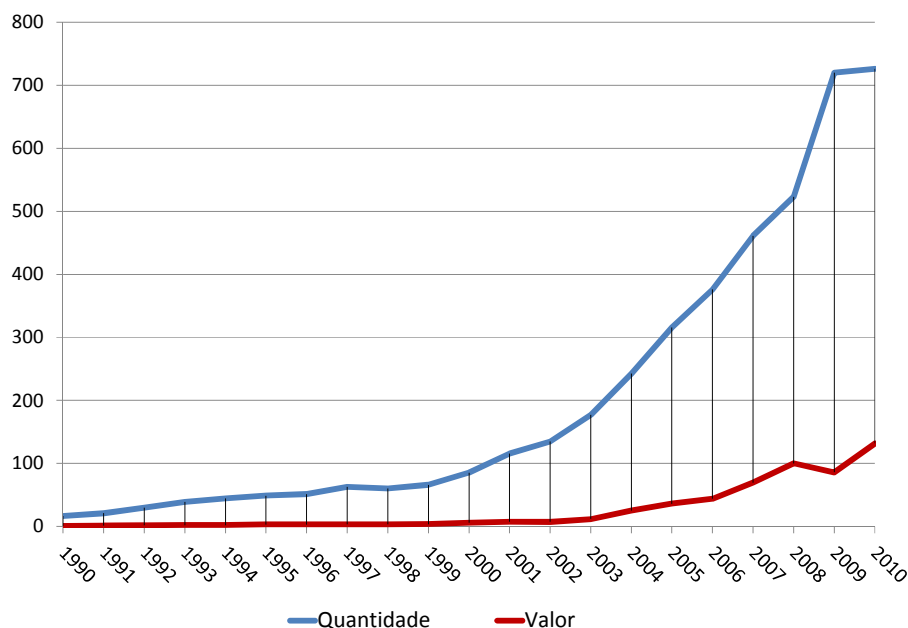
Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

O crescimento contínuo e acelerado da importação de minério trouxe um gigantesco déficit comercial nesses produtos. Após o ano 2000, o comércio externo de minerais na China se tornou quase unilateral, com exportações quase residuais, quando comparadas ao gigantesco volume importado. Destacam-se o minério de ferro, alumínio, cobre, chumbo, níquel, manganês e zinco. Essa elevação acelerada das importações minerais chinesas também causaram profundas modificações na sua pauta de importação, com um incomum crescimento na participação dos produtos primários, que já representam 30% de toda pauta de importação chinesa.⁶²

⁶² O peso dos produtos manufaturados no comércio chinês se deve principalmente às importações de peças e componentes industriais, grande parte vinda dos demais países do sudeste asiático.

A tabela 16 evidencia esse progressivo avanço das importações de produtos primários na pauta chinesa. Esse processo não ocorre pela queda nas importações de produtos manufaturados, e sim pelo maior crescimento dos produtos primários.

Gráfico 32 – Importações Chinesas de Minérios, em milhões de toneladas e US\$ bilhões.



Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

Esse crescimento, no entanto, está concentrado apenas nos minerais metálicos e energéticos. Assim, em complementação ao crescimento acelerado das importações chinesas de produtos primários, também vem ocorrendo um processo fortíssimo de concentração das importações primárias nos produtos minerais (metálicos e energéticos). Esses produtos estão progressivamente ganhando maior peso dentro das importações chinesas de produtos primários, em detrimento de outros tipos, como matérias-primas e alimentos. Esse dado é demonstrado pela ascensão das categorias ‘Produtos Primários não comestíveis’ e ‘Combustíveis Minerais e Lubrificantes’ nas importações chinesas – essas categorias são compostas predominantemente por minérios (61%) e petróleo (76%), respectivamente. Em 1995 estas categorias juntas representavam 11,5% das importações, e em 2009 as duas categorias já apareciam entre as principais na importação chinesa, com mais de 10% cada uma, atrás apenas de ‘Maquinas e Equipamentos de Transporte’.

Tabela 16 – Balança Comercial de Minérios e Metais na China, em US\$ milhões.

MINÉRIOS				
	Exportação	Importação	Saldo Comercial	Comércio Total
1990	210,25	950,29	-740,05	1.160,54
1995	163,02	3.059,29	-2.896,26	3.222,31
2000	113,43	5.800,21	-5.686,78	5.913,65
2005	1.148,33	36.142,42	-34.994,09	37.290,75
2010	835,81	131.859,83	-131.024,02	132.695,64
METAIS				
	Exportação	Importação	Saldo Comercial	Comércio Total
1990	1.856,25	3.411,09	-1.551,29	5.267,34
1995	7.427,44	9.191,63	-1.768,14	16.619,08
2000	8.185,31	16.165,70	-8.031,92	24.351,00
2005	29.880,46	42.076,14	-12.244,01	71.956,61
2010	55.572,52	68.909,37	-17.825,90	124.481,90

Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

Como consequência, outros produtos primários que já tiveram grande participação nas importações chinesas, como os alimentícios ('Alimentos e Animais Vivos'), vêm perdendo importância na atual década – menos de 1,5% em 2009. Em adição, as categorias 'Bebidas e Tabaco' e 'Óleos Animais e Vegetais, Gorduras e Graxas' continuam representando uma parte menor dos produtos importados pela China.

Tabela 17 – Importações chinesas por grandes grupos, em %.

	1995	2000	2005	2009
Produtos Primários	18,486	20,764	22,383	28,810
Alimentos e Animais vivos	4,643	2,114	1,423	1,474
Bebidas e Tabaco	0,298	0,162	0,119	0,194
Produtos Primários, não comestíveis	7,691	8,887	10,641	14,051
Combustíveis Minerais e Lubrificantes	3,882	9,168	9,690	12,331
Óleos Animais e Vegetais, Gorduras e Graxas	1,972	0,434	0,511	0,759
Produtos Manufaturados	81,514	79,236	77,617	71,190
Químicos e Produtos Relacionados	13,097	13,422	11,779	11,143
Têxteis, Borracha e Produtos Minerais e Metalúrgicos	21,783	18,573	12,297	10,710
Máquinas e Equipamentos de Transporte	39,855	40,841	44,015	40,540
Produtos Diversos	6,254	5,665	9,222	8,468
Produtos não classificados anteriormente	0,525	0,734	0,304	0,329

Fonte: China Statistical Yearbook, 2011.

Capítulo 3

O Crescimento da América do Sul nos Anos Recentes

O início do século XXI vem se caracterizando pela retomada do crescimento econômico em várias regiões subdesenvolvidas com grande dotação de recursos naturais. Esse processo é bastante marcante para os países da América do Sul, região que se particulariza por possuir várias economias com grande participação mundial nos mercados de produtos primários, como a Venezuela com o petróleo, o Chile com o cobre, os países do Cone Sul com a soja e carne bovina. Para os países da América do Sul, o crescimento econômico da última década permitiu também em um significativo ganho de projeção no cenário internacional. O Brasil, em especial, tem conseguido uma significativa ascensão política, percebida pela crescente influência e envolvimento em questões sensíveis do cenário internacional.

Esse crescimento recente promoveu também uma mudança na composição do PIB sul-americano, com a retomada dos Investimentos e grande crescimento do comércio externo, principalmente nas exportações, onde se destacam os produtos primários. Essas exportações têm gerado constantes superávits comerciais aos países sul-americanos, sendo um dos principais fatores desse processo de retomada da expansão econômica.

Assim, o bom desempenho exportador da América do Sul parece ser cada vez mais determinado pela dependência em relação às *commodities* primárias e a continuidade dos altos preços internacionais desses produtos, com bastante destaque para os produtos minerais, principalmente energéticos e metálicos.⁶³ A relação entre o desempenho econômico sul-americano e as exportações de *commodities* primárias excede a entrada direta de recursos externos, já que os resultados comerciais têm permitido aos governos sul-americanos novamente esboçar projetos de desenvolvimento econômico e promover a participação direta do Estado na economia. Dentre as formas de intervenção estatal se destacam os investimentos em infraestrutura e os esforços de integração regional, como exposto no trecho:

Após uma sucessão de crises externas ocorridas no final da década de 1990 e início deste século, o alto crescimento das exportações latino-americanas, decorrentes de

⁶³ No Brasil, em 2010, se destacam entre os produtos exportados, respectivamente: minério de ferro (14,3%), petróleo (8%) e soja (5,47%). Esses produtos representaram aproximadamente 30% de todas as vendas externas do Brasil. As exportações de minérios de ferro somaram US\$ 29 bilhões e, apesar do grande valor, foi um dos produtos que tiveram maior crescimento em relação a 2009 (118%), assim como as exportações de petróleo (76%). Estas últimas passaram de US\$ 9 bilhões em 2009 para 16 bilhões em 2010. A China é o principal mercado para as exportações brasileiras destes produtos: minério de ferro, petróleo e produtos da soja (segundo dados do MDIC).

*forte elevação do preço das commodities, e a expansão da economia mundial reduziram a vulnerabilidade externa da região, viabilizando novas iniciativas e possibilidades ao processo de integração regional. Mas, ao mesmo tempo, criaram um paradoxo, uma vez que a melhora da relação financeira externa com a formação de superávits na balança de transações correntes se deu em um contexto de afirmação da dependência em commodities...*⁶⁴

Esse crescimento, no entanto, vem promovendo uma reprimarização das exportações sul-americana, acentuando os riscos de desindustrialização dessa a economia. Ainda mais relevante é a perspectiva de que a atual conjuntura represente um novo ciclo de crescimento econômico baseado na exploração de produtos primários que não resulte em um padrão de desenvolvimento a longo prazo para os países da região. Principalmente, se considerarmos que esse padrão não questiona os nexos de dependência externa, que nos dias atuais se configuram no crescente peso das relações comerciais e econômicas com a China.

A abundância de recursos naturais sul-americanos não permitiu a esses países diminuir sua brecha de desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Essa foi uma das constatações motivadoras sobre a qual se estruturaram as análises dos autores desenvolvimentistas-cepalinos, onde destacaremos a obra de Celso Furtado⁶⁵. Conforme esse autor constata, o desenvolvimento dos países latino-americanos foi sempre pautado por ciclos econômicos, comandados pelas economias centrais. O crescimento econômico não resultou em um desenvolvimento que corrigisse as debilidades estruturais, tanto econômicas quanto sociais. Como exemplo, temos a grande concentração de renda, os péssimos indicadores sociais e a exclusão social de grande parte da população.

Para apresentar a retomada do crescimento econômico nos países sul-americanos e o papel da indústria mineral na região, esse capítulo prosseguirá realizando: um painel dos principais indicadores econômicos dos países sul-americanos; uma breve apresentação do cenário econômico sul-americano nos anos 80 e 90 e o contraste com o período atual; um debate sobre o comércio dos países sul-americanos e acumulação de reservas internacionais; uma exposição sobre comércio e minerais; e uma classificação dos países sul-americanos quanto à exportação de minerais.

3.1 – *Cenário Macroeconômico dos Países Sul-Americanos*

⁶⁴ Medeiros (2008a, p. 241).

⁶⁵ Para maiores referências a esse autor ver: Bielchowsky (2000), Colistete (2001) e Furtado (2006, 1959, 1961, 1967, 1974).

Em 2010, o PIB da América do Sul atingiu US\$ 3,34 trilhões, o que equivale a pouco mais de 5% da economia mundial. No período de 2003 a 2010, a região sul-americana registrou crescimento médio anual de 5% no PIB, com pico no ano de 2004, quando esta taxa ficou em 7,4%. Essa trajetória de crescimento foi interrompida pela crise de 2008-09, com a queda do PIB de 0,1% em 2009. No entanto, em 2010 a região já havia retomado o bom desempenho da economia, crescendo 6,2% em relação ao ano anterior.

Tabela 18 – Crescimento médio anual do PIB a preços constantes, em %.

Países	1995-2010	2003-2010	1995-2002
América do Sul	4,06	5,84	1,38
Argentina	4,82	9,77	-0,47
Bolívia	4,81	4,93	3,35
Brasil	3,86	4,68	2,13
Chile	5,14	4,60	4,21
Colômbia	3,58	5,10	1,30
Equador	3,95	5,19	1,79
Guiana	2,85	2,57	2,63
Paraguai	2,65	4,79	0,15
Peru	6,38	8,06	2,71
Suriname	3,92	4,75	2,16
Uruguai	4,18	8,81	-0,65
Venezuela	3,30	6,59	-0,31

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

A tabela 18 apresenta o grande contraste entre as taxas de crescimento econômico da região a partir de 2002 e nos anos anteriores. Para a maior parte das economias, principalmente as maiores, pode-se afirmar que o crescimento dos últimos 15 anos se concentrou no período após 2002. Esse movimento foi bastante acentuado para Argentina, Uruguai e Venezuela, que tiveram taxas médias negativas de crescimento do PIB real de 1995 a 2002. Em adição, nesse quinquênio, que se abre com a crise dos países asiáticos em 1998 e fecha com a moratória argentina de 2002, passando pela crise da Rússia em 1999, o PIB sul-americano registrou crescimento real de apenas 0,6%. Esse fraco desempenho econômico foi substituído por um crescimento econômico acentuado e generalizado entre os países. Esse crescimento favoreceu fortemente a economia brasileira, que concentrou 60% do PIB sul-

americano em 2010. No entanto, o Brasil apresenta uma das menores taxas de crescimento do PIB real.

Tabela 19 – PIB dos países sul-americanos em 2010 e taxa do PIB real (2003-2010), em mil US\$ e %.

PAISES	PIB Nominal em 2010	Crescimento médio anual do PIB real
Argentina	353.038,4	7,5
Bolívia	18.423,7	4,2
Brasil	2.025.973,0	4,1
Chile	188.496,8	4,0
Colômbia	283.463,4	4,4
Equador	55.754,0	4,5
Guiana	2.222,3	2,4
Paraguai	17.097,5	4,2
Peru	15.319,3	6,5
Suriname	2.382,3	4,1
Uruguai	40.773,7	6,9
Venezuela	343.752,6	5,7
América do Sul	3.346.697,0	4,9

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

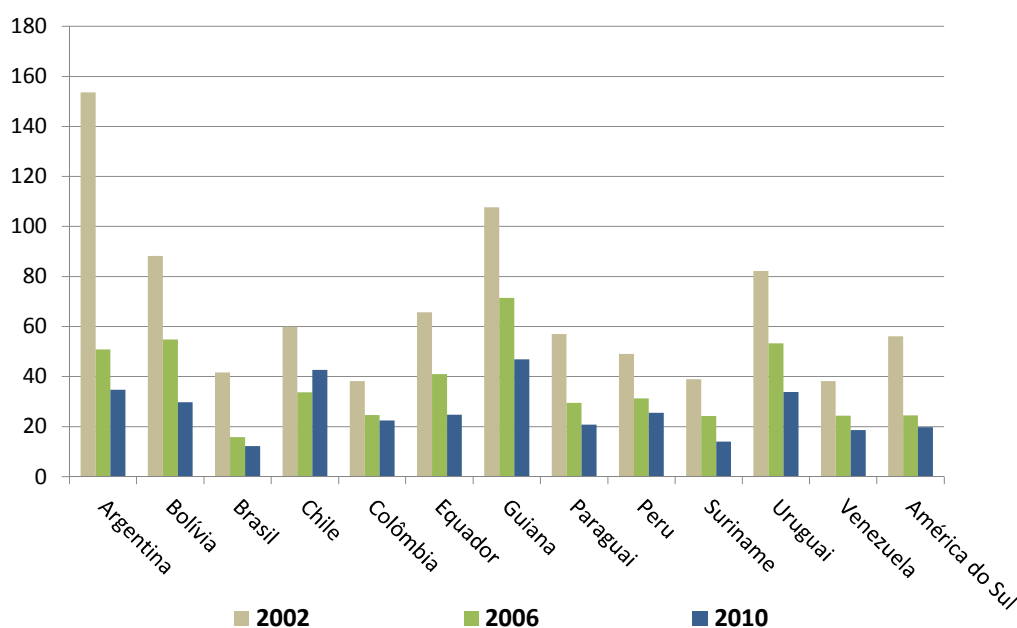
Os sinais de inflexão econômica não se restringem ao crescimento do PIB, mas abrangem também outros indicadores macroeconômicos. Em relação aos anos 90, se observa no PIB da América do Sul: maior participação do IED; sensível redução da dívida (pública e externa); maior participação do Investimento e das exportações; uma substancial melhora no saldo comercial; e grande acúmulo de reservas internacionais.

Uma das principais consequências do grande afluxo de recursos estrangeiros durante a década de 2000 foi a melhora em vários indicadores externos dos países sul-americanos. Um dos indicadores mais significativos desse processo é a dívida externa.⁶⁶ Durante a década de 2000, os países sul-americanos tiveram uma grande inflexão na trajetória de sua dívida externa, com a diminuição significativa no ritmo de crescimento, chegando a cair de forma expressiva em

⁶⁶ A Dívida Externa se tornou ainda mais relevante no debate econômico sul-americano em função dos grandes esforços realizados pelos governos a partir dos anos 80, para lidar com o grande estoque de dívidas acumuladas do período anterior. Taxada no Brasil durante vários anos como 'impagável', esse indicador esteve no centro da condução econômica durante as últimas décadas do século XX. Ela tem, até mesmo, um grande efeito psicológico sobre a percepção da ação do governo na condução da política econômica no Brasil.

alguns países. Esse processo contrasta com o grande crescimento registrado nos anos 90. O Brasil se destaca por ser um dos casos mais expressivos de diminuição dos passivos externos em proporção ao PIB, tendo contribuído fortemente para o resultado regional, juntamente com a Argentina. Para alguns anos a dívida externa total brasileira ficou abaixo do nível de 1997. A Argentina viu sua dívida externa diminuir fortemente, com a bem sucedida renegociação de 2005. A partir desse ano, sua dívida externa vem se mantendo em patamares próximos ao de 2005, reduzindo fortemente em relação ao PIB. Os passivos externos chegaram a representar 56% do PIB sul-americano em 2002, baixando rapidamente para 18,75% em 2008. Nos anos seguintes ela se manteve próxima dos 20% do PIB, mesmo com o aumento no estoque total de dívidas em 2010, especialmente no Brasil.

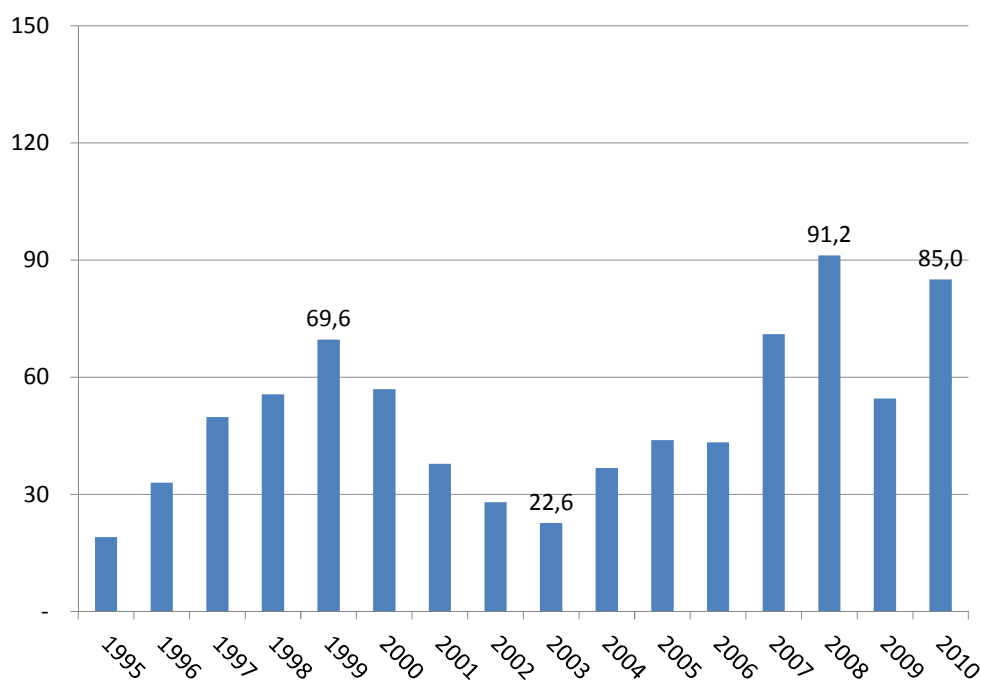
Gráfico 33 – Dívida Externa em Proporção ao PIB nos Países Sul-americanos, em %.



Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

Em adição, o aumento da liquidez internacional e a diminuição das oportunidades de investimentos nos países desenvolvidos levaram a uma retomada dos fluxos de entrada de Investimentos Externos Diretos (IED) nos países sul-americanos (CEPAL, 2010a). Essa retomada também foi favorecida pelo expressivo crescimento econômico dos países sul-americanos e abertura do patrimônio natural ao capital estrangeiro. Esse fluxo de IED vinha em crescimento desde o início da década. No entanto, somente em 2006, a entrada de IED nos países sul-americanos ultrapassou o nível dos anos 90.

Gráfico 34 – Entrada de Investimento Externa Direto nos Países Sul-americanos, em US\$ bilhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

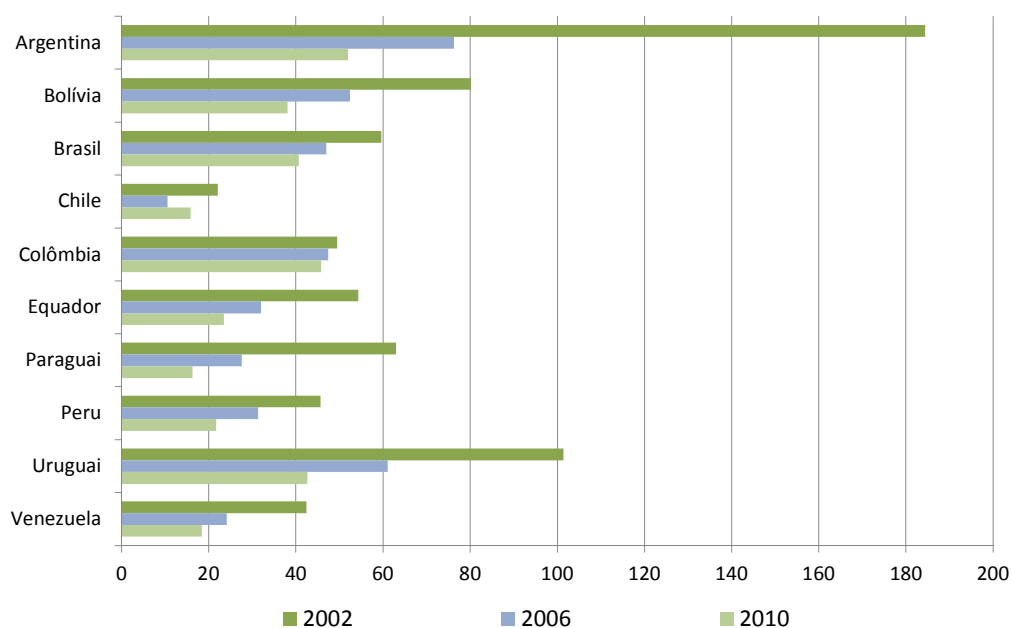
Em 2010, a entrada total de IED nas economias sul-americanas somou US\$ 85,2 bilhões. Esse valor ainda ficou abaixo do registrado em 2008. O Brasil representou mais de 50% do total da região em 2010 (US\$ 48,4 bilhões), seguidos do Chile, com US\$ 15 bilhões. Este país detém a maior relação IED/PIB da América do Sul (8,8%). O Peru foi o terceiro país que mais recebeu IED em 2010, com US\$ 7,3 bilhões, ultrapassando economias maiores, como Argentina e Colômbia, que receberam aproximadamente US\$ 6 bilhões, e Venezuela.

A exceção do Equador, esses países apresentam tendência de crescimento contínuo durante o período na recepção de IED. Para alguns países, como Uruguai e Venezuela, o baixo valor inicial fez com que esse crescimento represente pouco no agregado regional. Na Bolívia até os anos recentes, o único período de entrada mais significativa de investimentos foram os anos de 1995 a 2002, durante a implantação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

Os países sul-americanos experimentaram também uma sensível redução da dívida pública a partir de 2004, propiciadas pelo aumento na arrecadação governamental. Mesmo com a expansão de seus gastos, esses governos apresentaram uma sensível melhora em seus resultados fiscais. Essa melhora é uma consequência direta do maior nível de atividade nos setores relacionados à exploração de produtos primários, que possuem grande influência sobre a arrecadação fiscal dos governos sul-americanos. Segundo a CEPAL (2011d), esse

crescimento da arrecadação se deu sem diversificação e aumento da base tributária, e baseado em impostos indiretos. Assim, não foram alteradas as várias ineficiências dos sistemas tributários. Por exemplo, seu caráter neutro ou regressivo sobre a distribuição de renda.

Gráfico 35 – Dívida Pública em Proporção ao PIB nos Países Sul-americanos, em %.



Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

Esse contexto de preços elevados nos mercados primários aumentou a dependência da arrecadação tributária em relação a esses produtos e deslocou a preocupação das autoridades fazendárias da necessidade de contenção aos gastos públicos para o manejo da enxurrada repentina de recursos. Essas políticas tiveram como um dos principais focos evitar a volatilidade extrema na arrecadação e reduzir sua dependência em relação aos preços internacionais dos produtos primários.

Essa melhora no cenário externo e na situação fiscal dos governos sul-americanos permitiu um novo período de expansão dos Investimentos Agregados. A partir de 1999, os investimentos sul-americanos entraram em grande queda, chegando a 16,1% do PIB em 2003. No ano seguinte, os Investimentos agregados voltaram a apresentar altas taxas de crescimento e a aumentar sua participação no PIB sul-americano. Em 2010, os Investimentos sul-americanos voltaram a crescer fortemente (30% em relação ao ano anterior), recuperando a grande queda de 2009, em função da crise internacional.

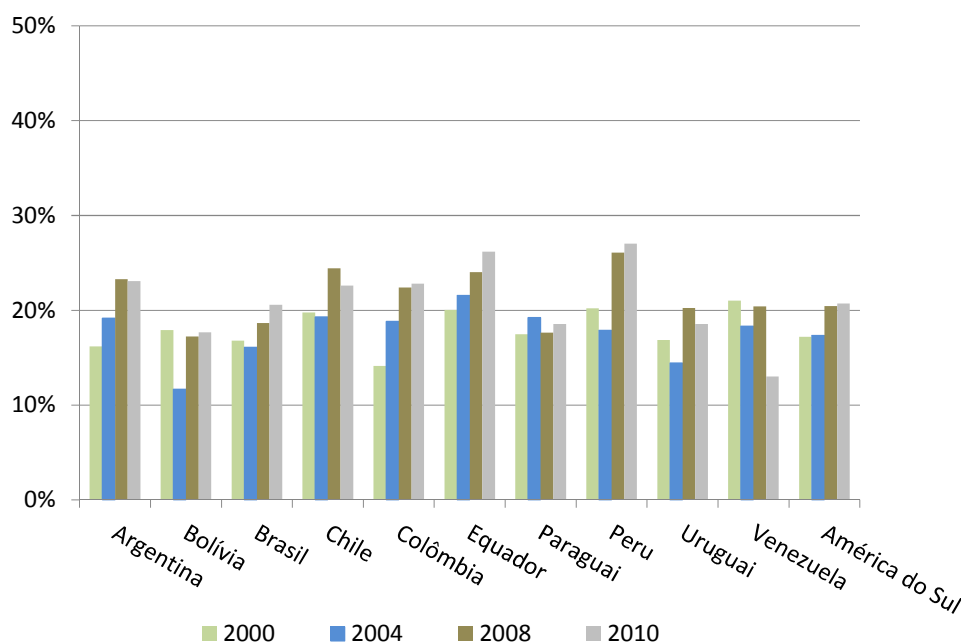
Tabela 20 – Participação Relativa por Produtos Primários nos Ingressos Totais do Governo, em %.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2007-2009 ^a
Perú	1,3	1,6	1,2	2,5	3,8	6,2	12,7	15,8	11,3	5,8	11,0
Chile	4,4	2,4	2,2	4,1	13,7	15,5	22,1	17,9	14,0	8,7	13,5
Argentina	0,1	0,1	11,3	15,2	14,1	13,9	13,1	13,9	18,0	13,4	15,1
Colômbia	12,4	12,1	12,9	11,1	12,5	11,3	12,5	13,4	18,2	18,6	16,7
Ecuador	35,4	27,3	21,9	24,1	25,9	24,2	28,7	24,7	40,4	27,7	30,9
Bolívia (Estado Plurinacional de)	20,4	20,9	19,4	19,1	18,9	29,6	35,5	34,5	32,3	31,5	32,8
México	33,4	30,4	29,6	33,3	36,0	37,3	38,0	35,4	36,9	31,0	34,4
Venezuela (República Bolivariana de)	49,8	45,5	47,4	49,6	46,6	48,6	52,9	50,6	49,6	35,1	45,1
Promedio 8 países	19,6	17,5	18,2	19,9	21,4	23,3	26,9	25,8	27,6	21,5	24,9

Fonte: CEPAL, 2011d.

Nesse crescimento, tem grande destaque os investimentos dos Brasil, que em 2010 já equivaliam a 57% do total regional. Apesar de concentrar um percentual cada vez maior dos investimentos sul-americanos, o Brasil apresenta uma das menores taxas de participação dos investimentos no PIB na América do Sul, bem abaixo de países como Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guiana e Peru.

Gráfico 36 – Investimento em Proporção ao PIB nos Países Sul-americanos, em %.



Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

3.2 – *Crise, Estagnação e Retomada do Crescimento nos Países Sul-Americanos*

O bom desempenho econômico dos países sul-americanos no início do século XXI contrasta fortemente com fraco crescimento nas décadas precedentes, quando a América do Sul passou por forte instabilidade econômica e agravamento nas questões sociais. Esse período de baixo crescimento teve sua origem no desmonte do modelo desenvolvimentista e nas modificações da economia mundial a partir dos anos 80. O grande sucesso alcançado por várias economias da região até a década de 70 com as políticas de industrialização deliberada constitui uma diferença das economias sul-americanas em relação às demais regiões em desenvolvimento.

No período do imediato pós Segunda Guerra até os fins dos anos 70, vários países sul-americanos se destacaram em termos de crescimento econômico e da produção industrial através de políticas baseadas na ISI (Industrialização de Substituição de Importações). No entanto, as modificações na economia mundial trazidas pela emergência do novo padrão monetário ao fim dos anos 70 – marcado pela flexibilidade e instabilidade de seus principais fluxos - resultaram no aguçamento das debilidades estruturais do modelo e na insustentabilidade do padrão desenvolvimentista-industrializante. O início da crise se deu com a incapacidade de pagamento do grande estoque de dívidas acumuladas no período anterior, diante da reversão do cenário externo. A crise da dívida e a escassez de moedas estrangeiras se tornaram particularmente agudas após a moratória Mexicana de 82, levando ao acirramento das restrições externas ao crescimento econômico na América do Sul. Essas tiveram como consequência a estagnação econômica da região e grande perda de participação na economia mundial (French-Davis, Muñoz e Palma, 1994).

Neste ponto, a política econômica da região, passou a se orientar por um comportamento curto prazista visando conseguir divisas para saldar os passivos externos – transferidos ao setor público, constituindo agora uma crise gêmea, dívida externa e dívida pública. Em função da crise econômica, estes países iniciaram uma virada radical em sua política econômica, que não se justifica somente pela necessidade de resposta à crise vigente, mas envolvem também fatores como: a pressão política dos países centrais – principalmente EUA – pela realização das reformas liberalizantes; um forte traço ideológico (adesão fundamentalista ao neoliberalismo); e os interesses dos grupos econômicos nacionais beneficiados pela internacionalização dessas economias. A política econômica desses países teve como um dos pilares principais o desmonte do modelo econômico anterior.

Conforme ressalta Palma (2004), de nenhuma forma essas reformas eram a única opção presente. Um exemplo disso são os países do leste asiático, que também realizaram reformas econômicas, classificadas pelo autor como ‘parcialmente desnecessárias’, sobre fortes pressões do governo americano. Essas reformas não afetaram o crescimento econômico e a competitividade de suas exportações de manufaturas, devido à forma distinta de inserção internacional desses países. Na América Latina, essas reformas tiveram o efeito contrário. Para o autor, as reformas na América Latina se caracterizaram pela atitude de ‘jogar a toalha’ e assentar o crescimento econômico na atração de capitais externos e nas vantagens absolutas.

Posteriormente, nos anos 90, as inovações financeiras do mercado norte-americano e a melhora nos fluxos de capitais, atraídos pelos altos juros internos e câmbio real valorizado, trouxe um novo e instável período de crescimento econômico. Nesse crescimento, o processo de privatização dos ativos públicos e abertura do patrimônio mineral aos investidores externos teve papel fundamental na atração de um fluxo positivo de capitais, que se tornou a restrição principal ao crescimento econômico nesse novo modelo econômico. Esse crescimento fluía conforme as variações dos mercados internacionais de capitais, já que dependia da obtenção de fluxos de capitais positivos. Esse afluxo positivo era seguido de grande valorização cambial, que servia como âncora dos preços, e permitiu o sucesso dos planos de estabilização monetária durante o período, debilitando os altos índices de inflação que caracterizam as décadas de 80 e 90. Nesse modelo *pro-finance* de inserção econômica, a necessidade de um fluxo de capitais positivo é constante e crescente, pois cria sua própria demanda: esse afluxo traz uma valorização cambial, debilitação das exportações, déficits em transações correntes crescentes, estímulo às importações, taxa reais de juros mais elevadas e contenção fiscal (gastos correntes e investimentos).⁶⁷

Com tanto fatores de enfraquecimento da produção e dos investimentos, e por ser tipicamente importador, o modelo econômico dos países latino-americanos a partir dos anos 90 se tornou dependente da expansão do consumo interno para o seu crescimento. Ao final dos anos 90, a reversão das condições externas, pela subida dos juros da economia americana, mostrou a debilidade dessa forma de crescimento. Em decorrência desse fato, os países sul-americanos novamente enfrentaram grave crise econômica, com alguns casos derivando em crises políticas, como Argentina e Venezuela.

Somente durante no início século XXI os países da América do Sul voltaram a experimentar uma tendência prolongada de crescimento. Esse cenário parece estar

⁶⁷ Medeiros, 2006a.

profundamente associado com a melhora nos termos de troca do comércio dos países da região, representando um diferencial importante em relação à situação vivenciada nos anos 80 (Medeiros, 2006a e UNCTAD, 2008). O comércio externo, particularmente as exportações, teve papel de grande relevância para essa recuperação econômica sul-americana. Os superávits comerciais vêm propiciando uma fonte constante e abundante recursos para o financiamento externo das economias, substituindo os voláteis fluxos de capitais dos anos 90 e dispensando o ajuste exportador dos anos 80. Neste cenário, as exportações vêm ampliando a sua participação no PIB dos países da região, acentuando o seu papel enquanto Demanda Efetiva, não mais se restringindo a sua função de fonte de divisas externas, como nos anos 80.⁶⁸ Esse crescimento econômico vem promovendo uma melhora significativa em vários índices macroeconômicos e nas questões sociais. Em adição, a melhora nas finanças públicas, aliadas à quebra do predomínio do paradigma neoliberal permitiu um retorno da participação do Estado na economia. Essa participação estatal está orientada, principalmente, para os investimentos públicos, em particular no setor de infraestrutura, e os gastos sociais.

No atual cenário, os países sul-americanos se diferenciam dos demais países da América Latina pela menor participação dos recursos naturais de maior valorização internacional (minérios e petróleo, principalmente) em suas importações. Desta forma, o comércio sul-americano foi mais beneficiado pela elevação dos preços internacionais dos produtos primários, ao ver os termos de troca de suas exportações melhorando fortemente, sem impacto paralelo nos termos de troca das importações. Estas ainda vêm se deflacionando, sob efeito da queda nos preços dos produtos manufaturados. O contrário acontece nos países da América Central e Caribe, que são fortemente dependentes das importações de petróleo e alimentos. Assim, os efeitos positivos do aumento das exportações são compensados por um aumento similar nas importações (CEPAL, 2011d).

O grande potencial mineral da região está sendo um elemento de grande importância para o atual crescimento econômico. Esses países são duplamente impactados pela grande demanda chinesa por bens minerais metálicos, através dos aumentos nos preços e da quantidade vendida. Este duplo impacto trouxe importantes mudanças nos indicadores externos da região que sinalizam para uma reversão da extrema fragilidade externa, típica dos anos 90.

A CEPAL (2011d) assinala que essa melhora nos termos de troca na década de 2000 ocorreu juntamente com algumas importantes mudanças no padrão de pagamento da Balança

⁶⁸ Para maiores referências ver, Medeiros e Serrano (2001).

de Renda dos países sul-americanos. Apesar de continuar negativa, seu fluxo principal de saída passou do pagamento da dívida externa (típica dos anos 80 e 90) para as rendas relativas aos rendimentos dos Investimentos Externos (remessas de lucros e dividendos e renda dos investimentos em carteira, respectivamente). Essa modificação foi bastante acentuada nas economias com maior participação dos IED, Chile e Peru. Em adição, o IED assumiu maior importância como fonte externa de recursos financeiros, com comportamento mais estável que os demais fluxos. Também se verifica uma melhora nas condições de captação de recursos externos, com maior participação dos bancos e empresas no lançamento externo de títulos de dívidas – em contraposição aos anos 90, quando essas emissões eram compostas basicamente por títulos soberanos – e pela substituição da dívida externa por dívida interna, o que contribuiu para a melhora nos indicadores de dívida pública externa.

No entanto, a inflexão no cenário econômico mundial teve pouca, ou nenhuma modificação da forma de inserção externa destes países, que continua calcada sobre as mesmas bases macroeconômicas dos anos 90, tendo a entrada de recursos externos como seu limitador básico. Da mesma forma, o crescimento econômico ainda apresenta várias das fragilidades observadas na década anterior: grande valorização da taxa de câmbio real, crescimento fortemente calcado no consumo e alto viés importador. Tendo, também, o grande acúmulo de reservas internacionais em dólar como consequência desses constantes superávits comerciais.⁶⁹

3.3 – Reforma Mineral na América do Sul

A abertura dos recursos naturais aos investidores externos foi parte fundamental das reformas realizadas por vários países como forma de atrair capitais externos e manter o crescimento econômico. Na América do Sul, as abundantes reservas minerais foram um dos setores priorizados no processo de abertura econômica. Durante os anos 90, vários países implementaram profundas reformas em sua legislação, visando aumentar sua competitividade internacional e capacidade de atração de investimentos.⁷⁰ Segundo Sánchez-Albavera e Lardé (2006), o processo de abertura do setor mineral ao capital internacional teve como princípio a

⁶⁹ Sendo o acúmulo de grande quantidade de reservas internacionais vista como antídoto as crises externas.

⁷⁰ Este processo de privatização foi implementado pela primeira vez no Chile entre 1973-79, tendo mostrado seu fracasso já em 1981-83. Entre 1976-79, a Argentina também fez sua tentativa liberal. No entanto, a partir de 1989-90 esse processo se generaliza entre os países da região (Cano, 1999).

consideração de que “el patrimonio y los recursos naturales deberían ser de libre disponibilidad, bajo el predominio de las reglas del mercado”⁷¹.

Nesse processo de reforma do setor mineral, a privatização das Empresas públicas de mineração e a revisão da ação do Estado sobre a exploração mineral foram dois elementos de grande importância. Essas Estatais se desenvolveram principalmente nos setores de produtos exportáveis no qual se possui vantagens absolutas – o cobre chileno, petróleo mexicano e venezuelano, aço e mineração no Brasil. Isso gerou empresas de grande porte e rentabilidade.⁷² A entrega dessas grandes empresas mineradoras à iniciativa privada, assim como, o processo mais geral de privatização, envolve uma série de outros elementos, além da busca por maior produtividade ou redução da dívida pública. Entre esse elementos se inclui as oportunidades de acumulação de capital por meio da expropriação de ativos que se desenvolveram fora do alcance da capital privado (Medeiros, 2006a).

Em adição, a revisão da ação do Estado no setor mineral envolveu a quebra da exclusividade estatal na exploração mineral e a retirada dos controles de comércio desses produtos. Essas reformas incluíram também: o abandono de políticas ativas de promoção ao desenvolvimento nacional; políticas de atração de investimentos externos; não diferenciação entre capital estrangeiro e nacional – salvo exceções, como em terras de fronteiras – e políticas de incentivo ao investimento, através de instrumentos como isenções fiscais, alíquotas diferenciadas ou garantia de estabilidade tributária, comercial e cambial ao longo do projeto (CEPAL, 2006).

Essas reformas atingiram maior intensidade nos minerais metálicos, marcando uma grande diferenciação em relação ao setor de petróleo. Poucos países chegaram a privatizar suas empresas petrolíferas ou abdicaram totalmente da participação direta das estatais na produção. Na América Latina, alguns países realizaram reformas do setor petrolíferas com o sentido de aumentar a participação do Estado no setor, limitando a participação privada em certos segmentos do mercado (Venezuela) ou mantendo a proibição à entrada de investidores externos (México). Entre os países que realizaram uma privatização total da indústria petrolífera nacional estão Argentina, Bolívia e Peru, sendo destaque também a nível mundial. No setor petrolífero, as Estatais continuam a ser predominantes. Na América Latina, essas

⁷¹ Sánchez-Albavera e Lardé (2006, p. 12).

⁷² Para o prof. Medeiros (2006a), essas Empresas Públicas eram um dos principais pilares do modelo desenvolvimentista, sendo importante elemento na realização de investimentos e na promoção de setores estratégicos da economia. Essas empresas, atuando em segmentos da indústria pesada, tiveram a importância que a ‘indústria nascente’ teve para países que iniciaram seu desenvolvimento industrial com a promoção da indústria têxtil.

estatais são grandes empresas, com grande lucratividade, algumas são as maiores empresas da região e as maiores de cada país.

A transformação da indústria mineral em um setor competitivo não estava baseada somente nas vantagens absolutas, advindas das reservas minerais de grau internacional. Era preciso também criar uma estrutura econômica que gerasse vantagens dinâmicas que permitissem a esses recursos se destacarem na disputa pela atração de recursos internacionais, em um ambiente onde o pressuposto básico seria a competição dos países para atrair capitais. Para tanto, fatores extra-mina, como a disponibilidade de infraestrutura, marco institucional e conectividade com os mercados internacionais, contavam tanto quanto os fatores mais diretos como custo e potencial de produção (Sánchez-Albavera e Lardé, 2006).

Esses fatores extra-mina são os principais objetos da ação estatal nos países da América Latina, agindo principalmente na criação de um ambiente institucional favorável ao investimento através da redução de custos aos empreendimentos privados e minimização dos impactos dos instrumentos tarifários, cambiais e tributários sobre a rentabilidade internacional dos investimentos – entre outros fatores derivados das políticas governamentais. Com isso, a questão da estabilidade macroeconômica ganhou grande importância e ênfase quase obsessiva no debate econômico sul-americano. Por outro lado, legislações trabalhistas e de proteção ao meio ambiente tiveram seu alcance reduzido ou sua aplicação fragilizada, como forma de reduzir custos e criar elementos de competitividades ‘espúrias’ para os países em desenvolvimento (Young e Lustosa, 2003).

Outro campo importante de ação estatal é o provimento de infraestrutura de acesso aos recursos minerais. Esse fator é de vital importância, já que os custos de transporte são um elemento essencial no comércio internacional desses produtos. Nesse sentido, o Estado age priorizando investimentos em infraestrutura que têm por objetivo formar *corredores de exportação*, levando matéria-prima da mina até o porto, com poucos efeitos sobre a integração das populações e negligenciando os possíveis efeitos econômico-sociais da maior integração territorial. Esta ainda é a lógica presente nos atuais investimentos em infraestrutura e integração regional capitaneados pela IIRSA (Iniciativa de Integração Regional Sul-americana) (Padula, 2011). Como diz Medeiros (2008a): “Vale lembrar que uma estratégia que combine livre-comércio com investimentos em infraestrutura tende a reforçar, no âmbito regional, uma inserção internacional tradicional baseada nas exportações de bens primários e na cristalização das diferenças industriais atuais.”⁷³

⁷³ Medeiros (2008a, p. 244).

Sánchez-Albavera e Lardé (2006) reconhecem que esse processo não foi acompanhado por movimento similar nos países desenvolvidos. Conforme se observa no trecho a seguir:

Sin embargo, la diferencia radicó en que los países desarrollados no renunciaron a una dirección, central y estratégica, como en los casos del mercado de energía y la seguridad de su abastecimiento, así como respecto del manejo de stocks estratégicos, mientras que en los países en desarrollo se postuló una exagerada subsidiariedad.⁷⁴

Assim, os autores reconhecem que o processo de abertura do setor mineral na América Latina aprofundou a assimetria existente entre os países centrais e periféricos em relação ao tratamento dado aos recursos. Neste sentido, Iran Machado (1998), ao responder se os bens minerais ainda são estratégicos, expõe que nos países desenvolvidos, EUA principalmente, existe um grande setor de pesquisa mineral voltado ao conhecimento das principais riquezas minerais espalhadas nos vários países. Assim, mesmo com o novo paradigma de maior abertura econômica e flexibilização da atividade mineral às transnacionais, os países desenvolvidos não abrem mão da consideração estratégica dos bens minerais. Apenas se priorizou o conhecimento das reservas disponíveis nos vários países e regiões, bem como, as suas condições de acesso e disponibilidade aos países desenvolvidos.

Nos países da América Latina, o processo de reforma do setor mineral reforçou a presença das empresas transnacionais da mineração nas reservas regionais – processo essencial para o maior acesso dos países desenvolvidos a esses recursos. A tabela 21 mostra o processo de concentração das grandes transnacionais mineradoras sobre as principais reservas latino-americanas.

⁷⁴ Sánchez-Albavera e Lardé (2006, p. 13).

Tabela 21 – Impacto das Fusões e Aquisições nas Principais Empresas Mineiras na Região em 2001.

BHP BILLITON					
Mina	País	Metal	Antes da Fusão	Depois da Fusão	Estado
Escondida	Chile	cobre	BHP	57,50%	F
Cerro Colo	Chile	cobre	Billiton (Rio Algom)	100%	F
Spence	Chile	cobre	Billiton	100%	P
Antamina	Peru	cobre, zinco	Billiton (Rio Algom)	33,75%	F
Tintaya	Peru	cobre	BHP/ Magma	99,50%	F
Bajo La Alumbrera	Argentina	cobre	Billiton	25,00%	F
Alumar	Brasil	alumínio	Alcan/Alcoa/Billiton/Abalco	Refinaria Alcan Inc(10%), Alcoa (54%), BHP Billiton (36%)	F
Valesul	Brasil	alumínio	Billiton	45,49%	F
BMS	Suriname	alumínio	Billiton (Gencor)	Mina bauxita 76%; Refinaria alumina 45%	F
Cerro Matoso	Colômbia	níquel	Billiton	100% mina e fundição	F
PHELPS DODGE					
Candelária	Chile	cobre	Phelps Dodge, Sumitomo	80%	F
Minera El Abra	Chile	cobre	Cyprus Amax	51%	F
Cerro Verde	Peru	cobre	Cyprus Amax	83%	F
Southern Peru	Peru	cobre	Asarco	14%	F
San Vicente	Peru	cobre	Grupo Privado Nacion.	40%	F
BARRICK/HOMESTAKE					
El Indio	Chile	ouro	Barrick	100%	F
Agua de la Falda	Chile	ouro	Homestake	51%	F
Pascua Lama	Chile/Argentina	ouro	Barrick	100%	P
Veladero	Argentina	ouro	Homestake	60%	P
Pierina	Peru	ouro	Barrick	100%	F
TECK/COMINCO					
Ref. Cajamarquilla	Peru	zinco	Cominco/Manubeni	82%	F
Antamina	Peru	cobre/zinco	Teck	23%	F
San Nicolás	México	cobre/zinco	Teck	74%	P

Fonte: Compodónico e Ortiz, 2002.

Os casos Nacionais

Grande parte dessas reformas aconteceram durante a década de 90. No Peru, durante o segundo semestre de 1991 foram promulgadas uma série de modificações em seu Código Mineiro. A Argentina realizou importantes modificações entre 1993 e 1995 em seu ‘Código de Minería’, que vem do século XIX. No Brasil, em 1996 foi aprovado um novo Código Mineral que consolidava uma série de modificações ocorridas desde o lançamento da norma anterior em 1967, e atualizava essa lei aos novos determinantes da Constituição de 1988 e ao novo paradigma econômico. Na Bolívia e Guatemala, essa promulgação ocorreu em 1997, enquanto na Venezuela ocorreu entre 1998 e 1999. Na Colômbia e Equador este processo se encontrava ainda em fase conclusão ao final da década de 90.

O Chile foi a grande exceção nesse processo. Esse país realizou sua reforma mineral em 1983, ainda sobre o marco legal das reformas neoliberais de 1973 da ditadura chilena.

Essa reforma, assim como nos demais países da América Latina, teve como traço comum o combate ao domínio do Estado sobre a exploração mineral e a promoção dos investimentos estrangeiros. Essa dianteira do Chile foi um dos fatores que o ajudou a anteceder os demais países latino-americanos no lançamento de megaprojetos de mineração, que começaram ainda no início dos anos 90 no Chile. Para os demais países, esses projetos somente se iniciaram na metade da década e se consolidaram no início do século com o novo ciclo econômico.

Essa diferença temporal no lançamento das reformas mineiras também fez da legislação chilena uma exceção para vários itens comuns aos Códigos dos demais países da região. Por exemplo, na forma de concessão mineral. Esse item é de extrema importância para toda a legislação, pois essa é a base onde se assenta os direitos e obrigações do investidor privado. Existe uma grande diversidade de regimes de concessão mineral na região: autorização de pesquisa mineral, livre pesquisa e autorização pra exploração, autorização conjunta de pesquisa e exploração; prazos diversos, desde 1 ano até ilimitado; concessões que se mantêm pela própria produção ou pelo pagamento de uma taxa ao Estado; procedimentos administrativos diversos. No entanto, o regime de concessão chileno é único na região e sem paralelo com nenhum outro país.⁷⁵ Este se baseia em uma simples autorização de um juiz local sem interferência do Governo Central.

Apesar da retirada do Estado ser um traço comum nas reformas da legislação mineral da região, deve-se ressaltar que, de uma maneira geral, os Códigos Mineiros não impedem a participação direta do Estado na exploração mineral. Em alguns casos, como da Argentina, esse se submete às mesmas regras do investidor privado. O Estado se manteve sempre bem presente na operação mineral. O principal exemplo é a propriedade dos recursos minerais que continua sendo do Estado, para grande parte dos casos. Essa atividade também continua sendo considerada de utilidade pública, interesse nacional e social.

Apesar de toda a ênfase dada aos investidores privados, a participação direta do Estado na produção mineral não é apenas um caso extremo, mas sim uma realidade bem presente nos vários países (Sánchez-Albavera e Lardé, 2006). Esse é outro diferencial da reforma mineira

⁷⁵ Segundo Sánchez-Albavera e Lardé (2006), após as reformas, passaram a existir basicamente três regimes de concessão mineral nos países da América Latina. O Regime Administrativo, onde o Estado outorga o direito de exploração mineral através de uma instância administrativa. Esse regime é o mais comum (usado em Argentina, Bolívia, Cuba, Costa Rica, Brasil, Equador, Honduras, Guatemala, México, Peru, Uruguai e Venezuela). O Regime Contratual é usado na Colômbia, onde os direitos e obrigações do concessionário se formalizam na celebração de um contrato administrativo; e na Venezuela onde o investidor tem de celebrar um contrato com a CVG (Corporación Venezolana de Guyana), sendo esta a entidade estatal que controla as principais áreas mineiras na Venezuela. E, por último, o Regime Judicial, é aplicado somente no Chile. Nesse regime, a concessão é realizada pelo juiz da circunscrição onde a exploração se localiza, sem nenhuma interferência do governo central. O Ministério de Minería se limita a estabelecer a política mineira e os procedimentos administrativos.

no Chile. Apesar do protagonismo desse país na instituição das reformas neoliberais, a exploração mineral chilena ainda é marcada pela grande participação do Estado. Mesmo após todas as medidas contra a gestão estatal na indústria do cobre, a CODELCO (Corporación del Cobre) y a ENAMI (Empresa Nacional de Minería) têm elevado papel na produção mineral chilena, ao lado das grandes produtoras privadas⁷⁶. Isto fica explícito no trecho a seguir:

*Después de las grandes privatizaciones realizadas en Brasil (Vale Do Rio Doce) y Perú (CENTROMIN, HIERRO-PERU, MINERO-PERU), la actividad empresarial del Estado se desarrolla, básicamente, en Chile (CODELCO, ENAMI), Venezuela (Corporación Venezolana de Guyana) y en Cuba en asociación con capital extranjero en la explotación y refinación del níquel.*⁷⁷

Segundo a UNCTAD (2007b), em 2005 a CODELCO foi uma das poucas empresas estatais com participação relevante no mercado internacional de minérios – juntamente com Alrosa (Rússia) e KGHM Polska Miedz (Polônia). Nessa nova configuração do mercado internacional de minérios, as empresas estatais ocupam apenas um lugar modesto na produção mundial de minerais não-energéticos. Na lista das maiores produtoras, a CODELCO também aparece como a estatal mais bem posicionada e a única 100% estatal.

No setor petrolífero, a Argentina, Bolívia e Peru realizaram reformas que incluíram a privatização total dos ativos nacionais, incluindo as empresas estatais, rede de dutos, refinarias, estações de serviços, campos e jazidas. A Argentina privatizou progressivamente a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) no período de 1991-1992, até a compra total pela REPSOL em 1999. Na Bolívia a privatização da YBPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) se deu em 1996 e da rede de dutos em 1999. No Peru, a Petróleo del Peru (PETROPERU) foi privatizada em partes no período de 1992 a 1998.

No Brasil, Colômbia e Equador foram realizadas importantes modificações na legislação para incentivar a entrada de investidores estrangeiros no setor e aumentar a participação privada na produção. Na Colômbia e Equador, as empresas privadas foram estimuladas a buscar associações com as petrolíferas nacionais, ECOPETROL (Empresa Colombiana de Petróleo) e PETROECUADOR (Empresa Estatal de Petróleo del Ecuador), principalmente nos grandes campos. No Brasil essas empresas competem com a estatal

⁷⁶ O prof. Wilson Cano (1999) destaca que o intenso processo de privatização dos ativos públicos nos anos 90 teve como uma de suas grandes exceções o setor de cobre no Chile. Esse setor era responsável por gerar 50% das divisas do país e gera uma importante fonte de receita parafiscal. Assim, prevaleceu o sentido estratégico em realizar uma privatização apenas parcial do cobre chileno, dada a importância desse setor.

⁷⁷ Sánchez-Albavera e Lardé (2006, p. 45).

PETROBRAS (Petróleo Brasileiros S.A), porém, a estatal ainda mantém participação majoritária no mercado. No Brasil e Colômbia também foram criadas Agencias Nacionais Reguladoras para gerenciar os contratos de petróleo, antes geridos diretamente pelas estatais. Na Venezuela, em sentido contrário, a Ley Orgánica de Hidrocarburos de 2002, estabeleceu um limite máximo de 49% para a participação privada na produção e refino, além do aumento dos encargos do setor de 16,66% para 30,0%.

Resultados e Desempenho Econômicos

Apesar das reformas minerais terem como objetivo promover a produção mineral, somente com a emergência da China esses resultados puderam ser sentidos. Antes do ciclo de valorização dos produtos primários e da crescente demanda chinesa por minerais, essas reformas tiveram poucos impactos no desempenho mineral sul-americano. No entanto, esse processo de abertura do setor mineral teve papel de grande relevo na conformação do atual crescimento econômico, baseado no aumento explosivo da exploração e exportação mineral.

Esse modelo de crescimento torna a queda acentuada da participação da indústria no PIB um resultado comum entre os países sul-americanos, mediada pelas peculiaridades de cada economia. Por outro lado, se observa o forte incremento no peso dos setores ligados aos recursos naturais, sejam os recursos minerais metálicos no Chile e Peru, e em menor medida, Guiana, Suriname e Bolívia; a soja, o gado e demais produtos da agropecuária no Cone Sul; ou a exploração petrolífera nos países da porção norte da costa do Pacífico.

No Brasil, devido ao tamanho e diversificação de sua economia, o setor mineral tem uma menor participação relativa no PIB, apesar da crescente participação do setor mineral energético, em função das gigantescas reservas de hidrocarbonetos do Pré-Sal.⁷⁸ O ciclo de valorização dos minérios também teve grande impacto sobre sua indústria de transformação de produtos minerais, onde se inclui o setor de siderurgia e metalurgia, principal setor da indústria de transformação brasileira e que representou 6,2% do PIB em 2004.

⁷⁸ A chamada camada pré-sal possui cerca de 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura, e se estende desde o litoral do Espírito Santo até Santa Catarina, abaixo do leito do mar. Ela engloba três bacias sedimentares (Espírito Santo, Campos e Santos). O petróleo dessa área está a profundidades que superam os 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal da cerca de 2 km de espessura. Estimativas apontam que a camada pode abrigar algo próximo de 100 bilhões de boe (barris de óleo equivalente) em reservas, o que colocaria o Brasil entre os dez maiores detentores de reservas do mundo.

No Chile, somente a exploração do cobre representou 17,4% do PIB em 2010, e o setor mineral total representou 19,2% do PIB - em 2006, esse índice já alcançou 22,3%.⁷⁹ No Peru a exploração mineral dobrou sua participação no PIB durante a última década, chegando em 2010 a 10,6%, sendo 9% referente aos minerais não-energéticos. Na Bolívia a expansão da economia mineral teve dois momentos distintos. Do fim dos anos 90 até 2002, os trabalhos de instalação e início de operação do GASBOL aumentaram a exploração das reservas bolivianas de Gás Natural e o peso dos hidrocarbonetos no PIB. Em 2006, a elevação dos preços de vários minérios exportados pela Bolívia elevou sua contribuição a quase 9% do PIB boliviano em 2010, enquanto os energéticos seguem em queda, com efeitos similares sobre as respectivas indústrias de transformação.

Colômbia, Equador e Venezuela têm em comum o grande peso da exploração petrolífera. Na Colômbia, o peso do setor mineral no PIB já chega a 7,1% em 2009, principalmente minerais energéticos. Além do petróleo, tem destaque a produção de carvão e níquel. Nos últimos anos, a indústria colombiana tem se caracterizado pelo crescente peso do setor petrolífero. Equador e Venezuela atravessaram uma grande expansão na importância da exploração de petróleo e gás natural no PIB, principalmente no caso venezuelano (24,7% em 2008). Por outro lado, a exploração mineral não hidrocarbonetos segue em grande crise durante a década, especialmente drástica no Equador. Em ambos os países existem grandes discrepâncias entre a contribuição do setor de exploração mineral e as indústrias de transformação no PIB. Apesar do grande desenvolvimento da exploração de hidrocarbonetos, as indústrias nacionais de transformação mineral têm participação cada vez menor nos PIB's nacionais. No Equador essa participação caiu pela metade na década de 2000, chegando a 2,85% do PIB em 2010. Na Venezuela essa participação é menor que 3%.

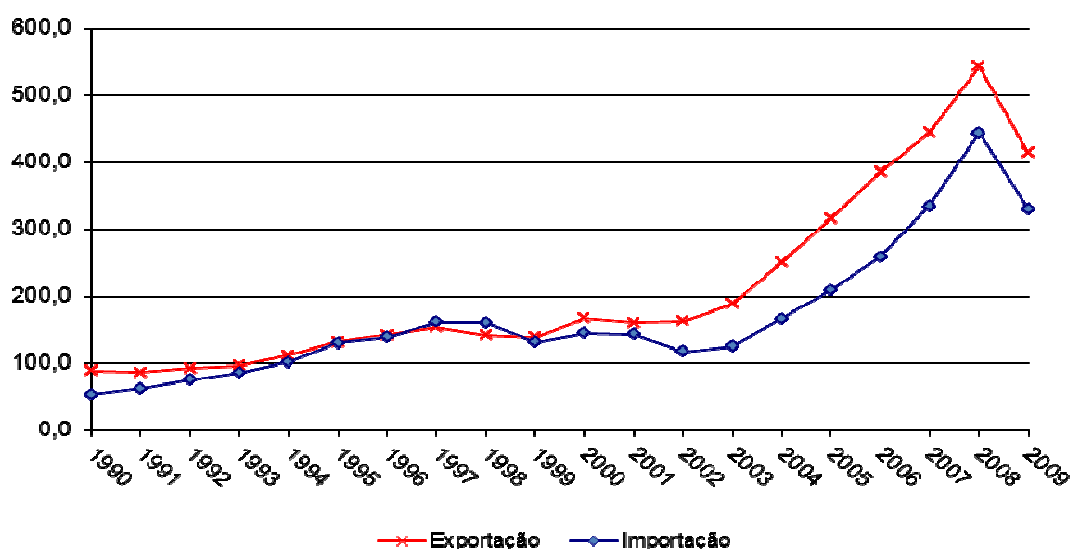
3.4 – Comércio Externo e Acumulação de Reservas dos Países Sul-Americanos

O crescimento recente da participação das exportações no PIB dos países sul-americanos constitui outra inflexão importante nessas economias durante a última década. Nos anos 90, a participação das exportações no PIB sul-americano havia ficado próximo dos 11%, caindo ainda mais ao final da década em função da crise asiática. Entretanto, desde 2003 essa participação tem se mantido próxima de 20%, chegando ao pico de 22% em 2004.

⁷⁹ Com dados da COCHILCO, 2010.

Nesse período, o aumento nas exportações sul-americanas, combinado com a queda das importações nas maiores economias (Argentina, Brasil, Venezuela e Colômbia),⁸⁰ resultou na reversão do déficit em sua balança de bens e serviços, que passou a ser superavitária desde 2000. A partir de 2004, o crescimento acelerado das importações levou à diminuição do superávit comercial. Com isso, a América do Sul passou a se destacar não apenas pela capacidade de oferta, mas também como um dos mercados consumidores de maior ritmo de expansão.

Gráfico 37 – Evolução do Comércio Externo de Bens da América do Sul, em bilhões de US\$.



Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

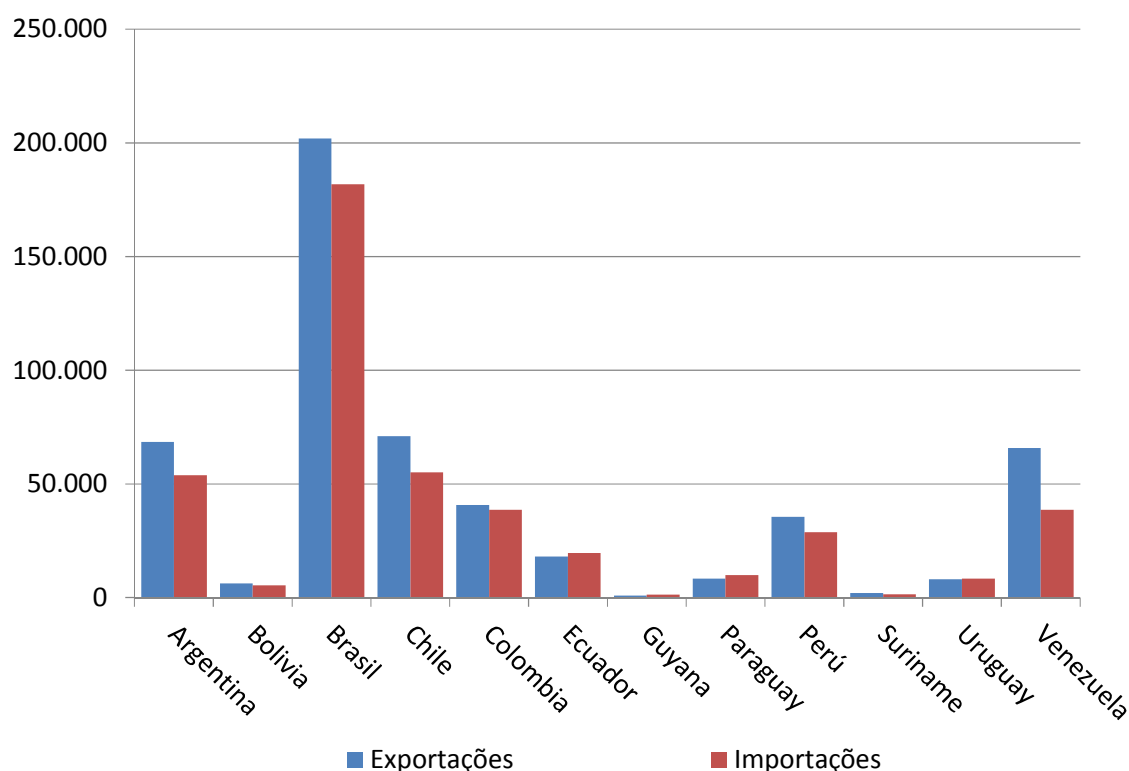
Em 2010, o comércio externo de mercadorias na América do Sul somou US\$ 970,04 bilhões, com exportações de US\$ 527,26 bilhões e importações de US\$ 442,77 bilhões, resultando em um superávit comercial de US\$ 84,4 bilhões (com dados da CEPAL). Nesse mesmo ano, as exportações brasileiras bateram US\$ 210 bilhões, que representou 38% das exportações da América do Sul, ampliando a diferença entre o valor das exportações brasileiras e dos demais países. O Chile foi o segundo maior exportador de bens na América do Sul em 2010, com US\$ 71 bilhões. A Argentina foi a terceira maior exportadora da região sul-americana, com exportações de US\$ 68,5 bilhões, seguido da Venezuela e Colômbia. As importações do Brasil representaram aproximadamente 40% do total da América do Sul em

⁸⁰ Muito associado também à instabilidade política.

2010. O Chile é o segundo maior importador da região desde 2002, com US\$ 55,7 bilhões em 2010, superando as importações da Argentina, que sofreram grande queda durante a década. Esses países são seguidos de Colômbia e Venezuela.

Essa reversão da balança comercial é um dos fatos mais relevantes para a economia sul-americana no período recente. A partir de 2003 poucas economias sul-americanas permaneceram com déficits comerciais prolongados, e em geral, esses casos envolvem países de menor tamanho relativo, Paraguai, Uruguai e Guiana. No caso do Uruguai e Paraguai, esse saldo negativo na balança comercial é muito influenciado pelas suas relações com as maiores economias da região (Brasil e Argentina), em função da proximidade geográfica e pelo MERCOSUL. Esse comércio, frequentemente, impõe uma relação deficitária para os países menores do bloco (Nunes, 2009 e 2010).

Gráfico 38 – Comércio dos Países sul-americanos em 2010, em US\$ milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

Os constantes superávits comerciais dos países sul-americanos foram determinantes para a melhora das condições externas dessas economias, e tiveram papel fundamental na retomada do crescimento econômico no século XXI. O crescente saldo no comércio de bens e mercadorias ajudou a compensar o déficit estrutural na balança de serviços, amenizando a

constante necessidade de atração de recursos externos, substituídos agora por uma Demanda Externa extremamente aquecida. Esse cenário permitiu a acumulação de um grande volume de reservas internacionais em dólares a partir de 2002, e reduziu a exposição da região a choques externos e ataques especulativos. Com isso, se afastou um dos principais pilares da instabilidade econômica nos anos 90, a elevada fragilidade externa.

Tabela 22 – Reservas Internacionais nos países sul-americanos, em mil US\$ e %.

Países	1990	2000	2010
	Reservas Internacionais	Reservas Internacionais	Reservas Internacionais
Argentina	6.009,3	25.458,7	51.745,1
Bolívia	503,2	1.195,4	9.655,1
Brasil	8.855,0	33.410,6	285.905,9
Chile	6.502,7	15.238,4	27.568,7
Colômbia	4.654,1	9.114,5	27.818,0
Equador	956,2	1.190,5	2.701,1
Guiana	25,3	309,3	1.037,7
Paraguai	596,0	678,6	4.220,6
Peru	1.917,0	8.879,9	43.187,0
Suriname	40,9	134,1	725,0
Uruguai	1.421,3	2.805,7	7.584,5
Venezuela	12.347,1	16.058,4	29.543,3
América Sul	43.828,2	114.474,1	491.691,8

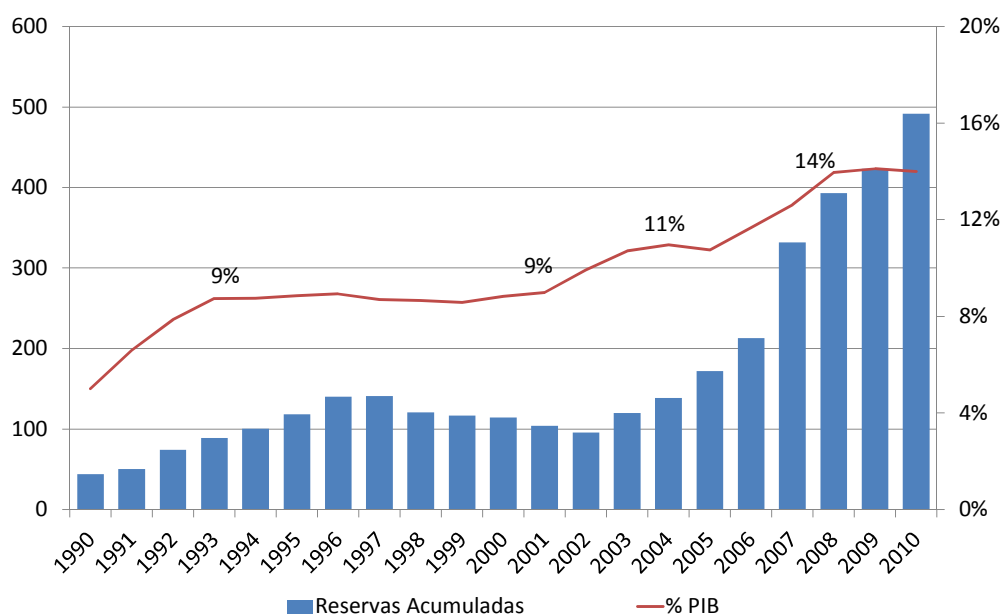
Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

Esse processo de formação de grandes superávits na balança comercial assumiu dimensões e proporções variadas, mas mesmo economias menos afetadas pelo recente crescimento no comércio experimentaram um grande aumento na quantidade acumulada de reservas, por exemplo, Guiana e Suriname. Em economias menores – como Bolívia, Uruguai e Paraguai – onde as reservas internacionais em 2002 eram de menos de US\$ 1 bilhão, o acúmulo de reservas se multiplicou em mais de 10 vezes no período de 2002 a 2010, conforme apresentado na tabela 22.

O gráfico 39 demonstra a rápida acumulação de reservas internacionais na América do Sul. De 2002 a 2010, o crescimento médio das reservas acumuladas ficou acima dos 20%, com destaque para 2007 (55%). A trajetória da quantidade de reservas em proporção ao PIB é

bem significativa da dimensão que esse processo assume. Para alguns países menores, como Bolívia e Guiana, a quantidade de reservas chega a quase 50% do PIB. Também se destacam o Peru e Suriname, que a despeito do menor participação do comércio externo, em 2010 apresentam reservas no valor de aproximadamente 30% de seus PIB's. Na contramão dessa tendência estão Equador e Venezuela, cujas reservas internacionais acumuladas vêm caindo fortemente após 2008. Nesse cenário, o Brasil se destaca pela maior dimensão de suas reservas e pelo ritmo de seu crescimento. Em 2010, suas reservas internacionais representavam mais de 60% do total acumulado pelos países da região.

Gráfico 39 – Evolução do Acumulo de Reservas Internacionais na América do Sul e proporção no PIB, em bilhões de US\$ e %.



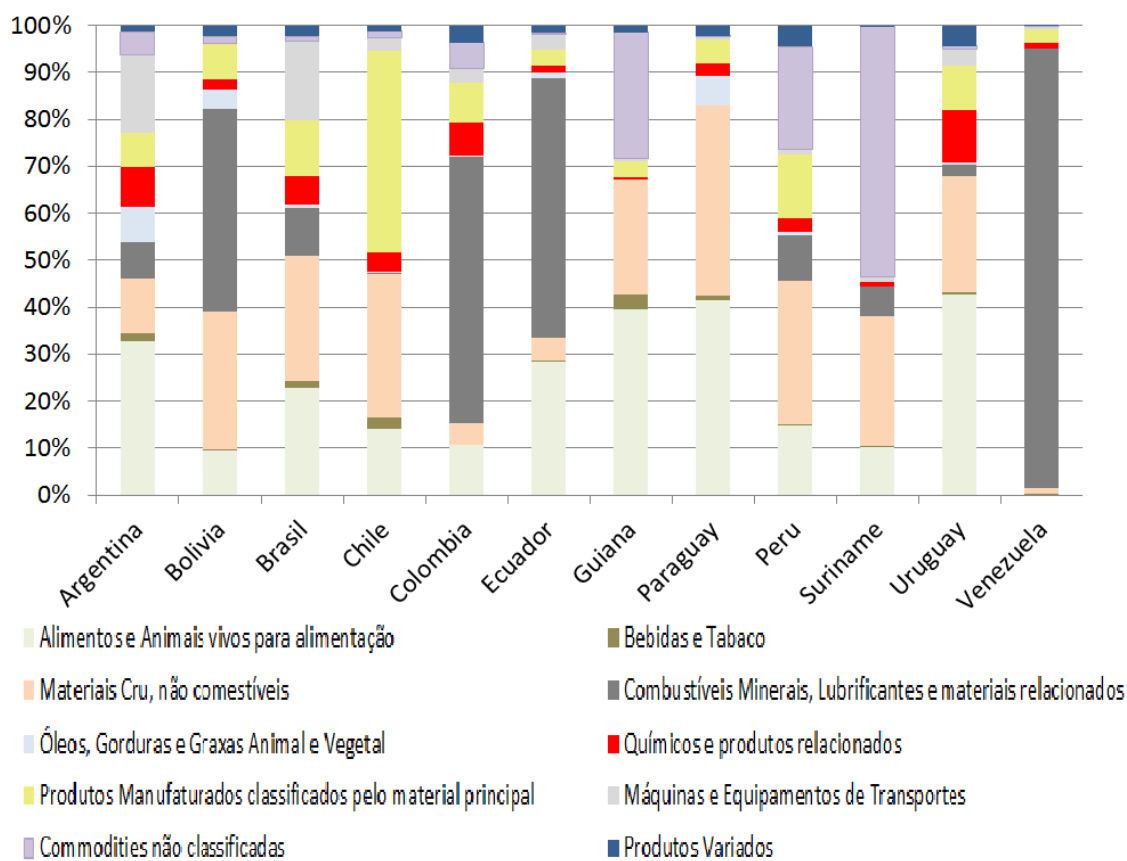
Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

3.5 – Comércio, Recursos Naturais e Setor Mineral nos Países Sul-Americanos

A expansão recente das exportações sul-americanas esteve fortemente baseada nos produtos primários, resultando em uma acentuada tendência à reprimarização dessas economias, que se expressa fortemente na composição da pauta de exportação. O Brasil pode ser apontado como um dos casos mais contundente, devido à rápida reversão na composição de sua pauta comercial, em direção aos produtos básicos durante a década de 2000. Em

adição, em função da dimensão das exportações e da indústria brasileira, esse processo de reprimarização tomou proporções sem comparação ao visto nos demais países. No outro extremo, o crescimento das exportações de cobre refinado no Chile, como efeito transbordamento da expansão do comércio do minério, fez com que esse seja o país com maior participação dos produtos manufaturados nas exportações totais, o que constitui uma exceção dentro da região.⁸¹

Gráfico 40 – Exportações dos Países Sul-Americanos em 2010 por Grandes Grupos, em %.



Fonte: elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

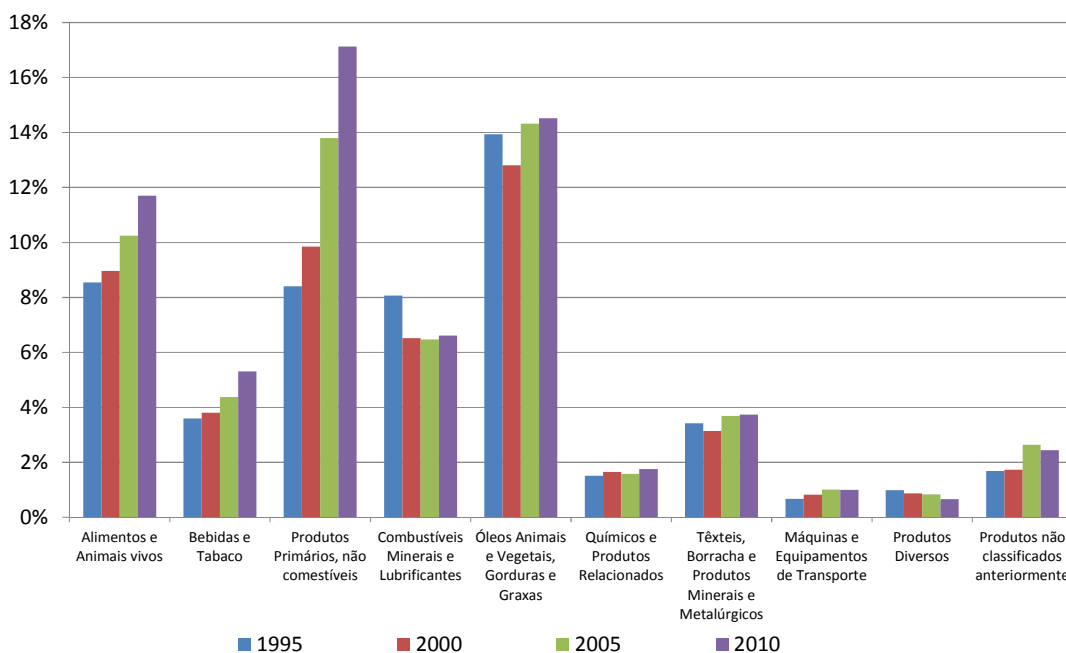
O gráfico 40 apresenta os principais produtos exportados por cada país sul-americano em 2010. Nesse gráfico é possível ver também o peso dos metais e minérios nas exportações chilenas – esses produtos compõem quase a totalidade das principais categorias de exportação do Chile; a participação das exportações de combustíveis minerais para Bolívia (gás natural),

⁸¹ Em relação ao Suriname, a dificuldade de se analisar o conteúdo agregado de suas exportações está no fato das vendas de ouro serem todas agregadas na categoria ‘Commodities e transações não classificadas’, considerando tanto as exportações primárias e de metais acabados.

Colômbia, Equador e, principalmente, Venezuela (petróleo); e a importância das exportações de alimentos no comércio externo da América do Sul – principalmente os países do Cone Sul e Guiana.

Em 2010 os produtos primários representaram 66% da pauta de exportação dos países sul-americanos. Esse resultado não representa um grande diferencial em relação à tendência a longo prazo dessas exportações – na década de 90 esse percentual foi de 60%. No entanto, a década de 2000 presenciou importantes modificações na composição dessas exportações primárias, com o crescimento do petróleo e minérios na pauta de exportação sul-americana. Em 2010, esses produtos representaram quase metade das exportações primárias da região – petróleo representando 25% e minérios 18,8%.

Gráfico 41 – Participação da América do Sul no Comércio Mundial por Grandes Categorias, em %.



Fonte: elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

O gráfico 41 reforça a modificação na inserção internacional sul-americana. Nos últimos anos, a região adquiriu crescente importância no fornecimento mundial de matérias-primas com destaque para os minérios e petróleo (que compõe grande parte das categorias ‘Matérias Primas, não Comestíveis’ e ‘Combustíveis Minerais’). Atualmente, a região sul-americana possui uma maior relevância no fornecimento de matérias-primas minerais, que para os produtos alimentícios. Isso significa apenas uma transferência de tipo de produto, sem

alterar a inserção primária da região no comércio mundial, visível pela pequena participação da região nas exportações de produtos manufaturados.

Tabela 23 – Intercâmbio Comercial dos países sul-americanos em Grandes Grupos, em milhões de US\$.

	2000	2005	2010
EXPORTAÇÃO	161.118	312.881	517.824
Produtos Primários	93.511	186.540	341.891
Óleos, Gorduras e Graxas Animal e Vegetal	2.427	5.355	7.979
Bebidas e Tabaco	2.111	3.559	5.973
Materiais Cru, não comestíveis	18.549	44.015	102.443
Alimentos e Animais vivos para alimentação	29.275	53.106	98.402
Combustíveis Minerais, Lubrificantes e materiais relacionados	41.149	80.504	127.094
Produtos Manufaturados	67.606	126.341	175.933
Químicos e produtos relacionados	9.052	16.538	26.778
Commodities não classificadas	4.508	10.099	18.136
Máquinas e Equipamentos de Transportes	20.954	38.658	49.619
Produtos Manufaturados classificados pelo material principal	26.539	51.407	70.850
Produtos Variados	6.555	9.639	10.550
IMPORTAÇÃO	143.627	211.511	444.643
Produtos Primários	31.091	47.181	101.295
Óleos, Gorduras e Graxas Animal e Vegetal	761	1.029	2.582
Bebidas e Tabaco	886	902	1.844
Materiais Cru, não comestíveis	4.247	6.525	11.393
Alimentos e Animais vivos para alimentação	9.521	10.689	25.450
Combustíveis Minerais, Lubrificantes e materiais relacionados	15.676	28.037	60.025
Produtos Manufaturados	112.537	164.329	343.348
Químicos e produtos relacionados	24.490	36.158	73.728
Commodities não classificadas	652	4.144	1.444
Máquinas e Equipamentos de Transportes	56.278	81.567	175.001
Produtos Manufaturados classificados pelo material principal	19.040	26.847	58.735
Produtos Variados	12.076	15.613	34.440

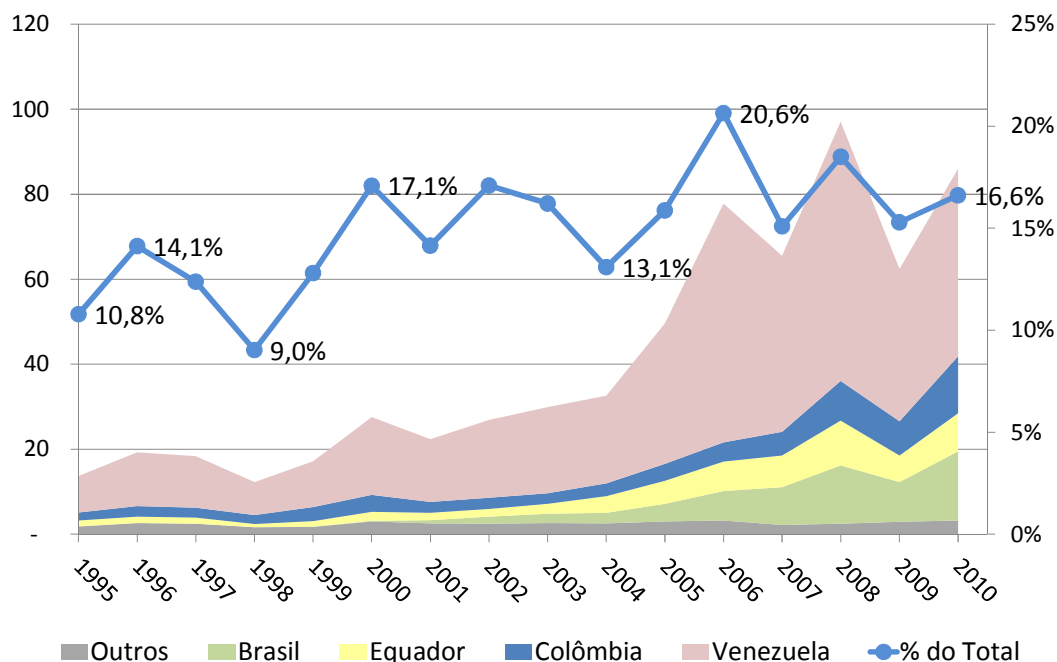
Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

A grande presença dos produtos primários na pauta de exportação sul-americana contrasta com as importações, compostas de forma predominante por produtos manufaturados (77%) em 2010. Dentre esses produtos primários, se destacam as importações de petróleo, que vêm crescendo continuamente desde o fim dos anos 90 em função das necessidades de abastecimento do Brasil e, em menor medida, Chile e Peru. A Tabela 23 mostra o balanço do comércio sul-americano por grandes categorias.

As Exportações minerais

Em 2010, a venda de petróleo pelos países sul-americanos foi de US\$ 86,0 bilhões, com um volume de 163 milhões de toneladas, representando 16,6% das exportações totais sul-americanas. Apesar de a Venezuela ser responsável por mais da metade do volume de petróleo exportado pelos países sul-americanos, esse resultado também se deve ao aumento das exportações do Brasil, Colômbia e Equador. Além dessas, somente Argentina e Bolívia apresentam situação superavitária no balanço de petróleo. Por outro lado, nos demais países, existe uma grande necessidade de importações de petróleo, com destaque para o Chile (US\$ 4,3 bilhões) e Peru (US\$ 2,6 bilhões). O Brasil é o maior importador de petróleo da América do Sul (US\$ 10 bilhões) em 2010. Sua grande demanda energética é ponderada pelo desenvolvimento recente de sua exploração petrolífera, fazendo o país se encontrar atualmente em uma posição de autossuficiência.

Gráfico 42 – Exportações Sul-Americanas de Óleo Cru de Petróleo e Participação nas Exportações Totais, em bilhões de US\$ e %.

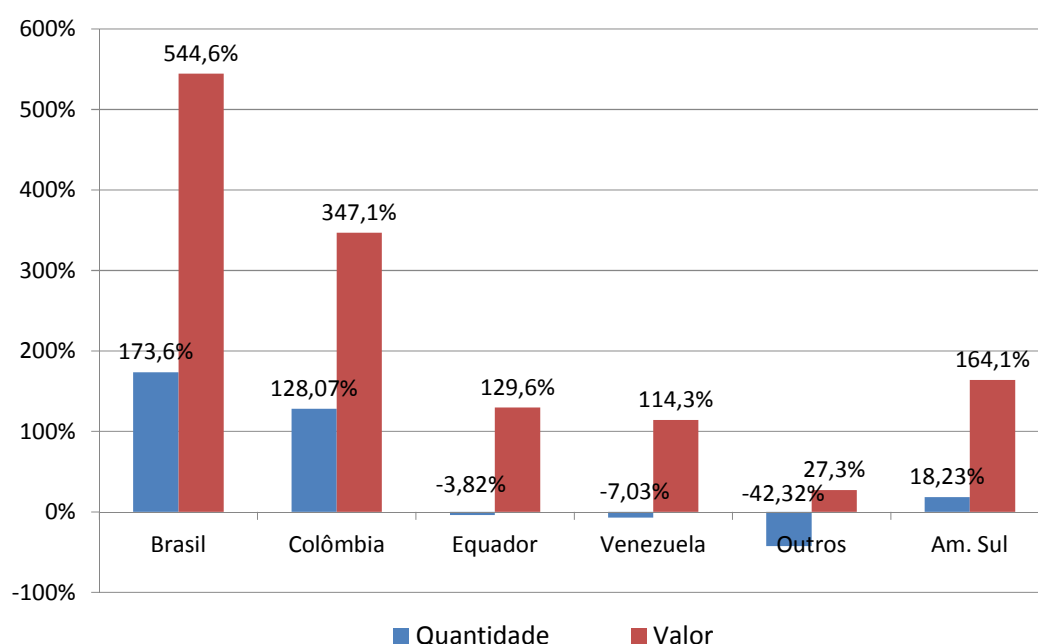


Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

O crescimento das exportações do Brasil é um dos grandes destaques no recente cenário do mercado de petróleo sul-americano. Essas exportações passaram de menos de US\$ 200 milhões em 2000 para US\$ 16 bilhões em 2010, tornando-se o segundo maior produto de

exportação brasileiro. O crescimento dessas exportações no Brasil, no entanto, foi acompanhado do crescimento paralelo em suas importações. Com isso, somente em 2008 o Brasil se tornou superavitário nesse produto, chegando em 2010 a um superávit de US\$ 6 bilhões. As exportações brasileiras de petróleo foram em 2010 superiores às do Equador e Colômbia, economias fortemente assentado na exportação de petróleo.

Gráfico 43 – Crescimento das Exportações de Óleo Cru de Petróleo na América do Sul de 2004 a 2010, em US\$ e %.



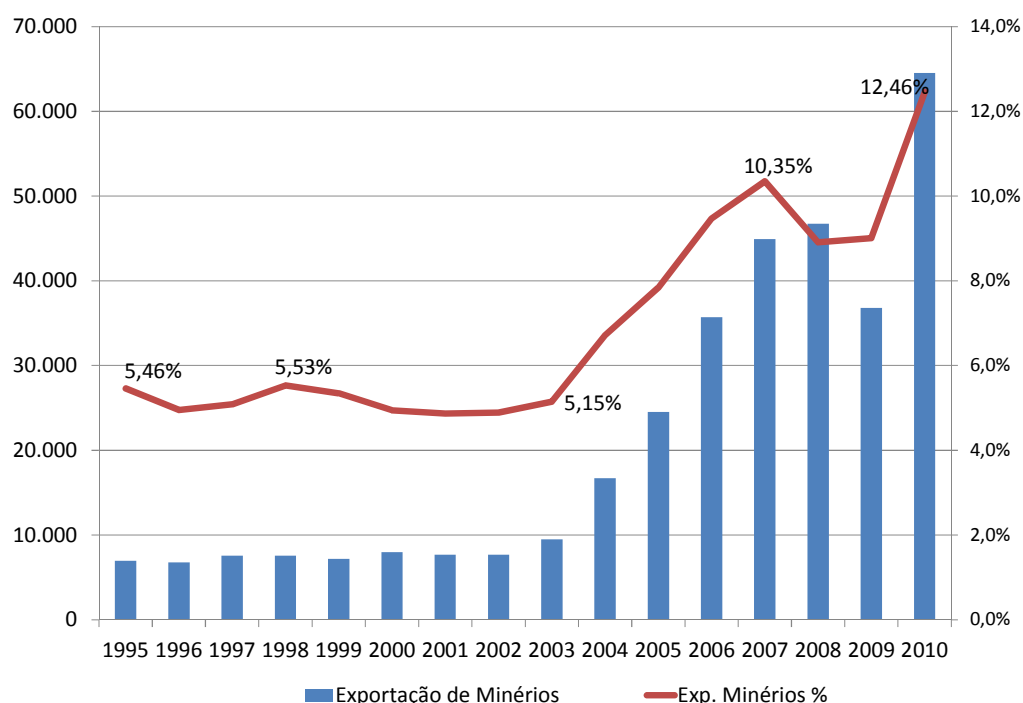
Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

Esse crescimento recente das exportações de petróleo na América do Sul é, em grande parte, consequência das elevações dos preços internacionais do produto, já que a variação na quantidade foi bem inferior ao movimento de preços, e limitada a poucos países, com destaque para o Brasil e Colômbia. Por outro lado, nos demais produtores, a elevação das exportações de petróleo foi conjugada com um declínio na quantidade, ressaltando o fator preço dessas exportações. Essa informação é apresentada no gráfico 43, que mostra o crescimento na quantidade exportada e no valor dessas exportações.

No mercado de minérios, somente com a valorização dos preços dos produtos primários na década de 2000 essas exportações ganharam destaque, alcançando forte ritmo de crescimento. A elevação dos preços dos minérios complementou o aumento da quantidade vendida, que já vinha em evolução desde a década de 90, sem grandes efeitos no valor dos

produtos em função do baixo preço. Esse movimento levou ao crescimento acelerado dessas exportações a partir de 2004, e elevou de forma significativa a contribuição dos minérios no comércio externo sul-americano e nas economias nacionais. O gráfico 44 apresenta esse quadro. Em adição, o gráfico 45 apresenta a variação acumulada de 1995 até 2010 do preço e da quantidade exportada. Esses elementos fizeram as exportações de minérios e concentrados sul-americanos quase se multiplicar por 10 no decênio de 2000 a 2010.

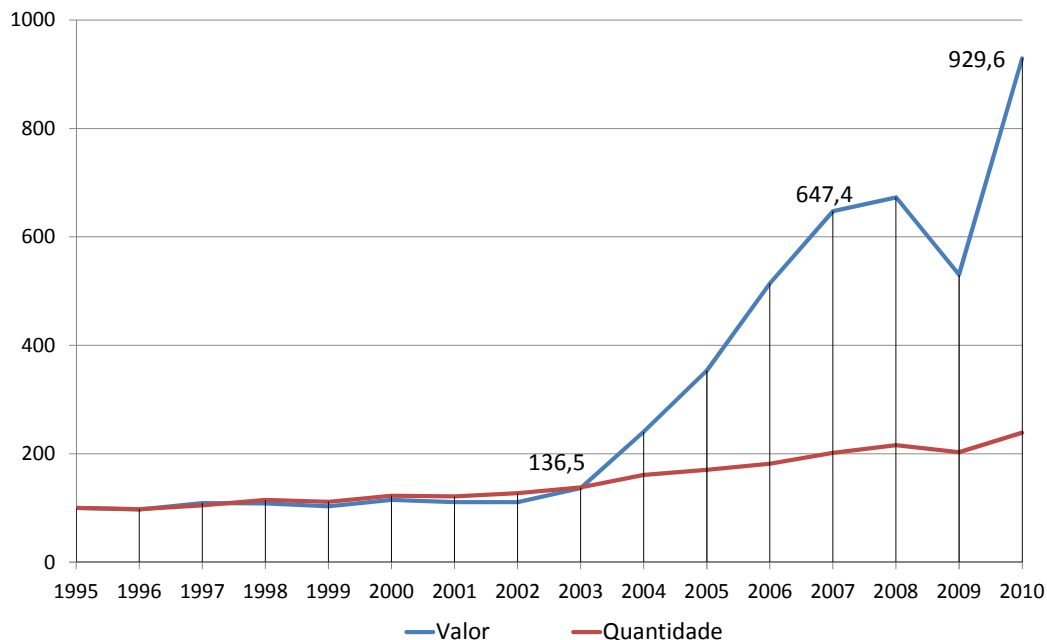
Gráfico 44 – Exportações dos Países sul-americanos de Minérios e Concentrados e participação nas exportações totais, em US\$ milhões e %.



Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

Como resultado desse crescimento recente, a região sul-americana aumentou a sua assimetria no comércio de minérios, com as importações se tornando quase residuais em relação ao tamanho das exportações desse produto. Em 2010 foram exportadas 366,8 milhões de toneladas, que renderam um total de US\$ 64,5 bilhões, enquanto as importações foram de 8,9 milhões de toneladas, e US\$ 3,6 bilhões.

Gráfico 45 – Variação Acumulada, em valor e quantidade, das exportações de Minério e Concentrado dos Países sul-americanos (1995=100), em %.



Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

A grande assimetria presente no comércio de minérios e concentrados não encontra paralelo no comércio de metais. Esse comércio é marcado pelo crescimento conjunto das exportações e importações sul-americanas. Essa posição é mantida basicamente pelo comércio de cobre, principal metal de exportação na América do Sul, com quase 65% das exportações. Esse também é um dos poucos metais onde se reproduz a situação de assimetria vista nos minérios, com as importações de cobre representando em 2010 pouco mais de 10% do valor das exportações. Se desconsiderarmos o cobre, a América do Sul apresentaria déficit em seu comércio de metais em 2010.

Em 2010, a América do Sul apresenta um saldo positivo nesse comércio de quase US\$ 30 bilhões. Nesse ano o comércio sul-americano de metais foi superior ao de minérios e concentrados em pouco mais de US\$ 600 milhões, devido ao grande crescimento das exportações de minérios em bruto. Até 2003 o comércio de metais era aproximadamente o dobro do comércio de minérios e concentrados.

Tabela 24 – Comércio Externo de Metais nos Países sul-americanos, em US\$ milhões.

	1995	2000	2005	2010
Exportação	15.168,07	14.863,18	33.336,71	48.011,93
Alumínio	2.715,79	2.636,90	3.391,48	3.064,49
Cobre	6.116,64	6.092,59	14.622,24	30.814,98
Ferro e Aço	5.853,76	5.592,89	14.244,45	12.669,19
Chumbo	62,87	74,70	168,44	127,54
Outros Metais Não Ferrosos	-	-	52,64	29,54
Níquel	40,70	103,74	182,40	233,97
Estanho	171,39	101,13	352,77	523,07
Zinco	206,92	261,23	322,28	549,13
Importação	5.286,59	4.773,30	8.793,89	20.822,28
Alumínio	755,89	811,44	883,11	1.553,31
Cobre	863,44	668,84	1.366,98	3.379,79
Ferro e Aço	3.357,51	2.970,82	5.970,12	15.001,35
Chumbo	52,16	52,30	108,45	243,26
Outros Metais Não Ferrosos	-	-	89,92	167,82
Níquel	94,26	137,31	176,69	154,68
Estanho	22,48	18,26	49,39	61,37
Zinco	140,86	114,34	149,22	260,70

Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

3.6 - Classificação dos Países Sul-Americanos quanto às Exportações Minerais

A consideração do papel dos recursos minerais dentro das economias sul-americanas guarda fatores de homogeneidade e grande heterogeneidade simultaneamente. Homogeneidade pela grande dependência que as várias economias sul-americanas guardam em relação aos recursos naturais – sendo os minérios ou petróleo o principal produto em alguns casos. Heterogeneidade pelas diferenças em relação ao peso dos minerais e metais dentro dessas economias. Essa contribuição diferenciada do setor mineral para cada economia sul-americana não é captada pela análise do agregado regional. Assim, esta seção busca aprofundar uma análise das exportações de minerais tendo como referência as diferentes situações de cada país sul-americano nos mercados minerais.

As várias situações dos países sul-americanos em relação ao peso das exportações de minerais permitem realizar uma perfeita diferenciação entre eles. Esta tarefa foi realizada tendo como critério fundamental o quanto as exportações de minerais e metais representam

nas exportações totais do país e nos PIB's nacionais. Os dados para cada país são mostrados no anexo 6. A análise dos diferentes perfis dos países sul-americanos em relação às exportações de minérios e metais permite dividir esses países em três categorias: *países sem grande participação mineira*; *países mineiros primários*; e *países mineiros diversificados*.

Nos países da primeira categoria, *países sem grande participação mineira*, as exportações de minérios e metais contam pouco para o total das exportações (abaixo de 5%) e têm baixa participação no PIB (abaixo de 1%). Esses países também não apresentam grandes diferenças entre as exportações de minérios e metais. Apesar do atual momento de elevação dos preços dos minérios ter aumentado a participação desses bens na maioria dos casos, nesses países o crescimento foi pouco significativo em relação ao total das exportações e, principalmente, em relação ao conjunto da economia. Para os casos de Argentina, Venezuela e Colômbia, respectivamente, as exportações desses produtos até apresentam valor significativo em comparação com os outros países. No entanto, em relação ao tamanho das economias e suas exportações totais, os produtos minerais tem pouca representatividade. Nessa categoria se incluem países como Argentina, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

A segunda categoria, *países mineiros primários*, é composta pelas menores economias da região. Nesses países o valor total das exportações de minérios e metais acabados não se destaca tanto pelo alto valor, mas pela representatividade dentro da pauta de exportação total (próximo de 20% ou superior), e em relação ao PIB (8% ou superior). Nesses países, essas exportações são predominantemente de minérios brutos, com uma presença quase marginal dos metais. Essa categoria é composta por Bolívia, Guiana e Suriname. Apesar do pequeno valor dessas exportações, esses países possuem grande participação nos mercados mundiais de produtos específicos, como no caso do Estanho e do Zinco na Bolívia e do Alumínio na Guiana e Suriname.

A última categoria, *países mineiros diversificados*, abarca os grandes países produtores e exportadores de América do Sul. Esses países possuem grande importância para a oferta mundial de produtos minerais. Para alguns desses países, a elevação dos preços dos minérios em bruto também teve por efeito provocar uma elevação no valor das exportações de metais. Nos países dessa categoria, as exportações de minérios e metais alcançam grandes escalas e alto valor. Esses países também se caracterizam pela alta participação dos minerais dentro da pauta total dos países e pela grande contribuição no PIB. O peso desses países nas exportações minerais da América do Sul é tal que eles concentraram em 2010: 93% do valor

total das exportações de minérios, concentrados e subprodutos diretos, e 89% das exportações de metais. Os países dessa categoria são: Brasil, Chile e Peru.

O Brasil constitui um caso específico dentro desta última categoria devido às grandes dimensões de sua economia e o alto valor de suas exportações totais. Em 2010, o Brasil foi o maior exportador de minérios na região e o segundo maior exportador de metais, atrás somente do Chile. Apesar disso, esses produtos tiveram uma participação bem inferior às exportações dos demais países da mesma categoria. Situação semelhante ocorre em relação ao PIB. Nesse indicador, a baixa participação das exportações de minérios e metais também se dá pelo fato do Brasil apresentar uma baixa relação exportações totais/PIB quando comparada aos demais países sul-americanos.

O atual ciclo aumentou a importância dos minérios e metais na economia brasileira durante a última década, transformando o Minério de Ferro no principal produto de exportação brasileiro, desde 2005, com aproximadamente 14% das exportações totais.⁸² O crescimento das exportações minerais se combinou com o fraco desempenho do PIB no início da década, elevando a participação das exportações. A partir de 2004, essa relação entrou em forte queda para as exportações totais, porém, se manteve estável para os produtos minerais, sinalizando a participação crescente dos minerais na pauta de exportação brasileira. Apesar da participação das exportações minerais na economia brasileira não ser tão ressaltada, em comparação aos demais países grandes exportadores, esses produtos vêm constituindo uma das principais bases do crescimento de suas exportações, assumindo grande importância no atual crescimento econômico.⁸³ A participação total dos produtos minerais nas exportações brasileiras em 2010 ficou em 22%, e no PIB de 2,2%.

O Chile é o país sul-americano com maior índice de participação das exportações minerais no conjunto da economia, com grande destaque para o cobre. A economia chilena é fortemente assentada sobre as exportações de cobre, mesmo antes da grande valorização nos preços internacionais do produto. Até 2003 esses produtos representavam aproximadamente 40% das exportações totais e 10% do PIB. Durante a década de 2000, o crescimento das exportações totais no Chile esteve fortemente relacionado às exportações minerais, que vêm concentrando percentual crescente da economia chilena. Em 2010, essa participação foi de 63% nas exportações totais e 24% no PIB. Esse país é o maior exportador de produtos

⁸² Com dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil).

⁸³ Vale lembrar que não estão incluídas as exportações de petróleo, que se tornou o segundo produto de exportação do Brasil em 2010, com um total de US\$ 16,1 bilhões, concentrando 8% da pauta de exportação brasileira.

metálicos da América do Sul, com US\$ 45 bilhões, compostas majoritariamente por metais. Nesse sentido, o Chile se diferencia de Brasil e Peru, Nestes últimos países, o crescimento das exportações minérios se devem, principalmente, as exportações de minério bruto.

O Peru apresenta o menor valor das exportações de produtos metálicos dentre os países da categoria *países mineiros diversificado*, (US\$ 13 bilhões). Durante os anos 90, o Peru ainda era uma das economias mais fechadas da região, com uma baixa participação das exportações no PIB. Esse país somente se destacava em relação às exportações de minerais metálicos, que representavam em média 4% das exportações totais. Com a rápida expansão das exportações minerais a partir de 2003, esses produtos passaram a ter importância fundamental na economia peruana, chegando a representar 47,5% das exportações totais, composta em sua maior parte por minério bruto.⁸⁴ Em 2010, esses produtos representaram aproximadamente 40% das exportações totais peruanas e 9% do PIB peruano.

Os países da categoria, *países mineiros primários*, apresentam uma maior homogeneidade em relação à participação dos produtos metálicos na economia, principalmente se comparado à diversidade de situações demonstrada pelos grandes países mineiros. Para os primeiros, a participação dos produtos metálicos nas exportações totais ficou próxima dos 20% em 2010. Essas são compostas majoritariamente por minérios e concentrados, com pouca participação dos metais. A participação destas exportações no PIB do país ficou próxima dos 8% para Bolívia e Guiana, e mais de 20% para o Suriname. Esses países apresentam grande dependência das exportações de minérios, que são os principais e quase únicos produtos de exportação.

Durante o fim da década de 90, o baixo preço internacional dos minérios fez cair a participação dos produtos minerais nessas economias – situação revertida com o ciclo de expansão das exportações de minérios. Esse período levou a uma busca por novos tipos de exportações primárias, como o gás natural na Bolívia; o petróleo e arroz no Suriname; e ouro e açúcar, no caso da Guiana. Na segunda metade da década de 2000, a valorização dos preços alcançou com maior intensidade os principais minérios de exportação desses países (alumínio, zinco e estanho). Com isso, o crescimento econômico desses países voltou a se basear fortemente na exploração desses minérios.

⁸⁴ De forma coerente com a classificação apresentada no primeiro capítulo, não estão incluídas aqui as exportações de ouro e metais preciosos, que são um dos principais produtos de exportação do Peru. Assim, como no caso brasileiro, além das exportações dos minérios citados, estes países têm em sua pauta de exportação outros produtos minerais não incluídos na classificação citada. Este fato reforça a importância das exportações minerais para as economias sul-americanas.

Na Bolívia, durante os anos 90 as exportações de minérios chegaram a representar um quarto das exportações totais. Ao fim dessa década, a entrada em operação do GASBOL (Gasoduto Brasil-Bolívia) e as exportações de gás natural para o Brasil forneceram uma nova base econômica para o país, reduzindo a participação dos minérios. Ainda em 2010 o gás natural exportado para o Brasil continua sendo o principal produto de exportação da Bolívia. No entanto, durante a segunda metade da década de 2000, as exportações de minérios vêm retomando seu espaço bolivianas. Dentre os minérios exportados por esse país se inclui: o zinco, o estanho e o chumbo. Durante a última década, se elevou a participação das exportações no PIB boliviano, que chegou a 37% em 2010, sendo as exportações de minérios 8%. A Guiana e Suriname apresentam grande dependência das exportações de alumínio. Esse quadro de dependência extrema é bem exemplificado pelo Suriname. Os minérios chegaram a representar 97% das exportações desse país e 50% do PIB em 1999. A importância dessas exportações para a economia vem em queda constante em país, devido ao avanço das exportações de ouro e petróleo cru.

Nos países da categoria *países sem grande participação mineira* os produtos minerais tem pouca relevância para as exportações totais. Esses países também apresentaram grande crescimento em suas exportações nos últimos anos, refletindo em uma maior participação das exportações nos PIB's nacionais. Esse crescimento, no entanto, não esteve baseado nos produtos minerais, que continuaram tendo pouca participação nas exportações e no PIB. Porém, isto não representa menor dependência dos produtos primários.

Para Argentina, Venezuela e Colômbia, respectivamente, as exportações de produtos metálicos apresentam valor significativo, ainda que bem abaixo dos grandes países mineiros. Já Equador, Paraguai e Uruguai apresentam os valores mais baixos de exportações metálicas da região sul-americana. A Argentina é a que mais se aproxima dos países de grande participação mineira, pelo valor significativo de suas exportações minerais, US\$ 3,22 bilhões em 2010, quase 5% de suas exportações totais. As exportações de minérios e metais já tiveram maior relevância nas exportações e PIB argentino, principalmente durante a crise argentina em 2001-02, quando as exportações de minérios e metais chegaram a 7% das exportações totais. No caso argentino, os principais produtos de exportações vêm da indústria da soja, petróleo e o intercâmbio da indústria automotiva com o Brasil e demais países do cone sul.

Na Colômbia, as exportações de minérios e metais somaram em 2010 US\$ 1,7 bilhão, superior às exportações bolivianas. No entanto, para a Colômbia esse valor representou menos

de 5% de suas exportações totais, enquanto na Bolívia o percentual foi de 21%. Os principais produtos de exportação da Colômbia são o petróleo e o carvão. Na Venezuela as exportações de metais, após um salto inicial nos anos de 2003 a 2005, vêm caindo fortemente. Em 2010 elas representaram menos de 4% das exportações totais – apesar do grande potencial mineral deste país.

Tabela 25 – Exportações de Petróleo, Participação no PIB e nas Exportações Totais, em milhão US\$ e %.

	milhãoUS\$	Petróleo/Exp.	Petróleo/PIB
Argentina	2.582,0	3,79%	0,73%
Bolívia	144,2	2,10%	0,78%
Brasil	16.293,4	8,26%	0,80%
Chile	-	-	-
Colômbia	13.394,0	33,64%	4,73%
Equador	8.951,9	51,18%	16,06%
Guiana	-	-	-
Paraguai	-	-	-
Peru	505,1	1,44%	0,33%
Suriname	-	-	-
Uruguai	-	-	-
Venezuela	44.156,6	65,94%	12,85%
América do Sul	86.027,2	16,87%	2,47%

Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

No mercado de petróleo, um conjunto pequeno de países concentra grande parte das exportações petrolíferas detém grande participação, com destaque para a Venezuela. Esse país tem no petróleo sua grande base econômica, e os produtos petrolíferos, principalmente, óleo cru, compõe os principais grupos de produtos da exportação venezuelana. Com isso, as exportações e a economia venezuelana flutuam em conjunto com o mercado internacional de petróleo. O Equador apresenta uma menor concentração de suas exportações no setor petrolífero e maior participação das exportações de petróleo no PIB, em relação à Venezuela – mesmo que as exportações do Equador sejam bem inferiores às venezuelanas. Colômbia e Brasil completam o grupo de países com grande participação do petróleo nas exportações. No Brasil, devido ao tamanho de sua economia, as exportações de petróleo tem grande participação nas exportações totais, porém representam percentual mínimo em relação ao PIB.

Capítulo 4

Os Minerais no Comércio China - América do Sul

Como foi visto nos capítulos anteriores, a China vem assumindo significativo papel na economia mundial em função de seu acelerado crescimento econômico das últimas décadas. Essa economia vem aumentando rapidamente sua participação em vários importantes fluxos econômicos mundiais, como exportações, produto agregado e produção, principalmente da indústria básica. Os efeitos desse crescimento sobre a economia mundial estão profundamente relacionados às peculiaridades da economia chinesa na atualidade, principalmente a necessidade de responder a seus desafios internos – aumento da renda, urbanização acelerada, transição para uma economia de mercado – e desafios externos – inserção em uma economia globalizada, sob comando norte-americano,

A forma como o crescimento econômico chinês irá impactar as economias nacionais se dá em função das relações de complementariedade e rivalidade entre essas economias, conforme descrito pelo prof. Carlos Medeiros ao identificar o papel da China como ‘Duplo Polo na Economia Mundial. Nesse sentido, tem destaque as relações da economia chinesa: com os países desenvolvidos, EUA e Europa, como fornecedora de produtos industriais; com as demais economias do sudeste asiático, como importadora de insumos industriais e concorrentes em terceiros mercados; e com os países com grande disponibilidade de recursos naturais, onde se apresenta como principal consumidora de produtos primários. Neste último âmbito se enquadram os países sul-americanos, juntamente com a África e Europa Oriental.

Ao longo da década de 2000, um novo aspecto da relação da China com os países em desenvolvimento ganhou destaque, principalmente aqueles países com grande mercado consumidor. Nesse momento, ganha destaque a capacidade desses países em absorver exportações de produtos manufaturados chineses.

Neste contexto se insere o comércio entre a América do Sul e China. Esses fluxos são de grande importância para a América do Sul, porém, para a China, esses fluxos são derivados de sua relação com os demais espaços econômicos, mediados pelas peculiaridades internas da economia chinesa, com destaque para a grande demanda por minerais. O grande crescimento desse comércio na última década tende a aprofundar essa assimetria. Na segunda metade da década de 2000, o comércio entre China e América do Sul foi complementado pelos IED chineses. Esses têm entre os seus objetivos auxiliar o crescimento acelerado chinês e fornecer alternativas de aplicação das volumosas reservas internacionais acumuladas pelo país asiático em seu comércio com os EUA.

Detalhar os fluxos de comércio de minérios entre China e os países sul-americanos, e explorar as assimetrias contidas nessa relação são os objetivos deste capítulo. Esse prosseguirá por mais 2 seções. Na primeira serão apresentadas as relações de comércio entre China e América do Sul. Na segunda se explorará a importância dos produtos minerais nesse comércio. Por último, se apresentará como os IED chineses atuam de forma complementar ao comércio mineral.

4.1 – Padrão de Comércio entre China e América do Sul.

O comércio entre China e América do Sul começou a crescer com força somente na segunda metade da década de 90, e ao longo da década de 2000 esse comércio passou a ter papel determinante na conjuntura econômica dos países sul-americanos. Conforme visto na tabela 26, em 2000 esse comércio ainda era inferior a US\$ 10 bilhões, menor do que o registrado com Japão e Alemanha. Segundo Barbosa (2011), 92% do crescimento do comércio entre América Latina (excluído México) e China se processaram no período de 2000 a 2008, quando teve início a expansão acelerada da demanda mineral chinesa. Nesse período, as exportações sul-americanas tiveram grande expansão, tornando a América do Sul superavitária em seu comércio com a China. Em 2006, as importações vindas da China deram um grande salto, impondo um novo déficit à região nesse comércio. Esse déficit chega a US\$ 10 bilhões em 2008, e foi parcialmente revertido com a crise em 2008-09. Em 2010, esse comércio atingiu US\$ 134,2 bilhões, com a região sul-americana mantendo um superávit de aproximadamente US\$ 5 bilhões.

Tabela 26 – Intercâmbio Comercial dos países sul-americanos com a China, em milhões de US\$.

	2000	2005	2010
Comércio Total	8.292,9	32.931,2	134.247,0
Exportação	3.523,6	18.374,3	69.751,9
Argentina	796,9	3.154,3	5.798,8
Bolívia	5,5	19,7	208,1
Brasil	1.085,3	6.835,0	30.752,4
Chile	901,8	4.780,1	17.355,4
Colômbia	29,4	236,7	1.966,6
Equador	57,7	7,2	328,7
Guiana	1,0	4,7	16,6
Paraguai	5,9	66,5	34,1
Peru	442,7	1.860,9	5.425,9
Suriname	1,3	1,6	14,6
Uruguai	101,3	173,3	1.151,8
Venezuela	94,8	1.234,1	6.698,9
Importação	4.769,3	14.557,0	64.495,0
Argentina	1.156,7	1.528,6	7.648,8
Bolívia	57,9	136,0	532,9
Brasil	1.222,1	5.354,5	25.535,7
Chile	949,5	2.424,3	9.889,1
Colômbia	355,8	1.616,8	5.477,4
Equador	76,0	621,7	1.606,6
Guiana	16,9	31,5	84,7
Paraguai	260,4	641,7	3.432,9
Peru	288,8	1.057,9	5.115,3
Suriname	11,3	52,8	100,8
Uruguai	188,9	282,6	1.477,6
Venezuela	184,8	808,4	3.593,3

Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

Durante a última década, a participação da China no comércio sul-americano foi crescente, podendo inclusive superar os Estados Unidos como principal parceiro comercial da América do Sul em poucos anos. Em 2010, a China foi a principal parceira de várias grandes economias da região, como Brasil, Argentina e Chile. Nesse ano, a manutenção dos EUA, como o principal parceiro comercial da América do Sul se deveu, principalmente, às exportações de petróleo da Venezuela, que têm os EUA como principal consumidor enquanto para a China esse fluxo é mais recente e de menor valor (US\$ 33 bilhões para os EUA e US\$

6 bilhões para a China).⁸⁵ A manutenção do comércio com os Estados Unidos, somada ao crescimento recente do comércio com a China, faz com que esses dois países concentrem quase um terço do comércio total da América do Sul - em contraste com Japão e Alemanha.

Tabela 27 – Principais Parceiros comerciais da América do Sul em 2010, em milhões de US\$.

Países	#	Comércio Total	Exportação	Importação
EUA	1	171.637,5	93.630,4	78.007,1
China	2	134.247,0	69.751,9	64.495,0
Alemanha	3	36.348,5	14.547,3	21.801,2
Japão	4	35.052,6	18.975,5	16.077,1
Coreia do Sul	5	26.774,2	10.425,4	16.348,8
México	6	24.016,1	8.666,2	15.349,9
Holanda	7	22.201,7	18.527,8	3.673,9
Itália	8	20.355,6	10.906,0	9.449,5
Índia	9	19.223,8	12.242,4	6.981,4
Espanha	10	17.924,5	10.804,6	7.119,9
Canadá	11	16.873,9	10.667,8	6.206,1
França	12	16.206,1	6.662,0	9.544,1
Reino Unido	13	13.862,5	7.934,3	5.928,2
Suíça	14	13.051,1	8.259,3	4.791,8
Bélgica	15	10.988,3	8.012,0	2.976,2

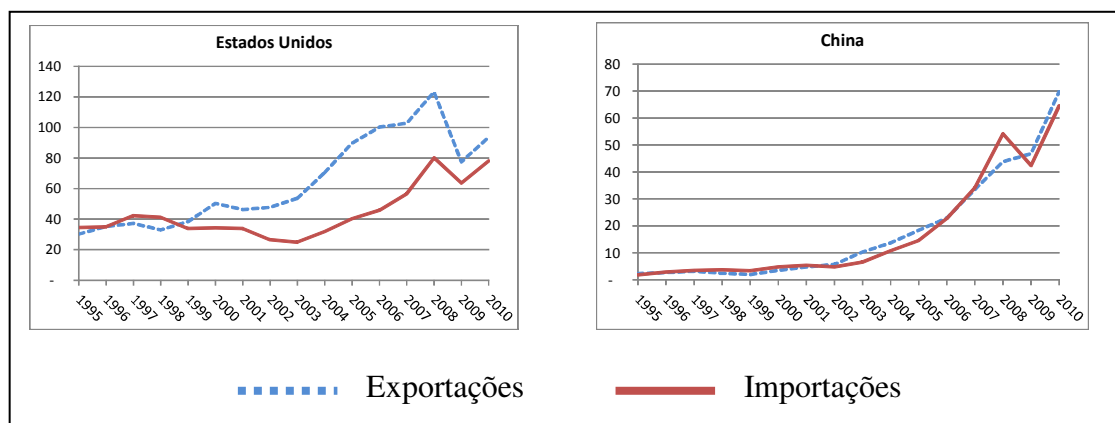
Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

Apesar das diferenças no comércio da América do Sul com seus dois principais parceiros, se ressalta o recente esforço implementado por eles para ampliar as exportações de produtos chineses e norte-americanos no mercado sul-americano, movimento que se acentua na segunda metade da década. Durante esse período, os países sul-americanos deixam de ser simples fornecedores de recursos naturais e se transformam também em um espaço de realização de lucros e oportunidades de investimentos para os capitais dos países desenvolvidos, que viram essas oportunidades se estagnarem em seus países de origem diante

⁸⁵ Considerando as exportações dos demais países e somente as exportações não-petrolíferas da Venezuela, em 2010 as vendas sul-americanas para a China já foram superiores às destinadas aos EUA em mais de US\$ 2 bilhões – ambos os fluxos com valores próximos de US\$ 65 bilhões.

da prolongada crise econômica.⁸⁶

Gráfico 46 – Comércio dos Países sul-americanos com Estados Unidos e China, em US\$ milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

A importância da China para a conjuntura econômica dos países sul-americanos excede o aspecto quantitativo, medido pelo valor dos fluxos de comércio. A China é atualmente uma das principais consumidoras das exportações de produtos primários sul-americanos, tendo importante papel na reprimarização de sua pauta exportadora. Esse fato é ilustrado na tabela 28, que mostra a acentuada participação dos produtos primários no comércio da América Latina (excluído o México) com a China, bem superior ao apresentado nas exportações sul-americanos para os demais parceiros. Em contraste, as importações vindas da China são compostas basicamente por produtos industrializados de alta tecnologia (32,5%), sendo que quanto maior o nível tecnológico dos produtos maior a participação percentual.

A tabela 29 mostra a alta concentração das exportações sul-americanas para a China em alguns poucos produtos primários. Todos os países sul-americanos apresentam grande concentração em suas exportações para a China, com os 5 primeiros produtos representando

⁸⁶ No comércio com os Estados Unidos as exportações sul-americanas começaram a crescer de forma acelerada a partir de 1999, deixando a América do Sul altamente superavitária. Em 2006 o superávit sul-americano com o EUA alcançava US\$ 54 bilhões. Nos anos seguintes, mesmo com a continuidade do crescimento das exportações sul-americanas – que chegou a US\$ 123 bilhões em 2008 – o superávit comercial caiu bruscamente, em função do grande avanço das importações originadas do EUA. A reversão da balança comercial com os Estados Unidos foi consolidada pela emergência da crise financeira, levando a grande queda nas exportações sul-americanas e a um dos menores superávits comerciais da década. A resposta estadunidense à crise envolvia a criação de medidas de proteção do mercado interno norte-americano e a expansão de suas exportações no território sul-americano como forma de fazer frente às graves dificuldades encontrada pela economia desse país.

em média mais de 80% do comércio total, ultrapassando 90% em alguns casos. Dentre esses produtos se destacam os minérios e petróleo cru. Em adição, existe uma clara correlação entre os produtos dominantes nas exportações para a China e os produtos primários de maior participação nas exportações totais, reforçando o papel das dotações naturais nas exportações à China.

Em adição a concentração na composição do produto existe também outro tipo de concentração relacionada à origem dessas exportações sul-americanas à China. Segundo Barbosa (2011), até 2008, as exportações para a China se distribuíam de maneira muito desigual na região, e a maioria dos países ainda não haviam sido impactados pela ascendente demanda chinesa. Brasil, Chile, Venezuela, Argentina e Peru concentraram 95% das exportações totais da América do Sul para a China em 2010 (US\$ 66 bilhões). Somente o Brasil representou 44% do total, Chile 24,8%, Venezuela 9,6%, Argentina 8,3% e Peru 7,7%.

Tabela 28 – Composição do Comércio Externo de Bens da América Latina (excluído o México) com a China por intensidade tecnológica em 2008, em %.

	Região	Estados Unidos	União Europeia (27)	China	Mundo
Exportações					
Produtos Primários	29,2	59,6	57,7	75,0	52,0
Bens Industrializados	70,1	38,7	41,4	24,9	44,5
Baseados em recursos naturais	22,1	16,7	21,6	14,6	18,7
De baixa tecnologia	12,0	5,7	5,0	2,4	6,2
De tecnologia média	29,9	11,8	11,9	4,6	15,6
De alta tecnologia	6,0	4,5	2,9	3,3	4,0
Outras Transações	0,7	1,7	0,9	0,1	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Importações					
Produtos Primários	19,8	9,8	2,3	1,1	14,2
Bens Industrializados	78,8	89,0	96,8	98,3	84,7
Baseados em recursos naturais	25,2	21,8	18,2	12,9	20,6
De baixa tecnologia	12,7	8,4	9,5	22,7	11,1
De tecnologia média	32,3	38,9	47,1	30,3	36,1
De alta tecnologia	8,6	20,0	22,0	32,5	17,0
Outras Transações	1,4	1,3	0,9	0,6	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Base de dados da CEPAL.

Também a contribuição da China ao crescimento das exportações de cada país sul-americano varia bastante, se destacando os países com grande potencial na produção de minérios e petróleo – agrupados na categoria *países mineiros diversificados*, acrescido da Venezuela e Uruguai. À exceção do Uruguai, o potencial mineral (incluindo petróleo) parece

ser um fator de extrema importância para o crescimento das exportações à China nos últimos anos.⁸⁷ No entanto, para vários países sul-americanos, o crescimento acelerado da China gerou impactos mais moderados sobre suas exportações, conforme gráfico 47. Algumas economias menores se mantêm fortemente dedicadas ao fornecimento de produtos específicos para os EUA, países da UE ou, mesmo, vizinhos regionais. Esse é caso do Equador com petróleo para os EUA, a Bolívia com gás natural e o Paraguai com a eletricidade para o Brasil.

Tabela 29 – Principais produtos exportados para a China e participação no total exportado, média de 2006 a 2008.

Pais	Soma dos cinco produtos	Primeiro Produto	Segundo Produto	Terceiro Produto	Quarto Produto	Quinta Produto
Argentina	93	Soja (55)	Óleo de Soja(24)	Petróleo Cru (10)	Coros (3)	Partes de Aves (2)
Bolívia	82	Minerais de Estanhos (27)	Minerais de Estanho (19)	Petróleo Cru (17)	Madeira não Coníferas (12)	Minerais Comuns (7)
Brasil	81	Minerais de Ferro (44)	Soja (23)	Petróleo Cru (6)	Produtos de Ferro (5)	Pasta Química de Madeira (3)
Chile	93	Cobre (50)	Minerais de Cobre (31)	Pasta Química de Madeira (6)	Minerais de Ferro (3)	Partes de Aves (2)
Colômbia	97	Petróleo Cru (50)	Ferroligas (40)	Desperdícios não Ferrosos (5)	Coros (3)	Lactamas (0,5)
Costa Rica	99	Circuitos Integrados (96)	Cristais Piezoelétricos (1)	Semicondutores (1)	Resistências Elétricas (0,3)	Aparatos Elétricos (0,2)
Cuba	100	Matas de níquel (71)	Açúcar sem refinar (20)	Minerais Comuns (7)	Petróleo Cru (1)	Desperdícios não Ferrosos (1)
Equador	98	Petróleo Cru (94)	Desperdícios não Ferrosos (3)	Madeiras não Coníferas (1)	Artigos de Banho (0,5)	Partes de Aves (0,5)
El Salvador	96	Condensadores (54)	Desperdícios não Ferrosos (38)	Camisetas (2)	Produtos Têxteis (1)	Desperdícios Plásticos (1)
Guatemala	94	Açúcar sem refinar (42)	Petróleo Cru (23)	Minerais de Zinco (14)	Desperdícios não Ferrosos (8)	Desperdícios Plásticos (1)
Honduras	92	Minerais de Zinco (34)	Desperdícios não Ferrosos (33)	Minerais de Chumbo (10)	Desperdícios Plásticos (8)	Camisetas (7)
México	37	Circuitos Integrados (13)	Minerais de Cobre (8)	Partes e Equip de Escrit.	Condensadores (5)	Semicondutores (5)
Nicarágua	85	Desperdícios não Ferrosos (41)	Desperdícios Plásticos (19)	Invertebrados Aquáticos (9)	Camisetas (8)	Coros (7)
El Caribe (b)	89	Alumina (65)	Madeiras não Coníferas (9)	Desperdícios não Ferrosos (7)	Minerais em bruto (4)	Embarcações (4)
Panamá	78	Embarcações (39)	Coros (16)	Partes de Aves (13)	Pescados Congelados (6)	Desperdícios Plásticos (4)
Paraguai	81	Algodão (31)	Madeiras não Coníferas (26)	Coros (24)	Desperdícios Plásticos (7)	Desperdícios não Ferrosos (5)
Peru	83	Minerais de Cobre (39)	Partes de Aves (16)	Petróleo Cru (10)	Minerais de Chumbo (9)	Minerais de Ferro (8)
República Dominicana	87	Ferroligas (68)	Desperdícios não Ferrosos (11)	Aparelhos de Eletricidade (8)	Partes e Equip. de Escrit. (2)	Aparelhos Elétricos
Uruguai	81	Soja (46)	Pasta Química de Madeira (13)	Lã (9)	Gordura de lã (8)	Coros (5)
Venezuela	64	Petróleo Cru (51)	Minerais de Ferro (9)	Minerais Fundidos (2)	Minerais em bruto (1)	Fibras para tecido (0,5)

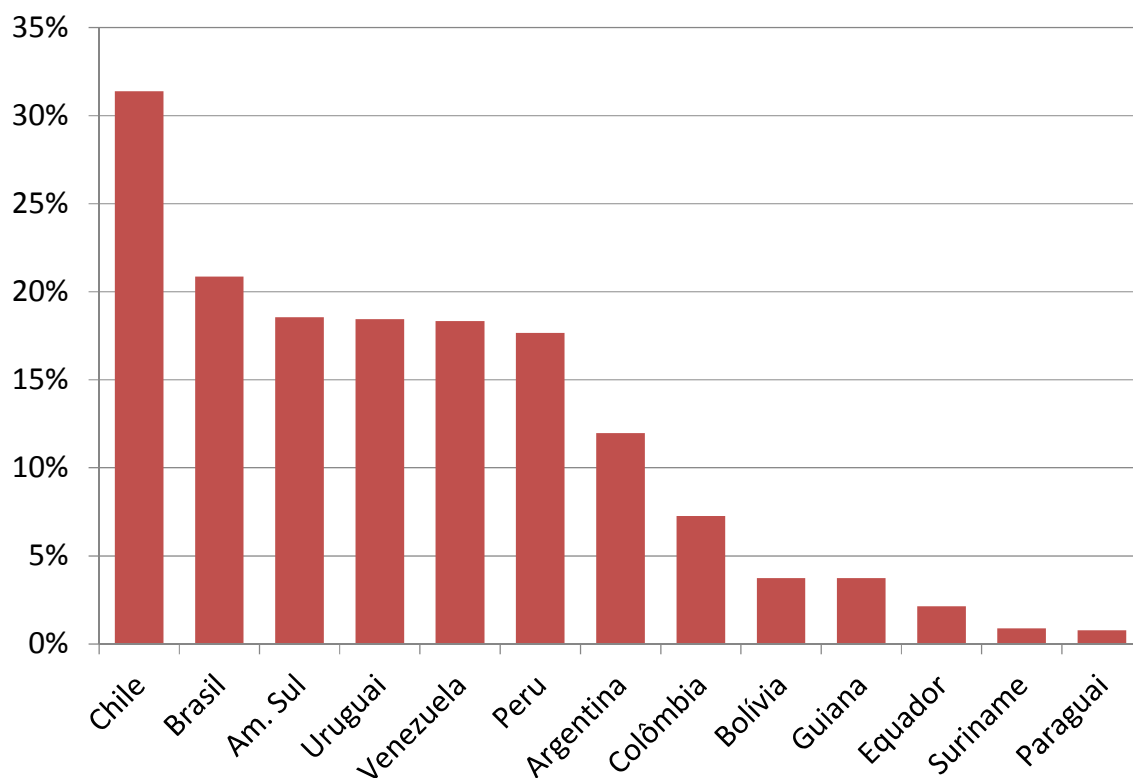
Fonte: CEPAL (2010).

b/ Guiana e Suriname estão incluídos na categoria el Caribe, juntamente com Antígua y Barbuda, as Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, Saint Kitts y Nevis, San Vicente y as Granadinas, Santa Lucia y Trinidad y Tabago.

Desta forma, as exportações da América do Sul com a China sofrem com uma dupla concentração: espacial, pela concentração dessas exportações em alguns poucos grandes exportadores; e na composição do produto, pela excessiva presença de alguns poucos produtos primários.

⁸⁷ No caso da Venezuela, suas exportações para a China se devem ao acordo bilateral firmado em 2007, (Fondo de Financiamiento Conjunto Chino-Venezuelano – Fondo Pesado I), no qual a Venezuela se comprometeu a fornecer quantidade de petróleo não inferior a 230 mil barris diários, como pagamento a um empréstimo de US\$ 20 bilhões . Com isto, as exportações da Venezuela a China dobraram de valor, somando US\$ 6 bilhões naquele ano.

Gráfico 47 – Contribuição da China ao Crescimento das Exportações dos Países Sul-Americanos de 2000 a 2010, em %.



Fonte: elaboração própria com dados do COMTRADE/UN.

Tabela 30 – Posição da China como Parceira Comercial dos Países Sul-Americanos.

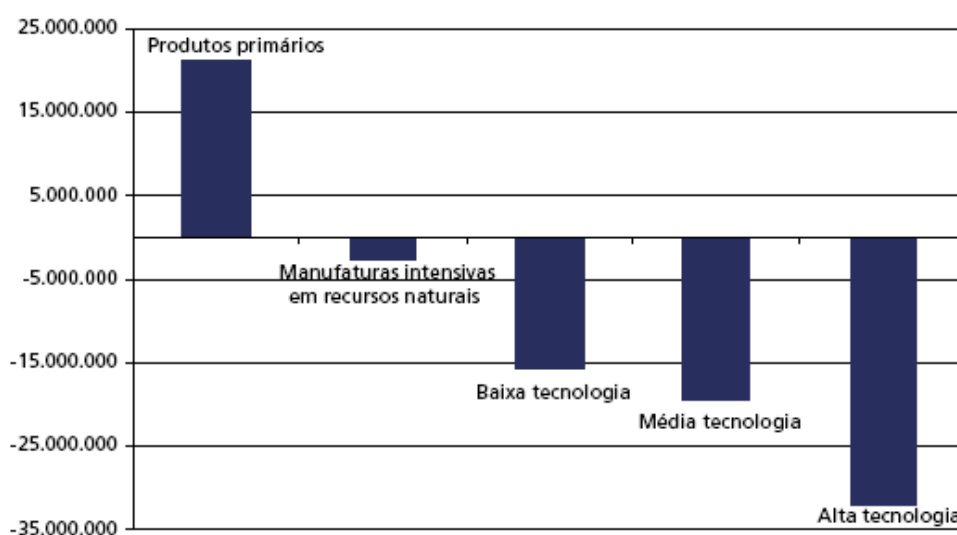
	Exportação		Importação	
	2000	2010	2000	2010
Argentina	6	3	4	2
Bolívia	17	9	7	4
Brasil	12	1	11	2
Chile	5	1	4	1
Colômbia	35	2	9	3
Equador	17	12	10	3
Guiana	24	12	6	6
Paraguai	14	25	3	1
Peru	4	2	9	2
Suriname	13	14	7	4
Uruguai	4	2	7	3
Venezuela	27	2	18	2

Fonte: adaptado de CEPAL (2010), com dados do COMTRADE/UN.

* Na tabela original os países da União Europeia são considerados como um só destino.

A grande concentração nas exportações sul-americanas à China, contrasta com o crescimento generalizado das importações vindas do país asiático. A Tabela 30 mostra como a China está entre os 3 principais fornecedores de produtos, para quase todos os países sul-americanos. Nesse processo, o Chile se destaca. Em 2010, a China foi a principal parceira comercial chilena, tanto nas exportações quanto nas importações. Essa expansão das importações vinda da China tem gerado déficits de grandes proporções para vários países sul-americanos, a exceção daqueles em que as exportações para a China se expandiram fortemente nessa última década. Para os demais países, o saldo negativo com a China foi superior a 50% do comércio bilateral, em média. O caso mais significativo é do Paraguai, onde esse déficit ficou em US\$ 3,4 bilhões, aproximadamente 98% do comércio total entre esses países em 2010. Assim, o pequeno superávit comercial que a América do Sul mantém com a China na verdade encobre um desequilíbrio de maiores proporções. O saldo regional positivo apresentado nesse comércio em 2010 é fruto do grande superávit que os maiores exportadores regionais mantêm com a China – Brasil (US\$ 5 bilhões), Chile (US\$ 7 bilhões) e Venezuela (US\$ 3 bilhões). Isso oculta os grandes déficits comerciais dos demais países da região.

Gráfico 48 – Saldo com a China da América Latina, sem o México, no comércio com a China por intensidade tecnológica em 2008, em mil US\$.



Fonte: Barbosa (2011).

Além da crescente participação da China nas importações da região (quase 15% em 2010), essas vendas são concentradas em produtos industrializados e de alta tecnologia, que

responderam em 2008 por 98,3% do total. Esta situação leva ao quadro exposto no gráfico 48, onde o saldo comercial da região com a China é inversamente proporcional ao nível tecnológico dos produtos. Ao lado de um saldo positivo de US\$ 21 bilhões em produtos primários, existe um déficit em produtos industrializados de US\$ 37,5 bilhões, com um aprofundamento do déficit comercial conforme se avança em direção a produtos tecnologicamente mais avançados. É importante destacar que os déficits em produtos industrializados representam a importações de todos os países da região, enquanto o superávit nos produtos primários é composto majoritariamente pelas exportações primárias de 4 ou 5 países.

As diferenças existentes no comércio da América do Sul com a China não se encerram em seus aspectos internos a região sul-americana, mas envolvem também o contraste existente entre a grande importância desse comércio para a América do Sul e a relevância moderada desses fluxos no comércio total da China. Em 2010, segundo dados do China Statistical Yearbook, a participação da América do Sul no comércio total da China foi de apenas 4,5%, com destaque para o fornecimento de bens primários. A América do Sul foi origem de 5,7% das importações totais da China, e destino de apenas 3,4% das exportações. O único país sul-americano com destaque individual foi o Brasil, cuja participação no comércio chinês foi de 2,1% - sendo 2,73% das importações e 1,55% das exportações. Segundo Barbosa (2011), os países da América do Sul, juntamente com a África, se destacam somente em relação ao fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas minerais, com aproximadamente um terço das importações do setor agrícolas e de minerais vindo dessas duas regiões. Segundo dados levantados por esse autor, em 2008 os países da América do Sul e Central responderam por 25% das importações chinesas do setor agrícolas e 13% dos produtos minerais, incluídos os combustíveis.

Essa forma de inserção no mercado chinês contrasta com a apresentada pelos Estados Unidos e Europa. Os EUA sozinhos representaram 13% do comércio total chinês, apresentando grande contraste entre sua participação nas exportações (17,9%) e a baixa participação no fornecimento de bens à China (7,23%). Essa análise pode ser estendida à Europa, região para a qual a China destinou 22% de suas exportações em 2010 e de onde veio 15,6% das importações. Para esta região, no entanto, o diferencial entre as participações nas exportações e importações chinesas é um pouco menor, já que nessa classificação estão incluídas a Rússia e os países da Europa Ocidental, que exportam uma grande quantidade de matérias-primas e combustíveis à China.

A maior parte do comércio chinês em 2010 se realizou com os países do continente asiático. Essa região corresponde a mais de 52% do comércio chinês, e gerou um déficit de US\$ 103 bilhões para a China em 2010. Esse quadro desenha um padrão de comércio bem definido, onde o saldo negativo com os países asiáticos e com os fornecedores de produtos primários (África, América Latina e Oceania) é compensado por grandes superávits com a Europa e EUA, respectivamente US\$ 137,3 bilhões e US\$ 181,1, gerando um superávit comercial total de US\$ 181,51 para a China.

Apesar da ênfase dada aos produtos básicos, eles ainda representam um percentual modesto dentro da pauta de comércio chinês – tanto nas importações como nas exportações. Isso torna os fluxos de produtos manufaturados de alta tecnologia, principalmente ‘máquinas e equipamentos de transportes’ e ‘produtos eletrônicos’, o comércio mais importante para a China. Nesse comércio se destaca o papel da China como montador final e exportador dos produtos industrializados gerados no *cluster* regional de produção compartilhada asiática, tendo como destino principal os países da União Europeia e os EUA. A China tem a sua inserção internacional fortemente assentada nas relações com esses dois espaços econômicos, exercendo funções distintas em cada um deles: o abastecimento de produtos industriais e de alta tecnologia para os mercados dos países desenvolvidos; e grande consumidor de partes, peças e componentes industriais dos demais países do sudeste asiático, ao mesmo tempo competidor em terceiros mercados (Medeiros, 2006b).

Os produtos manufaturados de alta tecnologia também são responsáveis por grande parte do superávit comercial chinês, revertendo os grandes déficits da China em produtos primários, principalmente matérias-primas e combustíveis. Esse fator ressalta ainda mais a importância das exportações industriais para a China. Tomando o caso dos EUA, os produtos da categoria ‘Máquinas e Equipamentos de Transporte’ corresponderam à metade das exportações da China para o mercado americano em 2010 (US\$ 283,7 bilhões). Isso representou aproximadamente 20% das exportações e 44% do saldo comercial da China nessa categoria. Em 2010, as exportações da China para os EUA dessa categoria – que incluem Máquinas, Motores, Veículos, Equipamentos Elétricos, Eletrônicos e de Telecomunicações – foram maiores que o comércio total da China com a América do Sul. Para esse último parceiro, as exportações totais de produtos manufaturados foram de US\$ 52 bilhões, sendo US\$ 24 bilhões de ‘Máquinas e Equipamentos de Transporte’ – pouco mais que 3% das exportações chinesas dessa categoria. Com isso, se percebe a pequena relevância da América do Sul para as exportações industriais da China.

A importância das exportações industriais para a economia chinesa vai bem além do sentido quantitativo, pois esses produtos têm grande importância no aprimoramento tecnológico, que é parte fundamental do ciclo de crescimento econômico acelerado da China. Em função de sua capacidade em centralizar as exportações asiáticas de produtos industrializados, a economia chinesa consegue atuar fortemente na atração de Investimentos Externos, que têm um papel de extrema importância como indutor na absorção de novas tecnologias.

Desta forma, a assimetria existente no comércio entre China e América do Sul excede a questão da composição dos fluxos de comércio. Existe uma contradição ainda mais relevante, relacionada à importância desse comércio para cada uma das partes. Por um lado, o comércio com a China vem adquirindo crescente importância para os países sul-americanos. Nos últimos anos, a China vem substituindo rapidamente EUA e União Europeia no fornecimento de produtos manufaturados e no consumo das exportações sul-americanas, se tornando a principal parceira comercial para algumas das grandes economias sul-americanas.

Por outro lado, apesar da grande necessidade de importações de alimentos, combustíveis e matérias-primas pela China, seu comércio com a América do Sul se apresenta subordinado às suas relações econômicas com os países desenvolvidos (no fornecimento de produtos industrializados à EUA e União Europeia e recebimento de capitais) e países do sudeste asiático (que fornecem capitais e insumos industriais à China). Nesse contexto, as relações da China com a América do Sul são mediada pelas peculiaridades do ciclo de crescimento acelerado chinês – altos investimentos em ativos fixos, infraestrutura e indústria básica – e pelos desafios internos da China gerados nesse processo – maior integração territorial, incorporação do interior da China ao ciclo de crescimento econômico e assimilação do grande contingente populacional que chega às cidades, provendo infraestrutura e serviços públicos a essa população. Isto não significa que as relações comerciais com a América do Sul não tenham importância para a China, mas, sim, que essa importância está circunscrita ao atendimento de uma especificidade do desafio econômico chinês, enquanto as relações da China com os demais espaços econômicos citados estão situados no cerne do ciclo de crescimento acelerado da China.

A consideração dada pela China às suas relações com os países de menor desenvolvimento relativo – que se destacam pelo fornecimento de alimentos, matérias-primas e combustíveis, como África e América Latina – também se baseia muito no posicionamento

adotado pela China na política internacional. Nesse quesito consta uma série de fatores que fazem a China se pautar sempre por uma aproximação com os países em desenvolvimento, se distanciando, na retórica, de qualquer protagonismo político ou disputa hegemônica. Primeiramente, aparece a ênfase dada pela China no multilateralismo como forma de governança global. Em adição, conta também a escolha feita pela China no início de seu processo de industrialização de buscar uma afirmação no cenário internacional baseada no crescimento econômico, evitando ao máximo qualquer acirramento das disputas geopolíticas em que ela esteja envolvida. Conta ainda o status indefinido da China junto às instituições multilaterais do âmbito econômico, como OMC, ONU e FMI. O exemplo mais evidente é a entrada da China na OMC em 2001, que aconteceu de forma progressiva, com uma série de restrições, principalmente quanto ao seu reconhecimento como uma *economia de mercado*. A China também busca garantir o seu reconhecimento como uma *economia em desenvolvimento* nos foros internacionais – e não uma economia desenvolvida – para que possa continuar aplicando sem retaliações medidas de proteção ao mercado interno e outras medidas consideradas de exceção na prática do comércio internacional, como aplicação de salvaguardas e exigência de transferência de tecnologia nos investimentos externos.

Tabela 31 – Visitas Presidenciais entre China e América Latina.

Data e Presidente	China e América Latina	América Latina e China
2001 Jiang Zemin	Chile, Argentina, Uruguai, Brasil, Venezuela, Cuba	Peru, Chile, México, Venezuela
2002 Jiang Zemin	México (visita oficial)	Equador, Uruguai
2003 Jiang Zemin		Equador, Cuba, Guiana
2004 Hu Jintao	Chile, Brasil, Argentina, Cuba	Argentina, Brasil, Venezuela, Suriname
2005 Hu Jintao	México	Peru, Colômbia
2006 Hu Jintao		Venezuela, Bolívia
2007 Hu Jintao		Costa Rica
2008 Hu Jintao	Peru, Costa Rica, Cuba	Peru, Chile, México, Brasil, Venezuela
2009 Hu Jintao		Chile, Brasil, Venezuela, Uruguai
2010 Hu Jintao	Brasil, Venezuela, Chile	Peru, Argentina

Fonte: CEPAL (2010).

Todos os esforços de aproximação dos países em desenvolvimentos e afastamento de qualquer disputa geopolítica e hegemônica não impedem que o crescimento econômico da China seja acompanhado por um crescimento contínuo de seus gastos militares em proporção ao PIB e esforços contínuos e crescentes de modernização de suas forças armadas. Em adição, a crescente aproximação comercial, somada ao maior peso dos investimentos externos, tem sido acompanhada também por maiores esforços diplomáticos das autoridades chinesas em estreitar suas relações com os governos sul-americanos, assim como uma série de acordos comerciais envolvendo a China e países sul-americanos.⁸⁸ A tabela 31 apresenta os encontros oficiais entre chefes de Estado chineses e sul-americanos nos anos recentes.

4.2 – Os Minérios no Comércio América do Sul-China

Desde o início de sua expansão acelerada, o comércio entre América do Sul e China se caracterizou pela grande presença dos produtos primários nas exportações sul-americanas. Até os anos 90, os produtos alimentícios foram as principais categorias de exportação da América do Sul para a China. Ao longo da década de 2000, outros tipos de produtos baseados em recursos naturais ganharam participação nesse comércio, se destacando os produtos minerais, principalmente, petróleo cru, minérios e metais. Esses produtos já concentram quase 65% dessas exportações em 2010, somente minérios e concentrados corresponderam a 33% - em adição, petróleo foi equivalente a 15,8% e metais 12,3%.

Os bens minerais são os itens que mais vem contribuindo para o crescimento do relacionamento comercial entre América do Sul e China. Esse crescimento é guiado pelas modificações no modelo crescimento chinês, em direção à maior dependência das importações de minérios. Isso fez a América Latina e Caribe se tornarem as regiões com maior crescimento nas importações chinesas na última década, segundo a CEPAL (2010). Essa informação é mostrada na tabela 32, que apresenta a evolução da participação dos países sul-americanos nas importações totais chinesas de produtos primários e baseados diretamente na exploração de recursos naturais, incluindo metais. Essa tabela permite observar como a crescente importância da América do Sul para o comércio chinês se deu, principalmente, pelo seu papel como fornecedora de produtos minerais – petróleo, minérios e metais.

⁸⁸ Bruckmann (2011) apresenta uma lista dos convênios e acordos celebrados entre China e os países sul-americanos, incluindo Investimentos e Acordos Comerciais.

Tabela 32 – Participação da América do Sul nas Importações Chinesas de produtos Primários e Baseados em Recursos Minerais, incluindo Metais, em %.

	2000	2005	2010
Óleos, Gorduras e Graxas Animal e Vegetal	9,84%	27,15%	12,80%
Bebidas e Tabaco	17,00%	24,60%	18,95%
Alimentos e Animais vivos para alimentação	14,82%	14,13%	15,17%
Materiais Cru, não comestíveis	12,24%	19,83%	21,95%
Minérios e Concentrados	15,22%	21,53%	21,96%
Produtos Manufaturados classificados pelo material principal	2,60%	4,98%	10,95%
Metais	2,69%	7,16%	18,40%
Combustíveis Minerais, Lubrificantes e materiais relacionados	0,41%	2,24%	6,51%
Petróleo	0,29%	2,47%	7,32%
Produtos Primários e Baseados em Recursos Naturais	5,02%	9,52%	13,80%
Total	2,12%	3,46%	5,73%

Fonte: COMTRADE/UN.

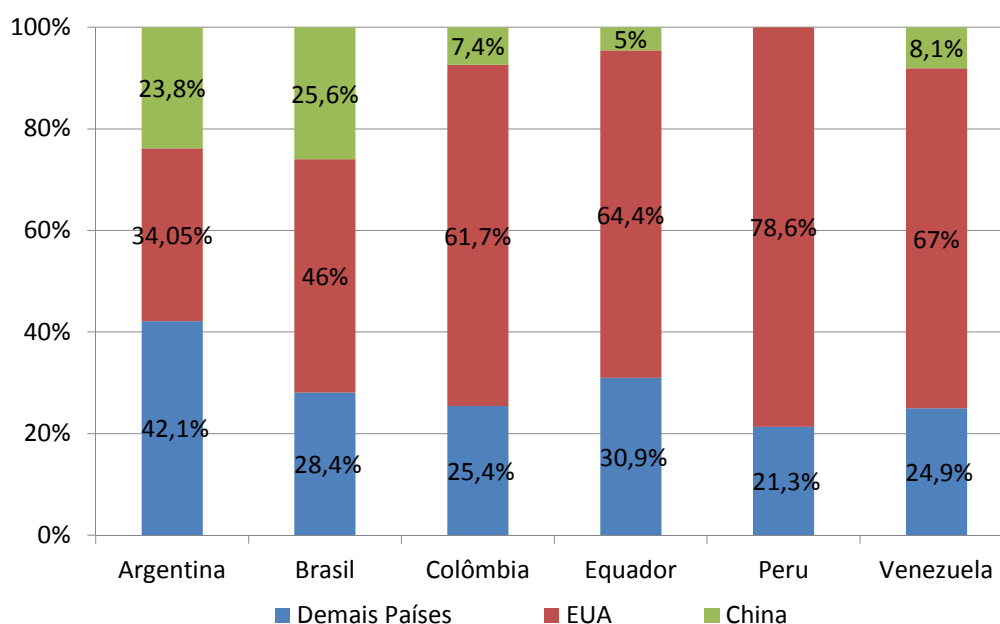
Um dos grandes destaques é a participação da América do Sul nas importações de metais acabados e semiacabados, que passou de 2,7% em 2000 para 18,4% em 2010. Quase toda essa exportação é referente ao metal de cobre. Em 2010, as exportações de cobre somaram US\$ 11,3 bilhões, enquanto as exportações totais de metal para a China foram de US\$ 12,6. Esse comércio é totalmente concentrado pelo Chile, com US\$ 10,5 bilhões em 2010. Certamente, o forte efeito transbordamento da alta dos preços dos minérios para as exportações de metais acabados – que ocorreu de forma mais forte no cobre que nos demais metais – está relacionado às suas características físico-químicas, aos seus usos, a sua grande escassez e alto valor de mercado, em relação a outros tipos de metais mais comuns, como alumínio e ferro. O forte crescimento das exportações de cobre chileno fez desse país o segundo maior exportador de metais para a China em 2010 – somente atrás do Japão com exportações de US\$ 13,5 bilhões.⁸⁹

No caso do petróleo, a participação da América do Sul nas importações chinesas passou de 0,3% em 2000 para 7,3% em 2010. Inicialmente, as exportações sul-americanas de petróleo cru para a China eram compostas somente pelo Brasil, com pouco mais de US\$ 43

⁸⁹ O Japão também tem o cobre como um dos principais metais de exportação para a China (US\$ 3,1 bilhões), somente atrás das exportações de ferro e aço, que somaram em 2010 US\$ 9,1 bilhões.

milhões. Em 2010, essas exportações foram de US\$ 9,9 bilhões, com Brasil (US\$ 4,3 bilhões) e Venezuela (US\$ 3,6 bilhões) sendo os principais exportadores. A China também comprou petróleo de Argentina, Colômbia e Equador. No entanto, o gráfico 49 mostra como a China ainda tem um papel marginal nas exportações de petróleo sul-americano. Um bom exemplo é o caso da Venezuela, maior exportadora regional de petróleo, destinado, em sua maior parte, ao mercado norte-americano. O Brasil é o exemplo oposto. Esse país tem o maior percentual de exportações de petróleo destinadas à China, seguida da Argentina. A proximidade entre o mercado norte americano e América do Sul é um dos fatores que explicam essa grande participação dos EUA nas exportações sul-americanas de petróleo, uma vez que os custos de transporte são componentes de grande relevância na formação do preço final desse produto.

Gráfico 49 – Principais Destinos das Exportações Sul-Americanas de Petróleo, em 2010, em %.

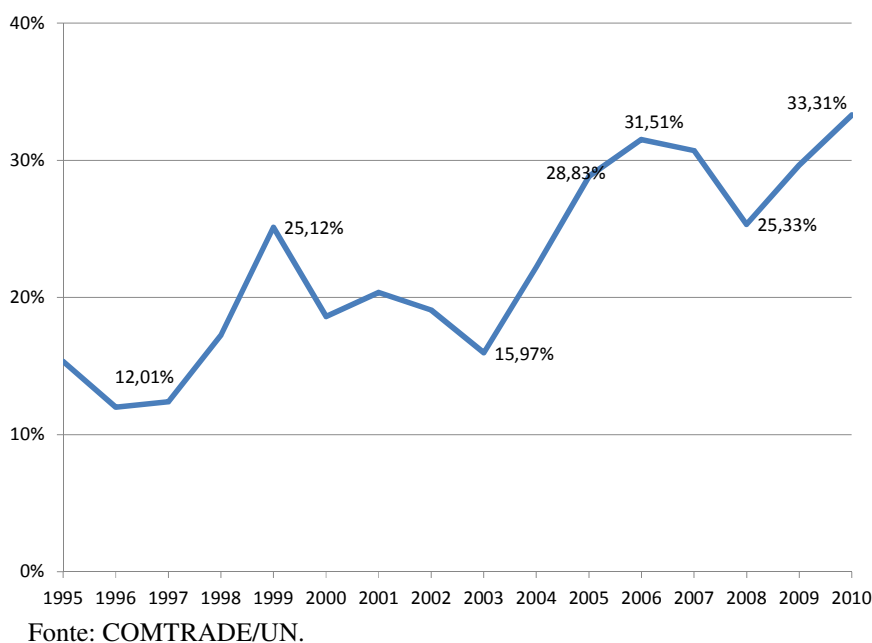


Fonte: COMTRADE/UN.

O minério em bruto é atualmente um dos principais produtos de exportações da América do Sul para a China. Esse produto já detinha grande participação nesse comércio, representando em torno de 12% das exportações da América do Sul no início da década. No entanto, o crescimento recente dessas exportações vem fazendo esse material concentrar um percentual cada vez maior das matérias-primas exportadas para a China, chegando a quase um terço dessas exportações. O gráfico 50 mostra como a conjuntura econômica da década de

2000 foi determinante para o aprofundamento do peso desses produtos no comércio entre essas economias. Esse período imprimiu um novo impulso às exportações sul-americanas de minérios para a China. Deste ponto em diante enfatizaremos as exportações de minérios, que representam um maior valor nesse comércio.

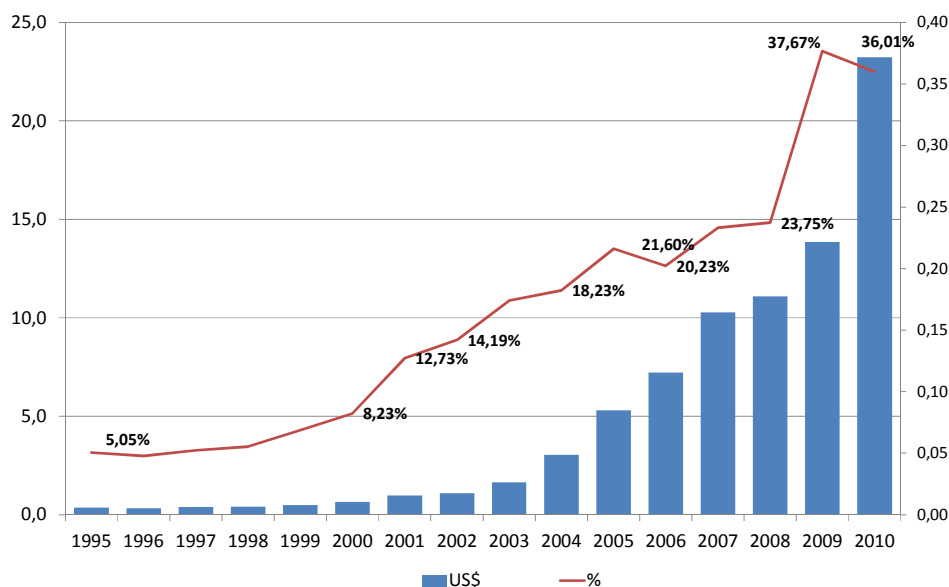
Gráfico 50 – Participação dos Minérios e Concentrados nas exportações Sul-americanas para a China, em %.



As Exportações de Minérios e o Impulso Diferenciado ao Crescimento das Exportações

O gráfico 51 apresenta a evolução das exportações sul-americanas de minérios para a China e o seu percentual nas exportações totais de minérios dos países sul-americanos. Segundo os dados do COMTRADE/UN, as exportações de minérios da América do Sul já eram profundamente marcadas pela presença da China, representando aproximadamente 5% dessas exportações em 1995. No fim dos anos 90, a crise nos mercados minerais e o início do crescimento acelerado da demanda chinesa por minerais fez a China ampliar seu papel como destino das exportações sul-americanas de minérios, mesmo antes do grande crescimento desse fluxo.

Gráfico 51 – Exportações de Minérios da América do Sul para a China e Participação da China nas Exportações Sul-Americana de Minérios e Concentrados, em Bilhões US\$ e %.



Fonte: COMTRADE/UN.

A partir de 2004, o aumento brutal das exportações sul-americanas desse produto transformou os minérios em um dos principais produtos desse comércio, e fez da China a principal consumidora do minério sul-americano, com mais de um terço dessas exportações em 2010, e ampla margem de diferença sobre os demais países de destinos das exportações minerais sul-americanas. Em 2010, as exportações de minérios da América do Sul para a China foram bem superior às do Japão (US\$ 10,5 bilhões), Alemanha (US\$ 3,9 bilhões) e Coreia do Sul (US\$ 3,8 bilhões) – que são, respectivamente, os principais destinos das exportações de minérios sul-americanas, depois da China. O papel dinamizador da China nesses mercados pode ser melhor observado pela análise das quantidades totais exportadas. Estes dados são apresentados na tabela 33.

De 2000 a 2010, o valor das exportações de minérios dos países sul-americanos para a China cresceu mais de 35 vezes, enquanto para os demais países esse crescimento foi de 5,5 vezes. Por outro lado, no mesmo período a quantidade exportada para a China se multiplicou em mais de 10 vezes, passando de 17,2 milhões de toneladas para 176 milhões, enquanto as exportações destinadas aos demais países aumentaram em volume apenas 11%, passando de

171 milhões para 189 milhões de toneladas.⁹⁰ Esse crescimento das exportações de minérios da América do Sul à China não se restringiu aos países com grande potencial mineral, apesar destes países concentraram a maior parte dessas exportações. Essas exportações também cresceram em países com menor desenvolvimento em suas indústrias minerais, como Equador, Colômbia e Venezuela, além de Uruguai – compostas basicamente por restos e sucatas de metais, sendo a China praticamente a única importadora.

Tabela 33 – Exportações de Minérios da América do Sul para os principais países destinos, em mil toneladas.

	1995	2000	2005	2010
Mundo	153.695,4	188.325,5	262.107,7	366.818,6
China	12.171,0	17.250,3	68.770,5	176.911,7
Demais países	141.524,4	171.075,2	193.337,1	189.906,9
Japão	31.077,7	33.499,4	33.949,1	42.465,2
Alemanha	21.253,0	21.865,4	25.562,4	21.981,0
Coreia do Sul	11.493,1	8.340,6	16.044,9	13.400,0
França	7.495,0	8.965,7	14.372,9	8.961,1
Itália	8.023,4	11.029,7	12.032,5	8.135,7

Fonte: COMTRADE/UN.

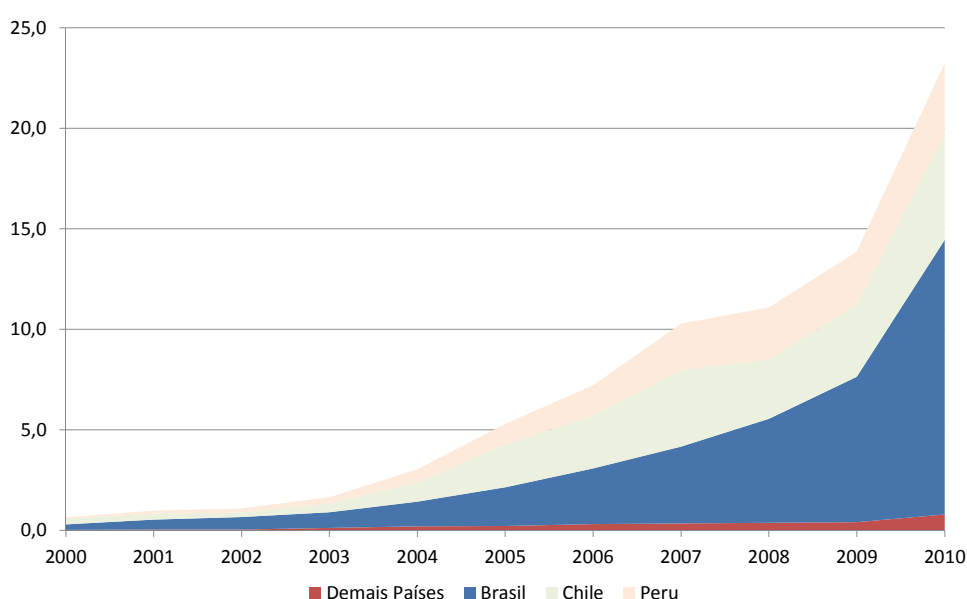
As exportações sul-americanas de minérios para a China são totalmente dominadas por Brasil, Chile e Peru. Esses três países representaram 96% dessas exportações em 2010, e somente Brasil correspondeu a 58%. De 2004 a 2010, as exportações de minérios do Brasil para a China cresceram em mais de 10 vezes. No Chile e Peru, as exportações de minérios destinadas à China se multiplicaram em quase 5 vezes. Em adição, a China foi o destino de 40% das exportações de minérios de Brasil, e 30% das exportações de minérios de Peru e Chile em 2010.

A grande participação desses países nas exportações de minérios à China é resultado de seu potencial na produção dos minérios de maior demanda pela China, minério de ferro e cobre. A Tabela 35 mostra como esses são os tipos de minérios predominantes na pauta de

⁹⁰ Mesmo para esses países, o valor das exportações de minérios cresceu continuamente após 2004. Isso ressalta a dimensão indireta do crescimento acelerado chinês, e sua consequente demanda por bens minerais, sobre as economias sul-americanas: o aumento dos preços internacionais dos minérios para as exportações dos demais países destinos. Isso aumenta a renda econômica auferida nas exportações e a rentabilidade da exploração mineral, mesmo que haja pouca variação nas quantidades exportadas, reforçando o efeito reprimarizador que a atual conjuntura econômica tem sobre as economias sul-americanas.

exportações sul-americanas à China, com aproximadamente 90% dessas exportações em 2010. Dessa forma, as exportações de minérios para a China proporcionam impulsos diferenciados aos países, conforme sua vantagem absoluta nas exportações desses minérios. Essa relação é mediada por vários fatores, como as diferentes configurações de mercado para cada mineral, e o grau de desenvolvimento das indústrias minerais em cada país.

Gráfico 52 – Exportações de Minérios da América do Sul para a China por país, em Bilhões US\$.



Fonte: COMTRADE/UN.

Apesar dessa predominância, a crescente necessidade chinesa por importações de minérios sul-americanos deu origem a dois importantes processos de diversificação: nos tipos de minérios; e nos países de origem dos minérios principais (minério de ferro e cobre). Nos tipos de minério, se destaca a progressiva substituição do cobre por novos tipos de minerais metálicos, principalmente Chumbo e Zinco. Esses minérios tinham uma pequena participação nesse comércio durante a primeira metade da década, e tiveram uma rápida valorização em seus preços de exportação a partir de 2006, constituindo um segundo momento do ciclo de valorização dos produtos minerais. Esses novos minerais trouxeram uma maior participação do Peru e Bolívia nesse comércio, países com grande potencial nesses minérios.

Tabela 34 – Exportações de Minérios da América do Sul para a China por país, Participação nas Exportações de Minérios Nacionais e Regionais, em Bilhões US\$ e %.

País	US\$ mil	% Exp. Minérios	% Exp. Regionais
Argentina	23.755	1,54	0,10
Bolívia	94.083	8,09	0,40
Brasil	13.665.679	41,57	58,81
Chile	5.288.346	30,43	22,76
Colômbia	231.606	54,20	1,00
Equador	26.874	55,39	0,12
Guiana	7.807	4,49	0,03
Paraguai	700	2,37	0,00
Peru	3.490.099	34,92	15,02
Suriname	60	0,01	0,00
Uruguai	1.959	41,99	0,01
Venezuela	408.550	46,48	1,76
Total	23.237.559	36,01	-

Fonte: COMTRADE/UN.

Ao longo da década, a China também começou a importar minério de ferro e cobre em países sul-americanos com menor potencial de produção, promovendo uma diversificação de suas fontes regionais de minerais metálicos. Em função desse menor potencial dos novos exportadores regionais, um padrão bem definido se constituiu. Esse padrão é formado por um grande exportador – que corresponde a maior parte do minério exportado e tem grande potencial mineral – e uma série de exportadores marginais, que vêm sendo estimulados a partir da segunda metade da década a impulsionarem a produção e exportação de minérios no qual são menos competitivos em função dos altos preços internacionais (que torna economicamente viáveis explorações de maior custo e menos rentáveis). Assim, acontece com o minério de ferro e manganês no Brasil, o cobre no Chile, o Chumbo e Zinco no Peru, e o Estanho na Bolívia (em menor medida). O caso do minério de ferro talvez seja um dos mais exemplares desse processo de complementação. Em 2010 a China foi a principal, ou mesmo a única, importadora de minério de ferro para países de menor potencial nessa produção, como Argentina, Bolívia, Chile, Peru e Venezuela.

Esses dois processos de diversificação particularizam as importações chinesas de minérios sul-americanos e confere à China uma presença generalizada no comércio de recursos minerais na América do Sul – ao contrário dos demais países, que têm participações mais centradas em produtos específicos. Essa presença generalizada da China nas exportações de minérios sul-americanos fez dela a principal consumidora de minérios sul-americanos, principalmente e alguns minérios de menor peso no comércio total, como o minério de zinco, chumbo e manganês.

Tabela 35 – Exportações de Minérios da América do Sul para a China por tipo de minério, em US\$.

	1995	2000	2005	2010
Minério de Alumínio e concentrados	-	-	46.410.080	11.100.339
Minério de Cobre e concentrados	116.856.640	305.486.286	2.437.592.406	5.571.826.529
Minério de Ferro e concentrados	225.413.570	304.315.954	1.986.923.970	14.980.829.555
Minério de Chumbo e concentrados	-	1.754.197	143.257.797	831.308.917
Minério de Manganês e concentrados	2.824.766	2.520.292	49.392.038	190.532.966
Minério de Níquel e concentrados	-	-	-	46.264
Minério de Estanho e concentrados	-	4.752.542	7.333.930	26.681.857
Minério de Zinco e concentrados	1.773.396	-	9.787.179	520.557.316
Minério e concentrados de outros metais bases não-ferrosos	169.500	8.769.978	452.875.962	181.765.340
Sucatas e Desperdícios de Ferro e Aço	24.369	2.677.456	4.416.769	9.236.799
Sucatas e Desperdícios de metais base não-ferrosos	3.571.565	25.606.045	159.363.274	913.672.803
Total	350.633.806	655.882.750	5.297.353.405	23.237.558.685

Fonte: COMTRADE/UN.

A relação comercial da China com a Bolívia é um dos principais símbolos do processo de complementação aos fornecedores tradicionais no suprimento de minérios. Nesse país, a China se caracteriza pela inserção marginal em todos os minérios exportado – a exceção do estanho, onde é o segundo maior importador, depois do Japão. Isto inclui minério de ferro e manganês, onde foi praticamente o único comprador em 2010. O único minério onde a Bolívia é a maior exportadora regional é o estanho, sendo a China a principal consumidora desse minério, com quase metade das exportações sul-americanas. Ela também é a principal fornecedora desse material à China, e esse produto domina quase metade da pauta bilateral comércio. No entanto, esse produto é um dos minérios com menor participação no comércio de ambas as partes.

Para os países que têm grande participação do minério de cobre em suas exportações – Chile e Peru – a China vem representando um dos principais fatores de crescimento das exportações, complementada pelas exportações destinadas ao Japão, que teve importações de minério de cobre superiores às da China em 2010. Nesse minério, o crescimento das importações chinesas foi acompanhado por uma expansão similar das importações japonesas, principalmente após 2000.⁹¹ O Japão é, juntamente com o Chile, o principal supridor do metal de cobre para a China, e as importações japonesas desse minério se destinam principalmente ao fornecimento do metal acabado à China. Também se pode incluir os produtos de aplicação do cobre, como eletroeletrônicos. Assim, além das importações diretas à China, existem as importações indiretas, mediadas pelas metalúrgicas japonesas. Neste caso, essas metalúrgicas agem como intermediadora e agregadora de valor nas exportações de metal acabado à China.

Em adição, no minério de manganês, a China corresponde a 53% das exportações regionais, sendo essas exportações quase todas vindas do Brasil. No minério de zinco, que tem o Peru como o principal exportador, a China foi o principal mercado consumidor em 2010, sendo o destino de 25% dessas exportações. No minério de chumbo, a China foi a principal responsável pela exportação sul-americana ter crescido mais que o dobro na década de 2000, chegando a 678 mil toneladas em 2010. Nesse minério, as exportações para a China corresponderam a 60% do total em 2010.

O impulso direto gerado pelas importações da China foi sentido principalmente pelos países exportadores de minério de ferro. Nesse minério, a demanda chinesa vem se expandindo a um ritmo muito mais forte. Esse minério também é o principal responsável pela liderança da China nas exportações de minérios da América do Sul. O minério de ferro corresponde a quase metade das exportações totais de minérios na região sul-americana, e a China recebeu mais da metade da quantidade total exportada desse minério em 2010. Esse produto traz grande destaque ao Brasil, já que esse país domina as exportações sul-americanas de minério de ferro, sendo também o segundo maior exportador mundial em 2010. Com isso, esse país vem sendo amplamente beneficiado pelo impulso da China ao crescimento econômico através das exportações minerais. Essas exportações também fazem da China o principal mercado consumidor dos minérios brasileiro. Além de ser a principal, ou mesmo a única, importadora desse minério em países de menor produção. Essas exportações também fazem o Brasil figurar como o segundo maior exportador de minérios para a China.

⁹¹ Somente no Peru, a China foi o principal comprador de minério de cobre.

Outro tipo de relação oposta à China estabelece com os países cujas exportações se baseiam no minério de alumínio e níquel. O minério de alumínio é um dos principais minerais de exportação regional. No entanto, a China tem um valor pouco significativo nessas exportações. Esse parece ser um mercado onde a China não conseguiu entrar, mesmo concentrando uma porção cada vez maior da demanda mundial. Assim, para a Guiana e Suriname, que têm suas exportações fortemente baseadas no alumínio, a contribuição da China para o crescimento econômico é extremamente limitada e se dá apenas indiretamente, pela elevação dos preços do produto. As exportações de minério de alumínio desses países ainda se destinam prioritariamente aos mercados tradicionais de consumo, América do Norte e Europa.⁹² Também no minério de níquel o papel da China é marginal. As exportações de minério de níquel do Brasil para a China ainda são recentes, e têm valor bem inferior às vendas brasileira para a Finlândia, principal consumidora dessas exportações na América do Sul.

Apesar de sua grande importância para o abastecimento mineral chinês, sendo a origem de 23% de todo o minério importado pela China, os países sul-americanos compartilham essa função com outras zonas com potencial mineral comparável – África e, principalmente, Austrália. Em 2010, a Austrália sozinha foi a maior fornecedora de minérios para a China, correspondendo a quase um terço do total de minérios adquiridos por ela.

A Austrália aparece com destaque no fornecimento de vários tipos de minérios. No entanto, é sua grande participação no minério de ferro que a torna um dos principais elementos do suprimento mineral chinês. Nesse material, as exportações australianas são superiores a região sul-americana. Dos três principais minérios importados pela China, o cobre talvez seja aquele em que a China seja mais dependente da América do Sul. Não apenas pela alta participação dos países sul-americanos (45%) e alta concentração em apenas dois países (Chile e Peru), mas também pela grande importância desse mineral no comércio total da China.

4.3 – As Relações de Complementariedade entre IED e Exportação Mineral

A importância do setor mineral no relacionamento econômico entre América do Sul e China tem levado à crescente penetração dos investimentos externos chineses, no final desta

⁹² As importações mundiais de minério de alumínio e concentrados da China em 2010 são quase quatro vezes maiores que os demais grandes importadores.

década. Até 2008, o aumento da participação dos países sul-americanos no fornecimento de bens minerais à China não foi acompanhado por um movimento mais acentuado de expansão dos investimentos externos chineses. Barbosa (2011) destaca que as relações entre a América Latina e China, principalmente até 2009, estão basicamente centradas em aspectos comerciais. Em 2009, esses investimentos somaram apenas US\$ 255 milhões, o que representou 0,6% do total do IED chinês no mundo e 0,3% da entrada de IED na América Latina.⁹³ Nesse sentido, se estabelece um grande contraste com as relações da China com o continente africano, onde a expansão do comércio bilateral foi acompanhada por uma ascensão dos investimentos externos chineses. Em 2010, o volume de investimentos chineses destinados à África foi mais que o dobro que o destinado à América Latina.

Em 2010, a China já aparecia como a terceira maior investidora na América Latina, perdendo apenas para os EUA e Holanda (CEPAL, 2011a), com investimentos direcionados principalmente aos países da América do Sul (Brasil, Argentina e Peru). Esse IED foi quase todo destinado à extração de recursos naturais (92%), com destaque para os recursos minerais (petróleo e minérios). No entanto, além da provisão de recursos naturais, o IED chinês também se destina a aproveitar as oportunidades de aplicação relacionadas à expansão do mercado interno nos principais países da região e aos investimentos em infraestrutura e logística. Uma pequena parcela desses investimentos também foi destinada à produção de manufaturas. Nos novos projetos anunciados, se destacam principalmente os investimentos no setor metalúrgico no Brasil e a mineração no Peru.

Essa avaliação é coerente com a classificação estabelecida por Barbosa (2011), que observa dois padrões bem definidos para os investimentos das transnacionais chinesas na América do Sul. O primeiro mais voltado para a exportação de *commodities* e infraestrutura, como no Peru; enquanto no segundo, esses investimentos visam também o mercado interno sul-americano, no caso do Brasil. Neste último caso, se inclui a formação de parceira em *joint-ventures* com empresas locais da região voltadas para produção e venda no mercado interno – como é o caso da Chery MERCOSUL, que opera desde 2007 no Uruguai na fabricação de carros em *joint-venture* com o grupo argentino Macri, exportando veículos para Argentina e Brasil (Holland e Barbi, 2010).

Esta combinação de grande potencial mineral e mercado consumidor em expansão faz do Brasil um dos grandes destaques nos investimentos chineses. Em 2009 esses investimentos ficaram em cerca de US\$ 82 milhões, e em 2010 já subiram para US\$ 392 milhões. Acioly,

⁹³ Nessa estatística, assim como nas outras referentes à entrada de investimentos chineses na América Latina, estão excluídas as destinadas aos paraísos fiscais, como Ilhas Cayman e Ilhas Virgens.

Pinto e Cintra (2011), no entanto, ressaltam que as estatísticas do Banco Central subestimam esses números, por não captar os recursos enviados através de terceiros países e os investimentos por meio de operações de fusões e aquisições, cujos recursos não ingressam no país exatamente no mesmo ano – ambos bem presentes no investimento chinês. Considerando às operações de aquisição, esses autores calculam que foi investido em 2010 aproximadamente US\$ 14,9 bilhões pelos chineses no Brasil. Esses investimentos se direcionaram principalmente para a aquisição de campos de petróleo do Pré-sal (US\$ 10,17 bilhões), mas também minas de ferro, finanças, terras para o cultivo da soja e ativos de energia elétrica (Benatti, 2011 e Acioly, Pinto e Cintra, 2011).

Mais recentemente tem se destacado uma última forma de relação econômica da China com a América do Sul: como credora de empréstimos, em sua maioria, garantidos por contratos de exportação de matérias-primas para China. Esses também podem ter como contrapartida a aquisição de produtos chineses (*vendor financing*), como no caso da ZTE (Holland e Barbi, 2010).⁹⁴ Esses autores citam também a possibilidade da China aumentar seu financiamento a obras de infraestrutura na América Latina em função de sua entrada no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em 2009, com um aporte de US\$ 350 milhões (correspondente a uma participação acionária de 1,004%). Com isto, se percebe a grande relação de complementariedade existente entre o padrão comercial desenvolvido pela China com a América do Sul e a recente expansão dos IED chineses. Esse IED também visa dar suporte a política industrial chinesa, priorizando investimentos em infraestrutura que favoreçam às exportações para a China e a penetração dos produtos chineses nos mercados sul-americanos.

Os primeiros grandes investimentos da China no setor mineral sul-americano aconteceram no Peru, em dezembro de 1992, com a aquisição de 98,4% do capital acionário da Hierro Peru pela metalúrgica Shougang Group Corp. Essa empresa controla minas com reservas estimadas em 1,7 bilhões de toneladas de minério de ferro e tem produção anual média de 7,2 milhões de toneladas, totalmente destinadas aos mercados externos, com destaque para a China. Nessa exportação, a empresa opera de forma integrada, exportando o minério em bruto através de seus portos, com sua logística de transporte, para abastecimento de suas filiais na China (Sanborn e Torres, 2009).

⁹⁴ Os autores citam o caso da ZTE, fabricante de equipamentos eletrônicos para operadoras de telefonia que conta com financiamento de US\$ 15 bilhões do Banco de Desenvolvimento da China para financiar seus clientes no mundo, dos quais US\$ 2 bilhões foram usados para financiar as operações da companhia no Brasil.

Com a ascende demanda chinesa por minérios na década de 2000, novos projetos chineses no setor mineral foram implementados na América do Sul.⁹⁵ Entre 2007 e 2009, quatro novos grupos empresariais chineses ingressaram na mineração peruana. Esses visavam principalmente à produção de cobre, e todos eram voltados para a exportação de minério para a China com o mínimo grau de elaboração. Segundo a CEPAL (2011a), esses investimentos se deram através de aquisições de jazidas desenvolvidas por empresas júniores, já com a intenção de serem repassadas a grandes empresas do setor. Destaca-se principalmente a construção da mina de cobre Toromocho pela Chinalco, com investimentos de US\$ 2,2 bilhões e previsão de produzir uma média anual de 200 mil toneladas, a partir de 2013.

Existem ao redor de 20 empresas chinesas de mineração com investimentos internacionais significativos ao redor do mundo (Shankleman, 2009). Somasse a esse montante as grandes empresas siderúrgicas com investimentos em minério de ferro e carvão. O estudo da CEPAL (2011a) cita o caso das estatais Minmetals e Chinalco, primeira e segunda mineradora da China, respectivamente, ambas com grandes operações na região sul-americana. Essas empresas se caracterizam pela baixa proporção de ativos fora da China (14% no caso de Minmetals e 10% no caso de Zijin), e o imperativo maior de sua internacionalização é a redução de sua exposição ao mercado internacional, que no caso destas firmas é bastante acentuado. Neste último ponto, as mineradoras chinesas se diferenciam enormemente da demais grandes mineradoras transnacionais.⁹⁶ Também apresentam investimentos importantes no setor mineral sul-americano: as grandes siderúrgicas chinesas estatais Wuhan e Shougang, quarta e duodécima maiores do mundo, respectivamente; as siderúrgicas controladas por governos locais Zijin, Tongling y Xiamen (em sociedade), e a siderúrgica privada Nanjinzhaio. Estas empresas já investiram aproximadamente US\$ 27 bilhões em mineração e petróleo na América Latina, dos quais 12,6 bilhões correspondem a aquisições petrolíferas em 2010.

⁹⁵ O estudo da CEPAL marca uma forte diferenciação entre este empreendimento inicial em 1992 e os realizados na década de 2000. Esse primeiro empreendimento resultou em sérios conflitos trabalhistas e ambientais, gerando graves conflitos com a população local. Em contraste, os novos investimentos, já foram dotados de maior preocupação social e ambiental, marcando uma forte evolução na capacidade gerencial dos empreendedores chineses em seus investimentos externos.

⁹⁶ Segundo a CEPAL (2011a), tanto Shougang como Wuhan compram no mercado internacional o equivalente a 80% do minério de ferro que consomem. Ao mesmo tempo, as maiores siderúrgicas do mundo têm um índice de exposição ao mercado bem inferior. A Arcelor Mittal produz 47% de seu consumo total, e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é exportadora de minerais.

Tabela 36 – Principais Investimentos em Mineração na América do Sul pela China (1992-2010), em milhões de US\$.

Empresa	Produto	Ano de Entrada	Investimento Programado	Investimento Executado	Estado
Peru					
Shougang	Ferro	1992	253	1.000	Em funcionamento, com ampliação anunciada
Chinalco	Cobre	2007	830	2.200	Em estudo de impacto ambiental a produção começará em 2013
Zijin (45%), Tongling (35%) e Xiamen (20%)	Cobre	2007	190	1.440	Em estudo de factibilidade, sem data de começo da produção
Minmetals (60%) e Jiangxi (40%)	Cobre	2008	543	2.500	Em estudo de impacto ambiental a produção começará em 2014
Nanjizhao	Ferro	2009	100	1.500	Em fase de exploração
Brasil					
Wuahn Steel	Ferro	2010	400	5.000	Extração de ferro em execução; planta siderúrgica anunciada, sem data de começo das operações
ECE	Ferro	2010		1.200	Anunciada, por confirmar
Guiana					
Bosai Minerals	Bauxita	2008	1.000	...	Em funcionamento

Fonte: CEPAL, 2011a.

Mesmo que a carteira de projetos dos investimentos chineses tenha se ampliado para outros países sul-americanos de grande potencial mineral, o Peru continuou sendo um dos destinos prioritários dos investimentos chineses nesse setor. O estudo da CEPAL destaca que a produção de Shougang – única empresa chinesa em operação no setor mineral do Peru – sozinha representa 2% das exportações mineiras totais do Peru. Em adição, a carteira de projetos das cinco empresas chinesas destacadas no estudo alcançam 25% dos investimentos totais projetados para o país. Esses dados mostram o peso que os investimentos chineses tiveram no desenvolvimento recente da economia e da mineração peruana. O diferencial peruano na atração de investimentos chineses se explica pelo fato desse país apresentar um menor nível de desenvolvimento de sua indústria mineral, em relação aos demais países sul-americano. Assim, em países como Chile e Brasil, que já apresentam um alto índice de exploração de suas reservas, seus principais ativos minerais já estão em atividade, sendo explorados por grandes empresas. Os diferentes graus de desenvolvimento das indústrias mineradoras em cada país condiciona fortemente as estratégias de penetração dos investimentos chineses nesses países.

No Chile, apesar de apresentar um maior potencial na produção de minério de cobre, os investimentos chineses são bem inferiores aos destinados ao Peru. Isso se deve à maior maturidade de sua indústria mineral, com grandes empresas já estabelecidas, e ao episódio fracassado de aquisição da mina Gaby pela empresa chinesa Minmetals, em 2006. Por meio de um acordo entre Minmetals e CODELCO, a empresa chinesa pagou US\$ 550 milhões

adiantados em troca do fornecimento 56,75 toneladas/ano de cobre por 15 anos. Para essa venda foi usado como referência o preço do minério à época, que girava entorno de US\$ 1 a libra. Nos anos posteriores, esse preço girou entorno de US\$ 3 e US\$ 4 a libra, resultando em grande vantagem à Minmetals e enormes críticas ao governo chileno. Esse acordo incluía também a opção de compra de até 49% da Mina Gaby – com produção de 80 mil toneladas de cobre anuais e capacidade para produzir até 150 mil toneladas. Em setembro de 2008, a CODELCO e Minmetals decidiram não realizar a operação de compra – abrindo mão da compensação financeira determinada em contrato – em função da repercussão negativa e da pressão da sociedade chilena.

O Brasil concentra boa parte dos investimentos na mineração sul-americana fora do Peru. Nesse país os investimentos chineses se caracterizam pela aquisição de participação acionária em projetos já desenvolvidos, ou em desenvolvimento, por grandes empresas do setor. Nesses empreendimentos, as empresas chinesas priorizam a realização de aportes financeiros, tendo como contrapartida o compromisso de fornecimento às siderúrgicas chinesas, com um menor interesse em participar diretamente do controle da operação.

O investimento de maior projeção foi a compra de 21% da mineradora MMX, do empresário Eike Batista, em 2009 por US\$ 400 milhões, pela siderúrgica Wuhan Iron & Steel, uma das maiores da China. Com esse aporte, a MMX pretendia aumentar sua capacidade de produção de 8,7 para 33,7 milhões de toneladas em 2013. A siderúrgica chinesa também confirmou a intenção de investir US\$ 5 bilhões na aquisição de 70% da siderúrgica que está sendo construída na zona industrial de Porto de Açu pelo grupo EBX, de propriedade de Eike Batista. Nesse projeto, a Wuhan não tem responsabilidade operativa, mas receberá uma parte da produção, que será exportada à China.⁹⁷ O projeto enfrenta grandes dificuldades em sua implementação devido a problemas relacionados à infraestrutura no local, principalmente a necessidade de construção de uma linha ferroviária de 300 km para transporte da matéria-prima até a usina, o que aumenta em muito os custos logísticos do empreendimento.

Também, em 2010 o consórcio chinês ECE ⁹⁸ comprou por US\$ 1,2 bilhão o grupo Itaminas.⁹⁹ Também em 2010 a mineradora Honbridge Holding, de Hong Kong, fechou parceria com uma subsidiária do Grupo Votorantim para investir aproximadamente US\$ 400

⁹⁷ Recentemente, (julho de 2012) foi noticiado que a siderúrgica chinesa havia desistido do projeto. Esta informação, no entanto, foi prontamente rebatida pela empresa. (<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/wuhan-diz-que-nao-cancelou-projeto-de-siderurgica>).

⁹⁸ Birô de Exploração e Desenvolvimento Mineral do Leste da China, formado empresas de mineração, de pesquisa e de perfuração, além de centros de pesquisa e equipes de exploração geológica.

⁹⁹ <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,itaminas-e-vendida-a-chineses-por-us-12-bi,528838,0.htm>

milhões em um projeto que visa escoar minério de ferro da mina, em Minas Gerais, até o porto na costa baiana. O contrato prevê a construção de um mineroduto de 420 quilômetros entre o polo de extração em Grão Mogol (MG), no Vale do Jequitinhonha, até o porto em Ilhéus, no sul da Bahia. Com esse aporte financeiro, a mineradora chinesa fez a sua entrada no projeto Sul América de Metais (SAM), que pretende exportar 25 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano para os chineses, e tem desembolsos totais calculados em 4,2 bilhões até 2013.¹⁰⁰

No Brasil também houve casos de insucesso, a semelhança do Chile. Em 2007, a siderúrgica china Baosteel firmou contrato com a mineradora brasileira Vale para a construção de uma planta integrada com capacidade de 5 milhões de toneladas. Em abril de 2009, diante da crise financeira e o temor de paralização dos planos de expansão industrial, a empresa chinesa se retirou do projeto que foi totalmente adquirido pela Vale.

No setor de petróleo, os investimentos chineses até a primeira metade da década de 2000 se pautaram pela aquisição de concessões para a exploração direta pelas empresas chinesas. Principalmente por meio da CNPC (Corporação Nacional de Petróleo da China), foram adquiridas importantes concessões no Peru, Equador e, principalmente, na Venezuela, onde estão localizadas as maiores operações da CNPC. Essa empresa produz aproximadamente 3 milhões de toneladas anuais (5% da produção total da Venezuela) (CEPAL, 2011a). Na segunda metade da década de 2000, os investimentos chineses no setor de petróleo sul-americano se voltaram à aquisição de empresas privadas ou alianças estratégicas com grandes empresas transnacionais em operação nesses países, como REPSOL ou Statoil. Esses investimentos foram direcionados, principalmente, aos novos campos em desenvolvimento em países com menor tradição na produção de petróleo, como as reservas do Pré-Sal brasileira. A Venezuela também manteve seu destaque na recepção de IED's voltados ao setor petrolífero sul-americano, principalmente através de alianças estratégicas e *joint ventures* com a PDVSA, como no caso da CNPC no bloco 4 do campo Junín na Bacia do rio Orinoco, e a PETROCHINA na construção de uma refinaria com capacidade de produção de 400 mil barris/ dia. Essa segunda fase também marca a entrada de novas empresas chinesas no setor petrolífero sul-americano, como PETROCHINA, SINOPEC, SINOCHEN e CNOOP.

O investimento chinês de maior projeção na América do Sul foi a série de empréstimos acordados entre o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e as principais

¹⁰⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1116908-honbridge-escolhe-duto-para-mineracao-de-ferro-no-brasil-diz-jornal.shtml>.
<http://www.brasileconomico.com.br/noticias/nprint/80964.html>.

petroleiras estatais sul-americanas, tendo como contrapartida o fornecimento de petróleo em bruto – também pode ser incluído o acordo entre a CODELCO e a Minmetal de 2006. Com a Petrobrás, o CDB realizou um empréstimo de US\$ 10 bilhões em maio de 2009 que será pago com a exportação de 150 mil barris diários de petróleo à Unipetrol Ásia – subsidiária da Sinopec – a partir de 2009, passando a 200 mil barris diários de 2010 a 2019. O mesmo banco concedeu empréstimo à Venezuela em 2010 no valor de US\$ 10 bilhões e igual montante em yuan. O pagamento desse empréstimo também será feito diretamente com exportações petrolíferas, principalmente óleo cru, entre 200 e 300 mil barris diários durante dez anos, sendo uma das principais razões para o aumento das exportações petrolíferas para a China. Esse empréstimo foi um prolongamento do acordo bilateral firmado em 2007 entre Venezuela e China (Fondo de Financiamiento Conjunto Chino-Venezuelano – Fondo Pesado I) através do qual a Venezuela se comprometeu a fornecer quantidade de petróleo não inferior a 230 mil barris diários, como pagamento a um empréstimo no valor de US\$ 20 bilhões.¹⁰¹

¹⁰¹ PDVSA (2009).

Conclusão

Esta primeira década do século XXI resultou em grande crescimento econômico dos países sul-americanos. Esse crescimento, no entanto, se deu com predominância dos setores primários e acentuação da dependência externa, representada agora pelas crescentes relações econômicas com a China. Esse quadro faz do trabalho de Celso Furtado uma ótima base teórica para a avaliação do atual quadro econômico desses países.

O subdesenvolvimento na teoria de Furtado pode ser definido como “um processo histórico particular resultante da penetração das empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas”¹⁰² Esse movimento é fruto da evolução do sistema capitalista, onde se inclui também a formação de um núcleo central e uma periferia. Nesse processo, a expansão dos países centrais leva a uma tendência espontânea ao crescimento econômico nos países periféricos, gerando setores dinâmicos, de alta produtividade, ligados diretamente à demanda externa e com escassa conexão com o conjunto da economia nacional. O confronto desses setores dinâmicos com estruturas sociais arcaicas geram graves desequilíbrios (como inflação e *déficit* do balanço de pagamentos) e descompasso entre a produtividade de cada setor. O autor chama de *modernização* esse crescimento com agravamento da situação de subdesenvolvimento. Desta forma, Furtado rompe com a dicotomia atraso/modernização e acentua a situação de heterogeneidade estrutural, presente nos países periféricos.

Essa dependência perpassa a esfera econômica, se caracterizando também como uma dependência cultural pela tentativa das elites nacionais em assimilar os hábitos e padrões de consumo vigente nos países capitalistas, o que forma um constante elo de criação e reprodução do subdesenvolvimento. A superação desse subdesenvolvimento vai além do âmbito puramente econômico. Furtado acentua a necessidade de fortalecimento dos centros de decisões nacionais como forma de quebrar a dependência em todas as suas dimensões. Isso envolve aumentar a capacidade de influir nos fluxos econômicos internacionais e consolidar um sistema econômico nacional, tal como vigente nas economias centrais. Cumpre importante papel a formação do mercado consumidor interno e a distribuição de renda, como forma de transformar a economia nacional no centro dinâmico propulsor do crescimento econômico. O Estado deve coordenar o processo de crescimento econômico, para transformar a industrialização espontânea em um processo de *desenvolvimento* e aumentar seus efeitos sobre o conjunto da economia nacional.

¹⁰² Tavares (2000, p. 129).

Apesar das atuais críticas e divergências em relação à teoria furtadiana, a sua mensagem principal continua sendo extremamente válida enquanto base para análise das economias periféricas. Essa mensagem está centrada na incapacidade de se conduzir um processo de desenvolvimento em uma situação de heterogeneidade estrutural (descompasso entre os setores dinâmicos da economia e conjunto da economia nacional).¹⁰³ Esse descompasso se expressaria pelo lado da oferta e pela demanda. Pela oferta, no diferencial da produtividade do trabalho nas diferentes atividades; e pela demanda, na dependência do setor dinâmico em relação aos movimentos cíclicos das economias centrais, tanto para a realização da produção, quanto na destinação da renda gerada. Além das diferenças entre as elasticidades entre os produtos do setor dinâmico e dos demais setores. Esse descompasso com o conjunto da economia nacional leva a um crescimento dos desequilíbrios econômicos e sociais e ao agravamento das restrições externas, já que o conjunto da economia não gera condições para acompanhar o impulso gerado pela demanda advinda dos países centrais. Por outro lado, esse não é um projeto puramente econômico, mas também político e social.

Essas recomendações contrastam fortemente com o padrão de crescimento adotado nos países sul-americanos nos anos recentes, que se assenta cada vez mais na demanda externa em crescimento, afetando quase exclusivamente as exportações de produtos primários. Essa crescente importância das exportações primárias para a continuidade do bom cenário econômico sul-americano representa um dos principais pontos de debilidade a médio e longo prazo, acentuado pela influência direta do comportamento da economia chinesa sobre a conjuntura de expansão das exportações de produtos primários.

Apesar da melhora na situação fiscal e maiores possibilidades de atuação estatal nos países sul-americanos, poucas medidas são implementadas para reverter a dependência extrema das exportações primárias, que se veem agora acentuada pela conjuntura de grande valorização dos preços desses produtos. A presença estatal na América do Sul se dá principalmente pelos investimentos em infraestrutura para aumentar a capacidade de exportação em gêneros primários e aumentar sua competitividade nesses produtos. Esse tipo de ação contrasta fortemente com a retomada da retórica nacionalista adotada por vários governantes nos anos recentes.

Esta forma de crescimento, na verdade, representa uma certa continuidade em relação ao modelo econômico adotado nos anos 90, onde se abandonou os instrumentos estatais de intervenção econômica e se assumia uma atitude passiva em relação aos fluxos de capitais

¹⁰³ Convergência com os países centrais ou crescimento econômico sustentado a longo prazo, em abordagens mais modernas.

internacionais - complementado pelo aumento nos gastos fiscais dos Estados, nesta última década. Pouco ou nenhuma novidade pode ser vista na forma de inserção internacional que justifique a diferença entre o desempenho econômico atual e as décadas anteriores. Por outro lado, o modelo de inserção internacional baseado na abertura ao capital externo, no setor mineral, somente foi capaz de promover algum crescimento em função da demanda explosiva de minerais pela China.

Cada vez mais se consolida entre os países sul-americanos um crescimento assentado nas exportações primárias, somadas aos fortes desestímulos à produção industrial e as exportações de produtos manufaturados. Nesse crescimento ainda estão presentes as mesmas debilidades das décadas anteriores: grande impulso à importação, valorização cambial, taxa de juros reais elevadas e crescimento fortemente calcado no consumo.

O caso do Brasil é bem exemplar do balanço de perdas e ganhos do crescimento atual sul-americano. Esse país vem ganhando espaço crescente nos principais indicadores econômicos da região sul-americana, incluindo: PIB, comércio, investimento, entrada de IED, estoque de dívidas externas. A combinação de grande potencial na produção do principal minério importado pela China, minério de ferro, novas descobertas de petróleo e grande mercado consumidor, trouxe uma grande complementariedade entre o ciclo de crescimento econômico chinês e brasileiro, tanto no comércio como nos Investimentos Externos. No entanto, ele apresenta uma das menores taxas de crescimento real do PIB e de Investimentos em proporção ao PIB na região. Além de ser também um dos principais casos de queda na participação dos produtos manufaturados no PIB e nas exportações. Esse quadro é complementado pela brutal valorização cambial da moeda brasileira e manutenção de altas taxas de juros reais, que atuam para debilitar a produção e exportação industrial. Esses efeitos negativos sobre a indústria brasileira são amenizados pelo tamanho e grau de diversificação de sua economia. No entanto, justamente esse maior grau de desenvolvimento da indústria brasileira faz com que o Brasil tenha muito mais a perder com a continuidade desse padrão de crescimento que os demais países sul-americanos. Em adição, grande parte do crescimento brasileiro se deve às políticas de transferência de renda às populações mais pobres e investimentos sociais do governo, possibilitados pela melhoria na condição fiscal dos governos. Ambos visam atenuar os desequilíbrios econômicos e sociais de um crescimento econômico concentrador de riqueza e com poucos efeitos sobre os demais setores da economia.

Nesse sentido, existe uma grande diferença entre o padrão de crescimento adotado pelos países sul-americanos e pela China. No modelo chinês, o impulso externo é complementado por um esforço constante para a promoção de exportações de maior conteúdo tecnológico e atração de investimentos externos, formando a base do crescimento econômico. Os investimentos em infraestrutura e o mercado interno são partes integrantes desse esforço para aumentar o conteúdo tecnológico da produção chinesa. Esse crescimento segue a clara orientação de transformar a China em uma potência no sistema internacional através do crescimento econômico, construída no fim dos anos 70. A mais nova expressão desse esforço de promoção do crescimento chinês é o recente processo de internacionalização das empresas chinesas. Esse processo vem sendo capitaneado pelas empresas estatais, apoiadas pelos bancos públicos chineses e priorizando setores complementares ao seu ciclo de crescimento econômico acelerado. No setor mineral, os investimentos externos chineses são realizados pelas grandes siderúrgicas estatais, que buscam reduzir sua exposição ao minério importado com a entrada em projetos em funcionamento ou pela realização de empréstimos financeiros, tendo sempre como contrapartida o envio dos minérios brutos à China.

Esses investimentos atuam de forma complementar as relações de comércio, que são marcadas pela crescente presença dos bens minerais nas exportações sul-americanas. O fluxo de minérios sul-americano à China é bastante representativo do relacionamento assimétrico que vem se estruturando entre essas economias, marcado principalmente pela concentração (geográfica e de produtos) das exportações sul-americanas, em contraste com o crescimento generalizado das exportações chinesas, onde predominam os produtos manufaturados de alta tecnologia.

Nesse comércio, as vantagens absolutas e o patrimônio mineral dos países sul-americanos parecem ser o fator principal de competitividade que explica grande parte do crescimento das exportações sul-americanas – mesmo para o Chile, que exhibe grande participação dos produtos manufaturados (metais de cobre). Esse efeito se dá principalmente naqueles países com grande potencial de minério de ferro e cobre, dois dos minerais de maior demanda pela China. Esse grupo inclui também o alumínio, minério no qual a participação da China nas importações sul-americana ainda é pouco significativa, apesar deste país concentrar um percentual cada vez maior das importações mundiais. A China vem se destacando como destino de grande parte das exportações minerais de Brasil e Chile, além de ser decisiva na rápida evolução da indústria mineral no Peru, para onde a China direciona pesados investimentos visando o desenvolvimento do setor mineral.

Com isso, se replica a tendência dominante nos países sul-americanos de sempre buscar um aprimoramento na produção dos mesmos produtos, sem avançar em direção a bens de maior conteúdo tecnológico (Palma, 2004). Essa tendência é bastante acentuada no setor mineral, que vem se caracterizando nas últimas décadas pela exportação de produtos em estado primário para os países asiáticos de grande crescimento industrial. Desta forma, o atual padrão apresentado pelas exportações sul-americanas de produtos minerais para a China, se assemelha muito ao comércio com o Japão, e demais países asiáticos, nos anos 90. O papel diferenciado que as exportações minerais vêm representando para o crescimento econômico nos últimos anos se deve à grande dimensão da economia chinesa e as peculiaridades de seu ciclo de crescimento, que fizeram a China ser quase a única demandante das exportações de vários países com menor potencial mineral.

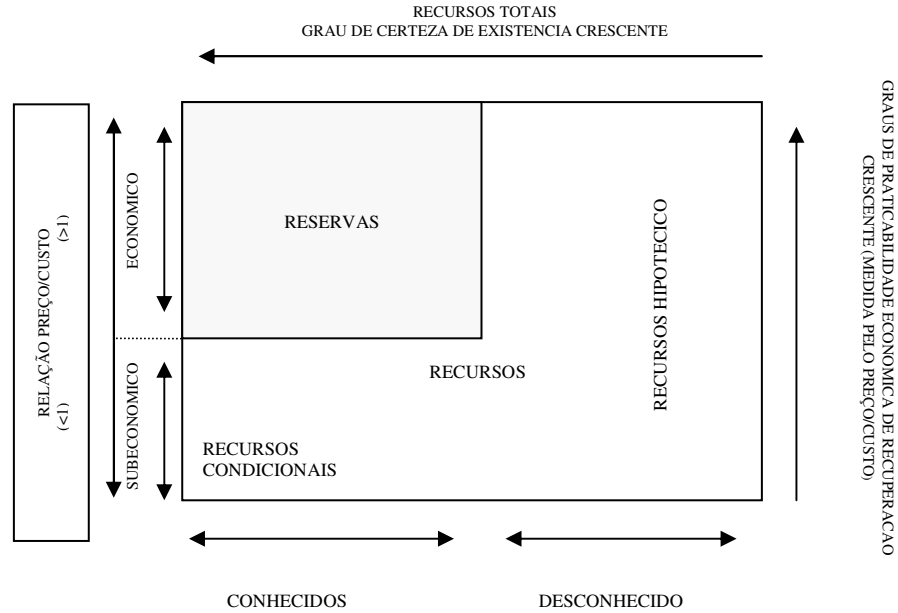
Cabe ressaltar também a ênfase dada pela China no comércio Sul-Sul, como uma forma de comércio menos assimétrico e de colaboração com o desenvolvimento dos países mais pobres. Esse tipo de comércio, no entanto, se constitui basicamente nos demais países do hemisfério sul (América Latina e África) fornecendo alimentos e matérias-primas as economias industrializadas do sudeste asiático, e importando produtos industrializados em contrapartida. Longe de ser um comércio menos assimétrico. Esse é, simplesmente, uma nova forma de divisão internacional do trabalho, que continua reservando aos países da América do Sul o mesmo papel de fornecedores de recursos primários aos países em rápida industrialização.

Nesse quadro é extremamente arriscado a insistência dos países sul-americanos, e organismos multilaterais, em estreitar laços econômicos com a China sem considerar o caráter assimétrico desse comércio bilateral, principalmente a importância desse comércio para cada um dos lados. Além dos fatores já identificados na pesquisa, existem outros elementos que chamam para uma maior atenção quanto à priorização das relações comerciais com a China sobre as bases atuais. Tem especial importância a recente aproximação da China com os países africanos, financiando grandes projetos de exploração mineral destinados ao abastecimento das indústrias chinesas. Por outro lado, nos últimos anos a China vem deixando cada vez mais explícito seu objetivo de reestruturar seu padrão de crescimento, em direção a uma menor participação da indústria pesada e investimentos em infraestrutura. Em seu lugar a China visa priorizar o aumento do consumo das famílias, melhoria na distribuição de renda e qualidade de vida, modelo denominada no 11º Plano Quinquenal da China como ‘Crescimento Inclusivo’.

Essa extrema dependência de elementos específicos do crescimento chinês (alta participação dos investimentos em infraestrutura e sua consequente demanda por minerais) traz péssimas perspectivas sobre o crescimento econômico dos países sul-americanos a médio e longo prazo. Dois elementos se mostram fundamentais para a continuidade desse crescimento: a continuidade dos grandes investimentos em infraestrutura da China e que os países sul-americanos continuem tendo papel de destaque na oferta mundial dos principais minérios demandados pela China. Como visto, em ambos os fatores a China vem adotando medidas que podem diminuir a importância da região sul-americana no abastecimento mineral chinês. Por um lado, pela tentativa da China de refrear seu ritmo de crescimento econômico, com a consequente diminuição dos investimentos. Por outro lado, a China tenta estabelecer relações comerciais com outras áreas fornecedoras de minerais, principalmente os países africanos, que já são o destino de pesados investimentos chineses para a criação de infraestruturas para exploração e exportação mineral.

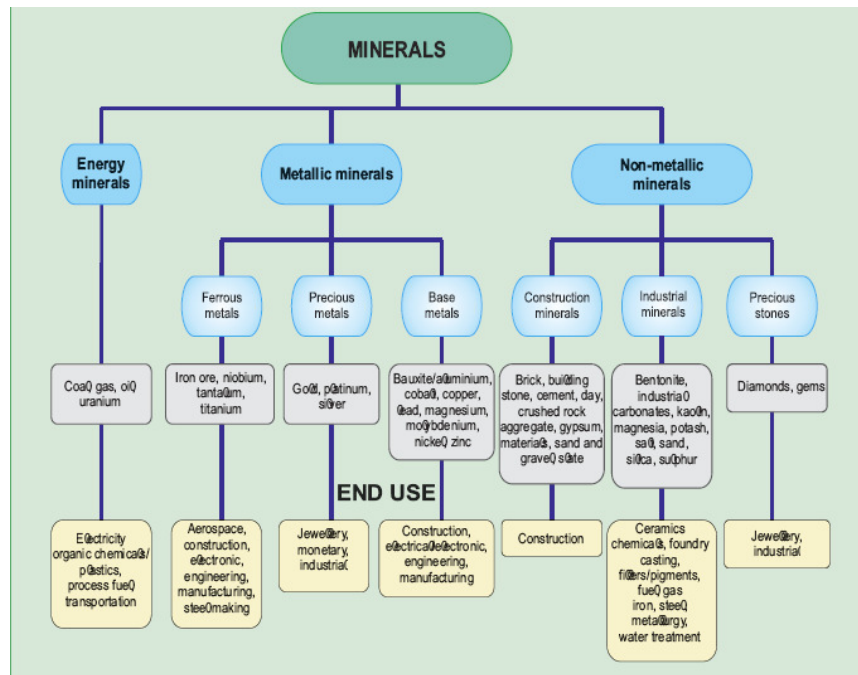
Anexos

Anexo 1 – Caixa de MacKelvey – critério para delimitação de reservas minerais.



Fonte: Silva, 2003.

Anexo 2 – Classificação dos Recursos Minerais por Uso Final.



Fonte: UNCTAD, 2007b.

Anexo 3 – Reservas e Recursos Minerais: Disponibilidade Primária Mundial – 1950-2000

Minério	Mineral	1950	1974	2000	2000-1950
Bauxita	Al	1,4x10 ⁹	1,6x10 ¹⁰	3,5x10 ¹⁰	25,0
Cobre	Cu	1,0x10 ⁸	3,9x10 ⁸	6,5x10 ⁸	6,5
Ouro	Au	3,1x10 ⁴	4,0x10 ⁴	7,7x10 ⁴	2,5
Ferro	Fe	1,9x10 ¹⁰	8,8x10 ¹⁰	3,1x10 ¹¹	16,3
Chumbo	Pb	4,0x10 ⁷	1,5x10 ⁸	1,3x10 ⁸	3,3
Níquel	Ni	1,4x10 ⁷	4,4x10 ⁷	1,5x10 ⁸	10,7
Fosfato	P	2,6x10 ⁹	1,3x10 ¹⁰	3,7x10 ¹⁰	14,2
Prata	Ag	1,6x10 ⁵	1,9x10 ⁵	4,2x10 ⁵	2,6
Cassiterita	Sn	6,0x10 ⁶	1,0x10 ⁷	12,0x10 ⁶	2,0
Zinco	Zn	7,0x10 ⁷	1,2x10 ⁸	4,32x10 ⁸	6,1
Carvão	...	6,0x10 ¹⁰	6,5x10 ¹¹	9,8x10 ¹¹	16,3
Petróleo	...	8,0x10 ¹⁰	7,2x10 ¹¹	1,05x10 ¹²	13,1
Gás	...	4,7x10 ¹²	2,2x10 ¹⁵	1,5x10 ¹⁴	31,9

Fonte: DNPM, 2009.

Anexo 4 – 10 Principais Empresas Latino-americanas do Setor de Petróleo, em 2010.

	EMPRESA	PAÍS	VENDAS 2010 US\$ Milhões	VARIAÇÃO DAS VENDAS 10/09 (%)	LUCRO LIQ. 2010 US\$ Milhões	VARIAÇÃO DO LUCRO 10/09 (%)	RK 2010	RK Nacional
1	PETROBRAS	BRA	128.000,0	22,0	21.119,5	26,9	1	1
2	PEMEX	MÉX	103.814,2	24,5	-3.843,3	47,0	2	1
3	PDVSA	VEN	94.929,0	26,6	3.202,0	-27,1	3	1
4	PETROBRAS DISTRIBUIDORA	BRA	39.655,8	25,4	844,8	0,6	6	3
5	ULTRAPAR	BRA	25.496,2	22,9	459,3	71,3	10	6
6	IPIRANGA PRODUTOS DE	BRA	21.795,5	172,0	352,2	723,9	11	7
7	ECOPETROL	COL	21.610,7	19,2	4.194,3	61,3	12	1
8	YPF	ARG	11.013,0	22,9	1.443,9	58,6	36	2
9	PETROECUADOR	ECU	9.343,6	16,0	N.D.	-	50	1
10	ENAP	CHI	8.179,9	15,3	70,1	-65,0	64	1,2

Fonte: América Economia e Compodónico e Ortiz, 2002.

Anexo 5 – 10 Principais Empresas Latino-americanas do Setor de Mineração em 2010.

	EMPRESA	PAÍS	VENDAS 2010 US\$ Milhões	VARIAÇÃO DAS VENDAS 10/09 (%)	LUCRO LIQ. 2010 US\$ Milhões	VARIAÇÃO DO LUCRO 10/09 (%)	RK 2010	RK 2000
1	VALE	BRA	49.949,00	79,3	18.047,10	206,6	4	23
2	CODELCO	CHI	16.065,90	32,3	1.876,30	48,7	20	44
3	ESCONDIDA	CHI	9.211,50	30,3	4.338,20	35,6	51	158
4	GRUPO MÉXICO	MÉX	8.320,10	65,7	1.696,20	89,5	62	42
5	INDUSTRIAS PEÑÓLES	MÉX	5.202,70	51,7	525,1	32	95	210
6	ANTOFAGASTA PLC	CHI	4.577,10	54,5	1.051,80	57,5	112	-
7	COLLAHUASI	CHI	3.928,90	22,5	2.047,90	30,9	135	-
8	SAMARCO MINERAÇÃO	BRA	3.745,30	131,7	1.349,00	59,2	144	496
9	LOS PELAMBRES	CHI	3.285,80	62,3	1.646,70	72,2	164	-
10	SOUTHERN PERÚ COPPER CORP.	PER	3.153,50	41,8	1.208,00	70,9	170	285

Fonte: América Economia e Compodónico e Ortiz, 2002.

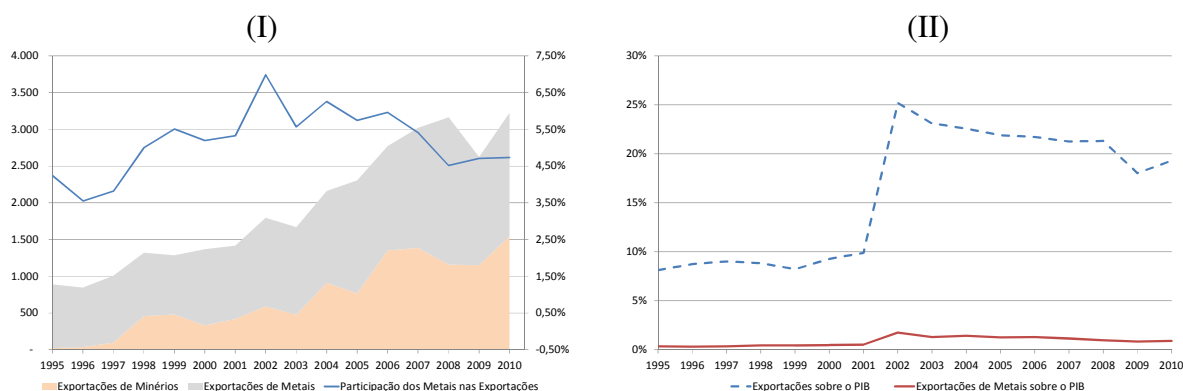
Anexo 6 – Participação da Exportação de minérios e metais nas economias sul-americanas.

Gráfico I: Exportações de minérios e metais acabados e semiacabados e participação nas Exportações totais, em milhões de US\$ e %.

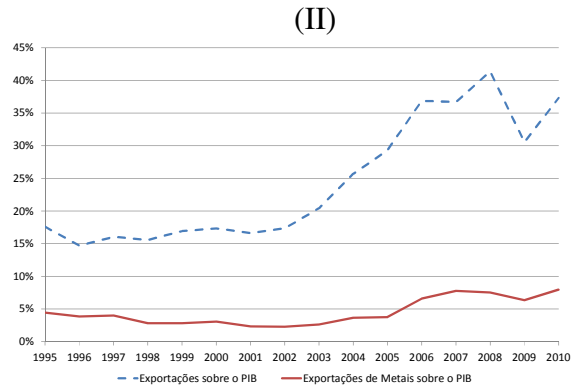
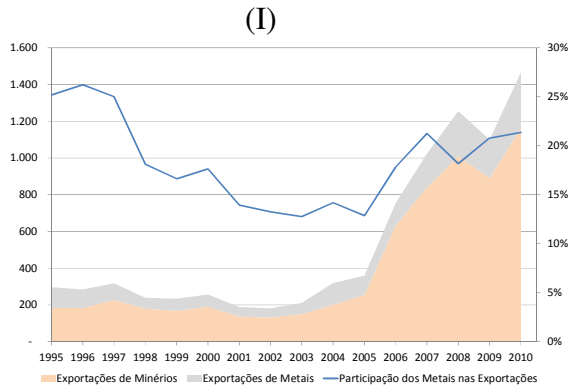
Gráfico II: Participação das Exportações totais e Exportação de Minério e Metais no PIB, em %.

Fonte: COMTRADE/ONU e CEPAL.

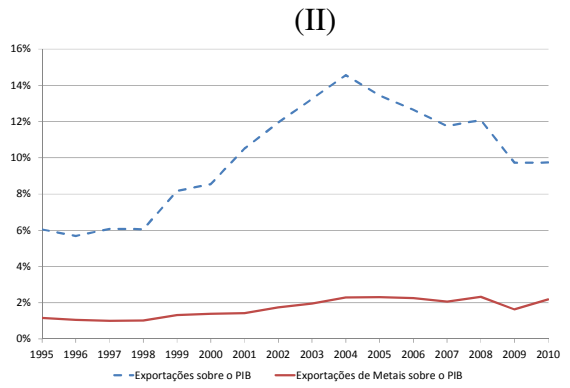
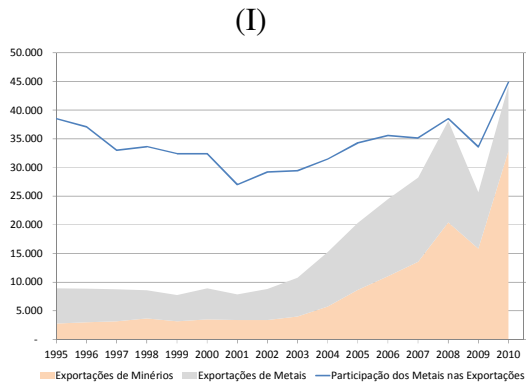
Argentina



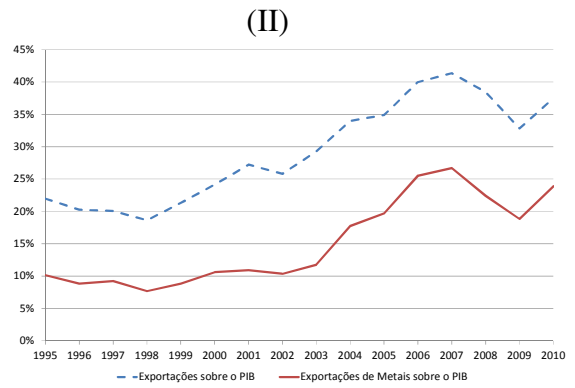
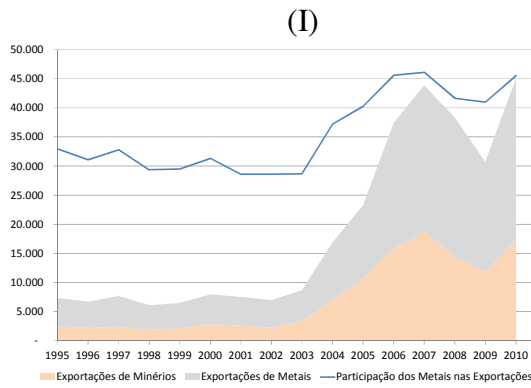
Bolívia



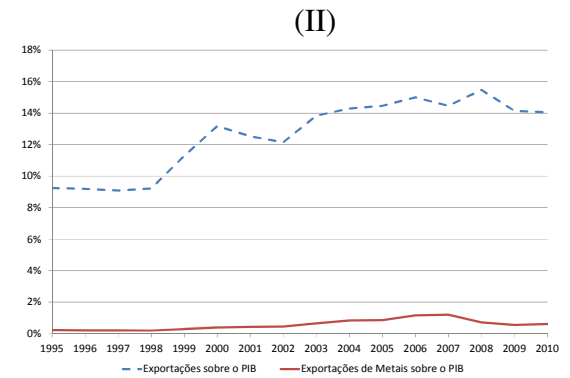
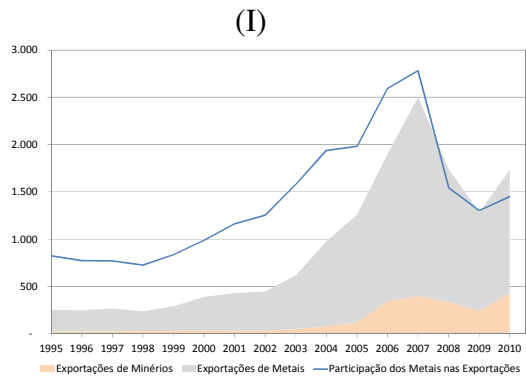
Brasil



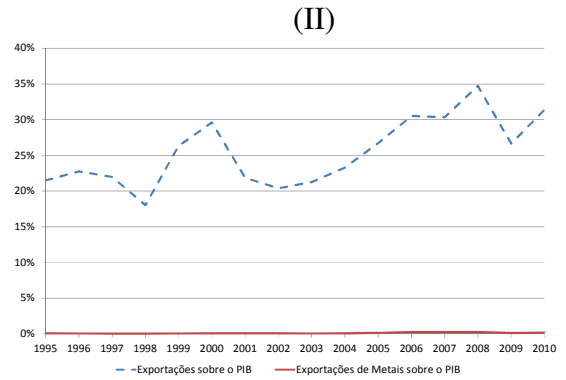
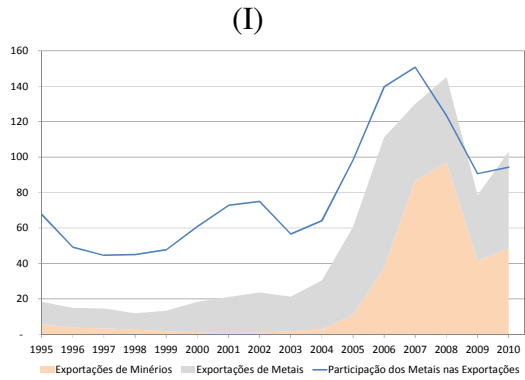
Chile



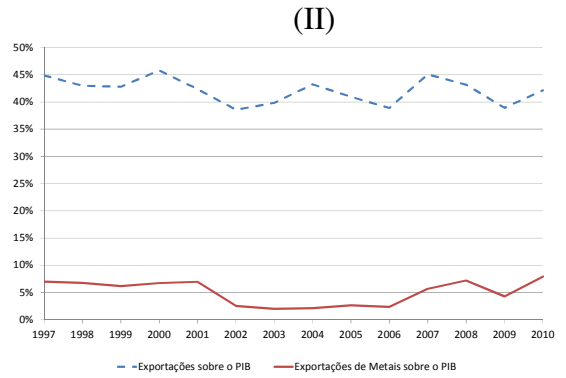
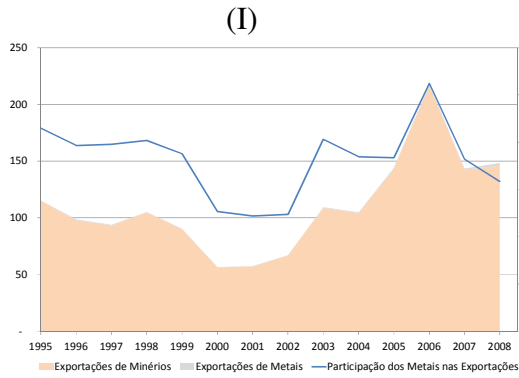
Colômbia



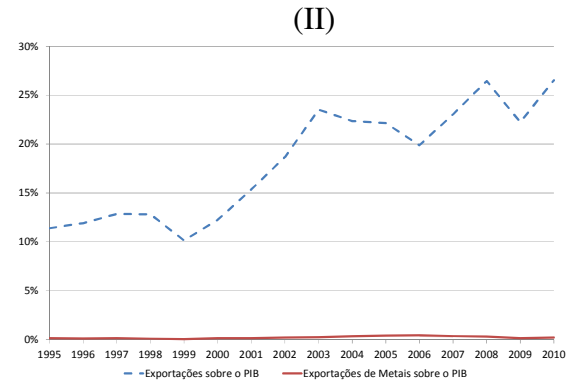
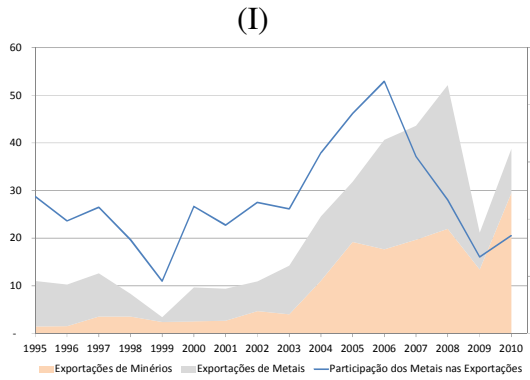
Equador



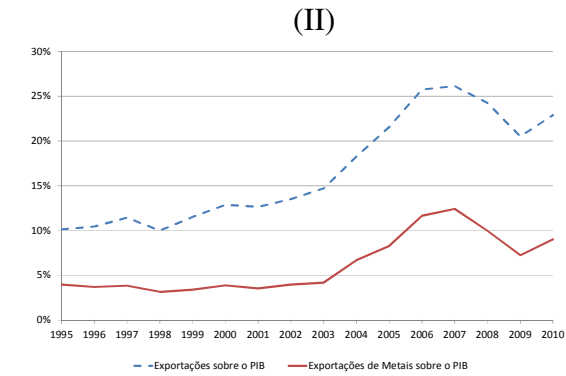
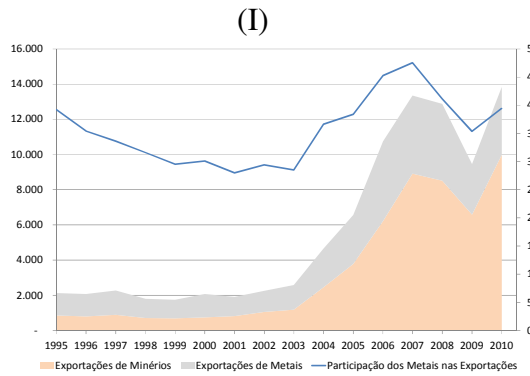
Guiana



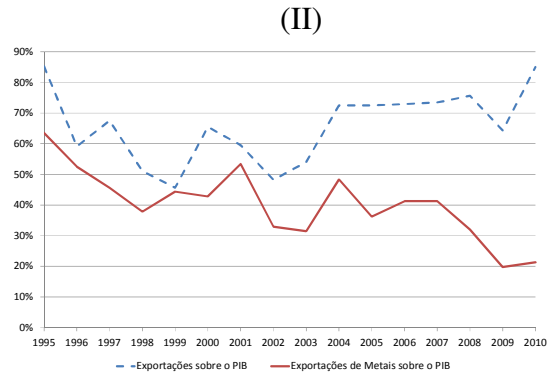
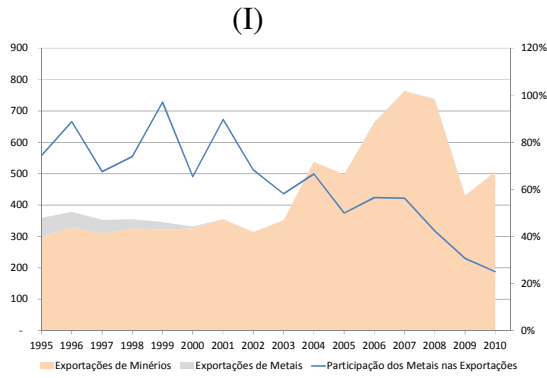
Paraguai



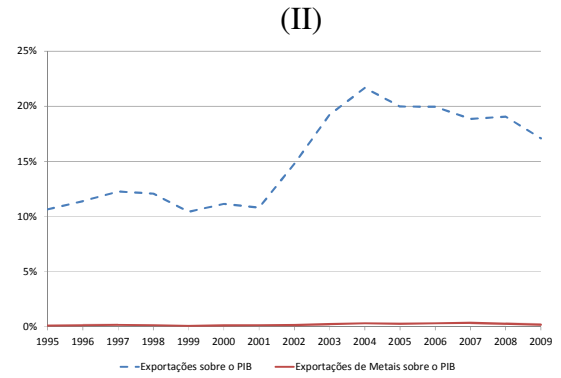
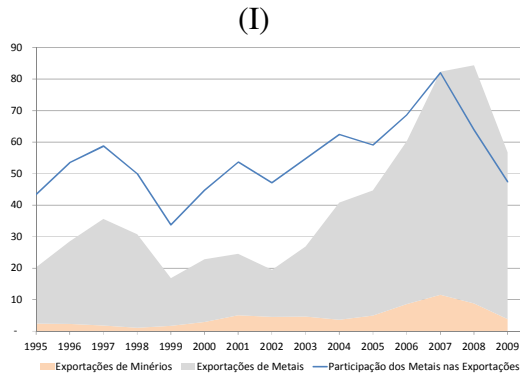
Peru



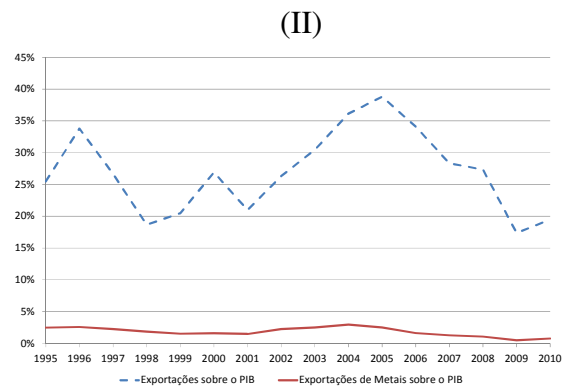
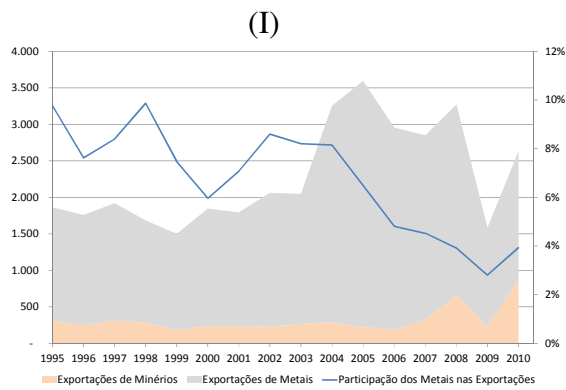
Suriname



Uruguai



Venezuela



Anexo 6 – Principais países destinos das Exportações de Minérios e Concentrados dos países sul-americanos, em milhões US\$.

	Minério de Ferro e Concentrados	Restos e Sucatas de Minério de Ferro	Restos e Sucatas de Metais não Ferrosos	Minérios de Cobre e Concentrados	Minérios de Níquel e Concentrados	Minério de Alumínio e Concentrados	Minério de Chumbo e Concentrados	Minério de Zinco e Concentrados	Minério de Estanho e Concentrados	Minério de Manganês e Concentrados	Minérios e Concentrados de Outros Metais Não Ferrosos	Minérios Total
Mundo	31.232,359	214,897	1.664,641	22.758,140	193,794	2.352,192	1.467,816	2.410,460	68,317	359,022	1.810,598	64.526,740
China	14.980,830	9,237	913,673	5.571,827	0,046	11,100	831,309	520,557	26,682	190,533	181,765	23.237,559
Japão	3.442,538	0,395	10,485	6.180,252	-	8,039	57,757	475,582	30,362	-	333,388	10.538,797
Alemanha	1.958,368	0,470	30,355	1.830,529	-	61,662	10,319	3,797	2,902	-	2,667	3.901,069
Coreia do Sul	1.226,340	10,382	154,181	1.792,636	-	-	230,848	330,842	0,091	-	67,919	3.813,238
Índia	12,930	25,001	22,873	2.140,330	-	-	-	38,329	-	21,250	0,898	2.261,610
Espanha	318,789	22,062	17,688	1.266,369	-	-	-	222,846	-	17,071	13,419	1.878,243
Holanda	658,889	31,318	30,667	-	-	47,096	-	-	-	0,218	452,712	1.220,900
Bélgica	469,587	5,342	149,996	30,487	-	0,069	137,788	321,304	0,095	-	75,173	1.189,840
Canadá	38,843	0,677	0,687	171,492	-	718,096	100,809	45,163	-	-	0,471	1.076,238
Itália	847,025	12,690	0,323	0,176	-	0,056	-	25,818	-	0,405	22,727	909,221
Arábia Saudita	847,227	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	847,227
França	694,043	0,093	0,272	-	-	19,005	-	-	-	54,331	3,652	771,397
Reino Unido	716,166	3,532	1,700	-	-	0,085	0,146	11,526	-	0,216	4,905	738,277
Bulgária	-	-	-	692,775	-	-	-	11,823	-	-	-	704,598
EUA	101,150	4,129	28,392	-	-	258,197	-	41,846	-	1,328	242,285	677,327
Filipinas	207,745	-	-	460,145	-	-	-	-	-	-	-	667,890
Finlândia	-	-	-	450,476	193,748	-	-	22,571	-	-	-	666,796
Egito	400,554	-	-	-	-	93,749	-	-	-	-	-	494,303
Bahrain	415,014	-	-	-	-	26,865	-	-	-	-	-	441,878
Noruega	-	-	0,160	-	-	409,951	-	-	-	16,970	-	427,081

Fonte: COMTRADE/UN.

Anexo 7 – Principais países de origem das Importações de Minérios e Concentrados da China, em milhões US\$.

	Minério de Ferro e Concentrados	Restos e Sucatas de Minério de Ferro	Restos e Sucatas de Metais não Ferrosos	Minérios de Cobre e Concentrados	Minérios de Níquel e Concentrados	Minério de Alumínio e Concentrados	Minério de Chumbo e Concentrados	Minério de Zinco e Concentrados	Minério de Estanho e Concentrados	Minério de Manganês e Concentrados	Minérios e Concentrados de Outros Metais Não Ferrosos	Minérios Total
Mundo	79.722,414	3.005,634	16.621,893	13.358,540	3.364,218	2.808,607	2.512,916	2.145,143	97,603	2.807,453	4.805,515	131.859,832
Austrália	34.814,332	75,962	2.309,416	1.346,926	1.059,108	1.662,450	388,444	699,034	35,612	891,881	449,425	43.732,591
Brasil	17.833,567	1,627	9,332	134,487	0,046	3,299	22,313	0,333	-	335,045	37,035	18.377,086
Índia	11.249,470	-	1,783	0,212	-	107,399	13,537	78,892	-	22,421	209,057	11.682,775
África do Sul	4.146,489	0,912	53,064	88,586	0,122	-	97,860	0,000	0,250	760,010	935,920	6.082,964
Chile	912,104	0,236	50,267	3,933,772	-	-	8,968	7,479	-	-	172,706	5.085,781
EUA	97,969	660,385	2,869,929	707,175	8,282	9,413	397,914	68,226	-	2,011	175,260	4.996,566
Peru	943,555	-	18,422	2,048,717	-	-	743,821	669,524	-	-	3,213	4.427,251
Indonésia	591,563	-	18,509	237,576	969,236	959,665	3,170	8,904	0,516	49,836	38,397	2.877,447
Espanha	-	53,272	2,315,722	138,351	108,311	0,813	-	0,535	-	-	0,808	2.617,813
Japão	1,630	1,665,518	654,063	0,535	1,908	26,486	-	-	-	-	1,189	2.351,340
Irã	1,780,577	-	0,767	179,590	-	-	40,970	31,745	-	0,745	120,545	2.155,019
Malásia	240,239	13,314	1,552,578	0,936	2,612	1,778	0,176	0,137	0,748	93,635	5,638	1.911,791
México	365,051	-	391,682	793,571	0,243	-	112,829	54,082	0,150	13,951	48,876	1.780,450
Alemanha	-	17,615	1,585,598	-	11,447	21,499	42,988	2,511	-	-	0,720	1.682,384
Ucrania	1,615,876	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,147	1.622,023
Cazaquistão	785,860	31,592	0,704	512,575	-	-	23,160	82,649	-	14,700	83,627	1.534,870
Canadá	690,558	10,784	257,900	408,784	61,552	0,810	0,244	30,612	-	-	45,469	1.506,713
Turquia	16,275	1,425	20,762	445,522	-	-	52,658	84,000	-	7,556	632,124	1.260,373
Mongólia	222,163	-	2,116	894,842	-	-	10,592	80,755	0,178	-	31,317	1.241,963
Rússia	869,768	22,749	1,065	9,765	82,208	-	141,864	29,623	-	0,110	52,706	1.209,884
Filipinas	62,683	3,507	151,672	296,894	559,342	-	0,951	-	-	2,186	32,474	1.109,800
Mauritânia	568,206	-	-	317,864	-	-	-	-	-	-	-	886,070
R.D. Congo	-	-	1,243	47,846	-	-	-	-	0,605	-	745,950	795,646
Venezuela	725,614	-	59,979	-	-	-	-	-	-	-	-	785,593
Hong Kong	-	146,393	584,115	-	-	-	-	-	-	-	-	730,562

Fonte: COMTRADE/UN.

Anexo 8 – Exportações de Minérios e Concentrados dos países sul-americanos para a China, em US\$.

	1995	2000	2005	2010
Aluminium ores and concentrates	-	-	46.410.080	11.100.339
Brazil	-	-	40.348.830	2.690.461
Colombia	-	-	-	649.613
Guyana	-	-	-	7.760.265
Venezuela	-	-	6.061.250	-
Copper ore and concentrates	116.856.640	305.486.286	2.437.592.406	5.571.826.529
Argentina	-	-	99.967.139	19.755.634
Bolivia	-	-	-	33.321
Brazil	-	-	39.542.034	65.203.141
Chile	116.856.640	273.112.754	1.795.293.274	3.791.529.089
Peru	-	32.373.532	502.789.959	1.695.305.344
Iron ore and concentrates	225.413.570	304.315.954	1.986.923.970	14.980.829.555
Argentina	-	-	-	3.860.897
Bolivia	-	-	-	1.180
Brazil	155.932.704	271.191.730	1.784.631.125	13.338.017.300
Chile	5.264.498	-	60.182.241	748.870.816
Peru	64.216.368	31.105.592	142.110.604	481.529.589
Venezuela	-	2.018.632	-	408.549.773
Lead ores and concentrates	-	1.754.197	143.257.797	831.308.917
Bolivia	-	-	-	19.345.926
Brazil	-	-	2.078.883	11.620.460
Chile	-	-	1.330.645	2.071.649
Peru	-	1.754.197	139.848.269	798.270.882
Manganese ore and concentrates	2.824.766	2.520.292	49.392.038	190.532.966
Bolivia	-	-	-	1.833.453
Brazil	2.824.766	2.520.292	49.392.038	188.674.503
Peru	-	-	-	25.010
Nickel ores and concentrates	-	-	-	46.264
Brazil	-	-	-	46.264
Tin ores and concentrates	-	4.752.542	7.333.930	26.681.857
Bolivia	-	4.752.542	7.333.930	26.154.270
Brazil	-	-	-	527.587
Zinc ores and concentrates	1.773.396	-	9.787.179	520.557.316
Bolivia	-	-	-	32.532.309
Chile	-	-	2.228.507	2.003.531
Ecuador	-	-	16.307	-
Peru	1.773.396	-	7.542.365	486.021.476
Ores and concentrates of other non-ferrous base metals	169.500	8.769.978	452.875.962	181.765.340
Bolivia	169.500	-	3.114.670	9.314.865
Brazil	-	86.889	16.134.361	21.548.854
Chile	-	727.845	212.803.128	149.243.469
Colombia	-	-	-	75.328
Peru	-	7.955.244	220.823.803	1.582.824
Waste and scrap metal of iron or steel	24.369	2.677.456	4.416.769	9.236.799
Argentina	1.000	863.491	-	-
Bolivia	-	14.675	-	3.612
Brazil	23.369	995.776	1.743.719	5.884.163
Chile	-	11.246	863.996	1.873.174
Colombia	-	57.828	1.335.092	1.038.534
Ecuador	-	-	192.318	34.097
Guyana	-	-	96.058	47.164
Paraguay	-	-	-	334.839
Peru	-	697.073	-	21.216
Uruguay	-	5.050	-	-
Venezuela	-	32.317	185.586	-
Non-ferrous base metal waste and scrap	3.571.565	25.606.045	159.363.274	913.672.803
Argentina	982.365	3.676.029	2.065.056	138.801
Bolivia	-	102.096	1.595.710	4.864.171
Brazil	-	999.228	1.695.605	31.466.580
Chile	182.872	1.991.389	59.525.919	592.753.895
Colombia	2.246.417	7.436.739	66.648.315	229.842.096
Ecuador	1.958	115.725	2.943.330	26.839.867
Paraguay	-	-	-	364.889
Peru	-	1.361.069	3.047.322	27.342.504
Suriname	-	-	1.385	60.000
Uruguay	157.953	442.917	1.533.026	-
Venezuela	-	9.480.853	20.307.606	-
Total	350.633.806	655.882.750	5.297.353.405	23.237.558.685

Fonte: COMTRADE/UN.

Referência Bibliográfica

1. AKYÜS, Yilmaz. Impasses do Desenvolvimento. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 72, p. 41-56, julho de 2005.
2. ACIOLY, Luciana, PINTO, Eduardo Costa, CINTRA, Marcos Antônio Macedo. China e Brasil: Oportunidades e Desafios. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel, PINTO, Eduardo Costa e ACIOLY, Luciana (org.). *A China na Nova Configuração Global: Impactos Políticos e Econômicos*. Brasília: IPEA, 2011. p. 308-350.
3. BARBOSA, Alexandre de Freitas. China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel, PINTO, Eduardo Costa e SILVA, Luciana Acioly da (org.). *A China na Nova Configuração Global: Impactos Políticos e Econômicos*. Brasília: IPEA, 2011. p. 269-305.
4. BENATTI, Adriana S. A presença da China no MERCOSUL: Implicações sobre o Processo de Integração Regional. *Revista Oikos*, RJ, vol. 10 nº 2, p. 215-242, 2011.
5. BIELCHOWSKY, Ricardo. Vigência das Contribuições de Celso Furtado ao Estruturalismo. *Revista da CEPAL*, Santiago do Chile, junho de 2010, p 183-192, 2010.
6. DNPM, (Departamento Nacional de Produção Mineral). *Economia Mineral do Brasil*. Brasília-DF: DNPM, 2009.
7. _____. *Balanço Mineral Brasileiro 2001*. Brasília-DF: DNPM, 2001.
8. BGS (BRITISH GEOLOGICAL SURVEY). *World mineral production 1995-99*. Keyworth, Nottingham: British Geological Survey, 2001.
9. _____. *World mineral production 2005-09*. Keyworth, Nottingham: British Geological Survey, 2011.
10. _____. *World mineral production 2004-00*. Keyworth, Nottingham: British Geological Survey, 2006.
11. _____. *World mineral production 2006-10*. Keyworth, Nottingham: British Geological Survey, 2012.
12. BRUCKMANN, Mônica. Recursos Naturais e a Geopolítica da Integração Sul-Americana. in: VIANA, André Rego, BARROS, Pedro Silva e CALIXTRE, André Bojikian (org.). *Governança Global e Integração da América Do Sul*. Brasília: IPEA, 2011. p. 197-246.
13. CANO, Wilson. América Latina: do Desenvolvimento ao Neoliberalismo. In: FIORI, José Luís. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 287-326.
14. CARNEIRO, Ricardo. Globalização e Integração Regional. *Cadernos do Desenvolvimento*: Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, 5 ed., p. 43-80, 2008.

15. _____. *Commodities, Choques Externos e Crescimento: reflexões sobre a América Latina*: Serie Macroeconomía del Desarrollo. Santiago de Chile; CEPAL, 2012.
16. CEPAL. *La República Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica*. Santiago de Chile: CEPAL, 2010.
17. _____. Las Inversiones Directas de China en América Latina y Caribe. In: *La Inversión Extranjera Directa en América Latina y El Caribe 2010*. Santiago de Chile: CEPAL, 2011a. p. 103-136.
18. _____. *Anuario Estadístico de América Latina y Caribe 2011*. Santiago del Chile: CEPAL, 2011c.
19. _____. Modalidades de inserción externa y desafíos de política macroeconómica en una economía mundial turbulenta. In: *Estudio económico de América Latina y el Caribe 2010-2011*. Santiago del Chile: CEPAL, 2011d. p. 49-103.
20. COLISTETE, Renato Perim. O Desenvolvimentismo Cepalino: Problemas Teóricos e Influências no Brasil. *Estudos avançados*, São Paulo, vol. 15 nº 41, p. 21-54, Jan./Apr. 2001.
21. Comisión Chilena del Cobre (COCHILCO). *Anuario de Estadísticas del Cobre y Otros Minerales 1992 – 2011*.
22. COMPODÓNICO, Humberto e ORTIZ, Georgina. *Característica de la Inversión y del mercado mundial de la minería a principios de la década de 2000*: Série Recursos Naturais e Infraestructura. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.
23. DAMASCENO, Eduardo Camilher, et alli. A Mineração no Século XXI. *BRASIL MINERAL*, São Paulo, nº 245; pp. 34-58, Novembro/Dezembro de 2005.
24. FRENCH-DAVIS, Ricardo, MUÑOZ, Oscar e PALMA, José Gabriel. As Economias Latino-Americanas, 1950-1990. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina após 1930: Economia e Sociedade; Parte 1. A Economia*. SP. Edusp, 1994. p. 129-228.
25. FURTADO, Celso. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. *Cadernos do Desenvolvimento*: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Ano. 1, n.1, p. 165-232, 2006.
26. _____. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
27. _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. RJ: Fundo de Cultura, 1961.
28. _____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. SP: Abril Cultural, 1967.
29. _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
30. HOLLAND, Márcio e BARBI, Fernando. China na América Latina: *Uma Análise da Perspectiva dos Investimentos Diretos Estrangeiros*. Textos para Discussão 247. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Março 2010.
31. HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

32. YERGIN, Daniel. O Petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
33. YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann e LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. A Questão Ambiental no Esquema Centro-Periferia. *Economia*, Niterói, v. 4, nº 2, p. 201-221, 2003.
34. MACEDO E SILVA, Antônio Carlos. *O Expresso do Oriente. Redistribuindo a Produção e o Comércio Globais*. Observatório da Economia Global/Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON) / Instituto de Economia/ Unicamp. Textos Avulsos – no. 2 – Junho, 2010.
35. MACHADO, Iran F. Indústria Mineral. *Estudos Avançados*, SP. 12 (33), p. 41-65, 1998.
36. MADUREIRA FILHO, José B. ATENCIO, Daniel e MCREATH, Ian. Minerais e Rochas: Constituintes da Terra Sólida. In: TOAIOLI, Fabio e TEIXEIRA, Wilson et alii (org.). *Descifrando a Terra*. São Paulo: Editora Nacional, 2008.
37. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. China: entre os séculos XX e XXI. in: FIORI, José Luís. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
38. _____. A Economia Política da Internacionalização sob Liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, José Luis (org). *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 139-277.
39. _____. A Economia Política da Integração Financeira e da Privatização na América Latina. In: 11º *Encontro Nacional de Economia Política*, 2006, Vitória. Alternativas ao Neoliberalismo na América Latina. p. 1-20.
40. _____. A China como um Duplo Polo na Economia Mundial e a Descentralização Asiática. *Revista de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 381-400, 2006b.
41. _____. Os Dilemas da Integração Sul-Americana. *Cadernos do Desenvolvimento*: Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, 5º ed., 2008a.
42. _____. Desenvolvimento Econômico e Ascensão Nacional: Rupturas e Transições na China e na Rússia. In: MEDEIROS, Carlos, SERRANO, Franklin e Fiori, José Luís. *O Mito de Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008b. p. 171-277.
43. _____. *O Ciclo Recente de Crescimento Chinês e seus Desafios*. Observatório da Economia Global/Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON) / Instituto de Economia/ Unicamp. Textos Avulsos. São Paulo. nº. 3. Junho de 2010.
44. _____. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. in: FIORI, José Luis e MEDEIROS, Carlos. (org.). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
45. NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Cambridge: The MIT Press, 2007.

46. NINCIC, Donna J. Troubed Waters: Energy Security as Maritime Security. in: LUFT, Gal e KORIN, Anne (org). *Energy Security Challenges for the 21st Century: A Reference Handbook*. ABC Clio, 2009. p. 31-43.
47. NOLAN, Peter. *China and the Global Economy*. Londres: Palgrave, 2001.
48. NUNES, Rodrigo. *A Formação do Mercosul: Integração Sul-americana em Perspectiva Histórica*. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas. IE. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.
49. _____. Nota Técnica: *Evolução do Comércio da América do Sul com a China*. FEDERASUR, 2010. Disponível em: <http://federasur.org.br/wp-content/uploads/2010/07/Nota-T%C3%A9cnica-Invas%C3%A3o-Chinesa.pdf>. Acessado em: 20/08/2011.
50. OCDE (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO). *Investment Policy Reviews: China*. OCDE: Paris, 2008.
51. OMC (Organização Mundial do Comércio). *World Trade Report*. Genova: OMC, 2011.
52. PADULA, Raphael. As Visões Dominantes sobre Integração Regional – O Regionalismo Aberto e a Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). In: COSTA, Darc (org.). *América do Sul: Integração e Infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011. p. 143-208.
53. PALMA, Gabriel. Gansos Voadores e Patos Vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, José Luis (org). *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 393-454.
54. PDVSA (PETRÓLEO DE VENEZUELA S.A.). *Informe de Gestión Anual 2009*.
55. PINTO JR. Helder (org.). *Economia da Energia: Fundamentos Econômicos Históricos e Organização Industrial*. Rio: Elsevier, 2007.
56. ROBERT, Mark et alli. *On the road to prosperity? The economic geography of China's national expressway network*. Policy Research Working Paper 5479. The World Bank, 2010.
57. RODRIK, D. *What's so Special about China's Exports?* Cambridge: Harvard University. August 2006
58. SANBORN, Cynthia A. e TORRES, Víctor. *La Economía China y Las Industrias Extractivas: Desafíos para el Perú*. Universidad del Pacífico, Centro de Investigación. 2009.
59. SÁNCHEZ-ALBAVERA, Fernando e LARDÉ, Jeannette. *Minería y Competitividad Internacional en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.
60. SERRANO, Franklin. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, José Luís (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 179-222.

61. SHANKLEMAN, Jill. *Going Global: Chinese Oil and Mining Companies and the Governance of Resource Wealth*. Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2009.
62. SILVA, Maria Amelia. Economia dos Recursos Naturais. In: MAY, Peter, LUSTOSA, Maria Cecilia e VINHA, Valéria da (org.). *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003. p. 33-79.
63. SINOTT, Emily, NASH, John, DE LA TORRE, Augusto. *Natural Resources in Latin American and the Caribbean: Beyond Booms and Busts*. Washington: The World Bank, 2010.
64. TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 129-154.
65. TAVARES, Maria Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, José Luís (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 111-138.
66. WSA (World Steel Association). *Steel Statistical Yearbook 2010*. Bruxelas, 2010.
67. WRAY, L. Randall. O Novo Capitalismo dos Gerentes de Dinheiro e a Crise Financeira Global. *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 1, p. 13-39, 2009.
68. UNCTAD (United Nation Conference on Trade and Development). China's Accession to WTO: Managing Integration and Industrialization. In: UNCTAD. *Trade and Development Report 2002*. Nova York e Genova: UN, 2002. p. 141-169.
69. _____. *Trade and Development Report 2005*. Nova York e Genova: UN, 2005.
70. _____. *Trade and Development Report 2007*. Nova York e Genova: UN, 2007a.
71. _____. *World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development*. Nova York e Genova: UN, 2007b.
72. _____. Commodity Price Hikes and Instability. In: UNCTAD. *Trade and Development Report 2008*. Nova York and Genova: UN, 2008. p. 19-50.
73. _____. *World commodity trends and prospects*. Nova York: UN, 2009.
74. _____. *Recent developments in key commodity markets: trends and challenges*. Nova York: UN, 2011.
75. USGS (U.S. Geological Survey). *Mineral commodity summaries 2011*. Virginia: USGS, 2011.
76. TORRES FILHO, Ernani Teixeira. O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana. In: FIORI, José Luis (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p.309-346.
77. ZENG, Douglas Zhihua. *How Do Special Economic Zones an Industrial Clusters Drive China's Rapid Development?* Policy Research Working Paper 5583. The World Bank, 2011.

Bases de Datos Consultadas

AMÉRICA ECONOMÍA

Las Mayores Empresas de América Latina – Ranking 2011:
<http://rankings.americaeconomia.com/2011/500/>

BANCO MUNDIAL

World Development Indicator (WDI) & Global Development Finance (GDF) – Worldbank database: <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=12&id=4&CNO=2>

BP (BRITISH PETROL)

BP Statistical Review of World Energy 2012:
<http://www.bp.com/sectiongenericarticle800.do?categoryId=9037130&contentId=7068669>.

CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe das Nações Unidas)

BADECEL – Banco de Dados Estatísticos de Comércio Exterior:
<http://websie.eclac.cl/badecel/default.asp>

BADECON – Banco de Dados e Publicações Estatísticas:
<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

World Economic Outlook Database:
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/index.aspx>

IMF Primary Commodity Prices: <http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>

NATIONAL BUREAU OF STATISTIC OF CHINA.

China Statistical Yearbook 2011: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2011/indexeh.htm>

ONU (Organização das Nações Unidas)

CONTRADE/UN – United Nations Commodity Trade Statistics Database:
<http://comtrade.un.org/db/>

UNIDO (UNITED NATION INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION).

Statistical Country Briefs: <http://www.unido.org/index.php?id=1002110>

USGS (UNITED STATE GEOLOGICAL SURVEY)

Historical Statistics for Mineral and Material Commodities in the United States/ Supply-Demand Statistics: <http://minerals.usgs.gov/ds/2005/140/>

Minerals Yearbook: Volume I - Metals and Minerals:
<http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/commodity/myb/>

Mineral Commodity Summaries: <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/mcs/>